

REVISTA DO BRASIL

Ano 3 - nº 6/87 - Cz\$ 100,00

SBH
Hp 20 - a 30

NÚMERO ESPECIAL
DEDICADO A SERGIO BUARQUE DE HOLANDA

Artigos e Depoimentos sobre o Escritor e sua Obra



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RIOARTE-FUNDAÇÃO RIO

REVISTA DO BRASIL

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RIOARTE-FUNDAÇÃO RIO
Número organizado por Francisco de Assis Barbosa

SUMÁRIO

Francisco de Assis Barbosa	4	Apresentação
Maria Odila L. Silva Dias	6	Pequena biografia
Prudente de Moraes, neto	8	O lado oposto e outros lados
Mario de Andrade	11	Resposta a Manuel Bandeira
Sergio Buarque de Holanda	15	Thomas Mann e o Brasil
Sergio Buarque de Holanda	18	A viagem a Napoles
J. G. Nogueira Moutinho	27	O crítico literário
Rui Ribeiro Couto	30	El hombre cordial, producto americano
Sergio Buarque de Holanda	32	Corpo e alma do Brasil
Oswald de Andrade	43	O homem cordial
Francisco de Assis Barbosa	44	Sergio, o homem político
Fernando Henrique Cardoso	52	O Brasil, as raízes e o futuro
Bolivar Lamounier	55	Raízes do Brasil
Maria Odila L. Silva Dias	63	De Monções a Caminhos e Fronteiras
M. Cavalcanti Proença	68	Caminhos e fronteiras
Augusto Meyer	76	Visão do Paraíso
Maria Yedda Linhares	79	O paraíso, buscado um dia, nestas terras
Sergio Buarque de Holanda	80	A criação do Instituto de Estudos Brasileiros
Sergio Buarque de Holanda	82	O senso do passado
Rodrigo M.F. de Andrade	86	Singularidade e multiplicidade de Sergio
Octavio Tarquínio de Sousa	88	Cinquentenário do mestre
Manuel Bandeira	90	Sergio, anti-cafajeste
José Sebastião Witter	92	Cinquenta anos de Raízes do Brasil
Sérgio Milliet	96	A margem da obra de Sergio Buarque de Holanda
Sergio Buarque de Holanda	100	Novas cartas chilenas
Richard Graham	102	Uma entrevista
Frei Beto	110	A despedida
Leo Gilson Ribeiro	112	O mestre, o crítico, o pensador
Gilberto Freyre	116	Sergio, mestre de mestres
Tristão de Athayde	118	No limiar dos cruzamentos
Tristão de Athayde	120	Para além dos cruzamentos
Francisco Iglesias	122	Evocação de Sergio Buarque de Holanda
Richard Morse	129	Meu amigo Sergio
Antonio Candido	132	Amizade com Sergio
Alexandre Eulálio	134	Antes de tudo, um escritor
	142	Universalidade de Sergio e alguns amigos
	144	Gente de São Paulo
	146	Bibliografia

PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
ROBERTO SATURNINO BRAGA

PRESIDENTE DO RIOARTE/FUNDAÇÃO RIO
GERARDO MELLO MOURÃO

REVISTA DO BRASIL

Conselho Editorial
AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE
YARA VARGAS
MARIA YEDA LINHARES
GERARDO MELLO MOURÃO
EDMUNDO MONIZ
LEONEL KAZ
ANA ARRUDA CALLADO

Publicada pela Divisão Editorial do
RIOARTE/FUNDAÇÃO RIO

Projeto Gráfico e Direção de Arte
MARIA CRISTINA JARDIM BARBOSA

Normalização Ortográfica
ELZA TAVARES FERREIRA

Supervisão Gráfica
WALTER DUARTE

REVISTA DO BRASIL — Título da
Gráfica e Editorial Jornal do Commercio S.A.
cedido ao Rioarte/Fundação Rio

Redação e Administração:
Rua Rumânia, 20 — Laranjeiras
Rio de Janeiro — RJ — CEP 22240 — Tel.: 265-9960

O Instituto Municipal de Arte e Cultura — RIOARTE, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, assume, com este número, a responsabilidade de editar Revista do Brasil, por subestabelecimento da autorização conferida pelo acadêmico Austregésilo de Athayde.

À honra de publicar a Revista do Brasil junta o RIOARTE o privilégio de apresentar esta edição, organizada pelo cuidado e a competência do escritor Francisco de Assis Barbosa, dedicada a Sergio Buarque de Holanda, cujo livro, Raizes do Brasil, fundamental para o conhecimento do país, comemorou em 1986 o cinquentenário de seu aparecimento.

É projeto do RIOARTE depois deste número especial prosseguir na apresentação de edições monográficas de interesse da cultura brasileira. A próxima será consagrada à vida e obra de Villa Lobos, e está sendo coordenada pelo musicólogo Eurico Nogueira França.

A Austregésilo de Athayde, Darcy Ribeiro e Francisco de Assis Barbosa, que tornaram possível este trabalho, nossos melhores agradecimentos.

GERARDO MELLO MOURÃO
Presidente do RIOARTE

A Revista do Brasil inicia com este número dedicado a Sergio Buarque de Holanda uma série destinada a revalorizar figuras que efetivamente contribuíram para o desenvolvimento cultural e artístico da nossa terra e da nossa gente. Entre os nomes desses renovadores o do autor de Raízes do Brasil assume posição singular como escritor que surgiu com o movimento modernista e atuou de modo decisivo na vanguarda do pensamento brasileiro desde 1922, na imprensa, no livro e na cátedra, na Universidade do Distrito Federal, a de Pedro Ernesto e Anísio Teixeira, no Instituto Nacional do Livro e na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) e em seguida como diretor do Museu Paulista e professor de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo. Se o livro publicado em 1936 assinala importante marco no sentido da renovação dos estudos brasileiros, a tese de concurso de 1958, Visão do Paraíso, é justamente considerada uma das obras primas da nossa historiografia, como pesquisa e análise, modelo de erudição, em que o saber histórico se completa com a elegância do estilo literário. A obra de Sergio não se limita no entanto a esses dois livros fundamentais. É na verdade bem ampla e diversificada. Como professor, foi enorme a influência que exerceu, na formação de inúmeros valores e sobretudo na criação do Instituto de Estudos Brasileiro, IEB, à sombra dos acervos de Mário de Andrade, Fernando de Azevedo, Yan de Almeida Prado e outros luminares, como centro dinamizador de cultura. Daí a escolha da Revista do Brasil, ao abrir um novo caminho na trajetória que vem seguindo desde o seu aparecimento em 1914, com o grupo de redatores do jornal O Estado de S. Paulo e Monteiro Lobato e retomada por Assis Chateaubriand e Otávio Tarquínio de Sousa, de que somos beneficiários e continuadores. Tributo de amizade, este número foi planejado e executado por Francisco de Assis Barbosa, Maria Cristina Jardim Barbosa, com a assistência de Maria Amélia Buarque de Holanda. A todos que colaboraram desinteressadamente com artigos e fotos, o nosso agradecimento.

Sergio



*Buarque
de
Holanda*

Pequena biografia



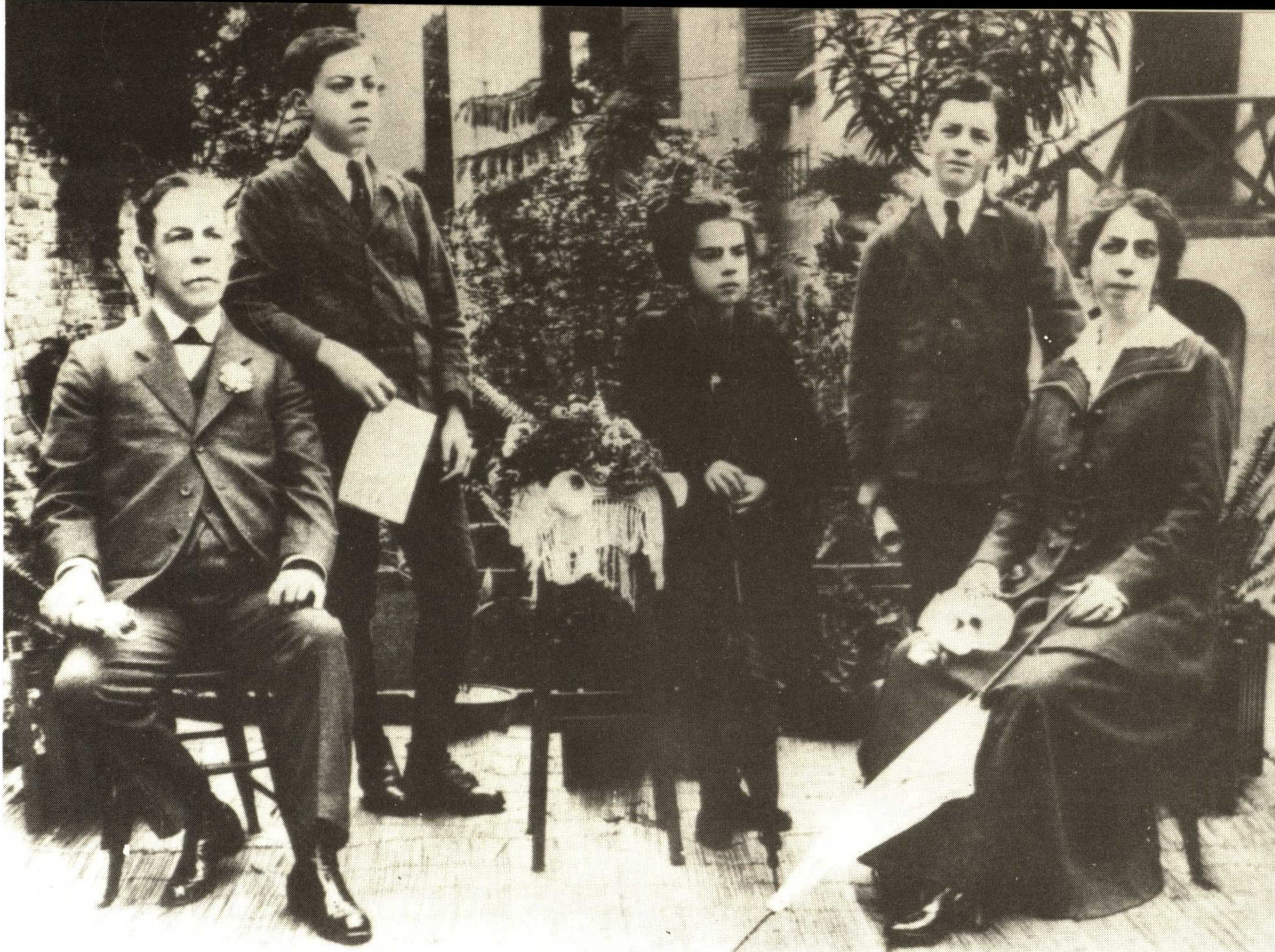
SBH, 1920

de Sergio Buarque de Holanda

Sergio Buarque de Holanda nasceu na cidade de São Paulo, na rua São Joaquim, no bairro da Liberdade, filho de pai pernambucano e mãe carioca, no dia 11 de julho de 1902. Fez o curso primário na escola Caetano de Campos e ginásial no colégio São Bento. Suas primeiras contribuições literárias e jornalísticas para o *Correio Paulistano*, *A Cigarra* e *Revista do Brasil* dataram ainda dos seus tempos de estudante. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1921, onde se matriculou na Faculdade de Direito. Continuou, como representante da revista *Klaxon*, a vida cultural intensa da vanguarda modernista, participando da Semana de Arte Moderna em 1922. Em 1924, foi um dos fundadores da revista *Estética*. Trabalhou como jornalista para a agência Havas, brasileira, e, posteriormente, para a United Press, colaborando ainda para *O Jornal*, *Rio-Jornal*, *A Idéia Ilustrada* e outros periódicos. Esta fase inicial de sua vida foi mais voltada para a crítica literária do que propriamente para os estudos históricos, pelos quais desponta interesse aos poucos, através da inquietação dos anos de juventude. Em 1927, deixou temporariamente o Rio de Janeiro para dirigir um jornal em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, e dois anos depois, em 1929, esteve na Alemanha, onde, durante um ano, trabalhou como jornalista, colaborou para a revista *Duco*, realizou entrevistas com intelectuais alemães, entre os quais o escritor Thomas Mann. Leu exaustivamente os autores mais expressivos das tendências filosóficas e literárias daquele momento e obras sobre a conceituação do método nas ciências sociais. Assitiu a algumas aulas de Friedrich Meinecke, na Universidade de Berlim, e enfronhou-se nas tendências do

pensamento historicista. De volta ao Rio de Janeiro, retomou as contribuições jornalísticas e, em 1935, publicou na revista *Espelho* um longo estudo, "Corpo e alma do Brasil", que deu origem ao livro *Raízes do Brasil*, editado em 1936. Nesse ano, casou-se com Maria Amélia Alvim. Lecionou na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal até sua extinção em 1939, onde foi assistente de Henri Hauser (História Econômica Contemporânea) e de Henri Tronchon (Literatura Comparada). Trabalhou em seguida no Instituto Nacional do Livro. Planejou e dirigiu inúmeras publicações, destacando-se a Biblioteca Popular Brasileira, com cerca de 50 volumes, entre história, literatura e diários de viagem, como o de Lacerda e Almeida, a antologia da poesia colonial brasileira, as poesias de José Bonifácio (o velho), a exposição sobre a vida e obra do mesmo José Bonifácio. Colaborou como crítico literário para o *Diário de Notícias* e foi redator-chefe da Associated Press. Em 1944, começou a trabalhar na Biblioteca Nacional, publicou o livro de ensaios *Cobra de vidro* e, em 1945, o livro *Monções*. Nesse mesmo ano, participou do Congresso de Escritores e foi um dos signatários da "Declaração de princípios" contra a ditadura de Getúlio Vargas.

Mudou-se para São Paulo em 1946 e, embora continuasse a escrever para o *Diário Carioca* e a *Folha de S. Paulo*, dedicou-se principalmente às pesquisas históricas. Entre 1946 e 1956, foi diretor do Museu Paulista, deixando este cargo para assumir a cadeira de História da Civilização Brasileira no Departamento de História da Faculdade de Filosofia da USP, onde lecionou até 1969, data em que se aposentou, em protesto con-



Da esquerda para a direita:
Chistovão Buarque de Holanda (pai)
Sergio,
Cecília (irmã),
Jayme (irmão),
Heloisa (mãe)

tra o decreto do governo que punia professores de várias universidades do Brasil. Durante os anos em que permaneceu na Faculdade de Filosofia, colaborou na fundação do Instituto de Estudos Brasileiros, que constitui hoje um importante núcleo de pesquisa. Orientou inúmeras teses de mestrado e doutoramento, deixando sua marca na renovação da pesquisa histórica a nível de pós-graduação. Em 1957, publicou o livro *Visão do paraíso*, que apresentou como tese para concurso de cátedra na Faculdade de Filosofia. Entre 1960 e 1972, dirigiu a coleção *História geral da civilização brasileira*, para a qual contribuiu com vários ensaios importantes e com o volume *Do Império à República* (t. 2, v. 5), de 1972, inteiramente de sua autoria. Durante estes anos, publicou vários artigos e monografias, prefácios e introdução a livros, que vêm indicados na bibliografia. Em 1978, tomou parte na fundação do Centro Brasileiro Democrático, sendo eleito para o cargo de vice-presidente.

No correr de sua vida, fez várias viagens ao exterior, seja em missão cultural, como em 1949, quando participou de dois comitês da Unesco, seja para lecionar, como professor visitante, em Roma (1953), na Universidade de Santiago do Chile (1963), nos Estados Unidos, nas Universidades de Indiana e de New York State (1965). Fez seminários na Universidade de Yale (1966), na Columbia e em Harvard (1965 e 1966). Fez pesquisas nos arquivos de Portugal, do Vaticano, na Biblioteca do Congresso, em Washington, na Biblioteca Pública de Nova York, no Quai d'Orsay, em Paris.

Em 1945 foi eleito presidente da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), do Rio de Janeiro.

Em 1947 e novamente em 1950, elegeu-se presidente da Associação Brasileira de Escritores, seção de São Paulo.

Em 1946, foi um dos fundadores da Esquerda Democrática, que se transformou no ano seguinte no Partido Socialista. Em 1980, inscreveu-se como um dos membros fundadores do Partido dos Trabalhadores.

Em 1958, recebeu o prêmio Edgar Cavalheiro por seu livro *Visão do paraíso*. Em 1977, recebeu o prêmio Governador do Estado, de literatura. Em 1979, o troféu Juca Pato (prêmio Intelectual do Ano) e o prêmio Jaboti, na Categoria de Ensaio.

Faleceu no dia 24 de abril de 1982 na casa da rua Buri, no Pacaembu, onde morava desde muitos anos. Erudito, de temperamento boêmio, foi um homem de rara vitalidade, extremamente sociável, dedicado aos amigos, intelectual inquieto, participante da vida política e trabalhador incansável.

O projeto da criação da cadeira Sergio Buarque de Holanda na Universidade de Oxford, uma das mais prestigiosas do mundo, em convênio com a Universidade de Campinas, dá bem a medida da dimensão universal da obra do autor de *Visão do Paraíso* e da sua mensagem renovadora.

O lado oposto e outros lados

Sergio Buarque de Holanda rompeu com "os modernistas academizantes" em artigo publicado na Revista do Brasil (fase de Rodrigo M. F. de Andrade) e teve o apoio de seu fiel amigo Prudente de Moraes, neto, em artigo publicado no jornal A Manhã, Rio de Janeiro, 30.10.1926.

Com esse título o Sr. Sergio Buarque de Holanda acaba de publicar na *Revista do Brasil* um artigo que me parece destinado a ficar como um dos documentos importantes do nosso tempo no Brasil. Artigo que marca evidentemente uma separação entre dois momentos, exprime uma atitude de que ainda não tinha exemplo por aqui e parece indicar o começo de uma nova fase da nossa literatura viva.

O que o Sr. Sergio Buarque de Holanda pretendeu foi uma *mise au point*, um balanço do nosso modernismo. E realizou isso com notável agudeza, sem a menor hesitação, num ensaio seguro e "profundamente pensado", como de outro trabalho dele disse uma vez o Sr. Tristão de Athayde.

O chamado modernismo guardava até aqui um aspecto de unidade, apresentava uma face de conjunto que fazia supor para a ação de todos um mesmo objetivo determinado. A expressão "frente única" que já tinham estendido à política foi aplicada por muitos também à literatura. Algumas escaramuças em torno de um ou de outro ponto pareciam mais dissensões íntimas sobre meios do que divergências fundamentais de propósitos. As próprias questões pessoais que apareceram eram como briga de jogadores do mesmo *team*, que não se falam mas nem por isso deixam de praticar o passe. Tanto assim que por maiores que tenham sido umas e outras, sempre houve duas ou três palavras capazes de congregar todos os esforços, por exemplo, em épocas diferentes: modernismo, nacionalismo, construção. Agora vem o Sr. Sergio dizer que na-

da disso basta, que nada disso satisfaz. E muito mais do que uma opinião isolada, ele traduz alguma coisa que andava no ar, o descontentamento visível ainda que impreciso de todos os que não consentem em ficar parados.

Que quer então o Sr. Sergio, que quererão todos esses senhores? — é a maior objeção que se pode fazer. O artigo a que me refiro não diz isso bem. O que me agrada mais nesse artigo são os espaços, como diria Cocteau. Quanto a mim penso que o Sr. Sergio não quer nada. É o extraordinário, o importante, o essencial da atitude dele está justamente nesse não querer. Estamos cansados de plataformas e programas. Estamos cansados de todos os idealismos fáceis. Porque, para que querer? Querer, isto é, escolher, isto é, imitar. Por esse caminho não é possível ir além das teorias estéticas que provocam discussões sem interesse e sem fim.

Andou bem, portanto, o Sr. Buarque de Holanda em opor aos que querem alguma coisa, aos que estão procurando realizar uma obra tanto quanto possível determinada previamente por um certo número de convicções, a sua recusa de qualquer espécie de limitação e a categórica afirmação que tais autores «não significam nada mais para nós».

Em suma esses modernistas se conservaram bem próximos de tudo que combatiam. Não foram além de uma substituição de valores dentro das próprias categorias, que pouco nos adiantou. O Sr. Sergio Buarque de Holanda diz com razão que eles foram durante algum tempo tudo que tinha de bom na nossa literatura — e de outro modo não se explicaria o êxito que tiveram e a influência que exerceram mesmo nos meios avançados. E seria preciso examinar mais detidamente os pontos em que se afastam da gente de hoje esses escritores batizados com tanta propriedade de acadêmicos modernizantes. E esmiuçar os motivos pelos quais eles não satisfazem, motivos que o Sr. Buarque de Holanda apenas apontou ligeiramente.

O que desde logo se mostra incompatível com os esforços mais recentes da gente livre são os "germes de atrofia" a que se refere o Sr. Holanda. E pra combatê-los, continua ele, "é indispensável romper com todas as diplomacias nocivas, mandar pro diabo qualquer forma de hipocrisia, suprimir as políticas literárias e conquistar uma profunda sinceridade pra com os outros e pra consigo mesmo".

Essa frase é o *pivot* do artigo todo. Nela é que se traça o limite entre os dois lados. Na hora de levantar a ponte, ela é que nos surpreende com tanta gente que faz passar pro lado oposto. Não há nisso uma questão de polícia, o que se dá de fato é uma auto-classificação, independente da vontade de cada um. Pouco importam no caso as opiniões individuais. Pode-se admitir perfeitamente que o Sr. Sergio se engane e que em relação a alguns, ou até a todos, esteja errada



Sergio e Prudente.
Caricatura
de Di Cavalcanti.

a visão crítica dele. Pode-se admitir digo eu, e falo apenas de uma possibilidade teórica. Na hipótese, quer me parecer que a visão do crítico acertou. De qualquer maneira, não se trata deste ou daquele modo de ver, e se é certo que estes podem divergir, o verdadeiro entretanto tem de ser um só; lugar comum que é preciso sempre repetir. E não adiantam os estrilos. O fato é que há de um lado os que representam um espírito de liberdade avesso a limitações. E há os do lado aposto. Discutir se este ou aquele está de um ou de outro lado é um passa tempo improdutivo, visto que ninguém pode ao mesmo tempo aceitar e não aceitar certa coisa, ou melhor, ser e não ser de certa maneira. Ora, dado que alguém esteja realmente de um lado, se tem consciência disso, não lhe interessa a discussão. E se não tem ou não quer ter, que adianta convencer de um erro aos outros e a si mesmo? Os que apelam para tal recurso não podem aspirar a mais do que a uma simples vitória de dialética ou de auto-sugestão. E a propósito, uma anedota que conta e comenta Alain num dos seus *Propos*: duas meninas que tinham roubado frutas num pomar, vendo surgir ao longe um vulto de homem, se dizem: *Prions Dieu pour que ce ne soit pas le garde champêtre.*

Para afirmar sua opinião, o Sr. Sergio Buarque de Holanda procedeu um pouco por intuição, um pouco se baseando nas posições tomadas pelos autores que cita em relação a uns tantos problemas agitados ultimamente. Quando se deu o caso pau-brasil, por exemplo, o pessoal todo tratou de tomar atitude. Levantou-se a questão da cultura. E a da inteligência. E outras. A poesia pau-brasil perturbava os que mais se diziam modernistas. Pau-brasil pra estes era uma pilhéria engraçada. Nada mais. Oswald de Andrade poeta? Pra chegar ao verso livre, diziam, é necessário ter passado pela métrica oficial. A beleza, o ritmo, a literatura, a opinião dos amigos e a do público, a conformidade a um fim, a cultura, o talento, e as boas maneiras, segundo eles, tudo isso ainda entra na poesia. Esses e outros preconceitos inumeráveis, intelectuais e sociais, cerceiam, embaraçam, anulam os movimentos. Há falta de ar na literatura dos que se sujeitam. A gente se sente mal à vontade. A tal "panacéia de construção", resultado da submissão a umas tantas idéias inalteráveis, viria criar para nós uma situação intolerável de dever social e nos faria passar desse a um sem número de compromissos. Os que se comprazem nessa atmosfera têm de ser forçosamente os conformados com todas as exigências da vida em sociedade, os habituados a cumprir sem exame quaisquer imposições e formalidades dela, os que agem e pensam de acordo com a boa regra e o bom-tom, numa palavra, as pessoas bem educadas.

Ora, nós precisamos de homens sem educação.

Resposta a Manuel Bandeira

*Ainda a propósito da
polêmica sobre o “lado
oposto e outros lados”.*

*Mário de Andrade dá a sua
opinião a Manuel Bandeira,
numa carta de 10.XI.1926.*

*Respeitaram-se pontuação
e ortografia do missivista.*

Não concordo com você sobre o artigo do Sergio: Acho-o “admiravelmente bem pensado e bem escrito, de absoluta nobreza intelectual e moral”. Ora antes de mais nada isso faz pensar que não achei o artigo nobre intelectualmente e moralmente. Isso eu acho Manú, e creio que não falei o contrário pra você. O que eu acho é que si o artigo tem nobreza intelectual não tem verdade geral intelectual em muitos pontos. A proa está naquela frase que pra mim foi o que provocou todo o chinfrim: “No ponto em que estamos hoje eles não significam mais nada pra nós”. Primeiro: Quem é este nós? O segundo ponto-à-linha fala em “pra mim”, quem é este nós? E o chamado Modernismo? Mas eu quero saber quem no mundo poderá definir o Espírito Moderno sem incluir dentro dele as orientações mais dispares! Como afirmar que Ronald e Gui, incluída e lembrada mesmo a parte formalista das obras deles, não são modernistas? Cocteau voltando e imitando escarrada-

mente Ronsard? e Valéry legitimamente intrinsecamente parnasiano e do mais exacerbado que é via — Mallarmé? Você pode falar que não gosta de Valéry, suponhamos porém só por causa da influência que você sabe ele tem na França e porquê ele está perto e tomando parte na mesma luta que você ou que nós, você é incapaz de falar que ele não tem espírito moderno ou você cairia na pregação de Graça quando mostrou que o espírito moderno era ele.

Tenho certeza que si eu perguntar em carta ou artigo pra ele quem que está fazendo arte negra, si eu, ele secundará que não sou eu. Si eu pergunto si é você ou Prudentico por exemplo estou defendendo você e francamente isso nos daria ar de partido de grupinho porque nenhum de vocês é inválido. E se defende por si. O que eu podia por exemplo é falar que esses ataques assim sem nome são comodistas e que é covardia não especializar. Ele viria como o argumento indiscutível no terreno das idéias, que ele estava no terreno das idéias gerais e nele quer se conservar. Você compreende tão bem como eu, que o Ronald é inteligentíssimo e muito raramente deixa brecha sob o ponto-de-vista intelectual. A brecha é sob o ponto-de-vista moral porém não posso por esse lado, nem ninguém que se conserve numa linha intelectual, sair a campo. Agora quanto aos arrotos de erudição do artigo eu estava com a razão quando percebi que aquilo era pra irritar os que atacam a inteligência: o Gui acaba de me repetir que essa foi a intenção do Ronald: irritar o Sergio com uma caçoada.

O que carece pra não obedecer as intenções do artigo é não se irritar e não argumentar com ele.

Falando sobre o academismo do Ronald e do Gui você tem esta frase generalizadora: “Por causa disso (academismo, verbalismo) *vocês* tem arrastado pela rua da amargura o Coelho Neto, o Rui Barbosa pra só citar os maiores talentos verbais que tivemos”. O *vocês* não pertence a mim, porque nunca me lembro de ter atacado o Coelho Neto. Quanto ao Rui caçoei do verbalismo dele porque sou admirador do estilo dele e sei que tem obras-primas que eu estimo por exemplo a *Réplique*, que é sublime na primeira parte. Doutra feita me lembro de ter falado dele, falando que era uma pena ele às vezes ter razão porque o Rui é muito mais interessante e mesmo comovente na prosa dele quando se esforça por provar o que sabe que não é assim, é sublime na chicana.

Eis aí os meus ataques. Verbalistas que eu ataquei são Martins Fontes, um Hermes Fontes (na parte verbalista da obra dele) e esses tenho certeza que você não pode citar ao lado do verbalismo que de fato existe na obra do Gui e do Ronald porque estes são infinitamente superiores na perfeição e no saber disfarçar os processos verbalistas. De Bilac destruí a idolatria em que era tido porém num mesmo artigo em que lhe celebrava o valor. Porém como esses e mais artigos dos Mestres do



Passado são chicaneados e escondendo meritos e exagerando demeritos já me penitenciei publicamente em artigo que saiu ou na *Revista do Brasil* ou nas *Cronicas de Malazarte*. E aliás você deixou passar o nosso maior verbalista, Euclides, e por esse eu tenho uma admiração enorme. Inda mais, você argumenta na carta falando no verbalismo da prosa do Ronald e do Gui. Ora Manú é incontestável que eles são sobretudo poetas mesmo o Ronald de cuja ciência criadora já me desiludi. Falo ciência criadora pra designar a prosa pensante que continua ou desperta novidade sobre o já pensado e escrito por outrem. Ronald me parece atualmente mais vulgarizador que outra coisa. Em todo caso como é uma inteligência enormíssima inda pode ser que venha a descobrir ou mudar não sei e nisto só posso ser espectador. Espectador no esperar bem entendido, porque quanto a criticá-lo você sabe que tal carta escrevi sobre os *Estudos brasileiros* que ele se ressentiu de mim. E mesmo agora estou pensando que exagerei chamando-o apenas de vulgarizador. Ele o foi nos estudos e o tem sido na prosa porém os *Epigramas* mantendo um pensamento filosófico unido e *Toda América* um social organizante são obras de um valor normativo estupendo pro Brasil. E como poetas o verbalismo deles é ua ma-

ravilha: Certas páginas do *Meu de Toda a América* você não contestará que são maravilhosas. E das *Canções gregas* então. O que eu quero provar mesmo de todas estas afirmativas é que você não me pode generalizar naquele *vocês* que empregou na carta. Da mesma forma com que admiro o verbalismo de muitas páginas de Bilac e de Francisca Júlia admiro Ronald e Gui nas melhores páginas deles. E aliás meu caro Manú talvez eu esteja argumentando *pro domo*. Porque tem também muito de verbalismo na minha obra desde *Paulicea* até o *Clan*. Verbalismo em todos os sentidos, até Mallarmé. No Brasil são raríssimos os que como os dois Coutos nunca fizeram verbalismo não é verdade?

Outra frase de você: “De resto você sabe por experiência própria que de qualquer maneira que se exprima uma restrição que seja os gênios se espetam como si a gente tivesse insultado a mãe”. Homem... fiz mal de querer argumentar contra isso... E’ quasi sempre verdade ou não é mesmo bem verdade. Eu tenho feito em artigos muita restrição ao Gui e ao Ronald restrição que não aceitaram ou que discutiram porém não brigaram comigo. Porém quando citei a frase de você foi pra chamar sua atenção sobre uma coisa: é que Prudentico principalmente inda mais que o Sergio



Mário de Andrade,
traço
de Lasar Segall.

Salão de dona Olívia Guedes Penteadó,
em São Paulo, onde
se reuniam os modernistas de 1922.

quando escrevem contra dão prá's frases um ar de ataque que fere. Fazem a restrição com uma secura uma aspereza que pode ser peculiar neles porém faz com que os outros caiam na ideia de ataque. Sobre isso já me preveni bem porque sei que me atacam e si o ataque vier assim não me ressentirei porquê pode ser feitiço deles. Veja o caso da *História da Música* do Renato por exemplo: Prudentico atacou uma vez com muita razão embora não tenha como camarada que era do Renato mostrado que no meio da xaropada tem certas coisas boas e certos pensamentos justos. E aliás depois disso tendo milhares de assuntos musicais pra tratar volta á carga num artigo muito inferior como argumentação e muito inferior em tudo. Pra quê? E mesmo certo de que isto não é obrigação de elogio mutuo eu pergunto pra você si não é verdade que essa não é a maneira de tratar um trabalho ruim dum camarada. Eu quando tenho um camarada procuro lhe ocultar os defeitos e quando sou obrigado a reconhecer estes, os reconheço porém amigamente. E creio que não sou nenhuma exceção. Aliás você faz o mesmo, basta ver o que escreveu sobre o Austen. Da mesma forma a frase que citei do Sergio, que além do mais é uma frase errada pelo exagero dela. A frase dele corta toda e qualquer ligação in-

telectual entre Ronald Gui e êle e isso não é verdade porque êles têm pontos-de-contacto quer êle queira quer não.

Você deve estar um pouco irritado com esta carta pernostica de tão cheia de argumentação fria. Me perdoe este abuso de raciocinio e nunca imagine que estou querendo fazer pazes entre ninguem ou que nisto estou defendendo meus interesses em ser amigo do Ronald e do Gui. Já falei que atualmente os considero apenas como camaradas. E êles também sinto muito bem que me consideram só assim. Está tudo muito direito e vamos pra diante. Não defendo meus interesses Manú porquê justamente êles nunca escreveram sobre mim e me elogiando, e só me citam em enumerações. Porém existe dentro de mim a respeito deles uma verdade que não é propriamente a de você embora eu concorde com muitas das coisas que você afirma. Te garanto que é a minha verdade e eu respeito minha verdade. Porém o que provocou esta resposta tão em regra e tão contra o meu costume que é de escrever cartas e não responder cartas foi o último periodo da sua carta em que você positivamente me feriu. Fiquei ofendido e abatido e engraçado foi o procedimento do meu anjo-da-guarda que só me deixou ler a carta quando eu já não

podia demonstrar preocupação. Cheguei em casa às cinco e vinte de tarde e dou com três cartas registradas, a de você e duas uma do Renato e outra do Martins de Almeida. Ora justamente às cinco e vinte Germaninha devia chegar em casa pra eu leva-la ao chá de dona Olivia Penteadó que a convidara pra isso espontaneamente. E eu inda tinha que trocar roupa de trabalho e me limpar um pouco da sujeira da vida.

Germaninha chegou e eu estava lendo as cartas sem ter feito nada. Era lógico que deixara a de você pro fim por ser de você além da importância que devia ter. Larguei das cartas e me vesti num atimo. Enquanto esperavamos automovel acabei de ler a do Renato me visitando pela doença e a do Martins de Almeida contando o abatimento do Alphonsus e discutindo o Ismael Neri. Chegou o forde botei a carta de você no bolso com intenção de ler na viagem. Pedi licença pra Germaninha porêem logo com o primeiro período fiquei horrorizado e deixei pra depois. Esse depois foi depois do chá e depois dum jantar oferecido pra Germaninha pelo grupo Tacito Couto Rubens Gui Baby, eu não sabia de nada porêem não pude recusar, é lógico. Só em casa às vinte e três que li. Foi bom porque não sei com que cara teria de enganar os outros do que sentia. Você escreve (logo depois da tal história de ter insultado a mãe): “Quem fica mal? Você”, e percebendo que essa frase podia parecer pra mim que você estava querendo que eu entrasse no chinfrim, continuou: “Nem você terá que tomar dores por ninguém”. Você não imagina como essa frase *m'a froissé*. De faro Manú não tenho que tomar as dores por ninguém mesmo porque isso seria ridiculo. Disse francamente pro Gui que o procedimento dele era indigno dele. Digo e disse pra êle como pra todos que o procedimento do Sergio foi nobre. E falando tudo isso creio que não fiquei apenas dentro do suficiente mas fiz papel de mais alguma coisa que a dum senhor que tem relações puramente sociais.

Você não acha mesmo? Diga, que careço de saber só disso. Duma coisa só posso me culpar foi de não ter telegrafado pro Sergio ou pro Prudentico avisando que o Sergio não devia de ir na conferência porêem si o não fiz foi porquê pura e simplesmente essa idea só me veio na cabeça quando você me contou que o Sergio estava lá. Si me lembrasse disso antes teria telegrafado. E quanto à frase de você não imagine que continuo sentido nem que você tem de se desculpar de coisa nenhuma. Num sentido como êsse a gente que se ama verdadeiramente tudo desculpa de antemão, só conto francamente pra você que essa frase me fez sofrer doído. Porquê pressupõe a outra: a gente anda bem sozinho e não carece da ajuda de ninguém. Não, Manú, meu caro, a gente carece da ajuda dos outros. Uns menos outros mais. Você pela propria independencia e força carece menos duma ajuda moral porêem eu que sou o fatigado que sou careço por demais da ajuda dum como você.

Thomas Mann e o Brasil

Como correspondente de O Jornal, Sergio Buarque de Holanda entrevistou Thomas Mann, em Berlim, 1929, que pela primeira vez falou da sua mãe brasileira, Júlia Bruhn da Silva. Era morena e apesar de viver no trópico apenas sete anos jamais esqueceu a infância e a paisagem brasileiras.



Thomas Mann, Berlim, 1929.

Hoje, 18 de dezembro, às dez e meia horas, em frente ao Hotel Adlon Unter den Linden recebe indiferente os primeiros flocos de neve deste inverno. Certo pressentimento de que o romancista d'*Os Buddenbrook* teria esquecido aquela entrevista, marcada há perto de dez dias, na véspera de sua partida para Estocolmo e no meio de um mundo de estudantes que o aclamavam delirantemente à porta da Humboldtthaus, aconselhou-me a procurá-lo antes da hora combinada. Era fácil imaginar que o novo laureado do Prêmio Nobel não tivesse feito grande caso daquele vago compromisso estabelecido às pressas e num momento pouco confortável; seria quase um milagre se eu conseguisse atingir com êxito o meu objetivo. Con-

fesso que não era muito animadora a perspectiva de encontrar-me frente com aquela fisionomia que parece apenas o pretexto para um nariz excessivo e que deve se conformar melhor à ironia do que à afabilidade.

Entrei a rememorar as impressões de meu primeiro encontro com os livros do grande romancista. *Tonio Kröger* e *A morte em Veneza* são duas obras-primas, apenas comparáveis em sua perfeição a certas novelas curtas de Tolstoi, *Mestre e servidor*, por exemplo, e sobretudo a *A Morte de Ivan Ilitch*. Pode-se dizer, sem exagero, que a novela moderna, nascida das obras de Maupassant, de Verga e de Tchekhov chegou aqui a uma perfeição cristalina. Depois *Os Buddenbrook* e *Montanha mágica*, os grandes romances épicos, em que

a multiplicidade e a complexidade da vida atual aparecem transfiguradas através do espírito largamente compreensivo de seu autor, capaz, ao mesmo tempo, de penetrar os meandros mais insignificantes e — quem sabe? — os mais importantes da existência e da sociedade dos homens.

Esse poder singular manifesta-se ainda, e com nitidez, nos ensaios a que Mann se entregou mais recentemente, nessas admiráveis *Meditações de um apolítico* e nos estudos sobre a fisionomia de nosso tempo. Eles nos oferecem o exemplo bastante significativo de uma individualidade que soube dominar esse espírito negador e quase anarquista, que merece o clima próprio aos grandes espíritos e que paira sobre sua obra de ficção para participar da vida ativa de seu país, lutando contra os germes da dissolução que a ameaçavam. Desse modo ele conseguiu construir um humanismo orgânico, segundo a fórmula de Goethe.

A mãe brasileira

Thomas Mann é, além de tudo, um poeta. Toda sua obra está penetrada desse doce lirismo que acentua, sem contradizer — como sucede em tantos escritores alemães —, as qualidades excelentes de sua prosa. Uma poesia que é mais natural à literatura de ficção e que é mais uma poesia de situação que de linguagem. A poesia que nos aparece, por exemplo na *Guerra e paz*, quando Natacha contempla as estrelas de sua janela. E não é significativo que a mesma palavra alemã, *Dichter*, sirva para designar indistintamente o poeta e o romancista?

O novo laureado do Prêmio Nobel recebeu-me imediatamente em seu apartamento do Hotel logo que me anunciei pelo telefone.

— “Não esqueci nossa entrevista. Tenho aqui, infelizmente, uma imensidade de cartões e imagine o que seria de mim se pudesse atender a todas essas pessoas durante as poucas horas que permanecerei ainda em Berlim. Apesar dessa quantidade de compromissos a que tenho sido forçado ultimamente e que, na maioria, não poderei cumprir, acho impossível dispensar o prazer de conversar com um brasileiro”.

A informação que eu lera em certas notícias biográficas acerca da origem brasileira dos irmãos Heinrich e Thomas Mann já me aparecia como uma lenda. Demais vários críticos alemães já me haviam feito duvidar dessas notícias. Um deles, o conhecido historiador de literatura Adolf Bartels, desmente positivamente essa suposição, como se fosse qualquer coisa de lamentável e de quase vergonhoso. Não obstante, dispus-me a obter, a respeito, um esclarecimento. Thomas Mann não me deixou, porém, prosseguir a pergunta.

— “O Brasil faz-me evocar, na verdade, alguns instantes deliciosos de minha infância e de minha mo-



Frau Júlia Bruhn,
mãe do romancista
d' *A Montanha Mágica*.

Creio que a essa origem latina e brasileira, devo certa clareza de estilo e, para dizer como os críticos, um "temperamento pouco germânico".

cidade. Recordo-me de que minha mãe, que era brasileira, e que nasceu em uma fazenda de café ou de açúcar, não me recordo bem, entretinha-me freqüentemente sobre a beleza da baía da Guanabara”...

Não me bastava essa confirmação. Desejava conhecer novos detalhes. E Thomas Mann prestou-se amavelmente a satisfazer minha curiosidade. — A mãe dos irmãos Mann D. Júlia Bruhn da Silva, que faleceu em 1922, com cerca de setenta anos de idade, era filha de um alemão que possuía no Brasil uma fazenda e que se casara com uma crioula, provavelmente de sangue português e indígena. Aos seis ou sete anos foi trazida por seu pai a Lubeck, onde teria melhores possibilidades de uma educação e de uma instrução exemplares. A futura Frau Júlia Mann nunca se esqueceu de sua infância no Brasil e muito mais tarde ainda se recordava de que fora salva por um negro, escravo de seu pai de uma serpente venenosa. Era um tipo caracteristicamente latino (“uma perfeita espanhola”, disse-me Thomas Mann), dotada de um temperamento exaltado, que se deveria adequar com bastante êxito à sua paixão pela música. Apreciava sobretudo Chopin e acompanhava com sua voz suave, as melodias de Schubert, Schumann e Lassen.

A grande influência

A essa mistura de sangues, que influi acentuadamente em seu aspecto físico, deve Thomas Mann, provavelmente, algumas das suas qualidades mais raras de escritor, certa feição característica, que o distingue bastante no conjunto da moderna literatura alemã.

Ainda neste ponto o autor de *Os Buddenbrook* confirmou minha suposição.

— “Sim, creio que a essa origem latina e brasileira devo certa clareza de estilo e, para dizer como os críticos, um ‘temperamento pouco germânico’. Li apaixonadamente os clássicos alemães, os escritores franceses e russos e, especialmente, os ingleses, mas estou certo de que a influência mais decisiva sobre minha obra resulta do sangue brasileiro que herdei de minha mãe. Penso que nunca será demais acentuar essa influência quando se critique a minha obra ou a de meu irmão Heinrich.”

— Creio que sobretudo a sua, repliquei. O autor de *Der Untertan* parece-me mais próximo da média dos autores alemães e, desde seu aspecto físico, creio que tem pouca coisa de latino.

— “Penso ao contrário. Não sei se por que me habituei a descobrir certa semelhança vaga entre sua fisionomia e a de Anatole France. De qualquer modo acho essencial para a compreensão de nossas obras tão diversas o conhecimento dessa origem brasileira. A curiosidade pelo Brasil e pelos assuntos brasileiros fará com que um dia próximo, visite o vosso país, onde desejo

reviver as impressões de infância de minha mãe. É uma velha aspiração que penso realizar o mais brevemente possível. Dou grande significação aos traços que deixou em minha obra a origem brasileira de minha família materna e ainda há pouco, comprometi-me com a revista *Duco*, órgão de aproximação teuto-brasileira, a escrever um artigo a respeito; infelizmente terei de adiar por alguns dias esse compromisso, até que encontre o necessário repouso de espírito».

Durante os poucos momentos da conversação que mantive com o romancista de *Zauberberg* pude observar, sobretudo, o seu grande interesse pelo nosso país. Não se cansava de indagar sobre as coisas brasileiras, sobre a nossa vida social, a nossa literatura. Mostrou-se bastante admirado quando lhe informei de que seus livros não eram desconhecidos no Brasil, posto que principalmente através de traduções francesas.

Trazia comigo um exemplar de *Os Buddenbrook*. Thomas Mann observou-me que dos seus romances é o de leitura mais fácil para os estrangeiros.

— “Todos se queixam de que *Zauberberg* é de leitura difícil. E no entanto considero esse romance minha obra-prima. Sua tradução francesa está anunciada para estes dias e graças a ela os brasileiros, que ignoram o alemão, poderão, possivelmente, conhecer o principal de minha obra.”

O grande romancista falou-me ainda de sua vida e de sua obra, mas nada me pareceu tão relevante para os leitores brasileiros como o que me disse acerca da origem de sua família materna. Teremos assim, de certo modo, um motivo razoável de orgulho e de alegria com essa vitória alemã na competição para o Prêmio Nobel.

A viagem a Nápoles

É um dos raros textos de ficção de SBH e, por sinal, de experimentação surrealista de caráter autobiográfico, evocando passagens da sua infância.

A escrita direta, tal como a praticou também Prudente de Moraes, neto, era algo de inédito no Brasil, onde o surrealismo foi exercitado por poucos escritores. O conto fantástico de SBH foi publicado pela primeira vez na Revista Nova, São Paulo, 1932.

Agora que lhe furtaram os dois dentes da frente, a vida vai perder seguramente todo o seu sabor. Belarmino mexeu-se agitado entre lençóis e enxugou uma lágrima. Já era tempo de Marceniría vir arrumar o quarto — Anda daí preguiçoso! Espera um bocadinho que vou dizer a seu pai, já e já! — O pior é que vai chegando a hora de ir à escola e ele não se pode habituar a essa idéia. Que dirão os colegas quando aparecer daquele jeito?

Belarmino custou a levantar-se porque tinha um lado todo dormente. A cadeira em que se apoiou deu um escorregão e quebrou uma perna. Ele quis endireitar, mas não havia mais remédio. E depois Marceniría tinha espiado da janela e vira tudo. Seus olhos parecia que queriam saltar do rosto. Sua pele cor de avelã foi embranquecendo a ponto de se confundir inteiramente com a parede do fundo. — Como é que você me faz uma coisa dessas, seu peste! Não sabe que foi nessa cadeira que nasceu Nosso Senhor Jesus Cristo?

Belarmino deu um grito tão desesperado que a mãe dele veio correndo cheia de susto. — Não pense mais nisso, meu filho, eu sei que a sua aflição é por causa dos dentes. Mas não se incomode, que ninguém há de caçoar com você. E é mesmo melhor assim, porque eles respeitarão sua cara e aposto como dentro de pouco tempo você irá para a divisão dos maiores. Se quiser um bom conselho de mamãe, que só deseja o seu bem, leve para a escola um copo cheio de água e beba um gole de cinco em cinco minutos. Desse jeito, quando você chegar à Praça da República, os dentes estarão certamente crescidos. Mas cuidado para não entornar na roupa, pois não quero ninguém com veneno aqui em casa.

Enquanto sua mãe falava Belarmino observou ne-

la qualquer coisa de extraordinário. A princípio as palavras saíam naturalmente, mas logo depois os lábios foram ficando parados. A ponta do nariz entrou a crescer de modo desmesurado, esforçando-se por chegar até a boca. Os cabelos, de ordinário escuros, se foram alourando, tal e qual os de Dona Catarina Honório. E até mesmo o vestido preto, com gola e punhos cor de creme era igualzinho ao da professora no dia da Festa da Bandeira. Belarmino teve vontade de rir, embora o fato, na verdade, nada tivesse de risível. — Já são oito horas no relógio da sala disse ainda sua mãe, como se se tratasse de um acontecimento extraordinariamente importante. E abandonou o quarto com um profundo suspiro.

Agora já não era o medo dos professores, a falta de dentes que o desmoralizaria perante os colegas, não era nada disso o que afligia Belarmino. Ele nunca tinha ido ao Jardim da Aclimação, mas as palavras do Moacir ainda cantavam sedutoras em seus ouvidos. Como não admirar a coragem do irmão desse colega, cujas façanhas prodigiosas conquistavam merecidamente o respeito de todo o mundo? “É bastante que se pague mil e quinhentos à mulher dos botes e pode-se remar à vontade durante uma hora inteira. A princípio é um pouco difícil para quem não sabe, mas tudo é questão de pulso. O principal está do outro lado”. “Um rinoceronte igualzinho ao que vem pintado na *História Natural* de F. T. D.” O homem não tinha deixado o moço entrar na jaula dos leões mas o pai deu cinquenta contos e ele conseguiu tudo quanto queria. Logo ao começo a fera soltou um enorme rugido, mas o Djalma agarrou-lhe as patas e com um peteleco conseguiu deitá-la. Foi coisa de alguns minutos”.



Sergio e
o irmão Jaime,
Personagem
da fantasia
surrealista

Enquanto Belarmino deleitava-se em recordar e imaginar as aventuras dos seus colegas e dos irmãos de seus colegas, uma mosca veio pousar-lhe na testa. Tentou agarrá-la, mas o bichinho impertinente era mais ligeiro e pôs-se a voar dali para a orelha, para o nariz, para o pescoço, sem fazer menção de retirar-se apesar do esforço desesperado que sua vítima empreendia para agarrá-la. Por fim, certamente fatigada desse exercício, voou sobre a parede, bem diante dos olhos de Belarmino. Um sentimento de compaixão pelo pobre inseto impediu-o de matá-la como era ao começo o seu propósito. Observou atentamente aquelas asas cobertas de nervuras quase imperceptíveis e a parte que fica entre as asas, que não é preta como ele sempre julgara, mas cheia de risquinhos mais claros. A mosca dava alguns passos, esfregava uma na outra as patas da frente e tornava andar para repetir mais adiante aquela manobra.

Finalmente voou para os lados da janela e Belarmino perdeu-a de vista. — Não se esqueça de fazer suas orações da manhã! — disse a mãe da sala. Sua voz era hoje particularmente doce como sucedia todas as vezes em que desejava obter do filho qualquer coisa contra a vontade dele. Belarmino achava detestável esse jeito de tratá-lo como a uma criança de cinco anos, mas desta vez sentia-se disposto a obedecer. Era uma espécie de compensação prévia pelo terrível pecado que ia cometer. Depois os seus sentimentos sempre tinham sido religiosos ao extremo, principalmente quando estava para realizar uma ação extraordinária e perigosa. Ajoelhou-se de um salto, persignou-se cheio de fervor e disse contrito o “Padre-Nosso”, a “Ave-Maria”, o “Pelo-sinal” e uma pequenina prece que tinha aprendido em pequeno e recitava todas as noites antes de se deitar.

*Oh Maria, minha Mãe!
Protegei e abençoai,
De todo o coração,
Vosso filhinho que vos ama,
Belarmino.*

II

Na rua sentiu a impressão de ser um conspirador. Uma coisa desagradável subia-lhe do estômago. O mesmo esquisito mal-estar que experimentava quando fumou escondido o primeiro cigarro, quando roubou a gilete do cunhado para raspar os cabelos da perna, ou quando subiu ao sótão da casa da rua Helvetia para ler os cartões postais que o avô guarda na mala grande. Marcenaria diz que isso é a dor da consciência.

Todos os transeuntes encaram-o com olhar alarmado. Há tempo ele já observara que as pessoas desconhecidas têm qualquer coisa de comum. Agora elas apresentavam, além disso, um aspecto extraordinário, quase assustador. Passam pelo seu caminho homens si-

lenciosos, muitos deles barbados, que pelo modo de olhar fixamente dão a impressão de terem saído da Casa da Correção ou dos cartazes. De vez em quando essas visões parece que se dissipam momentaneamente e dão lugar então a figuras mais familiares, aspectos e fisionomias menos inacessíveis. Atrás dos plátanos amarelados da rua Sabará quase não se viam as casas guarnecidas de jardins. Duas raparigas, uma de branco e outra com um vestido verde de pintinhas amarelas, dão uma gargalhada. Acham graça, provavelmente, do seu ar desajeitado. Logo adiante, bem em sua frente, uma senhora jovem e elegante encontra-se com um rapaz de chapéu verde. Como se sentem felizes por esse encontro.

Ele tinha pensado nela precisamente agora. O que está fazendo por aquelas horas? O rapaz acende displicentemente um cigarro, deixa sair uma longa bafurada e enquanto ela explica qualquer coisa excessivamente interessante, atira o fósforo no meio da rua. O pequeno colegial deve ter produzido alguma curiosidade, porque a moça parou de repente sua explicação e o rapaz de chapéu verde pôs-se a falar-lhe tão baixinho que não se lhe podiam distinguir as palavras.

Por que motivo ninguém olha naturalmente para ele, se é um transeunte igual aos outros? Belarmino sente em si qualquer coisa que o diferencia, que o desmerece perante os outros, que faz dele um personagem particular e quase extravagante. Sabe as esquisitices que pratica, muitas vezes sem mesmo reparar, e que ele próprio considera como um estigma humilhante. A mania que lhe vem certas vezes de contar os passos que dá desde casa até o bonde. Ou o hábito de cobrir as orelhas quando se deita, de medo que alguém as venha puxar durante o sono. Agora mesmo dava-se, sem pensar, ao seu antigo costume de pisar só no meio de cada um dos quadrados de cimento marcados na calçada, sem tocar com os pés nos riscos. Isso torna-lhe o jeito de andar francamente extravagante, porque em vez de caminhar como os outros, como todo o mundo, dá ora passinhos minúsculos, ora verdadeiros saltos de extensão. Essa mania detestável acentua-se ainda mais durante a noite, quando vem sozinho para casa e se supõe perseguido pelo demônio. Não é pois de admirar que chame a atenção dos passantes.

O mais grave é que essas esquisitices além do seu jeito desengonçado de fazer tudo, da dificuldade de ouvir, de entender e de se fazer entender com clareza, produziam, não raro, episódios grotescos e por vezes lamentáveis. Justamente agora toda essa grande inquietação que possuía Belarmino resultava principalmente de um desses episódios, ocorrido na véspera. Ao ser chamado pelo professor Dr. Zenon Cleantes de Oliveira para definir uma planta da família das leguminosas, conseguiu dizer, depois de muito gaguejar:

— Como feijão.

A resposta do professor foi apenas um sinal para

***Sabe as esquisitices que pratica,
muitas vezes sem mesmo reparar,
e que ele próprio considera
como um estigma humilhante***

a mixórdia geral, que se engatilhara desde que Belarmino se pusera em pé:

— Sei muito bem que o senhor gosta de comer feijão, mas explique-se com maior clareza.

Seu companheiro Neiva aproveitou o momento para puxar a aba do paletó de Belarmino e fê-lo com tamanha violência que o pobre caiu sentado no banco. As gargalhadas, os guinchos, os assobios e os gritos só tiveram um fim, quando entre risonho e severo, o professor Zenon exclamou, batendo com a regua sobre a mesa:

— O Sr. Neiva para o canto!

III

Ele tinha bem na memória a sala onde depois dessa cena, e sem saber por que, foi trancado de castigo. Não havia ali nenhuma cadeira, de modo que seria forçado a ficar encostado em um canto durante todo o tempo. Além da porta e das duas janelas que ficavam do lado oposto, nada se destacava sobre as paredes brancas, a não ser, em uma delas, o retrato de Tiradentes cercado de uma moldura de ouro. Por baixo do retrato cruzavam-se um ramo de cafeeiro e outro de tabaco, as duas principais produções agrícolas do Brasil. No assoalho, ao centro, via-se um grande espaço mais claro que o resto. Certamente haviam tirado dali um tapete.

De repente veio-lhe a idéia de que atrás do retrato de Tiradentes devia haver qualquer coisa. Toda a questão era retirá-lo dali. Como estivesse em um lugar muito alto, Belarmino tomou algumas folhas de papel do bolso para lançar atrás do precioso retrato. Mas depois de umas duas tentativas sem resultado, a bola prendeu-se no cordão que o pendurava à parede. Era de todo impossível retirá-la daquele lugar. E, além disso, o quadro ficara entortado e todo o mundo acabaria descobrindo o autor dessa miséria. O fato era tanto mais grave quanto o patriotismo dos professores não podia admitir qualquer irreverência, ainda que involuntária, à figura do Mártir da Inconfidência. Seria possível remediar, talvez, esse mal, caso Belarmino tivesse no bolso outros papéis com que fazer mais uma bola. E ainda nesse caso, quem sabe se a outra bola não ficaria junto com a primeira, contribuindo para que a desgraça fosse mais patente? Enquanto se entretinha nessas cogitações lembrou-se subitamente de um fato, que acabou por lançá-lo no maior desespero. Justamente naquele dia um dos seus colegas, o Pessoa, que era rapaz alto e silencioso, com o rosto todo coberto de espinhas, passara-lhe por debaixo do banco, na sala de aula, um papel com desenhos representando um homem e uma mulher inteiramente nus, além de muitas outras indecências. Se esse papel estivesse entre os que Belarmino jogara atrás do quadro? Na verdade não podia estar em outra parte. Belarmino teve então um grande medo e começou a chorar. Mas não havia tempo a perder e pro-

curou em torno algum objeto que pudesse lançar atrás do quadro para deslocar a bola de papel. Desde o princípio pôs-se a pensar no relógio. Seria uma pena estragar à toa um objeto de estimação que, além do mais ele recebera em um dia de aniversário. Mas raciocinou e viu que não se salvaria por outro jeito. Em casa era só dizer que o relógio havia caído durante o recreio, todo o mundo acabaria acreditando e mandariam concertá-lo. Assim mesmo, para que a queda não fosse muito violenta, Belarmino teve o cuidado de estender o paletó sobre o assoalho, debaixo do quadro.

Mas, seja pelo receio de estragar demasiado o relógio, seja por qualquer outro motivo, não o jogou com muita energia e o resultado foi o mais desastroso que se possa imaginar. Em vez de ir para as costas do quadro o relógio bateu no vidro, que — Santo Deus! — se quebrou em uma porção de pedaços. Belarmino, pálido de susto, mal pôde conter um grito. Viu que só lhe restava apanhar os cacos de vidro espalhados pelo chão. Mas justamente quando se preparava para agir, sentiu um ruído para os lados da porta e apenas teve tempo de vestir o paletó, colocar o relógio na algibeira e tentar compor a fisionomia, para não lhe notarem a emoção e o desastre que a produzira.

Foi então que entrou solenemente na sala trazendo uma laranja em cada mão o professor Sr. Carvalho. Depois de dar alguns passos aparentemente sem perceber o resultado da imprudência de Belarmino fez a este um sinal para que se retirasse e ficou sozinho na sala.

Eis aí o que se passara naquela maldita tarde da véspera e continuava perseguindo o pobre colegial com tanta insistência.

IV

Belarmino já respirava dificilmente quando deparou os portões do Jardim da Aclimação. Ainda tinha uns poucos níqueis no bolso, pois sua mãe o avisara de que os bondes estavam dando muita escarlatina e que, por isso, seria conveniente andar a pé. Agora só lhe restava sentar-se numa pedra e esperar pacientemente que as coisas tomassem seu verdadeiro rumo. Mas não havia nenhuma pedra e Belarmino estava tão cansado de andar, que chegou a cair, como um morto.

Então surgiu um transeunte desconhecido, que exclamou: — Levemo-lo sem demora, pois muito se parece com o nosso Belarmino. (Ora tratava-se justamente de Belarmino mas o transeunte ainda não sabia). Depois deu ao colegial um copo cheio d'água e disse chamar-se Dicotiledôneo. O transeunte possuía bigodes espessos e opulentos, terminados em ponta, e que lhe davam, na verdade, um aspecto admirável. Os enfeites e dourados do seu uniforme realçavam-lhe ainda mais o busto bem formado e os largos ombros. Os olhos desprendiam uma doçura singular, que oferecia

acentuado contraste com o seu porte marcial. Conquanto jamais tivesse ouvido falar no nome pelo qual se anunciava o desconhecido, Belarmino viu logo que aquele bonito uniforme só podia pertencer a um personagem da mais alta importância e merecedor de toda a boa-fé. Diante dessa reflexão entrou a narrar-lhe toda a sua história, desde o princípio. Explicou detalhadamente o motivo pelo qual tivera receio de comparecer à Escola Modelo e de que jeito, atraído pela nomeada do Jardim da Aclimação, chegara àquelas paragens.

Depois de ouvir atentamente as palavras de Belarmino, Dicotiledônio exclamou subitamente.

— Agora vamos ter a nossa casa. Nossa filha está à espera de que cheguemos para um grande almoço. Ela é aquela mesmo Dona Leonor que você já conhece do colégio.

Belarmino aceitou sem resistência essa proposta e os dois seguiram por uma rua estreita, que a julgar por todas as aparências, deveria conduzi-los à residência de Dicotiledônio. Mas qual não foi o arrepio de Belarmino ao descobrir-se de repente na Praça da República bem defronte ao portão do colégio. Passado o susto, procurou desvencilhar-se de Dicotiledônio, que sorria bondosamente. Mas essa resolução foi obstada pelo aparecimento de Dona Leonor. Depois de abraçar Belarmino uma porção de vezes, ela foi postar-se ao lado de Dicotiledônio, seu pai. Este adquirira subitamente uma fisionomia tão severa e respeitável, que já não era possível fazer-lhe qualquer indagação. E assim dirigiram-se os três para os lados do Jardim da Infância, dando a volta pela ala direita do edifício grande. Um protesto de Belarmino seria não só inconveniente, como também inútil. O braço de Dicotiledônio, colocado como por um gesto displicente sobre os ombros, na verdade empurrava-o para a direção visada tornando infrutífero qualquer movimento de rebeldia.

Quando chegaram ao pátio, como fosse hora do recreio, Belarmino encontrou logo à primeira vista uma cena que já lhe era familiar: o professor Carvalho divertindo-se em jogar peteca com os alunos do quarto ano.

Ao perceber o trio que se aproximava o Sr. Carvalho pôs-se a olhar furioso para Belarmino:

— Jovem! (foram suas palavras) Você cometeu um grave e hediondo crime, que depõe contra o bom nome desta casa de educação e, por isso mesmo, vou conduzi-lo, sem perda de tempo, ao Alto Tribunal da Escola. Fique desde já sabendo que ali não há meias medidas nem condescendências. Timbrei sempre em ser correto e, até certo ponto, complacente para com os meus alunos. Mas seu ato encheu as medidas de minha longa paciência. Não há como perdoá-lo. Devo responder perante mim próprio e perante a boa-fé dos pais que confiam os seus filhos à sabedoria e à experiência proverbiais deste seu criado. Orgulho-me de ter tido

como discípulos um Tiradentes, um Benjamim Constant e sobretudo um Floriano Peixoto, estrelas de primeira grandeza no céu sem nuvens da história pátria. De modo que bem se pode dizer, como o poeta:

*Abaixai-vos heróis do velho Mundo,
Que outro valor mais alto se alevanta.*

E é por isso mesmo, por isso que quero formar cada um de vós à imagem sacrossanta dessas figuras insignes, que sou levado muitas vezes, como neste caso, até as últimas extremidades.

Os alunos ouviram esse discurso num silêncio religioso. O olhar de Dicotiledônio perdera muito da doçura de pouco antes, mas via-se que esse homem tudo faria para ser agradável a Belarmino. Dona Leonor tinha começado a chorar copiosamente.

A cena modificou-se com o aparecimento de Dona Catarina Honório. Aproximou-se do grupo e reconhecendo Belarmino, a professora manifestou-se excessivamente irritada. E no instante em que todos olhavam para o alto por causa do aeroplano de Edú Chaves, chegou a puxar com tamanha violência os cabelos de seu aluno, que ele sentiu vontade de gritar por socorro.

— Vem ou não vem? — exclamava. E supondo que ninguém reparava seus manejos, pôs-se a dar terríveis socos no pescoço, nas faces e sobretudo no ventre de Belarmino.

Mas Dona Leonor que assistia a esse espetáculo não pôde conter sua voz chorosa, mas enérgica.

— Os estatutos do colégio proibem essas demonstrações, disse.

— Mas não proibem menos que se atirem papéis obscenos atrás do retrato do Mártir da Inconfidência.

— A senhora mostra-se excessivamente zelosa.

Dicotiledônio pareceu aprovar com um gesto de cabeça a intervenção de sua filha. As demais pessoas mantinham-se silenciosas.

— Vem ou não vem? falou de novo Dona Catarina Honório e sua voz agora era menos ríspida. Anda — continuou — você vai ter uma conversazinha com os encarregados do Tribunal da Escola.

— Não vou — exclamou desta vez Belarmino criando coragem. Mas sua coragem não tardou a ser dissipada pelo olhar aterrorizado que lhe lançou Dona Leonor.

— Você verá se alguém pode resistir às minhas ordens, falou Dona Catarina. (E ela tinha razão).

Dito isso, agarrou do paletó de Belarmino, conduziu-o em direção ao edifício, acompanhada do Sr. Carvalho, Dicotiledônio. Dona Leonor e alguns alunos. Antes de entrarem no Tribunal, o Sr. Carvalho e Dicotiledônio abotoaram os casacos e pentearam-se de frente do espelho do corredor.

A sala era precisamente a mesma em que Belar-

***Devo responder perante mim
próprio e perante a boa-fé dos pais
que confiam os seus filhos
à sabedoria e à experiência
proverbiais deste seu criado***

mino ficara de castigo no dia anterior. Mas desta vez um exquisiteso mobiliário, inúmeras bandeirolas verdes e amarelas e serpentinas com as mesmas côres, distribuídas profusamente por todos os lados, davam-lhe um aspecto particularmente festivo. Além disso, justamente no lugar onde Belarmino percebera na véspera um espaço mais claro, achava-se uma cama, onde repousava o Sr. Zenon.

Quando todos já se achavam dentro da sala, o professor Zenon sentou-se no meio da cama, ao mesmo tempo em que afastava o cortinado transparente e exclamava:

— A sessão está aberta!

Então todos os professores que já estavam na sala, bem como os que entraram depois, puseram-se a falar ao mesmo tempo, de modo que ninguém podia perceber com nitidez o sentido de suas palavras. Dona Catarina Honório exigia expressamente que Belarmino fosse condenado a um suplício idêntico àquele que D. Maria I impusera ao Mártir de Inconfidência, cujo retrato dominava o recinto. O próprio Sr. Zenon interveio no debate para sugerir que antes de qualquer deliberação definitiva a mão de Belarmino fosse espalmada sobre a chapa ardente de um fogão, permanecendo ali durante cinco minutos. E tirou de sob o travesseiro uma folha de papel, coberta de desenhos obscenos, feitos a lapis de côr e subordinados a este título: “Dicionário de gravuras”. Era o corpo de delito. Belarmino reconheceu prontamente a mesma folha que, num gesto imprudente, lançara, entre outras, atrás do quadro venerável de Tiradentes. O papel passou de mão em mão, foi atentamente considerado por todos os professores, que proferiram exclamações indignadas, por Dicotiledôneo e finalmente por Dona Leonor que o colocou dentro da bolsa.

— Não! Já não posso mais! falou bruscamente o Sr. Zenon. Vou retirar-me deste ambiente empestado. Vou lavar as mãos ... como Pilatos...

Seus cabelos fortemente anelados pareciam querer desmanchar-se sobre os olhos, sobre o rosto acobreado e mesmo sobre o queixo, aquele seu queixo dividido em duas partes e que lhe dava um ar tão expressivo.

— Como? exclamaram os professores esboçando um gesto inútil, pois o Sr. Zenon já se sentara outra vez na cama. E depois de uma pausa voltando-se para Belarmino dirigiu-lhe este discurso:

— O seu ato é de qualquer maneira imperdoável. Um jovem de sua idade, que leva os maus instintos ao ponto de desenhar semelhantes imundícies, deveria ser escarnecido pelos seus colegas, pisado pelos professores, cuspidado, enxovalhado, jogado fora, como se faz com qualquer coisa que não presta. Os burros têm mais compostura, os animais do campo são menos ousados.

O curto silêncio que sucedeu a essas palavras foi interrompido por Dicotiledôneo, que, certamente pa-

ra distrair a atenção dos professores, propôs que Belarmino recitasse uma poesia. Todo o mundo pareceu aceita com agrado a proposição de Dicotiledôneo. Foi então que Belarmino se pôs a dizer uns versos que começam assim: *São Paulo, terra de heróis e berço de guerreiros. Tu és a Estrela mais brilhante e pura, o mais belo florão dos brasileiros!*

Mas aqui Dona Catarina, que detestava a probabilidade de Belarmino sair-se bem no recitativo, interrompeu-o dizendo:

— Vejam só que falta de entonação; que miséria de dicção. Dir-se-ia que ele esqueceu quanto me canso de ensinar todos os dias. E querem ouvir mais? Até hoje ele não conseguiu aprender uma única lição de História Natural. Quanto à Aritmetica não passou dos números primos. Ignora a existência da prova dos nove. Jamais aprenderá a dividir números compostos de mais de dois algarismos.

— Mas talvez seja um aluno distinto em português... exclamou Dicotiledôneo.

— Distinto? É boa! Escreve nomes próprios com letra minúscula; não data nem assina suas provas... Querem uma amostra? E voltando-se para Belarmino: O que quer dizer anástrofe?

— É a figura de sintaxe, que consiste na ...

— Bobo alegre! Ignorante! Que consiste propriamente...

— Que consiste propriamente na inversão dos termos, isto é, na descolocação pela anteposição ou posposição dos termos.

— Um exemplo! Anda! Não quero que os meus alunos decorem que nem papagaios! gritou Dona Catarina. Toda a sua fisionomia demonstrava uma grande impaciência.

Mas Belarmino calava-se. Então Dona Catarina Honório vermelha de indignação, exclamou:

— Agora não é ignorância somente. É também teima e capricho. O exemplo que sempre tenho ensinado é este: “Era naquele tempo clara a fama de D. Duarte de Meneses”. Todos os seus colegas já conhecem essa frase, que é um exemplo admirável.

— Pode ser que sim, pode ser que não! exclamou o Sr. Carvalho. Quanto a mim, acho preferível a esse exemplo português, este outro do nosso genial Gonçalves de Magalhães: “*E em montes alquebrado o dorso enruga*”.

— De qualquer maneira, continuou Dona Catarina Honório, creio que família desse moço pensa que isto aqui é hospital de doentes mentais. Mas saiba ele que eu não nasci para enfermeira. Tenho mais que fazer.

— Realmente, disse então o Sr. Zenon. E depois de uma pausa, voltando-se para Belarmino: — Veja que ninguém mais o defende, nem mesmo Dicotiledôneo. A própria Dona Leonor está calada! (Mas ela não estava calada, ela chorava.)

— A julgar pelo desprezo com que trata os heróis da história pátria, imagino bem que não há de ser muito profundo em Geografia do Brasil, disse o Sr. Carvalho.

— Profundo? E Dona Catarina Honório deu uma gargalhada. Imagine que nem ao menos sabe quais são os portos de mar do Estado de São Paulo.

— Menino! exclamou o Sr. Zenon, quais são os portos de mar do Estado de São Paulo?

— Ubatuba, São Sebastião, Santos, Iguape, Cananéia, respondeu Belarmino de um só folego.

— Isso ele aprendeu agora disse Dona Catarina. E aprendeu mal pois faltam alguns portos e sobretudo falta a população de cada município. Além disso é um dos menos assíduos às aulas. Ainda neste mês falhou quatro dias seguidos sem trazer justificção de ausência. E voltando-se para Belarmino, gritou enfurecida: Vamos ver essa justificção que você prometeu para hoje?

Belarmino estava pálido como cera. Sentia uma dor nos pulsos e no peito. Tinha a impressão de que o sufocavam. “Onde está a justificção?” Essa pergunta lembrou-lhe a carta que ainda tinha guardada no bolso, a carta de justificção escrita há uma semana e que ele não tivera a coragem de entregar por causa de um grave erro de gramática. O que pensariam Dona Catarina e todos os professores e sobretudo os alunos quando soubessem que a mãe de Belarmino escrevia a palavra “esperança” com dois ss em lugar de um c cedilhado? E que o próprio nome da professora estava escrito no envelope sem *h*? Então veio-lhe uma nuvem aos olhos e o lábio inferior começou a tremer.

O próprio Sr. Zenon pareceu comover-se um pouco com a confusão do pobre rapaz. Seus olhos fizeram-se pensativos e deixou cair sobre uma das mãos o queixo, aquele queixo dividido em duas partes. Mas de repente ergueu-se ligeiramente e disse estas palavras terríveis:

— Sou certamente pela condenação.

Depois disso, parece que desejava falar mais alguma coisa, mas não chegou a dizer nenhuma palavra. Ouvindo de novo o ruído do aeroplano todos tinham corrido para as janelas. Então Belarmino pôde escutar uma voz muito doce que lhe cantava ao ouvido. Essa voz, que era a de Dona Leonor, dizia:

— Você naturalmente está condenado à morte. Mas não chore, que há um remédio. Fugamos.

— Fugir para onde? sussurrou Belarmino.

— Para Nápoles.

E os dois sumiram. Antes disso, porém, Dona Catarina, tendo virado para trás e percebendo a manobra, pôs-se a gritar desesperadamente ao mesmo tempo em que lançava pedaços de giz na direção da porta.

V

Logo que se viram em lugar mais seguro, a distancia regular da Praça da República, os dois fugitivos começaram a sentir grande apetite. Já era tempo de re-

pararem as forças. Belarmino lembrando-se de que lhe restavam alguns níqueis fez sinal a Dona Leonor para que o esperasse e entrou em uma casa de frutas a fim de comprar de que se nutrirem. Infelizmente essa casa era muito mal sortida, pois só vendia mangas e nozes. E Dona Leonor não comia nenhuma dessas frutas. As mangas por causa do excesso de fibras e porque ela tem as gengivas delicadas; as nozes porque fazem espinhas. Não havia outro remédio senão adiar a realização de seu projeto.

Bruscamente veio aos dois a lembrança de que deveriam partir para Nápoles e o mais depressa possível. Então Belarmino sugeriu que fossem à Repartição dos Correios onde melhor poderiam indagar do itinerário a seguir. Mas justamente quando se dispunham a procurar o dono da Repartição, Dona Leonor puxou-o pela manga do paletó:

— Não faça perguntas inúteis e arriscadas, disse. Isso poderia trazer-nos más conseqüências. O que cumpre fazer é seguir o corredor até onde está aquela mão indicadora. Depois é virar à direita. Mas antes disso passe um lenço em seu chapéu, que está coberto de poeira.

Quando chegaram ao fim do corredor onde se via a mão indicadora, tiveram que atravessar ainda uma galeria e, finalmente, viram-se ante um soberbo jardim. No meio passava um grande rio. Os dois meteram-se em um bote, que parecia estar colocado ali propositalmente para a travessia e em dois tempos desembarcaram do outro lado.

— Agora estamos fora de perigo, disse Dona Leonor.

Belarmino tinha sua atenção distraída por uma casa enigmática, com as venezianas pintadas de preto. Mas Dona Leonor disse-lhe que aquela casa era Nápoles.

Uma grade de ferro com proporções gigantescas fechava a entrada dessa mansão estranha. Ao lado da grade encontravam-se diversas pessoas esperando certamente que a cidade se abrisse. Um senhor tirou o relógio e declarou:

— Só nos resta esperar que chegue o rebanho. Então poderemos penetrar, juntamente com os pastores.

Preocupado com as conversas que ouvia, Belarmino não deu pelo desaparecimento de Dona Leonor. Também ela voltou poucos minutos mais tarde e fez-lhe sinal para que a acompanhasse. Assim puseram-se os dois novamente a caminho, dessa vez como se fossem contornar a misteriosa mansão. Mas chegando aos fundos surgiu-lhes à vista uma espécie de caramanchão coberto de trepadeiras, que mal disfarçavam uma segunda porta de ferro. Entraram. Essa porta dava acesso a uma velha escada, cujos degraus rangiam aos seus passos. Era a velhice e a humanidade, aliás claramente denunciadas pelo insuportável cheiro de mofo desprendido de todos os cantos. Ninguém procuraria esse am-

Bruscamente veio aos dois a lembrança de que deveriam partir para Nápoles e o mais depressa possível

biente de boa vontade e o medo que se apoderara de Belarmino era apenas vencido por sua irresistível curiosidade. A própria Dona Leonor, sempre decidida e corajosa, não parecia menos inquieta.

Finalmente chegaram a um corredor. À direita e à esquerda, grandes portas, solidamente aferrolhadas, pareciam destinadas a ocultar mistérios inconfessáveis. Uma delas, entretanto, ofereceu menos resistência aos empurrões de Belarmino e deixou ver uma fresta, através da qual era possível distinguir-se suficientemente o interior. Mas o que o deixou francamente estupefacto foi perceber, sentado à grande mesa do centro, com as costas voltadas para a porta, um vulto de mulher, que um exame prolongado revelou tratar-se de sua própria mãe. Já se dispunha mesmo a ir beijá-la quando um gesto providencial de Dona Leonor deteve-o ainda a tempo. Mas seu espanto chegou ao cúmulo quando a companheira declarou-lhe com ar de mistério:

— E' o Imperador de Nápoles.

Belarmino encarou-a alarmado, procurando descobrir se ela falava com seriedade, mas encontrou uma fisionomia preocupada e até receosa. Quis protestar, teimou, opôs argumentos, mas acabou cedendo, sem palavra, vencido, contra todas as evidências.

Apesar do barulho que os efeitos desse equívoco poderiam ter produzido, o Imperador não pareceu dar pela presença de pessoas estranhas ali perto. Continuou sentado àquela mesa do centro, de costas para a porta, em atitude de profunda meditação. Os dois continuaram sua caminhada sem encontrar, assim, o menor obstáculo.

Não tardaram em chegar a um salão bem menor que o do Imperador, mas assim mesmo, bastante espaçoso. Um dos cantos era ocupado por um enorme piano de cauda. Um biombo japonês dissimulava, em outro canto, um canapé estragado, de onde partia um cheiro acre de suor e de percevejos. Um espelho partido reproduzia toscamente o semblante lívido de Belarmino e o de sua companheira.

Lá fora, a noite já começava a apagar todas as coisas. Nem ao menos a luz de um lampião manifestava qualquer tentativa de resistência às trevas invasoras.

Dona Leonor lembrou-se de que era necessário acender o gás.

— Espere um momento — disse — vou pedir alguns palitos de fósforos ao Imperador. Será um pretexto para apresentar-lhe as nossas homenagens. E como Belarmino fizesse um gesto para acompanhá-la, disse com voz autoritária: Não! Fique aqui mesmo. Ninguém lhe fará mal. E depois é muito feio um menino de doze anos com medo de ficar sozinho. Sente-se nesta cadeira de couro, que ainda pertenceu a Libero Badaró. Se estiver fatigado deite-se no canapé e cubra-se com aquele sobretudo que está pendurado à parede. Ouviu? E foi-se embora.

Mas Belarmino sentia, cada vez mais, o terror aponderando-se de seu espírito, e correu ao canapé a fim de esconder as orelhas com o sobretudo. No meio daqueles móveis antigos, daquele cheiro de mofo e de podridão, da escuridão, que era cada vez mais intensa, os menores incidentes, uma cortina, que o vento sacudia, o ranger do canapé, o reflexo da lua sobre o assoalho produziam nele movimentos convulsivos de pavor. Esteve a ponto de gritar por socorro. Mas foi detido por uma idéia absurda: a idéia de que o meteriam vivo dentro de um buraco de ratos no rodapé, à cabeceira do sofá. A inverossimilhança de tal possibilidade tornou-se afinal bem patente, mas como esperasse a todo instante pelo regresso de Dona Leonor, dispôs-se a contar até cem, depois do que gritaria com todas as forças que lhe restassem. Mas apenas tinha começado a contar, quando foi interrompido por um reflexo de luz e um rumor dos lados da porta e, logo depois, pelo aparecimento de Dona Leonor que trazia consigo um candeeiro.

Isso restituiu-lhe a calma, embora não se mexesse do canapé. Dona Leonor, depois de acender o gás, foi desmanchar os cabelos diante do espelho. Finalmente aproximou-se sorridente de Belarmino e disse-lhe:

— Sabe de uma boa notícia? O Imperador manda dizer que podemos ficar à vontade durante toda a noite. E sentou-se a seu lado.

Os dois calaram-se. Naquela penumbra, que a meia-luz do gás não dissipava inteiramente, a figura de sua amiga, com os cabelos negros desmanchados sobre o vestido azul, pareceu-lhe ainda mais bonita. Então Belarmino arriscou timidamente a questão que o atormentava desde algum tempo:

— Ficaremos os dois aqui... toda a noite?

— E por que não?

Ela sorriu, mas de um sorriso visivelmente forçado como se simulasse uma grande surpresa. Houve um novo silêncio.

— Ainda está cansado?

— Alguma coisa. Posso dizer que já me sinto bem.

Dona Leonor deixou-se escorregar ao lado dele. Agora sorria novamente. O mesmo sorriso um pouco embaraçado de há pouco. Belarmino sentia uma agitação estranha. Sua respiração era irregular. Ao mesmo tempo, a presença da companheira enchia-lhe de sentimentos agradáveis, de um torpor mágico que lhe invadia o corpo todo. E estava tão satisfeito que a beijou entre os dois olhos, pois gostava muito dela.

E então, como fosse tempo de dormirem, Dona Leonor começou a despir-se rapidamente. Belarmino não ousava fazer o mesmo e considerava com curiosidade os gestos de sua companheira. Mas quando os olhos dela o procuravam, ele fingia olhar para o teto.

— O que é isso? Está com vergonha? exclamou ela sorrindo. Faça o mesmo que eu. A porta está fechada e ninguém nos vê.

Enquanto dizia isso, acabou de se despir. Belarmino não pôde esconder o espanto que lhe produzia o corpo de Dona Leonor. Seus olhos diziam muito bem o que a confusão dos sentimentos o impedia de exprimir com a voz.

Não era certamente imaginação. Ele via com nitidez o perfil de Dona Leonor com o seu vestido azul, que ela vestira em um dos momentos de descanso, com os seus grandes olhos risonhos, com suas ligas, suas coxas. E era ela, ela mesma quem o impelia com tamanha insistência para dentro do buraco de rato. E se tudo aquilo fosse jogo de imaginação, bastaria a angústia em que se achava para ser chamado à realidade. O salão era o mesmo, com os seus móveis antigos, com o espelho quebrado, a cadeira que pertencera a Libero Badaró. As janelas olhavam o mau tempo lá fora. Ouviase mesmo o barulho das gotas de chuva, que tinham começado a cair. Entretanto ele suportaria melhor a idéia de passar ali a noite toda a sua vida, do que a de ser obrigado daí por diante a viver naquele buraco horroroso. Lá dentro haveria com certeza um outro mundo, calculado de propósito para os ratos e para os indivíduos da espécie dele, Belarmino. Um mundo monótono e tenebroso que se pode imaginar cheio de tudo quanto é desagradável, de bancos, de carteiras, de professores, e sobretudo de colegiais. Novo impulso de Dona Leonor distraiu-o dessas imaginações.

— Não! Não! Não quero!

Ele ainda teve tempo de ver o vestido azul desaparecendo na claridade, lá fora.

Depois percebeu, enfim, que lhe seria inútil gritar, estendeu ainda os braços para habituar-se ao terreno, para reconhecer esse mundo lamentável onde, quisesse ou não, seria forçado a viver, daí por diante e, bem ao lado dele, uma coisa mole, repugnante, húmida, cedia e retraía-se aos seus menores movimentos. Imaginou-se invadido pelos vermes, pelos ratos, por toda sorte de imundícies. O seu lado direito, que se apoiava contra o solo, parecia cheio de formigas, que passeavam por ele de modo intolerável. Lá de fora, a voz de Dona Leonor parecia dizer que tudo aquilo era resíduo de café.

Um estremecimento passou-lhe pelo corpo. Procurou escutar:

— Café, exclamava de novo a voz lá fora.

Mais um absurdo! Seus pensamentos pareciam-lhe, aliás, bastante confusos. A figura de Dona Leonor já surgia em sua imaginação estranhamente associada à da copeira Marceniria.

Belarmino fechou os olhos um momento, num esforço decidido para não pensar, para esquecer todas as impressões boas ou más, que vivera naquele dia. Depois disso tomaria ânimo para enfrentar o novo modo de existência. Foi então que um novo empurrão, não se sabe de onde, veio sacudi-lo desse entorpecimento.

O crítico literário Buarque de Holanda

*J.G. Nogueira Moutinho
escreve sobre
a atividade de SBH
sobre a crítica literária,
com que se iniciou
nas letras,
antes de se tornar
professor, mas na
verdade nunca abandonou.
Além de sociólogo e
historiador, como scholar,
foi principalmente
um generalista,
voltado para os temas da
cultura de um modo geral.*

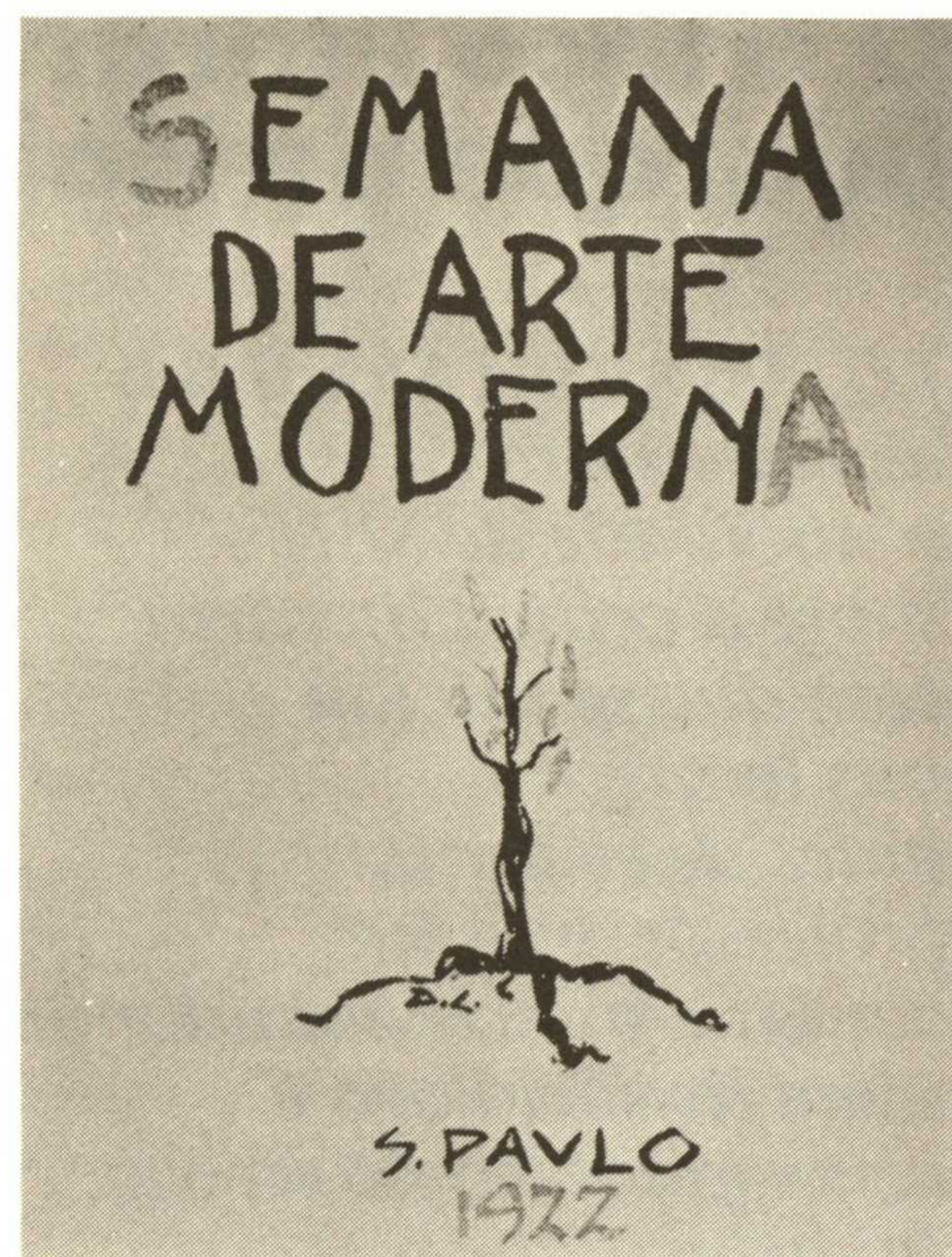
Republicando num volume significativamente denominado *Tentativas de mitologia* escritos aparecidos há mais de trinta anos na imprensa, Sergio Buarque de Holanda vem possibilitar aos de hoje aproximação e convivência com uma das mais altas e percucientes inteligências críticas florescidas entre nós a partir do Modernismo. Embora se defina predominantemente historiador, um raro tipo de

vocação, medularmente ensaística, o torna capaz de interpretar a natureza e a cultura com a mesma familiaridade com que disserta sobre temas do passado. Se a face mais ponderável e rica de sua criação é tributária de Clio, isso se deve a uma escolha íntima ou à convicção de que seria útil à cultura brasileira o aprofundamento de nossas raízes históricas. Se, todavia, o jovem de vinte anos, que com Prudente de Moraes, neto fundou *Estética*, a segunda revista do Modernismo, houvesse decidido cultivar exclusivamente o ensaísmo crítico, a história literária, as amostras constantes deste volume e de *Cobra de vidro* provam que a cultura brasileira não se teria enriquecido menos. Sucede que em Sergio Buarque de Holanda paira, acima dos apelos deste ou daquele gênero, um verdadeiro escritor. Ora, nos escritores verdadeiros, as idéias permeiam todos os recantos do estilo, diz Vitor Hugo, e o fato de ter sido cunhada no século XIX não significa que essa fórmula se tenha desmonetizado: Lucien Febvre, renovador dos estudos históricos também nasceu há cem anos, e para ele, o próprio Sergio é quem o cita, "o perfeito historiador precisa ser um grande escritor".

Na leitura destas *Tentativas* nitidamente se confirma o pressuposto de que o essencial no universo criador é ter estilo, é ser dono de sua língua. O mais vem por acréscimo, ou quase, a captação do real pela *ratio* exigindo o manejo preciso e sutil do instrumento capaz de no-lo devolver inteligivelmente. Em Sergio Buarque de Holanda, a linguagem antes reconstrói os acontecimentos do que se curva ao factual.

Neste livro encontra-se, de resto, um dos três grandes Prefácios que ultimamente estamos devendo ao autor. Os dois outros precedem obras alheias: o *Livro do Tombo*, do Mosteiro de São Bento, publicado por dom Martinho Johnson, O.S.B., e a antologia do pranteado Vinícius de Moraes, *O Operário em construção*.

Bifurcação singularmente compensadora, pois se o primeiro dos prefácios é da pena do historiador, no outro emerge o ensaísta literário: no cruzamento dessas vertentes surpreende-se o escritor *lato sensu*, em privilegiados momentos de sua desvinculada inspiração. A dele é realmente uma linguagem livre, intimamente aderida ao objeto, inapreciável fluidez que só a familiaridade com os segredos do instrumento confere. A conquista desse estilo é relatada por Sergio Buarque em parágrafos exemplares: não só contêm eles rudimentos de uma paidéia como transpiram elegância e modéstia pessoais de que só os aristocratas do espírito são capazes. Esse é apenas um dos motivos pelos quais este volume deve ser freqüentado, no fundo, tais razões são inúmeras. Memorialísticas, evocativas da mocidade, essa circunstância carrega para estas páginas elementos documentais que interessam à história mesmo do Modernismo, pois o período entre a fundação de *Estética* e o aparecimento de *Raízes do Brasil*, no qual



Affiche da Semana de Arte Moderna, Di Cavalcanti.

O Edifício Martinelli, o primeiro arranha-céu de São Paulo, 1929.

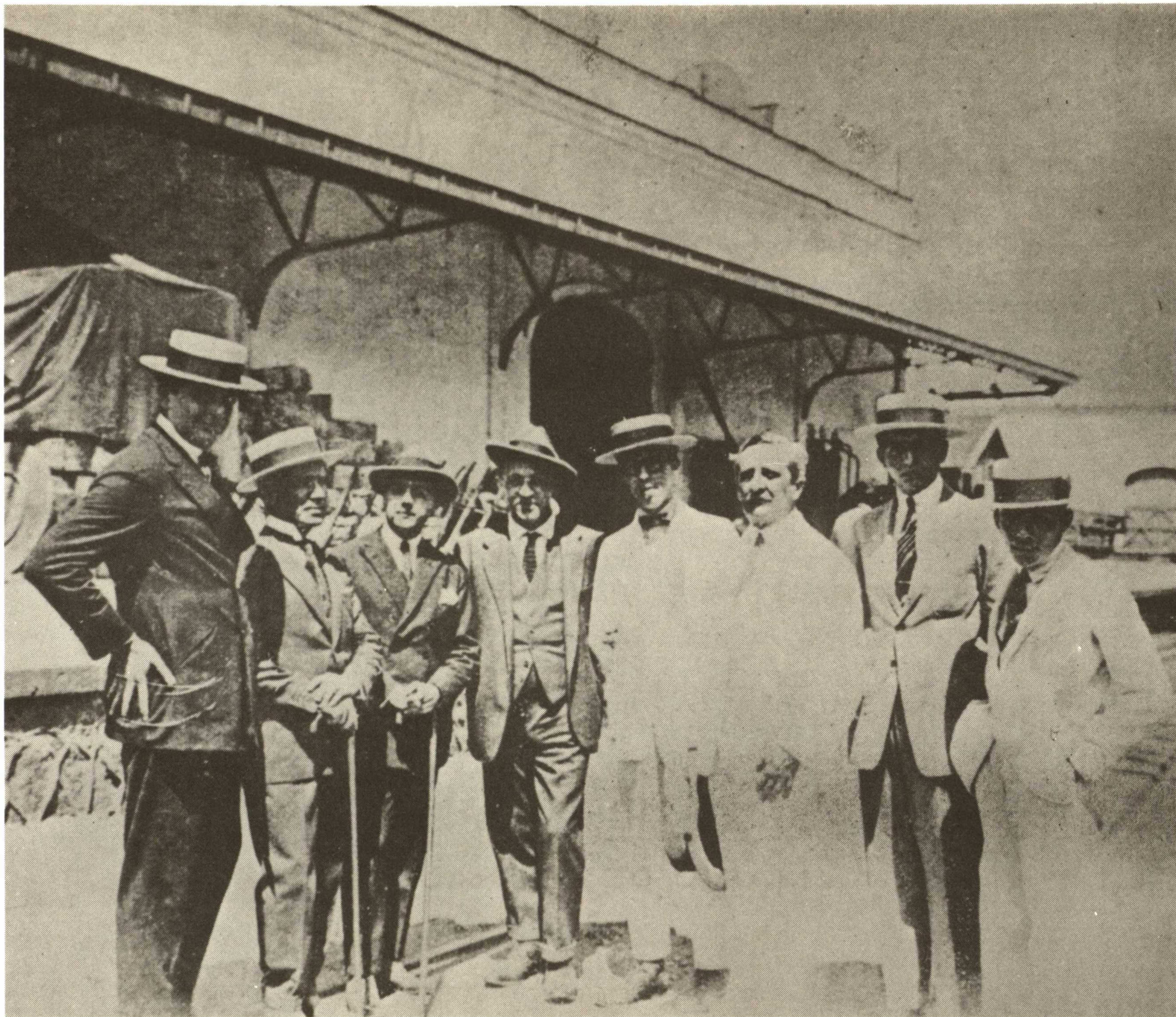
se dá a gestação da cultura brasileira contemporânea, vê-se de uma forma ou de outra aqui capitulado.

Descrito com graça coloquial, o convívio com João Ribeiro e Graça Aranha testemunha rigorosamente sobre o que de antitético havia entre esses dois espíritos. Agudamente dialética, a admirável, impiedosa dissecação do personagem de Graça Aranha, o nuançado relacionamento dos dois plumitivos, Sergio e Prudente, com o monstro sagrado que o autor de *Canaã* encarava, a equilibrada mas implacável descrição da psicologia dele, transformam estes incisivos em verdadeira recriação: a inevitável convergência dos jovens em torno de Cendrars, a não menos incoercível aproximação Graça Aranha—Marinetti, lembradas com objetividade de ficcionista, levam à compreensão dos vários níveis, das crises e divergências estéticas em época de importância seminal em nossa literatura: Graça Aranha foi o Bergotte de Sergio Buarque de Holanda.

Capítulo da biografia sentimental e poética do

seu autor, este prefácio, na descerimoniosa articulação que o estrutura, torna-se, sem querer, página da história literária brasileira. E não será a menor de suas lições provar que o essencial numa biografia, a idéia é de Hegel, é relacionar indissolavelmente o itinerário privado do indivíduo com o largo fundo histórico em que ele se desenrolou.

Ao todo somam dezessete os ensaios reunidos em *Tentativas de mitologia* por Sergio Buarque de Holanda, e, tal como ocorre com a segunda edição de *Cobra de vidro*, provêm tais páginas dos jornais em que, há cerca de trinta anos, foram publicadas: nesta *Folha* à época *Folha da Manhã*, no *Diário Carioca* e no *Diário de Notícias*, ambos do Rio, no *Estado de S. Paulo*. São escritos, todos eles, fundamente marcados por característica que vinha do passado e que logo depois começa a desaparecer da crítica literária jornalística: a extensão e profundidade dos comentários, o tom maior de ensaio que aspira a perpetuar-se



Chegada de Blaise Cendrars no Rio de Janeiro; Paulo Silveira, Américo Facó, Ronald de Carvalho, Blaise Cendrars, Sergio Buarque de Holanda, Graça Aranha, Prudente de Moraes, neto, Guilherme de Almeida.

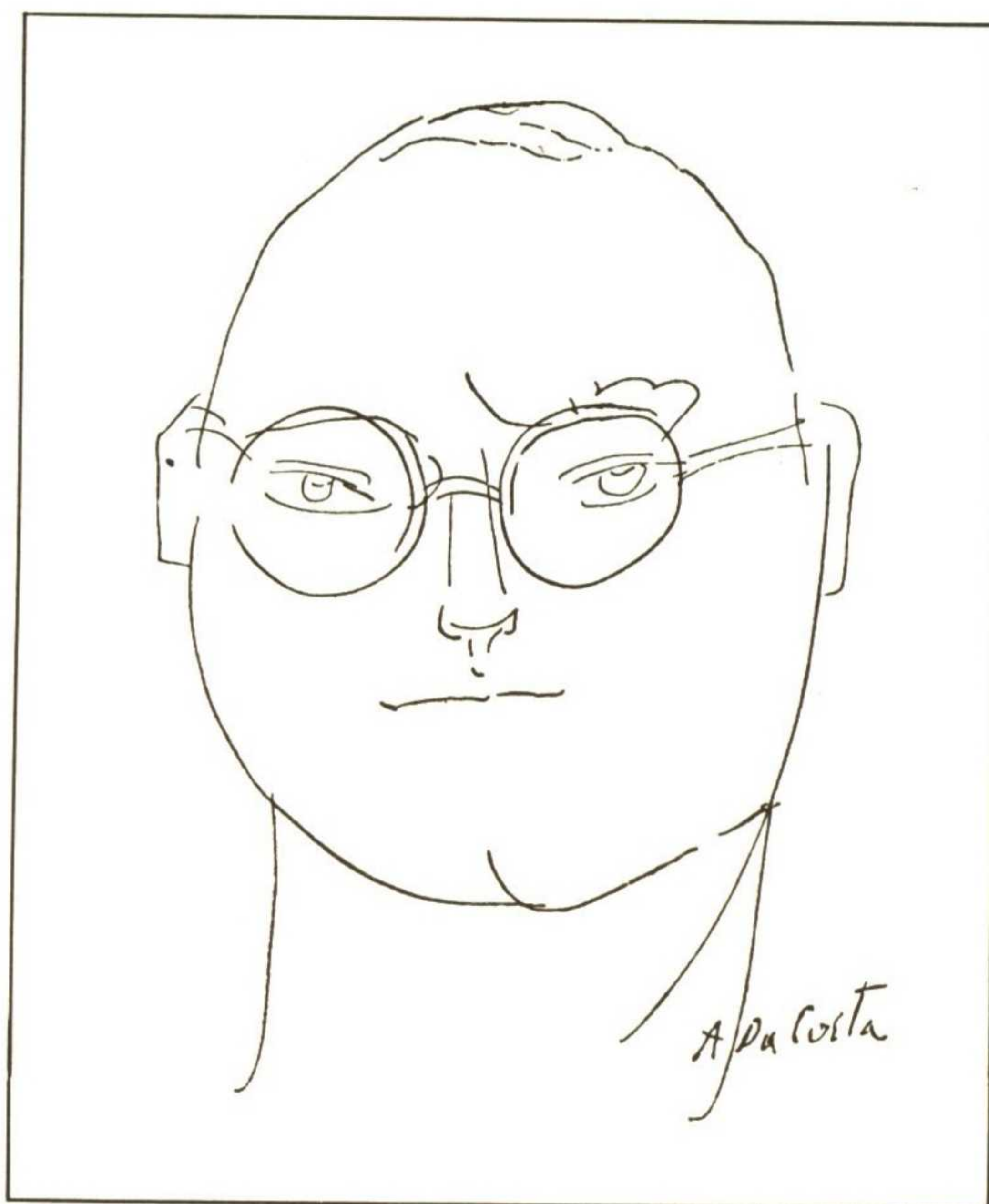
em livro, além do inconseqüente borboletear resenhístico que fenece com o noticiário da véspera, a vocação polêmica essencial a uma disciplina exegética que pretende efetivamente orientar, assumindo posições coerentes e firmes, e, finalmente, coroando esse arcabouço, a riquíssima erudição, o vasto acervo de formação e informação de que o crítico inteligentemente se equipava para autorizar-se a opinar. Iniciando-se com duas polêmicas, a primeira mais para o *hablar fuerte* com Oliveira Viana, "Cultura e política", a segunda mais para o ameno, com Jaime Cortesão, "Um mito geopolítico: a Ilha Brasil", o volume, já de início extrapola dos limites restritos da crítica puramente literária para alçar-se à crítica de idéias, à categoria abrangente de crítica da cultura.

Assim, em "Sociedade patriarcal", "Ingleses no Brasil" e "Ainda ingleses no Brasil", "Tradição e transição" debatem-se temas sociológicos; em "Fundadores da Europa", "Essência e existência", "Poesia e Po-

sitivismo" a tônica é dada pela preocupação especulativa, enquanto que nos indispensáveis ensaios denominados "Da alva Dinamene à moura encantada", "Notas sobre o Barroco", "Hermetismo e crítica", "As cartas chilenas", "Arcades e românticos", "Gosto arcádico", "Depois da Semana", reencontramos um ensaísta que reúne em si agudo teórico estético e admirável conhecedor de nossa história literária, praticando em ambos os domínios com a altitude e largueza de vistas que só a formação cultural europeia de *scholar* possibilita. Este livro e seu irmão mais velho, *Cobra de vidro*, põem a nosso alcance ponderável porção da militância crítica de Sergio, mas ainda há muito disperso inabordavelmente em coleções, como a colaboração dele ao extraordinário jornal de jovens estetas que foi o *Diário Nacional*, onde há quase cinquenta anos apareceu seu original e civilizador ensaio, da especial predileção de Alceu Amoroso Lima, sobre o ainda ignorado Thomas Hardy.

El hombre cordial, producto americano

O pai do homem cordial é Ribeiro Couto e não Sergio Buarque de Holanda, como muita gente imagina equivocadamente. Foi o poeta de Jardim das confidências que falou pela primeira vez nesse personagem, numa carta a Alfonso Reyes, que a publicou no jornalzinho Monterey, editado pela Embaixada do México no Brasil. Ribeiro Couto era então cônsul adjunto na França.



Ribeiro Couto,
desenho de
Antônio da Costa

O verdadeiro americanismo repele a idéia de um indianismo, de um purismo étnico local, de um primitivismo, mas chama a contribuição das raças primitivas ao homem ibérico; de modo que o homem ibérico puro é um erro (classicismo) tão grande como o primitivismo puro (incultura, desconhecimento da marcha do espírito humano em outras idades e outros continentes). É da fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas que deve sair o "sentido americano" (latino), a raça nova, produto de uma cultura e de uma intuição virgem, o homem cordial. Nossa América, a meu ver, está dando

ao mundo isto: o homem cordial. O egoísmo europeu, batido de perseguições religiosas e de catastrofes econômicas, tocado pela intolerância e pela fome, atravessou os mares e fundou ali, no leito das mulheres primitivas e em toda a vastidão generosa daquela terra, a família dos homens cordiais, esses que se distinguem do resto da humanidade por duas características essencialmente americanas: o espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade. Numa palavra, o homem cordial. Atitude oposta do europeu: a suspicácia e o egoísmo do lar fechado a quem passa. (Como é bom, nos *pueblos* e aldeias da nossa América, no seu México



Ribeiro Couto,
Austregésilo
de Athayde,
Sergio Buarque
de Holanda
e Múcio Leão.

como no meu Brasil, mandar entrar o caixeiro-viajante francês que vende peças de linho, ou o engenheiro alemão que está estudando a geologia local, e convidá-lo para almoçar! A gente grita logo lá para dentro: — O' Fulana, manda matar uma galinha!...

“O fato, porém, é que se não somos latinos, nós, oriundos da aventura peninsular celtibérica em terras americanas (alimentada pelas redes nupciais de índias bravias e pela sensualidade dócil de negras fáceis), se não somos latinos, somos *qualquer coisa* de muito diferente pelo espírito e pelo senso da vida quotidiana. Somos povos que gostam de conversar, de fumar para-

dos, de ouvir viola, de cantar modinhas, de amar com pudor, de convidar o estrangeiro a entrar para tomar café, de excluir para o luar em noites claras, à janela: — Mas que luar magnífico! Essa atitude de disponibilidade sentimental é toda nossa, é íbero-americana... Observável nos nadas, nas pequeninas insignificâncias da vida de todos os dias, ela toma vulto aos olhos do crítico, pois são índices dessa civilização cordial que eu considero a contribuição da América Latina ao mundo.

Marselha, 7.3.1931.

Corpo e alma do Brasil

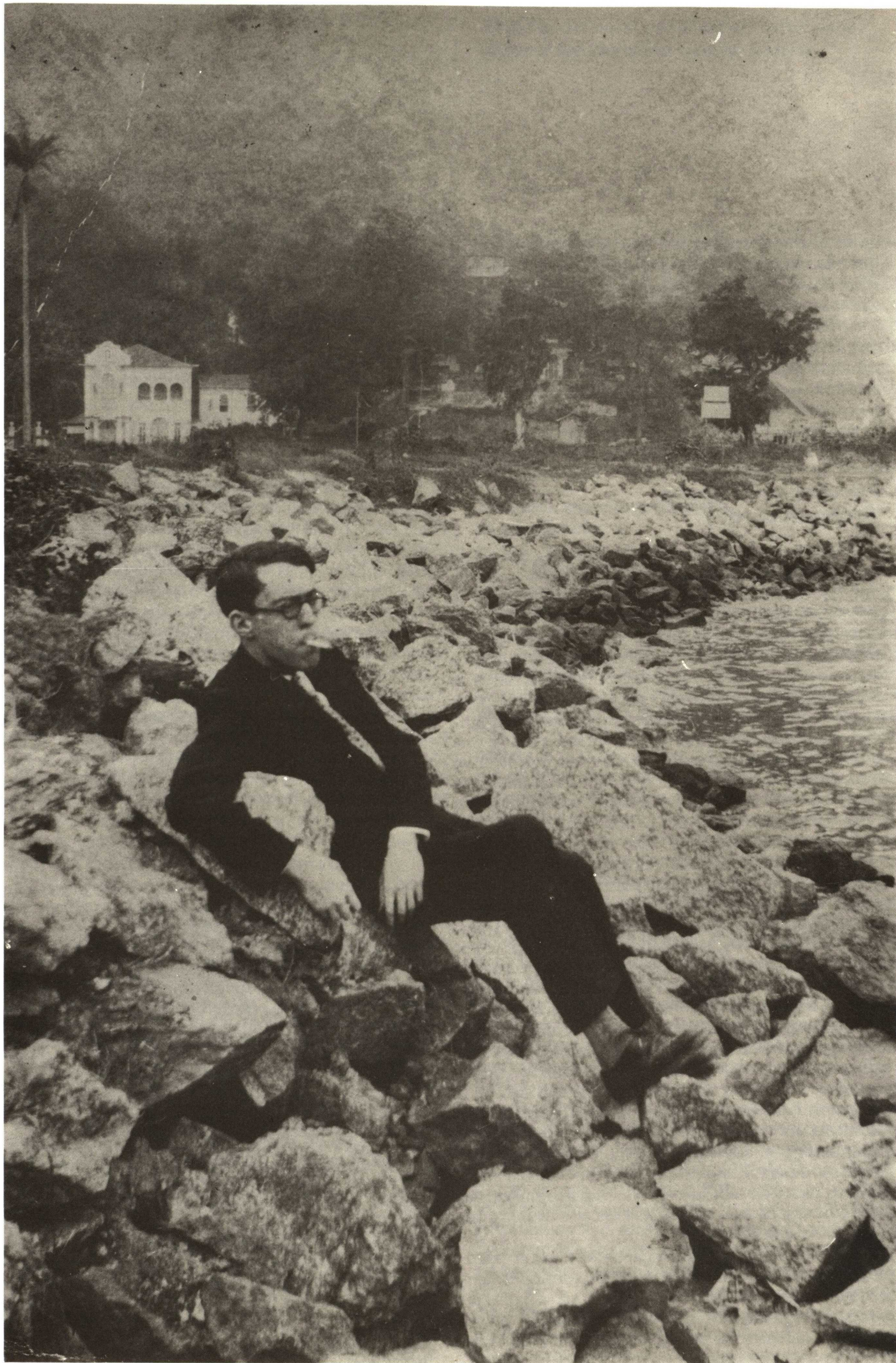
ENSAIO DE PSICOLOGIA SOCIAL

Na revista Espelho (Rio de Janeiro, março, 1935, dirigida por Américo Facó, Sergio Buarque de Holanda publicou uma síntese do que seria seu livro Raízes do Brasil, publicado no ano seguinte, mas cujo título não tinha sido ainda escolhido. Hesitava entre Teoria da América ou Corpo e Alma do Brasil. O livro parecia-lhe muito extenso, o que o levou a numerosos cortes. A idéia inicial do "homem cordial" — motivo de futuras polêmicas e incompreensões — fora inspirada no texto de Ribeiro Couto, publicado em Monterey. Oswald de Andrade sintetizou a psicologia do brasileiro como sendo aquele que age sempre pelo coração, e oscila entre o ódio e o amor.

OSr. Ribeiro Couto teve uma fórmula feliz, quando disse que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o "homem cordial". A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas pelos estrangeiros que nos visitam, formam um aspecto bem definido do caráter nacional. Seria engano supor que, no caso brasileiro, essas formas possam significar "boas maneiras", civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emocional extremamente rico. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo — ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. Entre os japoneses, onde, como se sabe, a polidez envolve os aspectos mais ordinários do convívio social, chega ao ponto de confundir-se, por vezes,

com a reverência religiosa. Já houve quem notasse esse fato significativo, que as formas exteriores de veneração à divindade, no cerimonial xintoísta, não diferem essencialmente das maneiras sociais de demonstrar respeito.

Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida que o brasileiro. Nossa forma comum de convívio social é no fundo justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência — e isso explica-se pelo fato da atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no "homem cordial": é a forma natural e viva, que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior,



Sérgio Buarque
de Holanda
na Lagoa Rodrigo
de Freitas,
Rio de Janeiro.

epidérmica, do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, como peça de resistência. Equivalente a um disfarce, que permitirá a cada um preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções.

Por meio dessa standardização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para que se manifestem, revela-se um dos mais decisivos triunfos do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o individual consegue manter sem dano a sua supremacia sobre o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo.

Psicologia do nosso "homem cordial"

No "homem cordial" a vida em sociedade é de certo modo uma libertação do verdadeiro pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os demais, reduz o indivíduo a parcela social, periférica, que no brasileiro — como bom americano — é precisamente a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi um pouco a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: "Vosso mau amor de vós mesmos fez de vosso isolamento um cativeiro". Nada mais significativo dessa aversão ao ritualismo social, que exige uma personalidade fortemente homogênea e equilibrada em todas as suas partes, que a dificuldade em que se sente geralmente o brasileiro de uma reverência prolongada ante um superior. Nosso temperamento admite as fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas somente enquanto não vetem a possibilidade de um convívio mais familiar. A generalização entre nós do tratamento por "você", que perdeu, aliás, a tonalidade cerimoniosa e substituiu praticamente o tratamento pela segunda pessoa, poderia ser explicada por motivos especiais: limito-me a lembrar, por enquanto, que não foi talvez simples casualidade o que fez coincidir a extensão geográfica dessa forma de tratamento com a parte do território brasileiro em que teve maior força a escravidão africana: o extremo-norte e, sobretudo, o extremo-sul utilizam-na menos de que o centro. A manifestação normal do respeito, em outros povos, tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade. E isso é tanto mais específico de nossa gente, quanto é sabido o apego dos portugueses, tão próximos de nós sob tantos aspectos, aos títulos e aos sinais de reverência.

No domínio da lingüística, para citar um exemplo, esse modo de ser peculiar reflete-se admiravelmente. Veja-se, por exemplo, nosso pendor tão acentuado para o emprego dos diminutivos. A terminação "inho", aposta às palavras serve para familiarizar-nos mais com os objetos e, ao mesmo tempo, para dar-lhes relevo. É

a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração. Sabemos quanto é frequente entre portugueses o zombarem dessa particularidade de nossa fala, tão ridícula para eles quanto é para nós, muitas vezes a pieguice lusitana, lastimosa e amarga. Um estudo atento de nossas formas sintáticas traria, sem dúvida, revelações preciosas a esse respeito.

A mesma ordem de manifestações pertence, certamente, a tendência para a omissão do nome de família no tramento social. Em regra é o nome individual, de batismo, o que prevalece. Essa tendência, que entre os portugueses resulta de uma tradição com velhas raízes — como se sabe, os nomes de família só entram a predominar decisivamente na Europa cristã e medieval a partir do século XII — acentuou-se entre nós de modo verdadeiramente abusivo.

O desconhecimento de outra forma de convívio, que não seja a ditada por uma ética de fundo emocional, representa um aspecto da vida social brasileira que poucos estrangeiros compreendem com facilidade. É tão fundamental entre nós essa maneira de ser, que ela não desaparece sequer nas esperas de atividade que, por sua própria natureza devem alimentar-se da competição e da rivalidade. Compreende-se bem o espanto do negociante de Filadélfia citado pelo Sr. André Siegfried em seu livro sobre a América Latina, ao verificar que no Brasil e na Argentina é preciso, para conquistar um cliente, começar por fazer dele um amigo.

Nosso catolicismo tão característico, que permite tratar os santos com intimidade quase desrespeitosa, o que deve parecer tão escandaloso às almas verdadeiramente religiosas, provém ainda dos mesmos motivos. Gilberto Freyre, que tão bem se ocupou dessa "liturgia antes social que religiosa", e cuja obra representa o ensaio mais sério e mais completo que já se tentou sobre a formação social do Brasil, fala-nos dos anjos e dos santos, que só falta tornarem-se carne e descer dos altares nos dias de festa para se divertirem com o povo, nos bois entrando pelas igrejas para serem benzidos pelos padres; nas mães ninando os filhos com as mesmas cantigas de louvar o menino Deus; etc.

A popularidade entre nós de uma Santa Teresa de Lisieux — Santa Teresinha — resulta muito do caráter intimista que pôde adquirir seu culto, um culto amável, quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e que repele as distâncias. E o que também ocorreu com o nosso menino Jesus, companheiro de brinqueado das crianças e que faz pensar menos no Jesus dos Evangelhos canônicos de que no de certos apócrifos, principalmente as diversas redações do Evangelho da Infância. Os que assistiram às festas do Senhor Bom Jesus de Pirapora, em São Paulo, sabem da lenda do Cristo que desce do altar para sambar com o povo.

Essa forma de culto, que tem antecedentes na península ibérica e em geral na Europa medieval, é uma transposição característica para o domínio do religioso desse horror às distâncias, que parece constituir, por enquanto ao menos, o traço mais distinto do caráter brasileiro. Note-se que ainda aqui nós nos comportamos de modo perfeitamente contrário à atitude anteriormente assinalada entre os japoneses, onde o espírito do ritualismo invade o terreno da conduta social para dar-lhe mais rigor. No Brasil é o próprio rigorismo do rito que se afrouxa e se humaniza.

Nossa antipatia instintiva pelas formas ritualísticas pode justificar-se em parte por isso, que no fundo tais formas não nos são necessárias. Normalmente nossa reação ao meio social não é uma reação de defesa. A vida íntima no brasileiro não é bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver e dominar toda a personalidade, ajustando-a como uma peça consciente ao ambiente social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de formas e de gestos que encontra em seu meio, ainda quando obedeçam ao mais rigoroso formalismo. Esse ponto é importante, principalmente porque nos elucidada sobre outro aspecto interessante da questão que nos ocupa. Nossa assimilação desses gestos e formas, por isso mesmo que não nos são necessários, tem caráter puramente mecânico. Não há aqui, entre parentesis, um elemento precioso para a explicação do rastaquêriso, o vício específico dos sul-americanos?

Origens do estatismo brasileiro

Pode-se supor que essa aptidão para o social constituísse uma tendência aproveitável para a organização coletiva. É um engano. Nossa vida em sociedade, como foi dito acima, é um simples gesto de retirada, descompassado e sem controle; está muito longe de regular-se como livre iniciativa. Resta-nos o expediente, precário sempre, de confiar na sabedoria política das leis teóricas, acreditando ou fingindo acreditar em sua onipotência. Como é diversa, nesse ponto, a atitude característica dos ingleses, que formam uma nação virtualmente sem Estado, que não possuem uma constituição escrita, que se regem por um sistema de leis confuso e anacrônico e que, no entanto, demonstram uma capacidade de disciplina espontânea sem rival em nenhum povo da Terra! Para nós, ao contrário, é a rigidez, a impermeabilidade e a perfeita homogeneidade da legislação que nos parecem os requisitos *sine qua non* de toda disciplina social. Não conhecemos outro recurso. Aí reside o principal fundamento de nosso tão acentuado estatismo.

A maturidade precoce, o estranho requinte de nosso aparato de Estado, é realmente uma das conse-

qüências mais interessantes dessa situação. O conde Keyserling chegou mesmo a assinalar uma semelhança extrema entre esse aparato de Estado e o da Rússia czarista. O alto funcionário brasileiro, a seu ver, comporta-se como irmão gêmeo do funcionário russo de antes da revolução bolchevista. Com uma diferença apenas, que a estrutura do Estado, no Brasil, lhe parece sensivelmente mais aperfeiçoada e assente sobre bases mais seguras, menos vulneráveis, e menos ásperas sobretudo. Essa impressão foi de tal ordem, que Keyserling chegou a imaginar que, tivesse sido a Rússia governada como o Brasil, jamais seu povo se teria rebelado.

Horror ao despotismo e violência

O Estado, entre nós, de fato, não precisa e não deve ser despótico — o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio — mas necessita de pujança e de compostura, de grandeza e de solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir prestígio e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar como a virtude suprema entre todas. Eles podem conquistar por esse meio, e só por ele, uma projeção verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensável que todas as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e com garbo. O Império brasileiro realizou isso em grande parte. A auréola que ainda hoje o cinge para os nossos contemporâneos resulta, quase exclusivamente, do fato de ter encarnado um pouco esse ideal. À imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência colectiva dos brasileiros não se pode desligar muito do espírito do Brasil Imperial. A concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida interna da nacionalidade, como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional. Ostensivamente ou não, a imagem que de preferência sonhamos para nosso prestígio no estrangeiro é a de um gigante cheio de bonomia superior para com todas as nações do mundo. Ainda aqui o Império procurou antecipar, tanto quanto pôde, tal imagem. Sua política entre os países platinos dirigiu-se insistentemente nesse rumo. Se lhe sobrava por vezes certo espírito combativo, faltava-lhe espírito militar. Oliveira Lima observou que as guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como importunas, e até criminosas e, nesse sentido, especialmente a guerra do Paraguai não deixou de sê-lo; os voluntários que a ela acudiram eram, de fato, muito pouco por *vontade própria*. Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Queremos ser o povo mais brando e o mais bem comportado do mundo. Pugnamos constantemente pe-

los princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. Fomos das primeiras nações que aboliram a pena de morte em sua legislação, depois de a termos abolido muito antes na prática. Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem, ou parecem seguir, os países mais cultos, e então nos envaidecemos da ótima companhia. Tudo isso são feições bem características de nosso aparato político, que se empenha em desarmar todas as expressões genuínas e menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional.

O desequilíbrio singular que gera essa hipertrofia é patente e não escapa aos observadores, mesmo superficiais. Um publicista cuja obra goza hoje de grande popularidade, Alberto Torres, salientava há cerca de vinte anos o paradoxo dessa situação. “A separação da política e da vida social” — dizia ele — “atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância. A força de alheação da realidade da política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e fracamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a maior boa-fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquistas e a conservação das posições. A política é, de alto a baixo, um mecanismo alheio à sociedade, perturbador de sua ordem, contrária a seu progresso, governos, partidos e políticos sucedem-se e alternam-se, levantando e combatendo desordens, criando e destruindo coisas inúteis e embaraçosas. Os governantes chegaram à situação de perder de vista os fatos e os homens, envolvidos entre agitações e enredos pessoais”.

Atitude livresca de Alberto Torres

Alberto Torres não viu e não quis ver, todavia que foi justamente a pretensão de compassar os acontecimentos pelos sistemas, as leis e os programas, a origem da distância em que se acha a nação de sua vida política. Acreditou sinceramente, ingenuamente, que a letra morta pode influir de modo enérgico sobre os destinos de um povo e, na sua doutrina política sempre acentuou o que chama o “eixo de ação consciente”, inspirada “no sentido de uma utilidade a realizar-se e, portanto, previsível”. Coerente consigo mesmo, o que nos legou como fruto de suas observações e de suas meditações foi tão somente um extravagante projeto de revisão constitucional.

O fato é que a ideologia impessoal e antinatural do liberalismo democrático, com as suas maiúsculas impressionantes e com as suas fórmulas abstratas, jamais

se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até o ponto em que coincidiam com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, em que confirmavam nosso instintivo horror às hierarquias e em que nos permitiam tratar com familiaridade aos governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodarse como pôde aos seus preceitos que tinham sido justamente a bandeira de combate da burguesia européia, e isso somente porque esses preceitos pareciam os mais acertados para os tempos e eram exaltados nos livros e nos discursos. O pecado original dessa atitude livresca nunca mais se apagou de nossa vida pública. Pusemo-nos a viver fervorosamente contra nós mesmos a vida pelo espírito e não pelo sangue. Perdemos toda capacidade de experiência real. Como Plotino de Alexandria, que sentia vergonha do próprio corpo, procuramos esquecer tudo quanto fizesse pensar em nossa riqueza emocional, a única realidade criadora que ainda nos restava, para nos submetermos à palavra escrita, à gramática, à retórica, e ao Direito abstrato. Por pouco não seguiríamos o ideal daqueles revolucionários pernambucanos que queriam impor o tratamento de “cidadão” inclusive na vida privada dos indivíduos.

Povo de advogados, negação do pragmatismo

O espírito legístico, tão característico de nosso povo — povo de advogados — é uma das conseqüências de tal atitude. Em seu processo formativo intervém aquela mesma projeção para o exterior, que entre nós é tão verdadeira em relação as coletividades como aos indivíduos, e que resulta bem mais de um abandono de si, que de uma iniciativa livre e consciente. Essa projeção é função do terror do isolamento, já assinalado, que leva cada indivíduo a buscar sua razão de ser fora de si mesmo, fora da vida, no ambiente social ou no mundo das idéias. Não é outro o motivo da ânsia pelos meios de vida definitivos, que dão segurança e estabilidade, exigindo, ao mesmo tempo, um mínimo de esforço pessoal, como ocorre tão freqüentemente com os empregos públicos. Para os homens organizados em sociedade é normal que, entre as mil alternativas acessíveis, dirijam suas ações de preferência para a atitude tradicional no meio em que se criaram. Não há nessa norma de ação nada que se pareça com o cumprimento de um dever imposto. Tudo se faz, por assim dizer, espontaneamente e sem esforço. De outro modo não vivem, em aparência, os térmitas, as formigas, as abelhas e, consideradas de certo ponto, também as sociedades primitivas. Para o homem chamado primitivo, a própria segurança cósmica parece depender da regularidade dos atos e dos acontecimentos; uma perturbação dessa re-

*A democracia no Brasil foi sempre
um lamentável mal-entendido*



Grupo de artistas e poetas paulistas. Da esquerda para a direita; Pagu, Anita Malfatti, Benjamin Péret, Tarsila, Oswald de Andrade, Elsie Houston, Álvaro Moreira, Eugênia Álvaro Moreira, Américo Facó, diretor da revista Espelho.

gularidade tem qualquer coisa de ominoso. Os meios de prevenção, por variados que sejam, manifestam-se, de início, apenas no caso em que a estabilidade da existência sofreu um hiato. Em uma sociedade "civilizada" e construída sobre o sentimento da boa vontade mútua, cada caso concreto de homicídio ou de fraude pode provocar a sanção penal, como único meio de se manter a boa ordem entre os cidadãos. A sistematização dos meios de sanção é justificável se tivermos em vista que algumas vezes é necessário abstrair da vida para viver e que só o absolutismo da razão pode querer que

se absolva a vida de todo elemento puramente racional. O racionalismo excedeu os limites apenas quando erigiu os conceitos assim arquitetados em regra suprema, separando-se de seu conteúdo vivo e criando com eles um sistema lógico, homogêneo e histórico. Nesse erro é que se apóiam todas as revelações modernas, quando pretendem fundar os seus motivos em concepções abstratas como os famosos Direitos do Homem. O grande paradoxo do século passado foi ter feito preceder o mundo das formas vivas do mundo dos conceitos. Sobreestimaram-se as idéias, que usurparam de-

cididamente o lugar das forças vitais. Os homens representativos da mentalidade política dominante chamam atenção freqüentemente, como se sabe, para as plataformas, os programas e as instituições, como únicas realidades verdadeiramente dignas de respeito. E julgam que esse respeito aos preceitos coordenadores nos programas e expressos nas instituições é o meio adequado de se assegurar às nações um porvir ditoso. Acreditam sinceramente que da sabedoria e da coerência das leis depende diretamente a perfeição dos povos e dos governos.

Complexo de inferioridade e os maus governos

Essa crença presidiu a toda história independente das nações íbero-americanas. As revoluções que desligaram essas nações das metrópoles adotaram como base das suas cartas políticas, os princípios da Revolução Francesa, então na ordem do dia, pelos mesmos motivos que ainda hoje levam os povos coloniais a contemplar com unção os ideais apregoados pela Terceira Internacional. Nada de verdadeiramente fundamental levava aquelas nações a abraçarem os princípios que abraçaram, além do impulso de rebeldia contra os jugos aborrecidos, impulso que tais princípios confirmavam, embora com objetivos diversos. Um certo complexo de inferioridade, que se pode compreender, levou esses povos a analtecer um sistema de idéias que contrasta em absoluto com o que há de mais positivo em seu temperamento e que, bem compreendido, levaria a total despersonalização. Não é, pois, de estranhar, que o ponto extremo de despersonalização na esfera política fosse encontrado em um país sul-americano. O Uruguai battlista pretendeu, enquanto existiu, realizar, ao menos em teoria, a consequência lógica do ideal democrático moderno, ou seja o mecanismo do Estado funcionando tanto quanto possível automaticamente e os desmandos dos maus governos não podendo afetar senão de modo superficial o funcionamento desse mecanismo. Colocado no pólo oposto à despersonalização democrática, o "caudilhismo" muitas vezes não participa menos do círculo de idéias a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa da tese liberal e seu surto é compreensível se nos lembrarmos que a História jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação — negação essa que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito. Assim Rousseau, o pai do contrato social, pertence à família de Macchiavel, o pioneiro da doutrina do poder; um e outro vieram da mesma ninhada. Essa negação do liberalismo, inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, um Porfírio Diaz, afirma-se hoje como corpo de doutrina no fascismo europeu, que nada mais é do que uma

crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo. Uma superação da doutrina democrática só será possível, efetivamente, quando tenha sido vencida a polaridade impersonalismo-caudilhismo.

Seja como for, o fato é que o espírito legístico não conseguiu até hoje modificar profundamente a atitude natural dos povos latino-americanos que pretende orientar: quando muito conservou-se à margem dos acontecimentos, exacerbando mesmo, por contraste, as forças que queria neutralizar. Essa atitude — dentro ou fora do liberalismo — requer que atrás da estrutura abstrata do Estado, existam personagens de carne e osso. As constituições que foram feitas para serem cumpridas, as leis que existem para serem violadas, tudo em benefício de indivíduos e de oligarquias, são fenômenos correntes em toda a história da América Latina. É em vão que os políticos fingem interessar-se mais pelos princípios de que pelos homens: seus próprios atos são o desmentido flagrante dessas pretensões. O grau das relações, da intimidade e do parentesco com os detentores do poder, decidem sempre do êxito de uma carreira, muito mais que os argumentos de ordem legal ou doutrinária. Quaisquer que sejam as revoluções "regeneradoras", nunca chegarão a frear de maneira eficiente a importância dos empenhos e dos "pistolões". Até na tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem geral, revela-se ainda uma vez o predomínio do elemento emocional sobre o racional. A verdadeira solidariedade só se pôde sustentar, realmente, nos círculos restritos, e nossa predileção confessada ou não, pelas pessoas e os interesses concretos, não acha alimento muito substancial nos ideais teóricos em que se há de apoiar, necessariamente, um grande partido. A crítica que dirigiu o cientista norte-americano Herbert Smith ao nosso espírito partidarista no tempo do Império, quando dominava — escreve ele — a concepção de que é desonroso para uma pessoa desertar de um chefe ou de uma facção política, embora essa deserção se faça em proveito de ideais muito nobres, é válida certamente do ponto de vista em que se colocava o autor e que também era, aliás, o ponto de vista de nossa democracia coroada, ao menos em teoria. Essa crítica repousa na incompreensão intolerante que é forçoso existir entre dois estilos de vida radicalmente diversos.

É imprudente, no entanto, julgar-se inofensivo o nosso bovarismo democrático. Devemos atribuir-lhe, ao contrário, grande parte de responsabilidade na divergência que Alberto Torres viu entre a "vida social" e a política entre nós. Pode dizer-se, na realidade, que não existe no Brasil, nenhum contato, nenhum território comum entre a Nação e o Estado. As conquistas liberais foram feitas aqui de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as sempre com displicência, quando

As revoluções “regeneradoras” não conseguem acabar com os empenhos e os pistolões

não com hostilidade. Elas não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção de vida bem definida e específica, que tivesse chegado à plena maturidade entre nós. Os campeões das novas idéias esqueceram-se com freqüência de que as formas de vida não são expressões voluntárias, não se “fazem”, ou “desfazem” impunemente. A célebre carta de Aristides Lobo sobre o 15 de Novembro é um documento flagrante do imprevisto que foi entre nós, a despeito de toda propaganda, de toda a popularidade entre a mocidade das Academias, a realização da idéia republicana. “Por ora” — dizia célebre paredro do novo regime — “por ora a cor do governo é puramente militar, e devera ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”. Essa distância entre o elemento “conciente” e a massa brasileira, entre o nosso *Ethos* e o nosso *Eros*, patenteou-se, aliás, em todos os instantes supremos da vida nacional. A fermentação liberalista, que precedeu à proclamação da Independência, foi obra de minorias exaltadas, sua repercussão foi bem limitada entre o povo, bem mais do que o que-rem fazer crer os compêndios de história pátria. Saint-Hilaire, que por essa época anotava as suas impressões de viagem pelo interior brasileiro, observa que as agitações liberalistas foram promovidas por europeus e que as revoluções das províncias foram obra de algumas famílias ricas e poderosas. “A massa popular” — diz — “a tudo ficou indiferente, parecendo perguntar como o burro da fábula: Não terei a vida toda de carregar a albarda?”.

Sentimentos se chocam com as construções políticas liberais

Seria de certo modo um exagero considerar-se a dissonância entre a política e a nação como sintomática de uma intromissão absolutamente ilegítima dos princípios de 1789 em nossa estrutura social. Poderiam acentuar-se até algumas zonas de convergência e simpatia bastante notáveis entre alguns ideais do liberalismo e condições peculiares de nossa formação nacional. Eu citaria, mesmo, os dois seguintes fatores, que podem ter influído na eleição do ideal do liberalismo, por parte dos responsáveis de nossa orientação política, além de certos elementos puramente exteriores, de caráter antes literário e demagógico:

1. a repulsa, instintiva nos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população aborígene, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade, que se possa tornar obstáculo sério à autonomia do indivíduo;

2. a ausência de uma tradição bem fundada, que opusesse resistência enérgica a certas influências novas

(por exemplo à do primado da vida urbana, do cosmopolitismo, etc).

Pode ver-se, pois, que o ideal do liberalismo e os móveis instintivos do povo coincidiram aqui, sobretudo no que apresentavam de negativo ou pouco consistente. Mas além disso, o liberalismo também se funda, em parte numa atitude que não é estranha ao temperamento nacional. Já se disse que o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio. É claro que a idéia da bondade natural do homem é singularmente propícia para lisonjear o nosso já assinalado “cordialismo”. A tese de uma humanidade má de natureza e de um combate de todos contra todos, há de parecer-nos extremamente antipática e inquietante. É nesse ponto que o “homem cordial” enxerga uma possibilidade de articulação entre os seus sentimentos e as construções políticas liberais. Patenteia-se nesse caso a importância extraordinária do exame dos fundamentos antropológicos das sociedades para a compreensão das teorias do Estado. É um fato instrutivo o das doutrinas que exaltam o princípio de autoridade pressuporem fatalmente a idéia de que os homens são maus de natureza.

Se, todavia, não nos detivermos na configuração exterior da vida nacional, pura projeção da vontade, mas penetrarmos ainda, e sobretudo, as formas subjacentes, só nos cumprirá confessar que se limita a essa coincidência todo contato entre os dois pontos de vista. Com efeito no liberalismo a idéia da bondade natural é um simples argumento; seria enganoso imaginar-se que tal convicção repouse em uma simpatia particular pelo gênero humano, considerado no seu conjunto, ou em cada um dos indivíduos. Trata-se de uma teoria essencialmente neutra, despida de emocionalismo e enquadrada em fórmulas.

Contraste entre o ideal humanitário e a realidade

No fundo a própria coincidência entre os ideais que apregoa e aquelas formas subjacentes, espontâneas, é apenas aparente, e resulta de uma espécie de ilusão de ótica. Todo pensamento democrático-liberal pode resumir-se na frase célebre de Bentham: “A maior felicidade para o maior número”. Não é difícil perceber que essa idéia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano de base emocional. Todo afeto entre os homens funda-se forçosamente em preferências. Amar a alguém é amá-lo mais que aos outros. Há nisso uma parcialidade absolutamente estranha ao ponto de vista jurídico e neutro, em que se firma o liberalismo. A *bienveillance* democrática é comparável à polidez — resulta de um comportamento social bem definido e que pretende orientar-se apenas por um equilíbrio dos egoísmos. O ideal humanitário,

que na melhor das hipóteses ele predica, é paradoxalmente impessoal; sustenta-se da idéia absurda de que o maior grau de amor está por força no amor ao maior número de homens e, por isso mesmo, insiste na excelência, na infalibilidade, na intangibilidade do voto da maioria (“o povo não erra”, pretendem os declamadores liberais), subordinando assim, subrepticamente, os ideais qualitativos ao número.

É claro que um amor humano que se asfixia e morre fora de seu âmbito restrito, não pode servir de cimento a qualquer sorte de organização humana concebida em escala ampla. Com a cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios. É necessário um elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de durável é apenas uma das muitas invenções fraudulentas da mitologia liberal, que a história jamais confirmou. O liberalismo, empenhado em justificar e reforçar os seus conceitos, desaprendeu os homens dessa verdade. Parece-nos hoje definitivamente impossível imaginar que a confiança na grandeza, ou mesmo na eficiência absoluta dos processos liberais, repouse em fatos evidentes.

O ponto vulnerável da nossa organização social

É certo que isso não constitui argumento sério contra o liberalismo e que existem, sem dúvida, outros recursos, além das tiranias, para a consolidação e a estabilização de um organismo social e nacional. Importa, no entanto, relegar aos seus justos limites, o domínio dos princípios e das fórmulas políticas. E é o que raramente temos conseguido com sucesso. Aqueles pioneiros de nossa Independência e de nossa República, que em 1812 não desejavam em nada modificar a situação dos negros escravos, embora “não reconhecessem o direito dessa situação”, foram de uma sinceridade que nunca mais se repetiu no decurso de nossa vida de nação. Depois deles, os políticos mais sábios e os mais prudentes preferiam não mencionar o ponto vulnerável de uma organização social que desejavam perfeita e coerente consigo mesma, ainda que somente no papel. Eles não duvidaram um único momento de que a sã política é filha da moral e da razão. E assim preferiam esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo. Criaram asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhes oferecia.

É freqüente o fato daqueles que em política fazem obra puramente realista pretenderem agir, ao mesmo tempo, segundo critérios morais: alguns ficariam sinceramente escandalizados, por outro lado, se lhes dissessem que uma ação moralmente recomendável po-

de ser praticamente ineficaz ou nociva. Não faltam exemplos de ditadores que realizam atos de autoridade perfeitamente arbitrários e julgam, sem embargo, fazer obra democrática. Essa atitude não é muito diversa da que, por outras razões, adotaram os “caudilhos esclarecidos” da Europa moderna. Não é impossível, pois, que o fascismo de tipo italiano, a despeito de sua apologia da violência, chegue a alcançar sucesso entre nós. Hoje os partidários do fascismo já descobrem o seu grande mérito em ter tornado possível a instauração de uma reforma espiritual abrangendo uma verdadeira tábua de valores morais. Não há dúvida que, de certo ponto de vista, o esforço que realizou significa uma tentativa enérgica para mudar o rumo da sociedade, salvando-a dos “fermentos de dissolução”. O sistema que instituiu para sustentar a estrutura material imposta com violência, pretende compor-se dos elementos vitais das doutrinas que repele em muitos dos seus aspectos; nisso está um dos títulos de orgulho prediletos dos criadores do regime. Esse sistema lhe dá, aparentemente, a dignidade de um triunfo positivo sobre o liberalismo e sobre as pretensões revolucionárias da Esquerda. Quem não sente, porém, que sua reforma é, em essência, apenas uma sutil contra-reforma? Quem duvida que entre os seus motivos diretos subsiste o intuito, algumas vezes confessado, aliás, de dar sentido e um fundamento às reivindicações materiais que, em verdade, lhe servem de base? Não é preciso extraordinária argúcia para se perceber que nesse subterfúgio repousa muito de sua energia. E efetivamente, é ainda uma negação disciplinada o que se exprime antes de tudo em sua filosofia de emergência.

Os intelectuais neurastênicos e o nosso integralismo

Não seria difícil prever o que poderia ser o quadro de um Brasil “fascista”. Desde já podemos sentir que não existe quase mais nada de agressivo no incipiente mussolinismo indígena. Na doutrinação dos nossos “integralistas”, com pouca corrupção a mesma que aparece nos manuais italianos, faz falta aquela truculência desabrida e exasperada, quase apocalíptica, que tanto colorido emprestou aos seus modelos da Itália e da Alemanha. A energia sobranceira destas transformou-se aqui em pobres lamentações de intelectuais neurastênicos. Deu-se com eles coisa parecida com o que resultou do comunismo, que atrai entre nós precisamente aqueles que parecem menos aptos a realizar os princípios da Terceira Internacional. Tudo quanto o marxismo lhes oferece de atraente, essa tensão incoercível para um futuro ideal e necessário, a rebelião contra a moral burguesa, a exploração capitalista e o imperialismo, combina-se antes com a “mentalidade anarquista” de nosso comunismo de que com a disciplina rígida que

As teorias não têm força entre nós para se tornar uma realidade



Moscou reclama dos seus partidários. No caso do fascismo, a variedade brasileira, ainda trouxe a agravante de poder passar por uma teoria meramente conservadora, empenhada no fortalecimento das instituições sociais, morais e religiosas de prestígio indiscutível, e tendendo, assim, a tornar-se praticamente inofensiva aos poderosos, quando não apenas o seu instrumento. Com efeito tudo faz esperar que o “integralismo” será, cada vez mais, uma doutrina acomodatória, avessa aos gestos de oposição, que não deixam ampla margem às transigências, e partidária sistemática da Ordem, quer dizer, do Poder Constituído. No plano teórico ele fica satisfeito em ser perfeitamente insignificante, por menos que confesse. O que deseja no íntimo, e algumas vezes até com desconcertante ostentação, é a chance-la, o *nihil obstat* da autoridade civil. Segue nesse ponto a grande tradição brasileira, que nunca deixou funcionar os verdadeiros partidos de oposição, representativos de interesses permanentes ou de ideologias.

O personalismo sempre prevalence às idéias

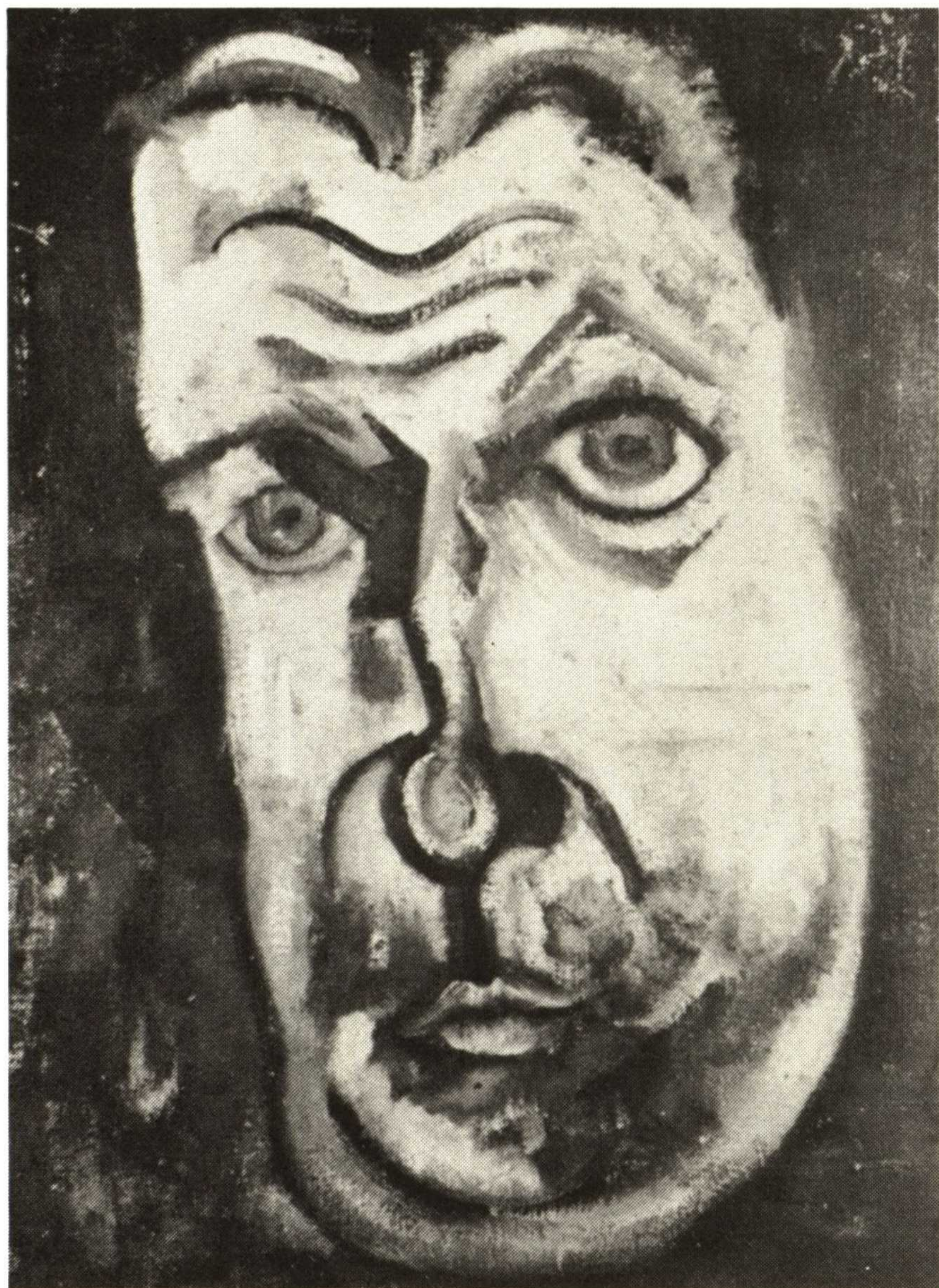
O que ainda nesse caso se evidencia, é que somos um povo pouco especulativo, e que as teorias não têm força entre nós a não ser indiretamente, como simples pretextos. Podemos organizar campanhas, formar facções, armar motins, se preciso for, para fazer vencer uma idéia. Todos estamos lembrados do enorme poder de sugestão que até há bem pouco tempo exercia, sobre muitos homens de boa-fé e de boa vontade, a fórmula mágica do voto secreto. Houve mesmo quem demonstrasse, acenando com o exemplo de outros povos mais felizes, que essa fórmula nos asseguraria não só o respeito devido ao sufrágio popular, como ainda a prosperidade material, a paz, o bem-estar econômico e muitas outras coisas inapreciáveis. Quem ignora, porém, que o aparente triunfo de um princípio jamais significou no Brasil — como no resto da América Latina — mais de que a vitória de um personalismo sobre outro?

Por motivos psicológicos, que já abordamos, o personalismo é entre nós uma noção positiva — talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos. A seu lado, todos os lemas da democracia liberal são conceitos puramente decorativos, sem raízes fundas na realidade. Isso explica bem como nos países latino-americanos, onde o personalismo — ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo — conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal, acordando os intintos e os sentimentos mais vivos do povo, conseguiu assegurar uma estabilidade política que de outro modo não conseguiria. O Chile teve os três decênios mais felizes da sua história sob o regime inaugurado por Diego Portales, que conseguiu arrancar o país do domínio das ditaduras ou

da anarquia, mediante um poder acentuadamente oligárquico. A formação de elites de governantes, em torno de personalidades prestigiosas, tem sido, ao menos por enquanto, o princípio político mais fecundo em nossa América. Ainda hoje a estabilidade e a prosperidade da pequena república de Costa Rica, entre as suas irrequietas irmãs da América Central, justifica-se largamente pelos mesmos motivos. A idéia de uma entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo aos seus destinos, é absolutamente incompreensível para a mentalidade dos povos da América Latina.

Somos apenas um povo endomingado, uma periferia sem um centro

É notório que no tempo da monarquia, no Brasil, os jornais e povo criticavam com muito mais aspezeza a Câmara dos Deputados, eleita pelo povo, do que o Senado, cujos membros eram escolhidos pelo Imperador. A República, embora fizesse o país pulsar em unísono com o resto do continente, não melhorou os hábitos políticos que dominavam. No vocabulário dos seus propagandistas trai-se com freqüência o sentido íntimo das suas aspirações: o Brasil ia entrar em um novo rumo, porque “se envergonhava” de suas instituições, reflexos de sua imagem secreta; porque se envergonhava de si mesmo, de sua realidade *biológica*. Aqueles que pugnavam por uma vida nova representavam a idéia de que um país não pode nascer das suas próprias entranhas: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer que “os outros” lhe dêem sua sanção e seu aplauso. Não quer dizer que o Império representasse em todos os sentidos uma forma definitiva, ou sequer o gérmen de um sistema orgânico com o *substratum* da nacionalidade. E indiscutível, porém, que estava menos longe disso que a república. O princípio do Poder Moderador, chave de toda organização política e aplicação da idéia do *pouvoir neutre*, em que Benjamin Constant definiu a verdadeira posição do chefe do Estado constitucional, representava, até certo ponto, a idéia da monarquia tutelar, tão em harmonia com o regime agrário e patriarcal que compunha o esqueleto de nossa organização; a divisão política em dois partidos, menos representativos de ideologias que de personalidades e de famílias, satisfazia nossa necessidade fundamental de solidariedade e de luta; finalmente, o próprio Parlamento tinha uma importante missão a cumprir dentro do quadro da vida nacional, dando uma imagem visível dessa solidariedade e dessa luta. Assim a monarquia brasileira trazia em si alguns elementos verdadeiramente afirmativos e construtivos, e havia certa grandeza no ideal que se propôs. Hoje somos apenas um povo endomingado. Uma periferia sem um centro.



Oswald, traço de seu filho Nonê

O homem cordial

O homem cordial tornou-se um tema polêmico. Sergio Buarque de Holanda dizia aos amigos que o assunto vinha consumindo muita cêra para defunto tão ruim. Oswald de Andrade compreendeu e assimilou a mensagem: cordial-corção, serve tanto para o amor como para o ódio. Do Pau-Brasil à antropologia e às utopias. Manifestos, teses de concurso e ensaios. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

Diz o mestre e sociólogo: "A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro". "Seria engano supor que essas virtudes possam significar 'boas maneiras', civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo motivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo — ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças". "Nossa forma de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez". "No homem cordial", a vida em sociedade é de certo modo uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se em si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo cada vez mais, à parcela social, periférica que no brasileiro — como bom americano — tende a ser o que mais importa. Ela é, antes, *um viver nos outros*.

O "homem cordial" tem no entanto dentro de si a sua própria oposição. Ele sabe ser cordial como sabe ser fe-roz".

Sergio, o homem político

Sergio Buarque de Holanda foi, desde a juventude, um escritor participante. Engajou-se no movimento da vanguarda literária, iniciando com a Semana de Arte Moderna, em 1922, convencido de que era preciso lutar pela mudança de mentalidade então dominante no sentido de que a arte e a literatura tinham um papel apenas decorativo e sem qualquer finalidade política. Manteve essa posição com admirável coerência, não só no Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, 1945, como na presidência da Associação Brasileira de Escritores, primeiro no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, 1946-48. Foi um dos organizadores da Esquerda Democrática no Rio de Janeiro, 1945, de onde se originou o Partido Socialista, sob a presidência de João Mangabeira. Em 1978, com Oscar Niemeyer, fundou o Centro Brasil Democrático. E finalmente ingressou no Partido dos Trabalhadores, 1980, participando de debates e decisões.

I Congresso Brasileiro de Escritores

Sergio Buarque de Holanda formou entre os mais ativos promotores do I Congresso Brasileiro de Escritores, reunido em São Paulo, de 22 a 27 de janeiro de 1945, que constituiu na primeira manifestação coletiva contra a ditadura do Estado Novo. As sessões de abertura e encerramento realizaram-se no Teatro Municipal de São Paulo, no mesmo recinto onde se reuniu a Semana de Arte Moderna de 1922, da qual Sergio também havia participado. As sessões plenárias foram no Centro do Professorado Paulista.

Para a presidência da mesa Diretora dos trabalhos elegeu-se o escritor Aníbal M. Machado. E vice-presidentes: Sérgio Milliet (São Paulo), Dionélio Machado (Rio Grande do Sul), Murilo Rubião (Minas Gerais) e Jorge Amado (Bahia). Secretários: Francisco de Assis Barbosa (secretário-geral), Mário Neme (São Paulo), Lia Correia Dutra (Rio de Janeiro), Otto Lara Resende (Minas Gerais), Cristiano Cordeiro (Goiás), Alberto



Almoço oferecido a Aníbal Machado, Sérgio Milliet e Dionélio Machado, no Restaurante Lido, Rio de Janeiro, 1945, pelo êxito do I Congresso Brasileiro de Escritores, reunido em São Paulo em janeiro daquele ano.

Passos Guimarães (Alagoas) e Justino Martins (Rio Grande do Sul).

O Congresso trabalhou em três comissões, das quais a que exerceu papel mais relevante foi a Comissão Política, assim constituída: Alberto Passos Guimarães, Jorge Amado, Astrojildo Pereira, Osório Borba, José Eduardo do Prado Kelly, Jair Rebelo Horta, Moacyr Werneck de Castro, Carlos Lacerda, Caio Prado Júnior, Paulo Emílio de Sales Gomes, Dionélio Machado, Arnon de Melo, Fritz Teixeira Sales e Raul Ryff.

Na sessão plenária, coube a Dionélio Machado a leitura da declaração de princípios, aprovada por aclamação seguida de prolongados aplausos. A declaração é a seguinte:

“Os escritores brasileiros, conscientes da sua responsabilidade na interpretação e defesa das aspirações do povo brasileiro, e considerando necessária uma definição do seu pensamento e de sua atitude em relação às questões básicas do Brasil, neste momento histórico, declaram e adotam os seguintes princípios:

Primeiro — A legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito de uma existência digna.

Segundo — O sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto.

Terceiro — Só o pleno exercício da soberania popular em todas as nações, torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos.

Conclusão — O Congresso considera urgente a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas”.

Caio Prado Júnior propôs que a declaração ficasse sobre a mesa para receber a assinatura de todos os congressistas.

A sessão solene de encerramento teve lugar no Teatro Municipal no dia 27 de janeiro de 1945, sob a presidência de Aníbal M. Machado. O secretário-geral Francisco de Assis Barbosa leu então a declaração de princípios e demais moções aprovadas pelo plenário. Foram oradores nessa tarde memorável: João Dornas Filho (Minas Gerais), Dionélio Machado (Rio Grande do Sul), Jorge Amado (Bahia), Oswald de Andrade (São Paulo), Carlos Lacerda (Rio de Janeiro), Odilo Costa, filho (Maranhão), Jaime Cortesão (em nome dos escritores

estrangeiros), Augusto Freire Belém (pela União Nacional dos Estudantes), Haroldo Bueno Magno (pelo Centro Acadêmico XI de Agosto). Encerrando a sessão, fez o discurso oficial o congressista, senhor Prado Kelly.

Sergio Buarque de Holanda, pela sua atuação na organização do Congresso e ativa participação nos debates, seria eleito para suceder a Aníbal M. Machado como presidente da Associação Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro, sendo nacional da ABDE, para o ano de 1946.

Manifesto da Esquerda Democrática

A ESQUERDA DEMOCRÁTICA, corrente popular que apóia a candidatura Eduardo Gomes, lançou, ontem, o seguinte manifesto:

O momento político está exigindo da ESQUERDA DEMOCRÁTICA ampla definição dos seus objetivos e processos, tantos são os apelos que, de toda parte do Brasil, ela recebe. Nestes termos, a ESQUERDA DEMOCRÁTICA julga oportuno afirmar e precisar as linhas ideológicas fundamentais de seu pensamento político, para completa homogeneidade de seus quadros.

Antes de tudo, que é a ESQUERDA DEMOCRÁTICA?

Não é um partido; mas em partido se transformará. É, por enquanto, segundo ela própria se define, "uma reunião de pessoas e organizações, que aceitam a declaração por ela entregue, a 12 de junho último, ao brigadeiro Eduardo Gomes, como base mínima de um partido, cujo programa será elaborado pela Convenção Nacional, que oportunamente se convocará".

Mas esta reunião de pessoas e organizações, esta corrente política, em suma, é democrática, porque sustenta que, na civilização em que vivemos e pretendemos viver, são fundamentais os seguintes princípios:

a) regime representativo, de origem popular, através do sufrágio universal, direto e secreto, com representação proporcional;

b) liberdade de manifestação do pensamento pela palavra escrita, falada e irradiada; liberdade de organização partidária, liberdade de associação, liberdade de reunião, liberdade de cátedra;

c) liberdade de crença e de cultos, de modo que nenhum deles tenha com o governo da União ou dos Estados relações de dependência ou aliança;

d) autonomia sindical e direito de greve.

No clamor das reivindicações populares que no mundo inteiro se levantam, há uma nota de vibração particular: a defesa da liberdade civil e política. O ideal democrático surge das ruínas da guerra, de novo, iluminando o mundo. Onde a democracia sobrou, clama-se por sua restauração imediata, onde se manteve, por sua continuação e seu fortalecimento.

Forma de convívio político, seria absurdo confundir a democracia com determinada ordem econômica. Não foram os postulados da democracia que motivaram a crise do nosso tempo, pois não são próprias dela nem as desigualdades sociais, nem o antagonismo de interesse entre as classes. Desigualdades e antagonismo decorrem, isto sim, do liberalismo econômico que pleiteamos transformar, em nome mesmo do ideal democrático.

Conciliar o processo das transformações sociais com as exigências da mais ampla liberdade civil e política, utilizar na realização desse propósito os postulados da democracia e suas instituições. — Eis o objetivo político da ESQUERDA DEMOCRÁTICA.

Democrática por seu método e seus objetivos, essa corrente política é igualmente de esquerda, porque sustenta, desde logo, que a propriedade tem, antes de tudo, uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo; e defende um programa de reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção, à medida que a exigirem as condições objetivas do desenvolvimento material do país. E tudo isto como expressão da vontade da maioria, manifestada pelo processo democrático.

Como reivindicações imediatas destinadas a melhorar as condições gerais de vida do povo brasileiro, especialmente das classes média e pobre, a ESQUERDA DEMOCRÁTICA pleiteia as seguintes medidas:

a) proteção do trabalho sob todas as suas formas, com ampliação e aperfeiçoamento da legislação vigente;

b) salário mínimo justo, capaz de assegurar ao trabalhador a sua manutenção e

de sua família e a educação de seus filhos;

c) salário igual para trabalho igual, sem distinção de idade ou sexo;

d) gratuidade do ensino público em todos os graus e ramos; organização da escola primária não apenas como órgão de instrução, mas também de assistência social à infância;

e) um plano nacional de defesa da saúde e assistência social ao povo brasileiro, cujas tarefas urgentes e imediatas serão as seguintes: combate à mortalidade infantil, estabelecimento de centros de saúde, formação de enfermeiros e enfermeiras rurais, de modo que nenhum núcleo de população do nosso território se veja privado desses benefícios;

f) supressão de qualquer imposto sobre gêneros alimentícios de primeira necessidade, medicamentos, vestuário indispensável às classes média e pobre, assim como sobre os instrumentos manuais de trabalho do operário urbano ou do trabalhador rural inclusive os do pequeno agricultor;

g) plano para construção de casas higiênicas ao alcance do salário do trabalho, devendo ser, doravante, empregados neste fim recursos dos institutos de previdência e caixas econômicas;

h) isenção do imposto de renda até um mínimo correspondente à manutenção de uma existência digna e eficiente, tomada como padrão a vida da classe média;

i) abolição de qualquer imposto ou taxa sobre os pequenos vendedores ambulantes de comestíveis e sobre as tendas de artesanato;

k) redução do imposto para os pequenos comerciantes;

l) industrialização e desenvolvimento das forças produtivas do país, abrindo perspectivas ao trabalho e ao emprego de capital por iniciativa particular, tendo em vista a libertação da economia nacional das formas de exploração colonizadora;

m) organização da economia agrária, segundo as circunstâncias peculiares a cada



Grupo de alunos e professores da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (e do Catete), onde aparecem o professor Edgardo de Castro Rebelo (de palheta e bengala), primeira fila, e Sergio Buarque de Holanda, (de palheta), no centro da segunda fila.

região, mas inspirada sempre no propósito de criar para a população rural condições que lhe proporcionem real elevação do nível de vida; criação de fazendas-escola e instituição da previdência social e adoção de medidas de assistência técnica e financeira ao agricultor, de modo que possa desenvolver a produção e libertar-se progressivamente do intermediário; abolição do aforamento.

A ESQUERDA DEMOCRÁTICA, proclamando constituírem tais reformas um dos pontos fundamentais do seu programa, reconhece que a estrutura agrária tradicional do país tem, desde a fase colonial, mantido a população rural num baixo nível de vida e impedido o desenvolvimento técnico das atividades agrícolas. Urge, portanto, modificá-la. A adoção das medidas sociais, técnicas e financeiras nesse sentido tem de ser precedida por estudos especializados, ainda hoje escassos e incompletos. A reorganização da economia agrária brasileira comporta, como um dos seus aspectos, vigorosos estímulo à pequena propriedade, inclusive pela distribuição de terras não aproveitadas, em zonas cultiváveis e acessíveis por sua situação relativamente aos centros de consumo, o que não exclui soluções de outra natureza.

A ESQUERDA DEMOCRÁTICA declara-se convencida de que a restauração da normalidade econômico-financeira, como a solução dos problemas sociais mais urgentes, exigirá medidas de tamanha importância que só um governo fortalecido pelo apoio popular será capaz de as pôr em prática, pacificamente. A incapacidade da política da ditadura conduziu o País a uma desordem financeira e administrativa tal que a solução de qualquer problema social, dos problemas especificamente econômicos, sobretudo, exigirá remédios drásticos. A opinião pública precisa ser energicamente advertida acerca das dificuldades que teremos de vencer, prevenindo-se contra o otimismo fácil e demagógico. O peso desses sacrifícios será particularmente duro para

as camadas sociais economicamente menos favorecidas. Uma das tarefas a que a ESQUERDA DEMOCRÁTICA se propõe é a de lutar para que o peso desses sacrifícios não recaia todo sobre a massa do povo.

Esse governo de confiança não poderá sair das entranhas da ditadura, sejam quais forem os adjetivos com que se enfeite a candidatura levantada pelo "continuismo" em desespero, como tábua de salvação no seu naufrágio.

A candidatura Eduardo Gomes, ao contrário, nascida de um movimento de opinião nacional, apoiada por forças tradicionalmente opostas à ditadura e cercada, por isto mesmo, da confiança de todos os que têm combatido os desmandos da situação inaugurada a 10 de novembro de 1937, abre ao país perspectivas da mais sincera restauração democrática.

Quando ela surgiu espontaneamente do seio do povo, como um anseio das almas livres e antes que a União Democrática Nacional se houvesse constituído, os homens que formam a ESQUERDA DEMOCRÁTICA, aceitaram-na, desde logo, porque representava, por si mesma, o programa da democratização do Brasil e do repúdio total ao ditado de 10 de novembro de 1937.

Naqueles meses de fevereiro e março, não poderiam ser neutros entre o direito e o crime.

E, de fato, a candidatura Eduardo Gomes abre perspectivas de um regime que terá de viver do apoio popular e em que todos os que contribuem pelo trabalho para a formação da riqueza, libertado o trabalhador da opressão oficial em seus sindicatos, restituída ao intelectual a liberdade de opinião e assegurado a todos o direito de influir na direção dos negócios públicos.

Aí tem o povo as linhas ideológicas fundamentais do pensamento político da ESQUERDA DEMOCRÁTICA.

Um partido ou uma corrente política vale pelo nome que tenha ou pelo programa que adote; mas vale também pelos homens que o compõem e, sobretudo, o dirigem. Sua sinceridade e seu passado são as melho-

res garantias da atividade prática que não de realizar, no presente e no futuro.

Dos signatários deste manifesto grande parte sofreu perseguições, prisões e condenações, por ter defendido, contra a reação policial e fascista que desde 1935 se apoderou do país, a liberdade do homem e o direito das massas populares.

O povo neles pode confiar, porque, ao longo da vida, quase todos eles afirmaram, quando isto só lhes poderia custar contratempos e dissabores, que a ordem social vigente sacrifica a grande massa dos trabalhadores, manuais e intelectuais.

Assim, a ESQUERDA DEMOCRÁTICA, sem dissimular seu pensamento e seus fins, pleiteia uma ordem social melhor e transformações que reduzem as desigualdades artificiais de homem a homem, criadas pelos privilégios da riqueza.

Mas todas estas transformações ou reformas devem operar-se, democraticamente, pela vontade da maioria popular, expressa em urnas livres.

Eis por que somos da ESQUERDA DEMOCRÁTICA.

Nossas fileiras estão, assim, abertas a todos os que, sem outros objetivos, aceitem nosso programa.

A ESQUERDA DEMOCRÁTICA não tem uma concepção filosófica da vida nem credo religioso; reconhece a cada um o direito de seguir, nessa matéria, a sua própria consciência. Nela cabem, assim, pessoas de todas as crenças e das filosofias mais diversas.

Daí o nosso apelo a todos os democratas de esquerda: que todos se congreguem na ESQUERDA DEMOCRÁTICA; que se organizem, por todo o território nacional, comissões da ESQUERDA DEMOCRÁTICA.

O tempo urge. O mundo se transforma. E os privilégios estão a ruir.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1945.

A Comissão provisória — a) João Mangabeira — Herculino Cascardo — Domingos Velasco — Alceu Marinho Rego — Ed-

gardo de Castro Rebelo — Hermes Lima — Filipe Moreira Lima — Elieser Magalhães — Elpídio Pessanha — Valter Peixoto — Rubem Braga — Antônio José de Schueler — José Honório Rodrigues — Homero Pires — João Pedreira Filho — Celso de Figueiredo — Osório Borba — Juracy Magalhães — Arnon de Melo — A. Chagas Freitas — Joel Silveira — Mário Monteiro — José Luís de Araújo — Sergio Buarque de Holanda — Guilherme Figueiredo — Fábio de Oliveira — Evandro Lins e Silva — Jurandir Pires Ferreira — Paulo Emílio Sales

Gomes — Francisco Martins de Almeida — Amarílio Vieira Cortez — Emil Fahrat — Alberto Pádua de Araújo — Luís Lins de Barros — Antero de Almeida — José Lins do Rego — Jader de Carvalho — Juvêncio Campos — Sílvio Maia Ferreira — Rui Barbosa de Melo — Raimundo Magalhães Júnior — Vítor do Espírito Santo — Carlos Amorety Osório — Carlos Castilho Cabral — João Ortiz Monteiro — Luís Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque — Ari A. de Aragão — Carlos Pontes — Moesia Rolim — Godofredo Moretzohn.

Manifesto de fundação do Centro Brasil Democrático

Os signatários deste manifesto, pessoas de diferentes convicções políticas e religiosas, mas que têm em comum a crença na necessidade de lutar pela democracia e pelos direitos humanos fundamentais em nosso país, acordamos associar-nos numa entidade consagrada a essa luta. Resolvemos por isso criar o CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO, e convidar a que dele participem todos os brasileiros que lhe aceitem as idéias e propósitos.

Colocamo-nos sob a bandeira da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Queremos a plena vigência das franquias e prerrogativas democráticas. Desejamos viver num país onde os cidadãos possam exercer seus direitos e as autoridades se obriguem a respeitar a Lei. E entendemos que a conquista desse ideal depende do esforço conjugado de cada um de todos os brasileiros.

Nossa luta pela democracia e pelos direitos humanos não há de esquecer que mudanças profundas na organização institucional e social do país são necessárias, a fim de que todos os brasileiros possam efetivamente gozar de liberdade e viver em democracia. Que a nação se liberte de fato e de vez da dominação estrangeira, cultural, política e economicamente; que se apropriem dos frutos da terra os que nela trabalham; que o suor e o sangue dos trabalhadores não mais se gastem no enriquecimento de uma minoria privilegiada, são condições básicas para uma efetiva observância dos direitos humanos em nossa pátria. Na diversidade de opiniões quanto aos meios e modos de alcançar tais mudanças,

estamos concordes em que elas são imprescindíveis à construção de uma ordem social harmônica e consistente, tanto quanto à real ascensão do Brasil ao futuro de grandeza que lhe prometem suas imensas potencialidades físicas e humanas.

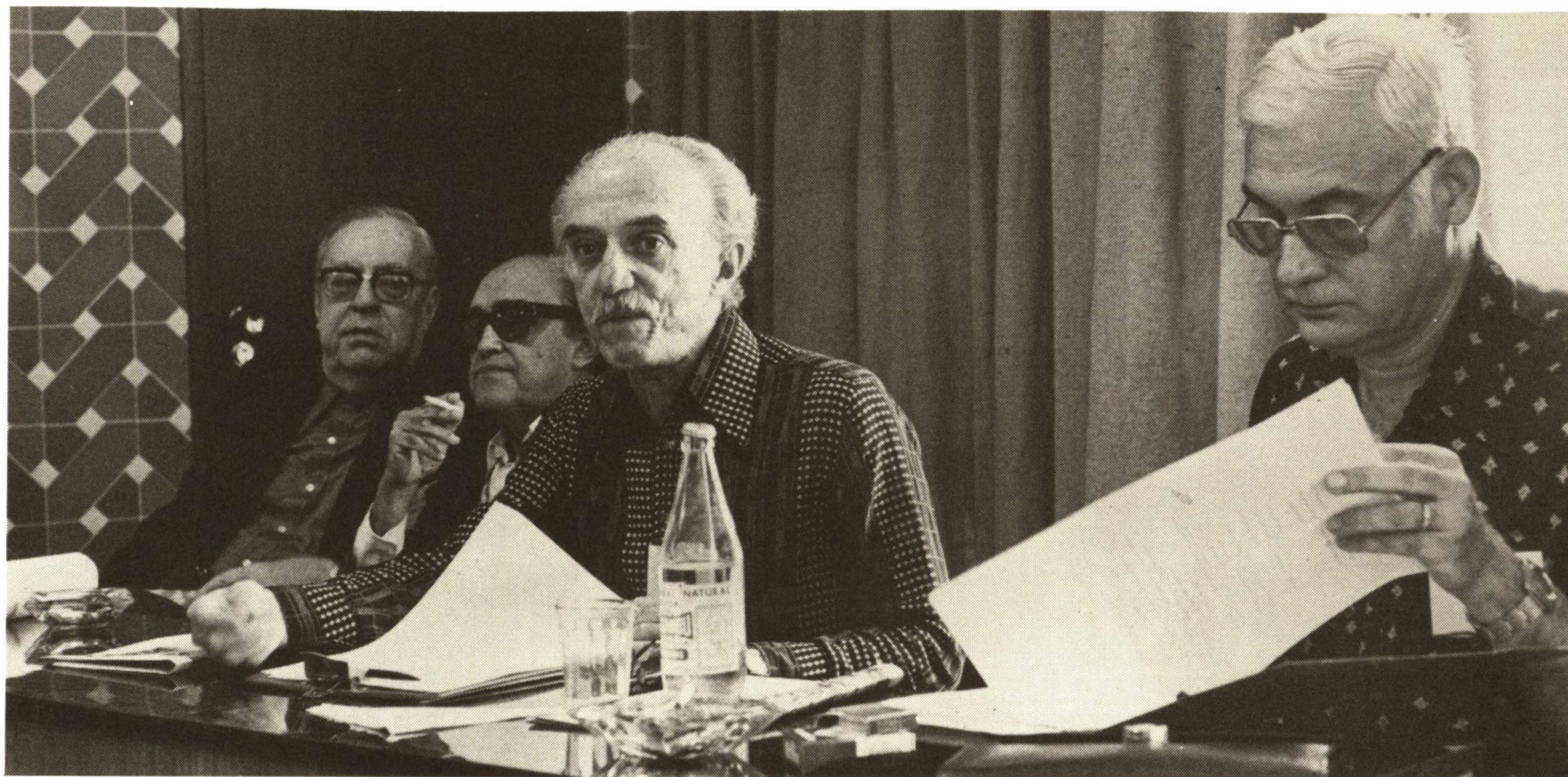
Mas concordamos também com a existência de objetivos prioritários, preliminares, cuja consecução abrirá caminho à renovação democrática e à emancipação nacional. A anistia para todos os punidos e perseguidos políticos; a supressão do AI 5 e demais instrumentos vigentes de abuso de poder; a revogação da atual Lei de Segurança Nacional; o reconhecimento franco do direito de opinião e de associação, de reunião, de greve, de organização de partidos políticos e outros direitos democráticos ordinários; a convocação de uma Assembléia Constituinte soberana e livremente eleita, são medidas prévias de saneamento político que tornarão possível a edificação de uma sociedade democrática em nosso país.

Com esse entendimento das prioridades, mediações e finalidades da luta pela democracia, conclamamos todos os brasileiros a que se associem conosco. E vamos juntar nossos esforços ao de todos — partidos políticos, organizações sociais e indivíduos — quantos combatam por esse objetivo comum: a democratização da vida brasileira.

Relação dos signatários do Manifesto de Fundação do CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO:

Oscar Niemeyer, Ênio Silveira, Sergio Buarque de Holanda, Adão Pereira Nunes, Airtton Soares, Alaíde Pereira Nunes, Alberto Dines, Alberto Goldman, Alberto José Valério e Silva, Alberto Passos Guimarães, Alberto Rajão, Alceu Amoroso Lima, Aldo Fagundes, Aldo Lins e Silva, Alfredo Ceschianti. Aloísio Neiva Filho, Álvaro de Faria, Antônio Callado, Antonio Candido, Antônio Carlos Sigmaringa Seixas. Antônio Houaiss, Antônio Modesto da Silveira, Antônio Torres. Argemiro Ferreira, Armandinho Monteiro Filho, Audálio Dantas, Bar-

bosa Lima Sobrinho, Benito Barreto, Boruch Milman, Branca Moreira Alves, Caio Prado Júnior, Carlos Alberto de Oliveira, Carlos Heitor Cony, Carlos Magalhães da Silveira, Carlos Scliar, Chico Buarque de Holanda, Cláudio Abramo, Cruz Costa, D'Allembert Jaccoud, Dalmo Dallari, Darcy Ribeiro, David de Moraes, Demístocles Batista, Dias Gomes, Dirceu Bristola, Domar Campos, Edgard da Mata Machado, Edmar Bacha, Edmundo Moniz, Elías Chaves Neto, Eduardo Matarazzo Suplicy, Eny Raimundo Moreira, Euryales Zerbini, Fausto Cupertino, Fernando Cunha, Fernando de Sant'Anna, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando de Moraes, Flávio Rangel, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto, Franklin de Oliveira, Gauss Estelita, George Tavares, Getúlio Dias, Gisálio Cerqueira Filho, Glauco Campelo, Hélio Bicudo, Hélio de Almeida, Hélio Pellegrino, Hélio Silva, Hermes Lima, Humberto Campbell, Ilvo Meirelles, Ivan Alves, Jairo Simões, Jarbas Vasconcelos, Jaime Tiomno, João Antônio, João Filipe Sampaio Lacerda, João Gilberto L. Coelho, João Saldanha, Joaquim Pedro de Andrade, Joel Teodósio, José Carlos Dias, José Gomes Talarico, José Honório Rodrigues, José J. Veiga, José Luís Pinho, José Maria Barros Pinto, José Roberto Leal, José Roberto Melhem, José Siqueira, Josem Moysés Maurício de Meneses, Josué Guimarães, Jovina Pessoa, Juca de Oliveira, Leon Hirzman, Luís Carlos Bresser Pereira, Luís Eduardo Greenhalgh. Luís Gonzaga Beluzzo, Luís Mário Camargo Xavier, Luís Pinguelli Rosa, Luís T. da Cunha Mello, Mânlio Marat de Aquistapace, Manuel Teodósio, Marcos T. da Cunha Melo, Maria Isaura Pereira de Queirós, Mário Cunha, Mário Lago, Mário Magalhães da Silveira, Mário Pedrosa, Mário Schemberg, Maurício Roberto, Maurício Rocha e Silva, Mauro Lins e Silva, Miguel Costa Filho, Miriam Marreiro, Moacyr Werneck de Castro, Modesto Carvalhosa, Moniz Bandeira, Néelson Werneck Sodré, Nise da Silveira, Norma



Sergio Buarque de Holanda, Oscar Niemeyer, Antonio Houaiss e Enio Silveira formam a mesa que presidiu a inauguração do Centro Brasil Democrático, 29.7.1978.



Oscar Niemeyer e Sergio Buarque de Holanda na reunião de instalação do Centro Brasil Democrático, 1978.

Couri, Odilon Batista, Osny Duarte Pereira, Osvaldo Loureiro, Pais de Andrade, Paulo César Tim, Paulo Duarte, Paulo de Melo Bastos, Paulo Werneck, Pedro Celestino S. Pereira, Pelópidas Silveira, Pinheiro Machado Neto, Plínio Marcos, Pompeu de Sousa, Raimundo Ivan B. de Oliveira, Raul Ryff, Roberto Max de Argolo, Roberto Mujati, Roberto Saturnino Braga, Roland Corbisier, Rômulo de Almeida, Ruth Escobar, Rui Barata, Sabino Barroso, Sérgio Cabral, Sérgio Jaguaribe, Teresa Cesá-

rio Alvim, Teresinha Zerbini, Tiago de Melo, Wilson da Cunha Carvalho, Wilson Fadul, Zelito Viana, Ziraldo Alves Pinto, Zuenir Ventura.

Atesto que a relação acima confere com a relação dos signatários do Manifesto de Fundação, para cumprimento do estabelecimento no Artigo 26º dos Estatutos do CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO. Em 14/08/1978

Oscar Niemeyer — Presidente

Manifesto Inicial do Partido dos Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores pelo capitalismo.

Nascendo das lutas sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento

dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isto, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

Por um partido de massas

O partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isto protestam quando, uma vez mais na História brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um Partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Pela participação política dos trabalhadores

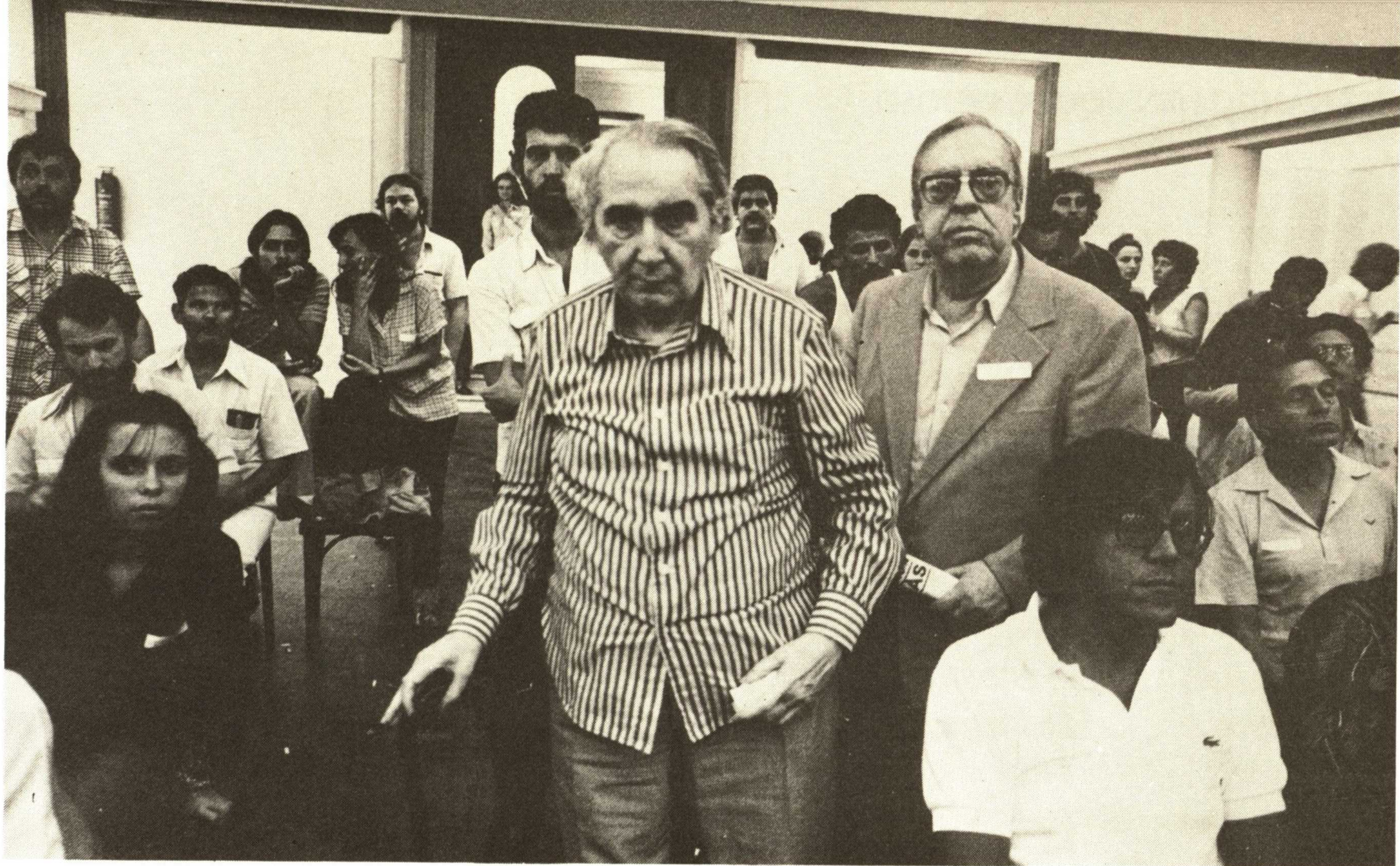
Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia aos privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos, e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são reponsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.

Lutará por sindicatos independentes do Estado como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do País. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a eco-

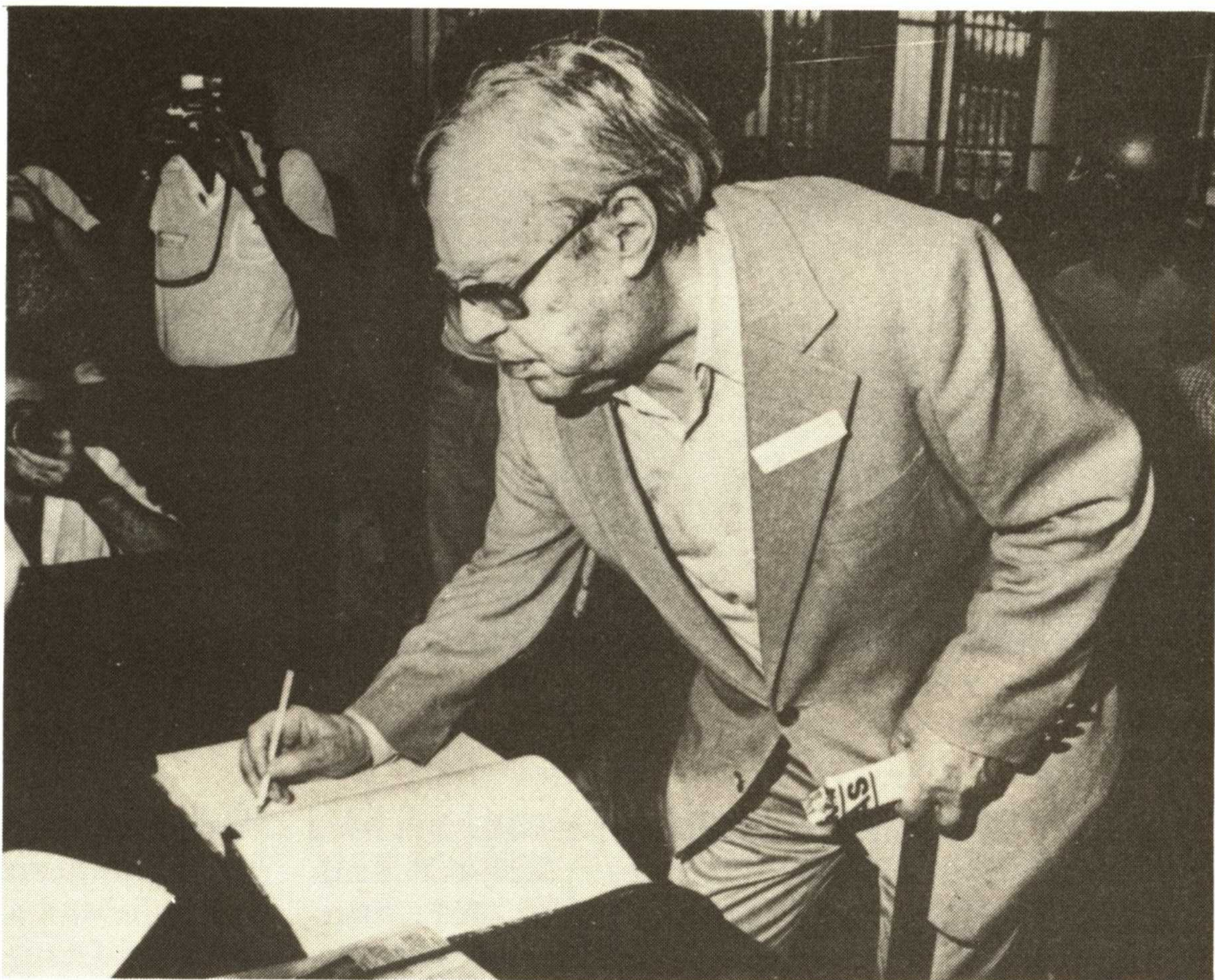


Mário Pedrosa,
Sergio Buarque
de Holanda
e Hélio Pellegrino
na reunião
inaugural do PT

nomia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular fundada nas organizações de base para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isto, sabem que o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões de seus rumos. Por isto, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

Sessão 22-3-80



Sergio Buarque
de Holanda assina
o livro
inscrevendo-se
no Partido
dos Trabalhadores,
10.02.80



Primeiro encontro
nacional do PT,
10.02.1980.
Sergio Buarque
de Holanda
e outros
companheiros
aparecem ao lado
de Luiz Ignácio
(Lula) da Silva

Brasil: as raízes e o futuro

Não se trata apenas de uma análise profunda do nosso passado mas também de um roteiro para o futuro — é este o ponto fundamental do artigo de Fernando Henrique Cardoso sobre Raízes do Brasil, publicado em Senhor Vogue, abril de 1978, artigo este que serve de introdução a uma outra resenha sobre o livro de Sergio Buarque de Holanda, de autoria de Bolívar Lamounier, no mesmo periódico.

Existem motivos distintos para que um livro se torne clássico. Por vezes a paciência da minúcia e a argúcia das classificações constituem o esteio da obra relevante. Noutros casos, o inesperado da descoberta de uma senda nova faz rever toda uma tradição e dá ao livro notoriedade.

Nem sempre, entre os livros que permanecem como marcos de uma cultura, o estilo prima sobre o conteúdo; mais raramente ainda uma obra pode sustentar-se por sua pura forma. No caso de *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda, já na primeira edição os contemporâneos sentiram a força de um clássico. Por quê?

O estilo é, sem dúvida, eskorreito e a erudição — enorme — faz-se sentir discretamente, como manda o figurino. Mas não terá sido por suas virtudes formais, e convém gabá-las, que o livro de Sergio nasceu clássico. Foi principalmente porque ele sintetiza um debate e aponta um caminho. O debate em causa diz respeito ao “afinal, o que somos?” que é a pergunta que os povos novos sempre se fazem; o caminho para o qual a resposta a esta questão se abre engloba a possibilida-

de de, ao reconhecer o peso do passado, adivinhar também um horizonte alternativo.

É esta para mim a grandeza maior de *Raízes do Brasil*. Com jeito, quase displicentemente, mas ao mesmo tempo com muito carinho, Sergio Buarque vai mostrando ao leitor o peso dos muitos problemas sob os quais assenta a estrutura de um país em formação. Primeiro, o estranhamento do mundo: somos uma herança ibérica, mas recriada. As aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá, embora tenham sido transuman-tes. Desde o início o colonizador português, com sua “plasticidade social” deixou-se levar caprichosamente pela natureza irrequieta do trópico. Ao invés de impor à paisagem a marca de sua vontade, como os espanhóis, o colonizador lusitano emaranhou-se nela.

Mas, atenção. A displicência da herança portuguesa não entra no livro como elemento para desatar o cântico de Hozana às virtudes de uma cultura adaptativa por excelência. Se este fosse o caminho percorrido, *Raízes do Brasil* estaria hoje dormente ao lado das tantas obras de tom culturalista, dessas que gabam as virtudes ou menos cabam os defeitos “naturais” dos po-



Sergio Buarque
de Holanda
e Fernando
Henrique Cardoso

vos. Ao contrário, o que dá o toque de exemplaridade ao livro é que, beirando a cada instante os riscos da explicação fácil, de repente, explodem os temas mais pertinentes sob os ângulos mais criativos. Há formas de trabalho e experiência de vida que condicionam a “plasticidade da cultura”. E há também limites — e bem óbvios — para refazer toda a herança cultural lusitana na experiência do Novo Mundo. Há o peso das estruturas agrárias permeadas pela escravidão e há também as vicissitudes da construção de uma sociedade urbana a partir de experiências de vida associativa ilhadas no particularismo dos “grupos primários”, isto é, do círculo das relações imediatas e diretas, de pessoa a pessoa, como na família.

É este o nervo do livro: as oposições, as contradições, para a criação de uma sociedade urbana e “moderna” dispõem-se como armadilhas nos caminhos do futuro. Decifrar o Brasil, nesta perspectiva, implica em entender o passado e, ao mesmo tempo interrogar o futuro para perguntar “onde está o Ródano? Será que poderemos saltá-lo?”

Um outro segredo do êxito deste livro parece-me

ser seu discreto otimismo. A crítica acerba, a destruição dos mitos autocomplacentes a respeito de nós como povo e de nossas raízes históricas, não impede um voto pela possibilidade de realização. Mas esta realização, embora o autor não se socorra do linguajar engajado da luta entre as classes e das alternativas revolucionárias, supõe uma transformação radical. Por certo, o brasileiro seria o “homem cordial”. A tese foi lida polêmicamente por Cassiano Ricardo, que contra-atacou para mostrar o que seria um certo toque de irrealismo de Sergio Buarque. Em vão, ou com alvo errado: nosso autor quis dizer apenas que enrascado na visão afetiva dos que convivem proximamente nos círculos de familiares, de amigos e de inimigos, os brasileiros utilizariam menos a Razão abstrata — do que a paixão. E esta leva também à violência e ao arbítrio. O desafio proposto para o futuro será exatamente o de substituir o personalismo que fundamenta as oligarquias, pela racionalidade da vida pública, que pode fundamentar a democracia.

Mas não foi só como ato de fé no futuro e através dele que Sergio Buarque reavaliou, apesar das heran-

ças distorcedoras, os caminhos possíveis do Brasil. Há em sua análise um fundamento real: a urbanização e a industrialização refazem a experiência cultural histórica e apresentam novos desafios e novas possibilidades para os brasileiros.

Tudo isso, diga-se de passagem, escrito em 1936, às vésperas do Estado Novo, quando boa parte da intelectualidade se alinhava no fascismo, justificando-o a partir de fatos, processos e características muitas vezes próximas daquelas que Sergio Buarque assinala em seu livro como próprios dos brasileiros.

Não estamos, portanto, diante de uma análise de tipo meramente cultural das características herdadas ou recriadas pelos brasileiros; nem do ensaio que intui sem buscar apoio nos fatos; nem da descrição do que ocorre, como se da soma de muitos fatos pudesse resultar um conhecimento novo. Sergio Buarque *interpreta*, sintetizando, analisando, instruindo e apontando alternativas.

E é por isto, porque o autor inova ao recolocar o passado e não o estiola pela ausência de perguntas sobre o futuro, que *Raízes do Brasil* é um clássico. Como todo clássico, o livro de Sergio mantém *atualidade*. Noutro patamar da história, há quem recoloque hoje os argumentos sobre as características de relatividade política do Brasil e a impossibilidade de uma organização institucional na qual a democracia — fundamentada na ordem pública e no direito — possa impor-se sem qualificativos que a distorçam. A leitura do livro serve para mostrar que hoje, como quando Sergio Buarque escreveu *Raízes do Brasil* — nas vésperas do Estado Novo — é possível que o autoritarismo se afiance; mas se isto ocorrer não será certamente com o aval do que de melhor se serve a inteligência para demonstrar suas teses. E, de qualquer maneira, o ariete posto como arma da imaginação por nosso autor, o horizonte das alternativas à herança de um passado que pode e deve ser superado, continuará à disposição de todos nós. A partir de certo limiar, nos ensina o mesmo Sergio, a concretização das opções deixa de ser questão de talento para ser questão da existência de vontade (e de força, por certo) capaz de articular interesses sociais novos para permitir que nossas raízes, com enxertos de futuro, sofram as mutações necessárias.

Raízes do Brasil

*Bolivar Lamounier,
por seu turno, defende
a tese de que a inércia
das nossas elites
e a afoiteza em resolver
os problemas imediatos não
preocupam os brasileiros
em se debruçar
sobre as próprias origens
à procura de soluções
permanentes e duradouras.*

Publicado há mais de quatro décadas, *Raízes do Brasil* foi talvez, entre os grandes livros brasileiros, um dos que menos respeitou fronteiras. Leram-no jovens e velhos, ginásianos e universitários, em todo o país. Leram-no homens mais afeitos à contemplação desinteressada e políticos militantes, homens de direita e homens de esquerda. A muitos destes, sem dúvida, o livro de Sérgio Buarque de Holanda terá prestado o imenso serviço de organizá-los a percepção histórica, mostrando linhas de continuidade (e pontos de ruptura) entre o longínquo passado de nossas “raízes” ibéricas e o presente que se abriu com a Revolução de 1930; e mais que isso, o serviço de esboçar-lhes um painel de alternativas políticas cuja relevância em grande parte se mantém até hoje.

Por outro lado não há como fugir à pergunta sobre quantos, realmente, terão apreendido em sua inteireza os diversos fios do argumento. Não nos referimos aqui a dificuldades eventualmente decorrentes da eru-

dição ou da nunca assaz louvada elegância do escritor, mas sim o fato de que em *Raízes do Brasil*, mais, talvez, do que em qualquer outro livro daquela época, forma e conteúdo se completam de uma maneira muito particular. O livro é na realidade uma seqüência de ensaios até certo ponto independentes nos quais os temas vão e voltam, perdem-se e são outra vez retomados para maior desenvolvimento à luz de teses já então melhor demonstradas. Mas, sobretudo, há nele uma técnica de *understatement*, uma exposição serena e analítica, que o distingue tanto da retórica basbaque quanto do tom algo histérico de muitos de seus contemporâneos. Essa serenidade, seja ou não reflexo de um temperamento pessoal, parece inseparável do método e das teses substantivas de *Raízes do Brasil*.

Este é sem dúvida um dos pontos que escapa a certos intérpretes de nossa história intelectual. Atraídos, uns pelo simplismo acadêmico, outros por seduções várias, não raro eles julgam poder avaliar obras passadas segundo sua maior ou menor aproximação com o vocabulário hoje tido como modelo, quando o teste decisivo deveria ser a correção do diagnóstico e das perspectivas que aquelas obras abriram em sua própria época. Visto sob este prisma, *Raízes do Brasil* é um livro singular. Quando por todo o lado se assistia à ascensão das idéias autoritárias de organização política, quando não poucos de nossos intelectuais a elas se entregava sem muita cerimônia, Sérgio Buarque formulava um preciso diagnóstico do movimento integralista. Ao contrário do fascismo europeu, que bem ou mal se apresentava, em 1936, como “*uma tentativa enérgica para mudar o rumo da sociedade*”, dizia ele, o integralismo tornar-se-ia rapidamente uma “*doutrina acomodatória*” [...] “*pobre lamentação de intelectuais neurastênicos*”. A variedade brasileira, arrematava, “*ainda trouxe a agravante de poder passar por uma teoria meramente conservadora... tendendo assim a tornar-se praticamente inofensiva aos poderosos, quando não apenas o seu instrumento*”. Quem não sente — perguntava — “*que sua reforma é, em essência, apenas uma sutil contra-reforma?*”

A inútil procura do chefe que nunca erra

Do lado comunista, assinalava Sérgio Buarque a passagem de uma fase em que, semelhante ao integralismo, atraía “*precisamente aqueles que parecem menos aptos a realizar os princípios da Terceira Internacional*” para outra fase em que um zelo “*principalmente sentimental*”, levaria inúmeros comunistas a seguirem “*um chefe que nunca erra*”.

Mas tampouco se impressionava com a retórica liberal da época, véu demasiado sob o qual e apesar do qual se manifestavam as lutas e tendências mais reais

da sociedade. O tema é aqui facilmente reconhecível: como todos em sua época, quer Sergio Buarque fazer o confronto entre o Brasil “legal” e o Brasil “real”. Essa tendência a refletir sobre a realidade social em termos dicotômicos, como bem assinala Antonio Candido no prefácio à sexta edição de *Raízes do Brasil*, não é nova, nem especificamente brasileira. “O senso dos contrastes, e mesmo dos contrários, apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições”, é há tempos uma marca do pensamento latino-americano”. A República, seguindo-se à Abolição e a uma crise da agricultura, havia removido as bases tradicionais da política do Império, tornando sem sentido o velho alinhamento entre conservadores e liberais. O novo período, cujo início, em termos de produção intelectual, talvez se possa estabelecer com a obra de Euclides da Cunha é marcado por uma inquietação profunda quanto ao distanciamento entre o Estado e o povo, ou seja, entre as formas jurídico-institucionais adotadas pela nascente República e as formas efetivas de existência social. Aí, realmente, é quando se configura plenamente o estilo de análise fundado no “senso dos contrastes, e mesmo dos contrários”. Tratava-se de encontrar, pela reflexão histórica e sociológica, as causas ou origens do desajuste entre o Estado e a Sociedade. Este é o tema da época. Poder-se-ia mesmo dizer que era o livro da época: um livro com existência por assim dizer objetiva, e que era *apropriado* e escrito a sua maneira por cada escritor. Partindo do mesmo problema — o desajuste entre as instituições formais e as formas efetivas de vida — cada um chegava a diferentes resultados. O mais comum, entretanto, era a tese da incompatibilidade de nossas origens ibéricas com qualquer tentativa de ordenação democrática das instituições, quando não a afirmação pura e simples de que somente um modelo autoritário poderia conduzir nossa formação histórica a um desfecho natural e harmônico.

Raízes do Brasil pode ser visto, no essencial, como uma investigação sobre os fatores que dificultam ou estimulam, em nossa estrutura social, o advento de formas de convivência democrática. Já se vê, pelo que foi dito acima, que em nenhum momento reduz Sergio Buarque os horizontes da democracia à falta de horizontes de tantos dos nossos liberais. A democracia, embora inseparável de um arcabouço institucional que assegure os direitos básicos do cidadão, e que o garanta contra a violência do Estado, deve também ser vista como um processo através do qual se removem continuamente as desigualdades injustificadas. Como tal, ela tem dois requisitos decisivos: tem que assegurar suficiente apoio para a existência de uma ordem jurídica impessoal, tanto quanto possível neutra, e tem que adaptar-se continuamente às tensões e abalos decorren-

tes dos conflitos de interesses. Estas, como se vê, não são condições facilmente realizáveis (o que, naturalmente, não quer dizer que uma estrutura autoritária seja mais facilmente adaptável às condições de uma sociedade complexa). A maneira pela qual Sergio Buarque abordou estas questões, em 1936, conserva ainda hoje sua relevância. O problema, dizia, é que entre nós ainda não chegou a constituir-se um Estado, no sentido de uma ordem realmente “pública”, capaz de transcender lealmente particularísticas semelhantes àquelas que decorrem de laços familiares. “O Estado não é uma ampliação do círculo familiar”, diz Sergio Buarque, constestando frontalmente as velhas teorias de fundo romântico, tão caras à direita européia. “Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor elegível, recrutável e responsável ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo, e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares”. E aí, precisamente, é onde se encontra um dos obstáculos mais poderosos à constituição, no Brasil, da ordem pública necessária à democracia, pois toda a nossa formação histórica se fez na direção oposta; numa forma de estruturação social em que o círculo familiar é que se expande e impõe seus interesses aos cidadãos individualmente considerados. Por mais que se hajam diluído, nestas quatro décadas que se seguiram à publicação de *Raízes do Brasil*, os hábitos da velha família patriarcal, o caráter expansivo dos interesses desse tipo se vêem ainda hoje, e nas menores coisas. Outro não é o pensamento do cidadão que, entre irado e impotente, assiste ao bloqueio das vias públicas por mãos motorizadas que esperam seus filhos na entrada dos colégios.

A tradição ibérica e a ausência de capacidade associativa

O fato, em si, por certo não é o mais dramaticamente abusivo do momento atual, mas ilustra com suficiente clareza um *direito* do qual o círculo familiar — o das classes abastadas, pelo menos — se julga portador. “Toda a nossa conduta ordinária denuncia um apelo singular aos valores da personalidade configurada pelo recinto doméstico”. Este traço de nossa formação social dificultou, segundo o autor de *Raízes do Brasil*, não somente a constituição de uma ordem “pública”, no sentido a que acima nos referimos, mas também o desenvolvimento, entre nós, do hábito de associação. Tal como entre os espanhóis e portugueses, a solidariedade coletiva, entre nós, “existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que re-

O Estado não pode e não deve ser considerado mera ampliação do circuito familiar

lações de interesse — no recinto doméstico ou entre amigos... Em terra onde todos são barões, não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”. Com a experiência destas quatro décadas, não é difícil perceber na análise de Sergio Buarque uma acentuação algo exagerada dos fatores menos palpáveis, sócio-culturais, como condicionante da nossa escassa capacidade organizativa. Em meados da década de trinta, faltava-nos, talvez, a percepção de que o Estado iria muitas vezes atuar de maneira deliberada e sistemática, como obstáculo à formação e ao desenvolvimento de organizações autônomas. O que não se pode desconhecer, numa releitura de *Raízes do Brasil*, é que o autor estabelece com inegável argúcia e propriedade um balizamento inicial para o debate desta questão. Seu ponto de partida pode ser comparado ao de Alexis de Tocqueville: o de que a crescente “igualdade de condições” característica da sociedade urbano-industrial moderna só resultará efetivamente em democracia política caso se verifique o concomitante desenvolvimento de “arte de associação”. Sem a evolução desta, torna-se praticamente inconcebível o ideal democrático de garantir os indivíduos contra o Estado, ou contra as grandes burocracias e corporações econômicas. Contudo, assim como o Estado não é “uma ampliação do círculo familiar”, tampouco se deve confundir a arte da associação com a simples proliferação de lealdades particularísticas de fundo familiar ou afetivo. O acento deve aqui recair sobre o elemento de *arte*, ou seja, de artifício, artefato, criação deliberada. Também da estrutura associativa pode dizer-se, como escreve Sergio Buarque a respeito do Estado, que é “um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo”.

As “raízes” de que fala o título do livro são os fatores, tanto os longínquos, ligados à nossa formação ibérica e colonial, quanto os mais próximos, continuamente reproduzidos pela estrutura social brasileira, que dificultam ou favorecem a constituição do Estado e da sociedade civil numa direção efetivamente democrática. Equívocos de interpretação, entretanto, houve vários, dos quais o mais singelo e perdoável talvez tenha sido o da bibliotecária para quem esse assunto de raízes parecia sem dúvida enquadrar-se na seção de botânica. Houve quem visse na prosa de Sérgio Buarque um sentimento de nostalgia próprio de intelectuais conservadores. E houve, e há, é claro, a legião dos simplistas acadêmicos para quem mais vale o esquematismo das interpretações econômicas, ou a nova escolástica que se compraz em catalogar “instâncias” e “níveis de análise”, do que descer realmente ao conteúdo das coisas. E, no entanto, deve se dizer de *Raízes do Brasil*, junto com *Casa Grande e Senzala*, publicado três anos antes, e com as obras de Oliveira Viana, para só ficar-

mos nestes três, que são efetivamente marcos fundadores da análise sociológica no Brasil. No que se refere a Sergio Buarque, esta afirmação não se prende somente a sua explícita inspiração em Max Weber, na “sociologia da cultura” alemã, na tradição francesa de “história social”, e nos diversos autores ingleses e norte-americanos citados no texto.

Desprezo aristocrático pelo trabalho manual

Desde logo, cumpre assinalar quanto este conjunto de influências se distancia, e para melhor, daquele a que se ligava, por exemplo, Oliveira Viana, recheado de doutrinação racista e de um culturalismo, este sim, superficial e conservador. A afirmação de que *Raízes do Brasil* é efetivamente análise sociológica se prende sobretudo à circunstância de que, nele, faz Sergio Buarque uma análise de influências recíprocas entre os componentes da estrutura social e cultural brasileira, em vez de mera descrição de “sobrevivência” ou da mera prescrição de “remédios” políticos.

A indiferenciação da ordem “pública” e a atrofia da arte de associação têm origens longínquas em nossa história. Deitam raízes na própria estrutura social portuguesa anterior aos descobrimentos, a qual imprimiu na própria empresa da colonização o seu caráter peculiar. A exorbitação do indivíduo e o caráter expansivo do círculo familiar são marcas do agrarismo português. Assim como o feudalismo português não gerou as hierarquias rígidas, as obrigações fixas, e os ritualismos característicos de outras partes da Europa, tampouco se constituiu na península a disciplina do capitalismo moderno. Sobreviveu, aí, e se alastrou por todas as camadas sociais, o desprezo aristocrático pelo trabalho intenso e metódico, que invariavelmente implica sujeição do indivíduo a uma disciplina, seja ela a disciplina imposta pelos próprios objetos, seja a que decorre da divisão de tarefas entre indivíduos diversos. “Em realidade, não é pela maior temperança no gosto das riquezas que se separam espanhóis ou portugueses de outros povos, entre os quais viria a florescer essa criação tipicamente burguesa que é a chamada mentalidade capitalista. Não o é sequer por sua menor parvificência, pecado que os moralistas medievais apresentavam como uma das modalidades mais funestas da avareza. O que principalmente os distingue é, isto sim, certa incapacidade, que se diria congênita, prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade”.

A colonização brasileira criou bases materiais e culturais capazes de reproduzir estas antigas caracte-

rísticas ibéricas com uma inteireza quase inimaginável. O agrarismo das sesmarias, dos engenhos e dos latifúndios, produzindo o isolamento e a dispersão das comunidades, e engendrando o fenômeno das parentelas e dos exércitos privados em torno do chefe patriarcal, não poderia senão reforçar e tornar quase sagradas as relações de caráter “orgânico ou comunal”, vale dizer, aquelas “que se fundam no parentesco, na vizinhança, e na amizade”. Domínios fechados sobre si mesmos, que se gabavam de produzir tudo menos o sal, o ferro, a pólvora e o chumbo, que erguiam sua própria capela e que não raro elaboravam sua própria lei, dariam à estrutura social da colônia e mesmo do Império uma gravitação caracteristicamente antiurbana. No Brasil, durante séculos, o campo dominou a cidade, quer reduzindo-a a mero sítio de festejos dominicais, quer permeando as classes urbanas de hábito e modos de vida tipicamente rurais.

Mais importante ainda, a escravidão na qual se iria basear a empresa agrícola colonial, se de um lado acentuava-lhe a característica mercantil ou capitalista de empreendimento voltado para a exportação, de outro garantia a perpetuação da velha aversão pelo trabalho manual, senão pelo trabalho regular, de modo geral. Dava o estímulo negativo, se assim o pudermos dizer, para uma definitiva associação entre a condição do homem livre, de um lado, e a hipertrofia do indivíduo, o personalismo, a indisciplina e o amadorismo, do outro.

Improvisação e desleixo até na formação das vilas e cidades

Pode-se portanto afirmar que o agrarismo brasileiro reproduziu, se é que não acentuou, certos fatores que já estavam presentes na matriz social ibérica, e que não poderiam senão militar contra a emergência, entre nós, da ordem “pública” e da “arte de Associação”. Contudo, esse transplante de instituições e modos de vida nada teve de deliberado. Ao contrário, a ausência de plano e de deliberação, a prudência chã, o apego à rotina e ao improvisado, é o que explica, segundo Sergio Buarque, o êxito dos portugueses em reproduzir aqui os seus modos de vida e de organização. Nisto, diga-se de passagem, eles se distinguiam de seus contemporâneos espanhóis. Refratários, ambos os povos, a qualquer ordenação impessoal da vida, eram não obstante os espanhóis capazes de prever e planejar, às vezes com uma minúcia surpreendente. A melhor demonstração dessa diferença de atitude, temô-la na orientação seguida por uns e outros no tocante à edificação de vilas e cidades em suas respectivas colônias. A atitude portuguesa se reflete no improvisado da localização e no desleixo dos traçados. Construía em colinas de difícil acesso, como quem dá maior valor à paisagem do que

à futura facilidade dos serviços. Ruas tortas, que parecem obedecer tão somente ao capricho; e uma silhueta urbana cuja expansão parece reger-se muito mais por uma lei de adaptação orgânica do que ao desígnio de ocupação racional do espaço. Na América espanhola, ao contrário, discerne-se prontamente uma vontade política que se projeta no fenômeno urbano. A fundação de cidades, conforme a lição de Max Weber, lembrada por Sergio Buarque, representou nos grandes impérios da antiguidade e do oriente-próximo “o meio específico de criação de órgãos locais de poder”. A colonização espanhola, ao contrário da portuguesa, aspirava claramente à permanência, e não simplesmente ao enriquecimento aventureiro e predatório. Por isto, escreve Sergio Buarque, “já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo: impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta”.

Advirta-se, contudo, que nem sempre o espírito de planejamento e regulamentação burocrática significa êxito, da mesma forma que o improvisado nem sempre redundava em fracasso. No que diz respeito às práticas agrícolas, é quase inteiramente certo que a mentalidade colonial portuguesa iria gerar a agricultura predatória que perdura até nossos dias. No tocante à conformação dos modos de convivência social, entretanto, acredita Sergio Buarque que o modo de ser dos portugueses apresentava vantagens bem nítidas. Conseguiram, por exemplo, adaptar-se ao Nordeste, reproduzindo aí as bases de sua sociedade, coisa que os holandeses não fizeram. Da mesma forma, sem negar que a escravidão associou a imagem do negro ao estigma dos trabalhos vis, sustentava em 1936 o autor de *Raízes do Brasil* a tese de que não houve, a rigor, entre nós, orgulho racial propriamente dito. Otimista, sem dúvida, sobretudo se o considerarmos à luz de pesquisas posteriores, sua visão não poderia de modo algum enquadrar-se entre as conhecidas apologias da “democracia racial”. Menciona, sim, mas isto é coisa muito diferente, a “relativa inconsistência dos preconceitos da raça e de cor” como uma das “zonas de confluência e de simpatia” entre os ideais democráticos e os componentes históricos de nossa formação nacional. É, portanto, da mesma forma que a repulsa a hierarquias exageradas e a toda fixação ritualística de diferenças sociais, um elemento favorável ao processo de democratização da sociedade.

Víramos, por outro lado, que o maior dos obstáculos à democratização era para Sergio Buarque o caráter exageradamente expansivo dos círculos familiares e dos laços afetivos. Essa hipertrofia dos “grupos pri-

Falta de planejamento, excesso de burocracia e agricultura predatória, erros que perduram até hoje

Sergio, 1978.



mários”, para lembrar a velha expressão sociológica, permeando a estrutura social e penetrando por todos os seus interstícios, seria a grande resistência a vencer na luta pela constituição da ordem “pública” e democrática, entre nós. Não parecia duvidar de que, a médio prazo ela seria vencida, devido à “impossibilidade de uma resistência eficaz e certas influências novas”. Notadamente o “*primado da vida humana*”, tradicionalmente aliado das idéias democrático-liberais. Mas também sabia, e o disse com todas as letras, que essa transformação só poderá ser realmente efetiva quando se der o “aniquilamento” das tradições e dos modos de organização econômica ligados ao velho agrarismo ibérico que, como vimos, se reproduziu quase intacto no Brasil.

Diante desta tese, chegam a ser surpreendentes os equívocos a que algumas vezes se viu sujeito o livro de Sergio Buarque de Holanda. Houve, como dissemos anteriormente, quem o visse como obra nostálgica. Mais incisivo, entretanto, a ponto de fixar na mente de muitos leitores uma percepção distorcida de suas teses, foi o equívoco alimentado por Cassiano Ricardo a propósito da noção do *homem cordial*. Este, como se sabe, é o título de um dos capítulos de *Raízes do Brasil*, aquele, precisamente, onde se encontra a conceituação do Estado como uma ordem pública, diferente do círculo familiar e dos laços primários, e que a eles se opõe. É portanto claro que o adjetivo *cordial* está empregado no sentido etimológico, como aquilo que se refere ao coração, ou que dele provém, como aliás iria mais tarde esclarecer Sergio Buarque em polémica (não muito cordial) com o autor de *Marcha para Oeste*. Cordial, nessa acepção, seria precisamente o homem que sobrepõe os laços familiares e sentimentais aos requisitos impessoais da ordem pública; seria Antígona, e não Creonte, na imagem clássica. É bem verdade que o termo cordial, carregado como é de significações que dizem praticamente o contrário (como em “cordiais saudações”), não foi uma escolha de todo feliz, e neste aspecto cabe alguma razão a Cassiano Ricardo.

A banalização da cordialidade brasileira

É também verdade que se podem pinçar no texto, de resto sóbrio e escorreito, duas frases que sugerem o velho estereótipo do brasileiro bondoso, pacífico, cordato. “O Estado” — diz a certa altura Sergio Buarque — “entre nós, não precisa e não deve ser despótico (porque) o despotismo *condiz mal com a doçura do nosso gênio*”. Não há dúvida, porém, quanto a dois pontos básicos. O primeiro é que Sergio Buarque não recorre à noção de “cordialidade” com o intuito de traçar um quadro róseo das relações de classe ou de raça no Brasil. Cordial, como vimos, é o que vem do cora-

ção, e isto tanto pode ser o amor como o ódio, o sentimento de perdão ou o de vingança, a concórdia ou a discórdia. O segundo ponto é que, exceção feita de frases casuais, como a que citamos há pouco, não pretende ele alimentar a clássica cantilena daqueles que recorriam à tese da “bondade” do povo brasileiro para justificar o Estado Novo. O raciocínio destes é conhecido: não sendo o nosso povo marcado por fortes conflitos de raça ou de classe, o modelo político que melhor lhe corresponde não pode ser nem o liberal, nem o fascista. (Do socialista, é lógico, nem cogitam.) Liberal não poderia ser, porque o liberalismo corresponde a uma sociedade individualista, utilitária, onde a defesa dos interesses econômicos se sobrepõe a qualquer outro valor. E não poderia ser fascista, porque o fascismo é a tentativa de integração total, pela arregimentação ideológica e pela violência, de uma sociedade que não possui uma integração espontânea. Defensor do autoritarismo burocrático, acomodatório, bonachão, à maneira do Estado Novo, Cassiano Ricardo é que iria dar à noção do *homem cordial* esta formulação primorosamente apologética: “*Uma bondade por temor de Deus, por ausência de atritos econômicos, por mestiçamento conciliador de arestas psicológicas e raciais, por índole herdada do português, pela soma de tendências coincidentes na direção de certos objetivos, por euforia espacial, por sentimento de hospitalidade provindo do aborígine, por nenhuma filosofia sobre o destino*”.

Longe de se reduzir ao conhecido lugar comum de certa retórica política, o *homem cordial* de Sergio Buarque é uma imagem extraída de um núcleo conceitual sério: aquele formado pela noção de “grupo primário”, na terminologia norte-americana; ou na noção de relações fundadas no sentimento de “comunidade”, se nos reportarmos a sua origem alemã, na sociologia de Ferdinand Toennies. A banalização do conceito proposto por Sergio Buarque impediu que se desse a necessária atenção a uma curta passagem onde ele compara o conteúdo cultural da “cordialidade” com algumas premissas filosóficas do liberalismo. Buscando inicialmente as áreas de convergência entre ambos, assinala Sergio Buarque que pelo menos numa de suas vertentes — na versão rousseauísta que inspirou a Revolução Francesa — o liberalismo democrático apóia-se em uma atitude não de todo estranha ao nosso “temperamento nacional”: “*A noção da bondade natural combina-se singularmente com o nosso já assinalado cordialismo. A tese de uma humanidade má por natureza e de um combate de todos contra todos há de parecer-nos, ao contrário, extremamente antipática e incômoda*”. Ao mesmo tempo, sabe Sergio Buarque que a doutrina liberal nada tem de idílica. É, ao contrário, uma teoria dos conflitos como algo inerente à constituição mesma da vida em so-

cidade, e que procura encontrar meios para melhor ordená-los, não para reprimi-los ou para ignorá-los. Por isso, em vez de iludir-se com a idéia de uma feliz junção da cordialidade com o liberalismo, o que faz Sergio Buarque é aprofundar a reflexão, dando-lhe, como veremos em seguida uma dimensão ampla e atual. Reconhece ser muito limitada a coincidência entre a *cordialidade* e o *liberalismo*; e opta, ao contrário, por dar mais relevo ao que separa do que àquilo que aproxima estas duas atividades. O liberalismo, dirá, “*é antes de tudo uma teoria neutra, despida de emotividade*”. A fórmula liberal “*a maior felicidade para o maior número, está em contraste direto com qualquer forma de convívio baseada nos valores cordiais*”. E este, precisamente, seria um dos nossos grandes dilemas de organização política. Com a simples cordialidade, ou seja, apenas com os laços particularísticos e afetivos, não é possível ordenar a convivência social numa escala ampla. Ao mesmo tempo, sendo uma visão do mundo estranha à tradição ibérica e à nossa formação colonial, o liberalismo-democrático não tem como deitar raízes. Dar-se-ia com ele, fatalmente, e na melhor das hipóteses, algo semelhante ao que se passou na esfera religiosa: só abandonando seu conteúdo intelectual, sua impessoalidade, e adquirindo forma corpórea, é que ele poderia progressivamente tornar-se real.

Impossibilidade de romper o círculo vicioso

“*A idéia de uma entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo os seus destinos*”, afirmava em 1936 o autor de *Raízes do Brasil*, “*é dificilmente imaginável para os povos da América Latina*”. Pretender o oposto é deixar o flanco permanentemente aberto ao caudilhismo: “*Colocado no pólo apostado à despersonalização democrática, ele muitas vezes se encontra no mesmo círculo de idéias a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa da tese liberal, e seu surto é compreensível se nos lembrarmos de que a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação — negação essa que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito*”. E como quem prenuncia, sem entusiasmo mas também sem maiores ilusões, a chegada próxima de um supercaudilho par romper o círculo vicioso, completava: “*A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que a presença de tais ilusões não constitui em si argumento contra o liberalismo, e que existem outros remédios, além da tirania, para*

a consolidação de um conjunto social e nacional”.

Que outros remédios? Neste ponto, sem dúvida, é que a muitos o *Raízes do Brasil* poderá parecer decepcionante, ou pelo menos, ascético e inconclusivo. Opondo-se aos movimentos de extrema-esquerda e de extrema-direita, cético quanto às possibilidades imediatas de quaisquer forças democrático-liberais, Sergio Buarque parece haver percebido com razoável antecedência que o desfecho daquela conjuntura poderia ser algo como o Estado Novo. Longe de abraçar qualquer destas alternativas, optou pela dissecação analítica da estrutura social a elas subjacente, insistindo sempre nas mudanças, particularmente na crescente importância das *idades*, que iriam a médio prazo forçar uma reestruturação da vida social e política brasileira.

Com a Abolição, a República, e a crise da agricultura, no fim do século passado, dera-se uma apressada apropriação do aparelho de Estado e das profissões liberais pelas forças sociais decadentes. Assim, ao mesmo tempo em que assinalam a progressiva vitória da cidade sobre o campo, esses acontecimentos também ocultam uma simples metamorfose da velha estrutura, preservando-lhe, porém, os dilemas. Agora, o espírito oligárquico e beletrista, a desvalorização do trabalho, enfim, todo o repertório das sobrevivências coloniais, situar-se-iam ainda mais próximos das alavancas do poder, dando extensão verdadeiramente dramática ao contraste entre as formas jurídicas do Estado e o tecido real dos interesses, atitudes e formas de vida. Apropriando-se do Estado, essas forças fizeram dele o chamado Estado “*cartorial*”, expressão completa da indiferenciação entre a ordem pública e a ordem privada.

Estes temas, como é sabido, seriam retomados, na teoria e na prática, nas décadas seguintes. Nestor Duarte falaria deles poucos anos mais tarde em *A ordem privada e a Organização política nacional*. Vitor Nunes Leal, publicando o seu *Coronelismo, enxada e voto* logo após a derrocada do Estado Novo, colocava agudamente a indagação sobre como organizar a democracia política num país onde ainda persistiam extensas áreas de poder privado.

O crescimento imprevisto e deshumano das cidades

De uma forma ou de outra, sob roupagens e terminologias diversas, os temas se mantêm em pauta. Por isto mesmo, à guisa de conclusão, será talvez conveniente apontar algumas transformações significativas. A primeira diz respeito ao próprio ritmo e extensão alcançados pelo crescimento das cidades, no Brasil. Tinha sem dúvida razão Sergio Buarque quando indicava que nenhuma apropriação antidemocrática do Estado poderia ser duradoura, a não ser pela violência, precisa-

mente devido à impossibilidade de resistir ao “primado da vida urbana”. Hoje, a cidade domina o campo, pelo menos no sentido de que a ordenação política tem de atender prioritariamente aos problemas que as relações de trabalho e os conflitos de interesses engendram nos grandes centros urbanos.

Outra transformação significativa é a que se refere aos grupos sociais e às organizações de maior peso na estrutura política. A grande empresa econômica é um personagem apagado, embora não ausente, em *Raízes do Brasil*. Outro grande ausente são as forças armadas. Isto se compreende, sem dúvida, se considerarmos que tanto aquela como estas ainda permaneciam sob vários aspectos subordinados à força realmente decisiva do agrarismo e de seu braço político, os oligarcas e bacharéis. Contudo, a passagem de ambos, grande empresa e forças armadas, para o primeiro plano das relações de poder, vem comprovar que os obstáculos à organização autônoma de interesses — à “arte da associação” — não desaparecem com a gradual liquidação das antigas lealdades particularísticas.

Se é verdade que estas absorviam todos os intentos de constituir partidos políticos, por exemplo, dissolvendo-os em inúmeras e pequenas disputas de facções, não é menos verdade que a adoção, pelas forças armadas, de uma orientação ideológica até certo ponto contrário à plena expressão dos conflitos venha tendo as mesmas conseqüências.

Onde o otimismo, ou pelo menos a serenidade, de Sérgio Buarque a respeito de uma futura evolução democrática poderia encontrar maior alento, hoje, é precisamente no terreno das premissas culturais. Hoje, talvez possamos dizer que a velha cultura “cordial” já se acha suficientemente transformada. De um lado, a atual cultura brasileira — não, é claro, a cultura livresca, mas a que se encontra nas atividades cotidianas, na linguagem habitual, ou mesmo na música popular — preserva e desenvolve os traços afetivos que então se esboçavam, assegurando para a sociedade brasileira uma existência suficientemente densa e corpórea mesmo no âmbito supra-familiar. De outro, e salvo melhor juízo, não existe motivo para julgá-la incompatível com as premissas “utilitárias” que inevitavelmente se irão incorporando às normas especificamente políticas. Na consciência popular, pelo menos, não há conflito aparente entre a defesa de interesses, individuais ou de grupo, e os laços particulares, sejam eles de concórdia ou de discórdia, que regem a existência privada de cada um. Esta é talvez a melhor prova de que a análise feita em *Raízes do Brasil* estava em grande parte correta: que o conjunto de obstáculos especificamente ligados à tradição “cordial” perderia a médio prazo sua significação política. O que não impediu, infelizmente, que outros óbices se antepusessem, e continuem a se antepor, à efetivação de uma ordem política democrática.

Sergio tocando o berrante usado pelos boiadeiros.



De Monções a Caminhos e Fronteiras

Discípula de Sérgio Buarque de Holanda, hoje professora titular da cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo. O ensaio é parte da introdução da antologia publicada na Coleção Grandes Cientistas Sociais, da Editora Ática, 1985, sob direção e coordenação de Florestan Fernandes.

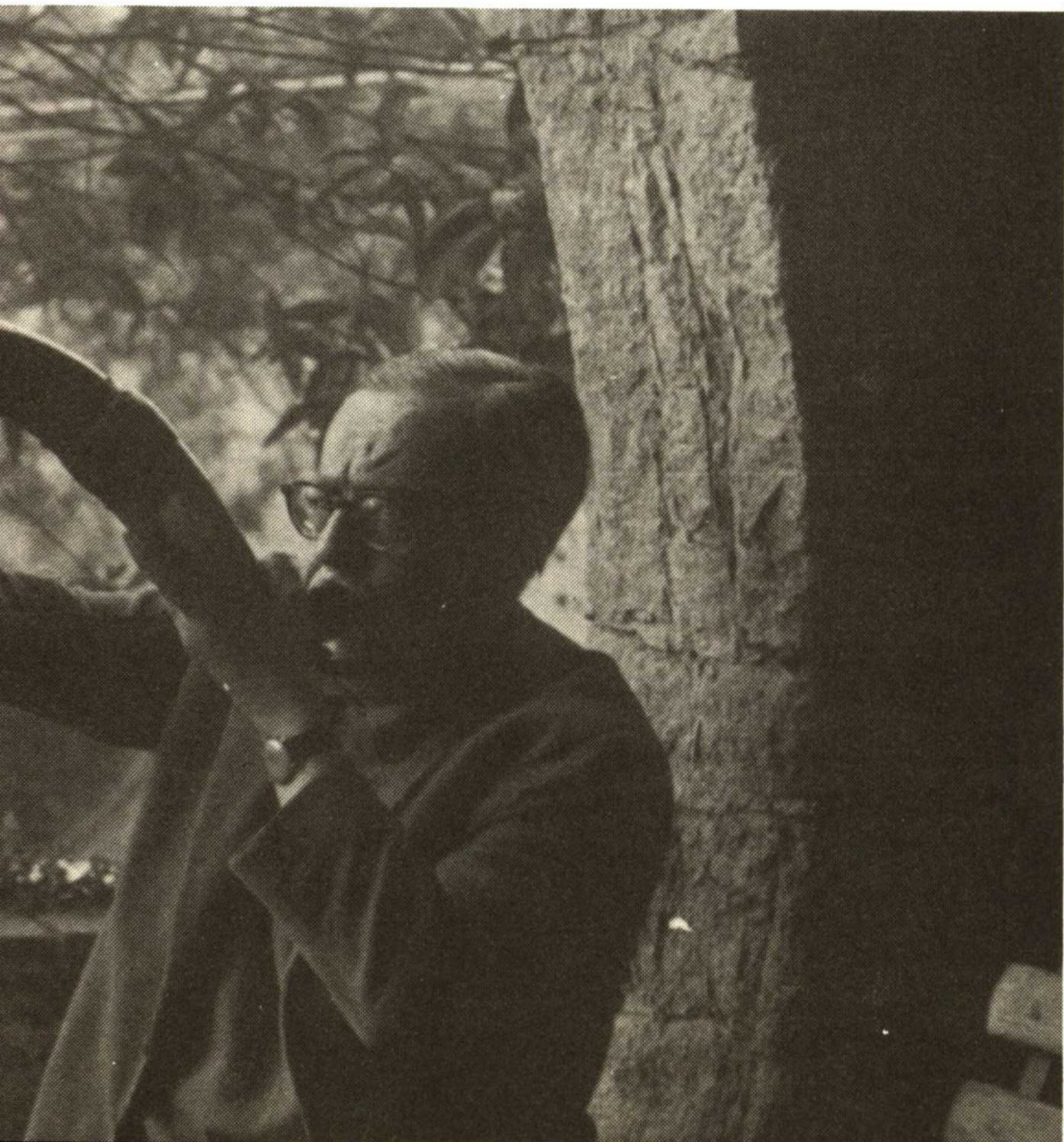
Estes são os livros representativos da primeira fase de pesquisa sistemática das fontes na obra histórica de Sérgio Buarque de Holanda e de consolidação de um estilo narrativo muito pessoal de reconstituição e interpretação do passado. Coincidiram com sua mudança para São Paulo, com suas atividades de professor na Escola de Sociologia e Política e com seu trabalho na direção do Museu Paulista.

Não foi um mero acaso a escolha de *Monções* como tema para seu segundo livro como historiador —

a reconstituição do caminho fluvial do Tietê a Cuiabá, o momento da penetração dos paulistas além do Rio Paraná, até os confins do Guaporé (*Monções*, p. 42 e 60) —, coincidia em cheio com seu gosto por realidades movediças, bem definidas no tempo. O tema foi cuidadosamente delineado no processo do seu vir-a-ser, desde a organização das expedições, como etapa da “vocaçao do espaço” dos paulistas desbravadores, até a sua transformação em frota regular de comércio. Estudou nesse livro tanto a ação transformadora do meio sobre a cultura material (capítulos 2 a 5) como a mudança dos valores culturais, que transformaram os primeiros sertanistas, homens intrépidos, em retalhistas e homens de negócio (p. 115-6). Pretendia reconstituir o devir das forças expansivas dos paulistas, descrever “o verdadeiro manancial de suas energias ativas” sertão a dentro e captar as tensões do seu vir-a-ser. O livro inicia com a análise do processo de formação das monções, após as primeiras descobertas de ouro no Coxipó-Mirim, quando da adoção pelos paulistas de técnicas indígenas para construir canoas da casca do ubá e terminar com o período de decadência das monções, nas primeiras décadas do século passado, momento de saturação das próprias forças contraditórias que de início as geraram: a extinção do ouro e a depredação das matas, com o desaparecimento da madeira apropriada para construir as embarcações (p. 84 e 117). A partir de fins do século XVIII, as monções do Paraná já se ressentiam, como forma de locomoção, da concorrência das monções do norte de Goiás ao Pará e do caminho terrestre de São Paulo para Goiás.

“As estradas móveis” é o título sugestivo de um capítulo deste livro de Sérgio Buarque de Holanda, que revela muito sobre o seu método de reconstituir a ação transformadora do tempo; através de minúcias e pormenores vivos, o autor analisa a interação entre a paisagem, a sociedade e a cultura. Apega-se a pormenores para desvendar as tendências estruturais do convívio entre os colonos e os indígenas e a transformação dos costumes e da mentalidade dos colonos. Através de fatos miúdos das “estradas móveis” do Tietê, reconstitui processos de mudança cultural no povoamento paulista. Compara meticulosamente os costumes alimentares a bordo das canoas com os dos marinheiros nas caravelas do alto-mar, na época dos descobrimentos (p. 110-1); a partir de um pormenor pitoresco, a presença da baeta vermelha no toldo das embarcações para assinalar os pontos mais perigosos do trajeto, sugere a coincidência das influências européias e indígenas: o símbolo vermelho era simultaneamente um costume ibérico a significar alerta e, entre os índios, um modo de espantar ou prevenir as forças do mal (p. 73).

Os pormenores descritivos compõem forças, movimentos, mudanças de mentalidade. Ao focalizar as relações entre colonos e índios, em lugar de determi-



nismos geográficos ou biológicos, lançava mão da ação transformadora do tempo; queria reconstituir as forças do meio ambiente e desmentir teorias antropológicas de difusão cultural, para afirmar a tese de que “a similitude do meio natural ou das condições de vida tende a gerar identidade ou similitude de costumes” (*Monções*, p. 29). Os colonos descobriam, “numa familiaridade prolongada com a natureza, e não por transmissão de conhecimentos, muita coisa que o gentio talvez não ignorasse” (*Caminhos...*, p. 89).

Sugere um processo dialético na experiência do pioneirismo paulista; os valores ibéricos negados e ameaçados pelo meio hostil; a adoção da cultura material e de técnicas indígenas de sobrevivência; a superação paulatina deste impasse inicial na lenta recuperação e reafirmação das formas de convívio trazidas da Península Ibérica, no século XVIII.

Busca menos a dualidade europeu-indígena, do que o processo de interação e de convívio entre eles, ou seja, “uma verdadeira educação moral cujas conseqüências não podem ser apreciadas de modo abstrato, e independentemente das condições particulares que a suscitaram” (*ibidem*, p. 143). Em vez de estudar o legado indígena, preferiu reconstituir o impacto das duas culturas na situação de fronteira:

“Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados” (*ibidem*, p. VI).

O significado dos fatos miúdos

Por isso e em função do cuidado do historiador em reconstituir ao vivo “a capacidade dos colonos de se enraizarem e de se adaptarem às novas paisagens” é que já desponta em *Monções*, com toda a vitalidade, o estilo imaginativo e criador de Sergio Buarque de Holanda, que se demora em recriar as condições específicas, as minúcias do cotidiano do sertão paulista. No modo como esmiúça o lento aprendizado que os colonos tiveram das plantas e das ervas que os cercavam, o autor evoca Humboldt, no que escreveu sobre a interação do homem com as plantas:

“De duas qualidades de palmeira, o guacunã e o buriti, serviam-se os viajantes para variados misteres. A primeira, além de bom palmito, fornecia, por exemplo, excelente isca para tirar fogo, e a fruta do buriti dá um licor apeteçido de muitos sertanistas, que chegavam a compará-lo ao vinho do Reino, na cor, na aparência e no gosto. Não faltou quem atribuísse a bondade das águas do rio à influência da vegetação local,

notadamente da salsaparrilha, que se cria em suas beiradas” (*Monções*, p. 81).

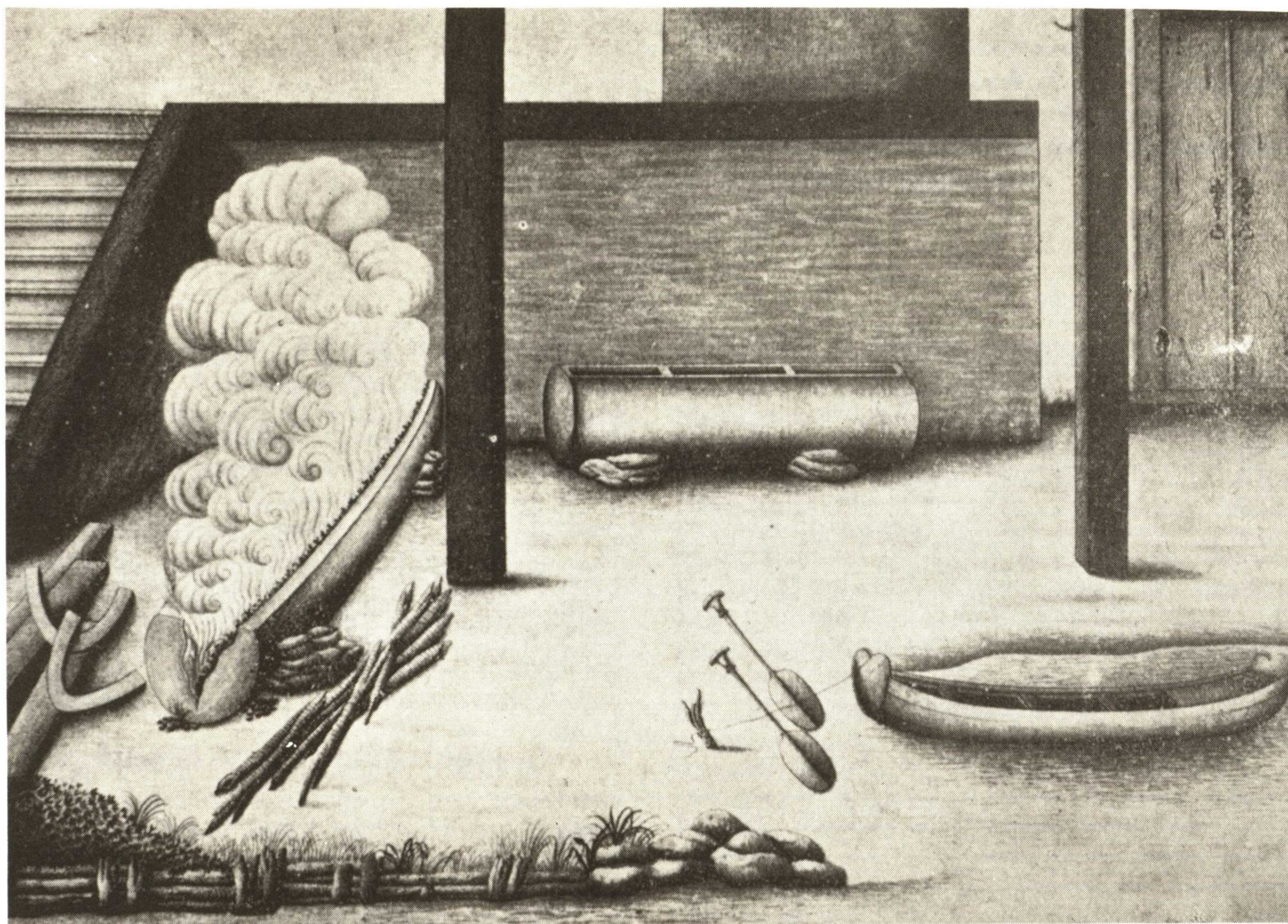
No capítulo “Botica da natureza”, em *Caminhos e fronteiras*, o autor elabora o mesmo estudo do processo de enraizamento do homem na paisagem, de onde tirava recursos mágicos para a cura: patuás e talismãs para garantir as necessárias forças de sobrevivência no sertão.

Delinea nesses dois livros com vivacidade de dados concretos, colhidos dos testemunhos inéditos da época, a transformação dos costumes, no dia-a-dia da fronteira do povoamento. Aqui, a adoção dos métodos indígenas de defesa contra flechas ervadas; ali, o uso do couro de antas nos gibões, no escupil, rodela e pavese (*Caminhos...*, p. 136). Na utilização das canoas, a introdução revolucionária dos toldos e dos mosquiteiros (*Monções*, p. 63); o dormir em redes, à moda dos selvagens, o sentido simbólico dos calçados entre os colonos paulistas... Entretanto, o que focaliza são sempre costumes em transformação e não apenas modos de ser, vestir e comer.

A marca do seu estilo são os temas em movimento no tempo e a urdidura intrincada dos fatos miúdos no seu processo de significação. Demora-se em descrever as varedas de pé posto, o modo peculiar de pisar e de interpretar os rastros pelo caminho, também copiado dos índios para facilitar a sobrevivência, nos primeiros tempos no sertão. Tensões de alerta, mimetismo, aculturação: a prontidão com que os primeiros colonos adotaram dos índios as iguarias, os métodos de cura, o arco e a flecha; a facilidade com que, nos textos coloniais, a expressão *tiro de arcabuz* como medida de distância foi substituída pela locução *tiro de flecha* (*Caminhos...*, p. 76). De início, as trilhas de tapir serviam aos índios, uma vez adotadas pelos colonos, resultaram, anos mais tarde, nos trajetos das primeiras estradas de ferro do século passado...

Ao acenar com o rumo do progresso, Sergio Buarque de Holanda elabora as ambigüidades destes costumes em transformação, como foi o caso da introdução das ferramentas européias, que, naquele momento da fronteira colonial, em vez de um avanço sobre os métodos predatórios dos selvagens, significou o reforço da tendência à devastação da natureza:

“Não há dúvida que a introdução de ferramentas européias pôde afetar os primitivos métodos de lavoura, mas raramente os afetou no sentido de sua radical transformação. O machado, a foice, a enxada importados ajudaram a fazer mais eficazes, por isso, em geral, mais desastrosos, aqueles métodos, afeiçoando-se a ele e substituindo os antigos instrumentos de pau e pedra, assim como o anzol de ferro viera a substituir, na pescaria, os espinhos tortos a que se referia Gabriel Soares em seu tratado quinhentista” (*Caminhos...*, p. 185).



Construção de uma canoa indígena, 1784, *Viagem Filosófica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira. Cortesia da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Delinea-se uma continuidade de estilo e de interpretação entre o capítulo “As estradas móveis”, de *Monções*, e “Frechas, feras, febres”, de *Caminhos e fronteiras*. Em ambos o assunto é a adoção pelos colonos paulistas de formas de sobrevivência copiadas dos índios: a caça como improvisação divinatória, a cura como magia, os crimes como estratégias de sobrevivência (*Caminhos...*, p. 105 e 143).

Erudição e imaginação criadora

A reconstituição das formas do devir nas fronteiras do povoamento pressupunha uma elaboração sofisticada por parte do historiador: o convívio sistemático nos arquivos, com fontes manuscritas, inéditas, uma prodigiosa memória e a adequação de uma erudição imensa de conhecimentos afins, de história, de antropologia, geografia humana, urdidos todos com a imaginação criadora, que apurava seu estilo de narrativa Sergio Buarque de Holanda elaborava seu estilo minucioso e aderente, entremeando-o de comparações para reforçar o peculiar sem se limitar ao paroquial, o que dá ao seu regionalismo dimensões universais e uma conotação ampla de integração nas ciências sociais de seu tempo.

A inclinação pessoal o levaria de preferência a concentrar-se no estudo das mentalidades, entretanto percebia que foi antes nos aspectos da vida material que os colonos se mostraram mais acessíveis às manifestações divergentes da tradição européia (*Caminhos...*, p. V). A sobrevivência implicava descobrir a

natureza desconhecida, e eram os selvagens os que usufruíam dos segredos desta comunhão íntima:

“Entre nossos indígenas e sertanejos, os laços que unem o homem ao mundo ambiente são bem mais estreitos do que tudo quanto pode alcançar nossa imaginação. A própria arte com que sabem copiar os movimentos, os gestos, as vozes dos animais da selva, não significa, neles uma simples mímica; é antes o fruto de uma comunhão assídua com a vida íntima da natureza.

Dessa harmonia entre o homem e seu meio selvagem nasce uma inventiva fértil e pronta, uma imaginação sempre alerta, uma atenção quase divinatória, que para o civilizado parece atingir os limites do miraculoso” (*Caminhos...*, p. 77-8).

Irremediavelmente alienados desta comunhão espontânea, os colonos portugueses permaneciam sobrepostos à paisagem e inclinados ao nomadismo. Em *Raízes do Brasil*, o autor interpreta esta tendência à vida errante como uma “vocaçao do espaço” (p. 13); já em *Monções* considera-a uma necessidade imposta pela escassez de recursos da terra (p. 19) e em “Movimentos de população em São Paulo no século XVII” mostra como o sistema de terras reforçava este costume dos paulistas (*Revista do IEB*, n. 1, p. 92).

Nos seus primeiros contatos com o Novo Mundo, os colonos retrocediam a um passado remoto da humanidade, pois de nada lhes servia a bagagem cultural européia. Na maneira de Sergio Buarque de Holanda tratar o assunto, presentem-se afinidades suas com o pensamento historicista romântico, que remonta a Vico, no século XVIII, tanto nas passagens em que se refere ao

pensamento mágico, como no modo de definir a cultura material e a mentalidade como partes autônomas do mesmo devir: “A religião por si só não era o bastante para abrandar os costumes, onde todas as condições materiais e morais tendiam a fazê-los rudes...” (*Caminhos...*, p. 18). De modo que, a força inicial da expansão paulista “estaria antes nos instintos obscuros, nas inclinações muitas vezes grosseiras, nos interesses frequentemente imorais que animavam o bandeirante devassador dos Sertões. E estava certamente nessa incorporação necessária de numerosos traços da vida do gentio, enquanto não fosse possível uma comunidade civil e bem composta, segundo os moldes europeus” (*ibidem*, p. 18-9).

Ateve-se à reconstituição deste processo como uma etapa peculiar do passado paulista a ser resgatada da memória nacional, a que procura dar feições bem precisas, captar-lhe as nuances, comparar modos de ser — para evitar transpor para o Brasil o que os românticos europeus descobriam no passado remoto das suas nações:

“A verdade é que as monções nunca chegaram a deixar, nos hábitos e na vida social do paulista, nenhuma dessas marcas de vivo colorido, que nascem de uma intimidade grata e quase lírica entre o homem e sua ocupação mais constante. Faltou-lhes a vida fluida, rica de formas, que brota do esforço livremente consentido e que floresce nas lendas, nos usos e nas tradições do povo. A psicologia de nossa gente rude não a acomodava aos rios, como não a acomodou verdadeiramente ao solo” (*Monções*, p. 73).

Interação entre índios e mamelucos

Não deixou, entretanto, de trabalhar suas afinidades com os historistas dos fins do século XVIII e início do século XIX, na sua maneira de decifrar um passado nacional peculiar e diferente para cada povo, a partir da interação entre paisagem, sociedade e cultura. Herder, com o qual Sergio Buarque de Holanda sentia uma afinidade especial, combinava o individual e o único, no processo do dever de cada nação, com a mudança cultural, que assegurava o sentido da liberdade no processo histórico. Para Herder, a tradição nacional não se apresentava como um legado fixo, inerte, transmitido de geração em geração; pressupunha o que chamava de *Bildung* (construção), que era renovação e adaptação. Sergio Buarque de Holanda, ao estudar as energias do povoamento paulista, também tinha em mente um processo original e criativo de interação com o meio, que forjava novas formas de convívio na colônia.

A luta diuturna com o meio criou, a seu ver, uma nova raça de homens mestiços, mamelucos, afeitos ao convívio com os índios, dos quais adotaram os instin-

tos, várias técnicas materiais de caça e novos costumes alimentares (entre os quais, a farinha de milho e o pão de mandioca). Quando, anos mais tarde, foram recrutados para lutar nas guerras do Prata, longe da fronteira do sertão, não se adaptaram ao serviço de tropas disciplinadas; o convívio com a natureza dera-lhes qualidades de guerrilheiros, mas não de soldados.

“É significativo como ainda em seu modo de combater, esses homens, longamente amestrados pela selva, denunciavam sempre aquela capacidade de observação da natureza agreste, a imaginação inquieta, a visão precisa e segura, que nascem de um convívio forçado e constante com a vida do sertão” (*Caminhos...*, p. 146).

Em Ratzel, Vidal de la Blache e no próprio Lucien Febvre, também encontrava conceitos que reforçavam a capacidade transformadora do meio e da cultura em contraposição ao determinismo geográfico. Mas Sergio Buarque de Holanda trabalha especificamente com a temporalidade desta interação do colono com a natureza. Em *Monções* e em *Caminhos e fronteiras*, o que se propõe é reconstituir a historicidade do complexo de atitudes e de comportamentos gerados pela penetração do continente e que tomava feições bem distintas, conforme a época do passado. Entre a organização das primeiras bandeiras no século XVI e as monções do século XVIII, descortinava muitas transformações nos meios de locomoção e nos valores mentais: ao individualismo turbulento dos primeiros tempos sucedera uma ação mais disciplinada e mais racional:

“É inevitável que o rio, que as longas jornadas fluviais, tiveram uma ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens. A própria exigüidade das canoas das monções é um modo de organizar o tumulto, de estimular, senão a harmonia, ao menos a momentânea conformidade das aspirações em contraste. A ausência dos espaços ilimitados, que convidam ao movimento, o espetáculo incessante das densas florestas ciliares, que interceptam à vista o horizonte, a abdicção necessária das vontades particulares, onde a vida de todos está nas mãos de poucos ou de um só, tudo isso terá de influir poderosamente na mentalidade dos aventureiros, que demandam o sertão remoto. Se o quadro dessa gente aglomerada à popa de um barco tem, em sua aparência, qualquer coisa de desordenado, não será a desordem das paixões em alvoroço, mas antes a de ambições submissas e resignadas” (*Monções*, p. 76).

Historiador das mentalidades, procurou reconstituir a transformação dos colonos aventureiros em retalhistas e delinear o processo de formação de uma sociedade que vai aos poucos se tornando menos turbulenta e mais civilizada, no sentido europeu da palavra:

Um traço profundamente renovador destes Estudos de S.B.H. é o esforço de reconstituir a vida de homens anônimos e o sistema de dominação a que viviam expostos.

“aos freios divinos e naturais, os únicos em realidade que compreendiam muitos dos sertanistas de outrora, acrescentavam-se cada vez mais poderosas, as tiranias legais e judiciárias, as normas de vida social e política, as imposições freqüentemente caprichosas dos governantes” (*Monções*, p. 117).

Em *Caminhos e fronteiras*, discerne as etapas de progresso dos valores capitalistas europeus, que se introduzem aos poucos em meandros ambíguos, contra o pano de fundo da turbulência sertaneja: monções, tropas de muars, fazendas de café... (*Caminhos e fronteiras*, 23, 158).

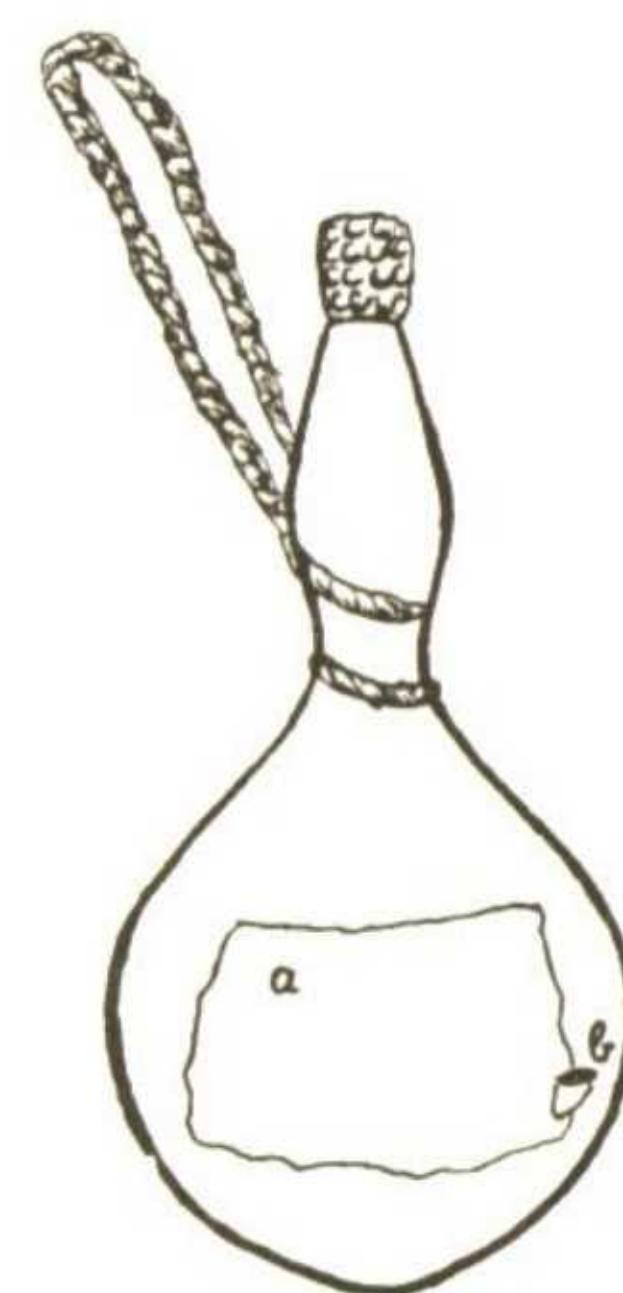
Valorização do trabalho anônimo

Um traço profundamente renovador destes Estudos de Sergio Buarque de Holanda é o esforço de reconstituir a vida de homens anônimos e o sistema de dominação a que viviam expostos. Em meados do século XVIII, os índios ainda constituíam 80% da mão-de-obra dos paulistas e passam aos poucos a ser substituídos por escravos africanos, na medida em que se expandem os engenhos e fazendas de açúcar (Movimentos de população... *Revista do IRB*, n. 1, p. 84). Refazer a história de modo a abarcar a vida quotidiana dos seus figurantes mudos parecia tarefa essencial a quem

pretendesse chegar às forças ativas da sociedade. Em *Monções*, delineia a violência do recrutamento dos vadios para servir como remeiros, homens turbulentos e impulsivos que desempenhavam papel importante no comércio fluvial. Também *Caminhos e fronteiras* tem como tema principal a vida quotidiana dos indivíduos anônimos na História, sua cultura material, os costumes de sobrevivência, no dia-a-dia do sertão. De certa forma o estudo da mentalidade dos homens comuns reaparece em *Visão do paraíso* e em cada um de seus ensaios posteriores sobre a economia e a população do sertão paulista. Na última fase de sua obra de historiador, a presença dos figurantes mudos, como a maioria da população do país marginalizada da vida política, torna-se o pólo central de suas preocupações, a ponto de sugerir reflexões sobre o limite do alcance da história política e de apontar para caminhos futuros de uma historiografia brasileira, renovada e capaz de abarcar todos os setores da vida nacional. Chegou a reunir dados e levantar documentos para um livro sobre os setores mais pobres da população do Império e sobre os critérios de arregimentação do eleitorado, que, entretanto, não chegou a redigir. Este aspecto da obra de Sergio Buarque de Holanda já era claro nos livros em que trabalha com a vida quotidiana dos indivíduos anônimos, que participaram da expansão do povoamento, continente a dentro.

Caminhos e Fronteiras

O artigo de Manoel Cavalcanti Proença sobre a obra de Sergio Buarque de Holanda é uma das mais completas análises de Caminhos e Fronteiras aprofundando aspectos da penetração brasileira para o oeste. Deixou de ser incluído no volume de Estudos literários do escritor, especialista em assuntos sertanejos (era nascido em Cuiabá Mato Grosso, e muito se orgulhava da sua origem) e foi um dos maiores conhecedores da obra de Mário de Andrade. O ensaio é particularmente interessante pela valorização do indígena no processo do bandeirismo, em especial das monções. Proença confirma assim a temática da obra Sergiana: a da presença popular, sempre esquecida no desenvolvimento histórico do nosso país.



Cabaça para criação de abelhas

A elegância do escritor que sabe dizer a sua mensagem, a seriedade dos estudos e uma capacidade de encontrar no material esparsos o traço unificador que permite reuni-lo para esclarecer momentos de nossa evolução estão presentes e vivos, de novo, neste *Caminhos e Fronteiras*.

O livro está dividido em três partes: “Índios e Mamelucos”, em que se grupam os estudos que dizem respeito à conquista do sertão, ao ajustamento e interação de homens e natureza em que importavam as viagens pelo interior; na segunda, “Técnicas rurais”, reuniu informações e nos apresentou interpretações que permitem reconstituir a existência dos colonos, principalmente em São Paulo, existência de modos de vida que resultaram dos contatos “mais ou menos íntimos” com os indígenas; a terceira, “O Fio e a teia”, é a história e o papel dos teares, que se valorizam e dão importância ao algodão.

Cada parte poderia constituir, sozinha, um volume, embora não signifique isso falta de conexão, capaz de dar-lhes unidade. Na verdade, possuem coerência, não só entre si, como vão mesmo entroncar-se na linha geral dos trabalhos do autor, que pôde, por isso, reproduzir, na introdução, longo trecho de obra anterior, como prefácio e explicação do livro agora comentado.

Mantido o afastamento temporal, estes ensaios se apresentam com o feitio dos velhos tratados, em que

paralelamente aos problemas apresentados, às conclusões deduzidas, aparece o delicioso descritivo, com nomenclatura e funcionamento de teares, processos de descaroçar algodão, fabricação de farinha, superstições e tanto mais, anunciados em títulos convidativos: “A Cera e o Mel”; “Botica da Natureza”; “Monjolo”; “Fechas”; “Feras, Febres”.

O que desde logo impressiona é essa já assinalada possibilidade brasileira de “assistir”, ainda hoje, à prática dos nossos hábitos e técnicas tradicionais. Bastou ir a Sorocaba e depois a Cuiabá, para remontar até o período colonial, convivendo com as rendeiras, como poderíamos, neste momento fazer que os relógios caminhassem para a esquerda e assistir à bateagem do ouro, à plantação do milho, à lida do gado, à pesca de arco. Pertencem ao passado e ainda continuam atualidade. Mato Grosso e Goiás completam e esclarecem, com um restinho de São Paulo, a vida bandeirante, até nos seus aspectos lúdicos de cantadores de cururu.

É natural que de um trabalho como este, não passemos além de um comentário, pois o que está realizado com paciência e erudição, exigiria, para criticá-lo, a retomada do assunto, consultas à documentação e familiaridade com o tema, que permitisse discutir ou ampliar a validade das conclusões propostas. Na verdade, o viável é aduzir pequenos comentários ou notas, al-



Manoel Cavalcanti Proença

guns até um tanto ingênuos ou líricos, mas que se devem desculpar pela intenção de homenagem a tão importantes ensaios.

O livro começa na vila de São Paulo, centro de amplo sistema de estradas. Nos mapas da era de seiscentos. Na verdade, são caminhos que exigem tino de caçador ou experiência de vaqueano. Os galhos quebrados de espaço indicam, aos que seguem, e permitem, aos que voltam, não perder o rumo, como até agora fazem os caipiras. É o caapepena da Amazônia desnomi-nado, mas presente em todo o Brasil, e, como vi no sertão do Nordeste, com a variante de fechar uma trilha que se bifurca, colocando um galho atravessado na boca do extravio.

Mas os trilhos se tornaram permanentes à força de uso depois das oscilações, que sempre ocorrem, até se fixarem na hipotenusa, como quer Capistrano, ampliando a observação de Moising para as estradas de ferro. Pois a conclusão de *Caminhos e Fronteiras* mostrando como, em linhas gerais, o traçado dos caminhos de ferro concorda com os dos velhos caminhos de pedestres e tropas, vem dar mais autoridade a Capistrano e estabelecer um denominador comum para os homens e as máquinas a vapor — a servidão da água. Pedestre, ginete-escoteiro, tropa de burro, precisam de água de ponto em ponto do caminho, tal e qual as caldeiras, de sede maior, embora mais espaçada. Discordantes, parece, são as estradas de rodagem, fugindo mesmo da água de que pouco necessitam e que encarece o traçado pela obrigação de obras-de-arte.

Pé de chumbo, calcanhar de frigideira

E quem fala de caminhos percorridos, tem de falar dos pés, primeiro desprotegidos e só gradativamente calçados. Calçados, sinal de nobreza, mas também impressivo dos encantos femininos que entraram literatura a dentro, com o clichê dos “mimosos pés” capazes de calçar sonetos, a galeria dos pés volteados, que só cabiam em botinas obras de arte. A literatura confirma a observação e se põe de acordo com a quadrinha definidora do “pé de chumbo, calcanhar de frigideira”, do galego. Mas, aqui, como em outras ocasiões, vamos anotar o curioso fenômeno de o nativismo, contra os portugueses, aproveitar os mesmos preconceitos revelhos da metrópole, onde os pés pequenos foram sinal de distinção e o calçado, índice de importância social, de prestígio “quase mágico”.

E paulistas repetem os portugueses que andaram batizando, de Santarém e Óbidos, regiões da Amazônia, enquanto bandeirantes andejos, mas saudosos de São Paulo (parece que viajavam para ter saudade) vão repetindo os Lava-Pés, nomes de bairro onde haja córrego na estrada do comércio urbano. Assim foi em Cuia-bá, onde se conserva, mostrando o caminho de quem

chegava por terra (e note-se que é ribeirão despraiado, sem barranca, próprio para o ato), o Pari da beira do rio Cuiabá, como o que denominou o trecho do Tamanduateí paulista, a Cruz Preta, e outros.

Se não me apresso não há tempo para falar de um termo corrente em Cuiabá, que me parece merecer referência: caloteiro de outras terras, ali é fintador, e não pagar dívidas é fintar. De onde virá isso? À primeira vista, parece logo termo de esgrima, negar o corpo. Mas, na verdade mesmo, parece que vem de finta, subscrição feita entre os habitantes para realizar obras públicas, pontes principalmente. Constava promessa de devolver o dinheiro da subscrição, mas o cumprimento ficava para o dia de S. Nunca. Havia então um encarregado de "passar a finta" e a expressão popular mantém a soldadura do verbo. O que se ouve é "fulano passou a finta" em sicrano.

Devassamento dos sertões

Mas, voltemos ao pé descalço que ainda vai determinar a maneira de encaixar o estribo. Não contes-to o uso de encaixar os quatro dedos menores, deixando o dedo grande de fora, mas tenho visto os dois extremos do lado de fora, e é bom lembrar o estribo de palito ou de botão de guasca, que foi corrente no pampa argentino e brasileiro e dá apoio mantendo o loro entre o dedo grande e o seu vizinho. Merece referência a caçamba, chinelo de metal que também estabelece distinção de classe social, diferente das de sola ou couro cru, apenas de papel protetor em campo sujo.

E os caminhos dos índios foram, até certo ponto, o aproveitamento de trilhos de animais silvestres, anta em primeiro lugar, e ainda hoje se aproveitam as abertas que abre o gado dentro do cerrado, ou a maneira derrubada, conduzida até o local de transporte em alçaprema ou de rastos. É o vaquejador, o rastador, com o sufixo ouro já desfigurado. Ainda falando de vocabulário, aquela referência às pernas em X dos guató não correspondem ao jambo ou zambro do português velho e corrente, na região estudada por Sergio Buarque de Holanda.

Problema de viagem é água e vem tratado com largueza no título "Samaritanas do Sertão". Também dos animais devem ter aprendido os índios e passado aos paulistas. Sinais certos de água feito a palmeira buriti e aburitirana que nascem nas cabeceiras, entre pin-daíbas mais características, de nascedouro de córrego; a árvore que chora raiz de umbu, caule de mandacaru. Mas os planaltos são de águas perenes, riachos descendo para alimentar os rios que se engrossam nas baixadas. O desnível ajuda o monjolo que vai aparecer outra vez, muito importante, quando se trata do milho. Podemos falar dele, desde agora, que é invenção de muito engenho, se bem que velhíssima e nada brasileira.

Pegou porque trabalha sozinho e isso importa muito em terras onde a população é escassa, mão-de-obra difícil.

A necessidade da meia encosta para obter o declive necessário ao rego que enche o cocho do monjolo caracterizou a localização das casas de paulistas e seus descendentes. Nas planícies não vive o monjolo e o milho não acompanha o homem que o abandona, por inútil, se o não pode pilar.

Capítulo pormenorizado, com ilustrações e poético por si mesmo, sem intervenção do escritor. Deu a importância, que não é favor, ao monjolo, gravura onde infelizmente não aparece o "inferno" representando-o em função e nomenclatura. Remeteu o leitor para Alberto Rangel e Taunay que utilizou bastante o autor do *Inferno Verde*, cujo estilo até que lembra o engenho que descreve como "alavanca do primeiro gênero que tem uma ducha por potência (até aqui é água correndo) e dança um baticum de bombo (aqui o pilão batendo) a seu passo de marcha cadenciada e soturna" (monjolo batendo ao longe). Monteiro Lobato poderia ser lembrado também n' *A Vingança da Peroba* que, além dos nomes, ainda comenta defeitos de construção.

Antes de passar ao capítulo da alimentação, fez um volteio pela cera e o mel, consignando a inesperada aplicação pedagógica que consistia em castigar os alunos puxando-lhes os cabelos com uma bola de cera presa à ponta de uma vara de marmelo. Meninos do interior utilizaram e ainda utilizam a bola de cera na ponta de um fio que se introduz em toca de aranha caranguejeira: a bicha irritada crava as quelíceras na cera e é içada para fora em pescaria divertida.

Alimentos dos bandeirantes

Nas iguarias de bugre, não tratou de mandioca, por muito conhecida e louvada, mas se deteve no mais estranho, como o prato regional, de abdomens de içá (tanajura-savitu ou saúva), crus ou torradas, que Couto de Magalhães tentou experimentar sem sucesso, pelo cheiro ativíssimo. Poderia acrescentar o cozinheiro com virtudes de catuaba em Minas Gerais. E a polpa fari-nhosa do jatobá, terrível para dar engasgo. Larvas de besouro, gordíssimas e brancas, melotontóides dos zoólogos, creio que o pão de galinha do Nordeste. E eram prato apreciado.

Nas viagens deste século o grande Rondon, necessitado, teve de usá-lo oferecido pelos índios. Não o julgou repelente, nem de gosto mau.

O consumo de palmito era grande e justificável nas bandeiras. Mas o atual é quase doloroso, quando sabemos que para a obtenção do grelo das palmeiras é preciso matá-las novas. Adocicado, o palmito de maior uso, alterna pelo Brasil com a guabirova, de gosto amar-

E os caminhos dos índios foram até certo ponto, o aproveitamento de trilhas de animais silvestres

go, preferida pelos apreciadores de giló. Das receitas de comida que andei colhendo em Mato Grosso, poderia apresentar algumas outras, mas não é aqui o lugar. Lembraria, entretanto, o curimatá assado na brasa à beira d'água, com tripa e tudo.

E as comidas de viagem: a paçoca de carne e farinha em primeiro lugar, incorruptível se não leva cebola, e as comidas de pouso; maria-isabel: arroz e carne-seca feitos na mesma panela, carne-seca assada e pirão de água fria, arroz com pequi apanhado nativo nas chapadas e a sopa de banana verde, boa para empalamados.

Medicina dos indígenas

O sertão oferecia caça e pesca. Mansa de começo e muito arisca nos lugares transitados. Exigia perícia de flecheiros e atiradores. De armadilha quase nada, que viajante não tem demoras que dêem para esperar o resultado do mundéu, da joça ou do laço. A rainha das armas era o arco. Um arco suportava chuva e estava pronto a ser usado, atirava algumas flechas, enquanto o arcabuz de carregar pela boca negava fogo, tomava tempo com a colocação da bucha, da carga e ainda da escorva. No Piauí recolhi a denominação de "espera-aí" para esse tipo de arma. Ao lado do cano, junto à culatra, há um pequeno cocho, onde se coloca a pólvora da escorva. O gatilho, já de mola, tem na parte superior uma garra para prender a pedra do fuzil. Puxado, a pedra roça uma placa de aço, lança a faísca que incendeia a pólvora do cocho e a chama penetra afinal pelo ouvido do cano e... o tiro ribomba com um soco formidável de coronha. É claro que, se alguém quiser matar o outro com arma desse tipo tem de intimar; "espera aí". Ou opta pelo tocaia.

Não terá alguma influência no hábito da tocaia, a complexidade dos bacamartes?

Assim que, até o aperfeiçoamento das espoletas de fulminato, a arma de fogo não conseguiu desbancar o arco. Exceto para efeitos morais de estrondo trovejante.

Já no assunto de pescarias, quero fazer referência ao vocábulo peçonha, usado para a cal, o barbasco e outras substâncias. Sei bem que peçonha ou poçonha é velho português, sinônimo de veneno. Mas, de tempos para cá, peçonha tem sido reservado para os tóxicos de origem animal, ou, melhor, de origem glandular, cobras, aranhas, escorpiões. E parece haver vantagem na especificação, de onde este reparo de minúcia.

Da pescaria não pormenoriza porque é tema para volume e não de artigo.

Mas no boi se pode achar o bezoar ou bazar que já leva para o assunto da medicina sertaneja. Até hoje se mantém o prestígio de trazer boa sorte, embora possa ainda conservar o de antídoto, que não conheço.

A natureza do bezoar não é uniforme. Há os que

se constituem de substâncias resinosas, dispostas em camadas concêntricas, em torno de um núcleo.

Talvez desse fato se inferisse o papel de contraveneno, como se as camadas superpostas fossem a defesa do organismo para isolar o veneno representado pelo núcleo. Mas há os que não são mais que concreções de sais de cálcio, com os nomes médicos de enterólitos, coprólitos e até litopédios, encontrados no útero. Mas os de maior frequência são os constituídos de pêlos, eagrópilos, freqüentíssimos no rume e atribuído ao hábito de se lamberem, os animais, entre sí atraídos pelo sal do suor depositado no pêlo. O bezoar já foi classificado em oriental, ocidental e teve outras denominações. O antílope bezoar parece o epônimo, mas os ruminantes em geral o apresentam, desde a lhama ao carneiro, aparecendo ainda nos porcos, tanto nos do mato como nos domésticos.

A relativa extensão desta nota pretende justificar-se pela importância folclórica do assunto.

Mas a medicina dos índios encontrou acolhimento e convergência nas sarjaduras e sangrias em que a ferramenta se substituíra pelos dentes de cutia, quati, bicos de aves. Lery informa também o uso de sarjaduras com dentes de animais como provocadoras de hemorragia vicariante capaz de evitar o catamênio.

Virtuoso dente de jacaré

A observação da acolhida por parte dos europeus do "processo que consistia em afoguar-se por meio de brasas o corpo ou parte do corpo" me veio esclarecer uma terapêutica que cheguei a verificar várias vezes para eliminar os tanchins (*oxyuris*) das crianças. O menino, durante o prurido, é posto sentado em um tamborete de assento com abertura circular sob o qual se coloca uma pá de brasas. Para ajudar, mas não é obrigatório, pode-se colocar um pouco de breu branco ou erva-de-Santa-Maria seca. Na mesma linha está o toucinho quente, chiando nos pés dos que pisam em prego ou que têm qualquer ferimento penetrante profundo. Também se defuma a venta de cavalo arejado, com ar de estupor.

Para adiante, na classe do virtuoso dente de jacaré, podemos juntar o espinho de coandu, o ouriço, que, posto na cova de um dente estragado e dorido é tiro e queda. Mas é preciso cuidado e espinho de ouriço, quando crava vai entrando sempre até sair do outro lado: me garantiram. Da virtude que possuem partes do corpo de animais, o repertório é vasto. Começa pela anhumas que deu nome ao Tietê de hoje. Anhembí. Os esporões da asa e da crista haviam de chamar a atenção de gente curiosa do tipo de Gabriel Soares que chegou a anotar a curvatura exagerada da traquéia da Aranquã. Mas é preciso distinguir anhumas e anhumas. A que descreveu Maccgrave é a verdadeira, pois há também a

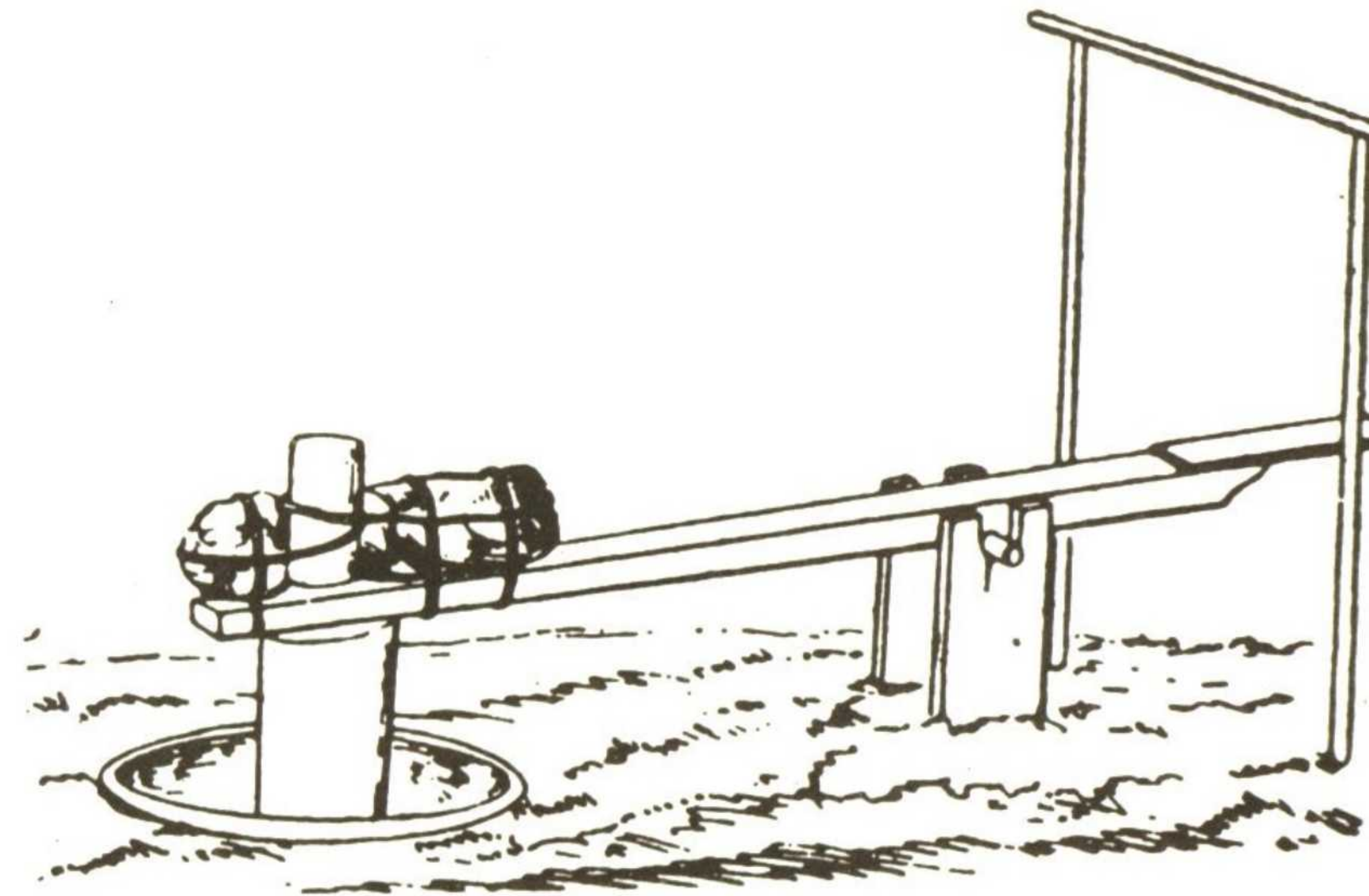
anhuma-poca, sem esporação na crista, mas com os dois alares. Serve para classificar campo bom para cria de cavalo e os guaicurus lhe tinham o esporão por muito virtuoso. Castelnau é quem afirma. O osso de canela de macaco é porta-felicidade. Minha avó tinha um que lhe deu o tenente Oliveira Melo, o Melo Brabo, que foi herói na fortaleza de Coimbra.

Da medicina dos excretas Mário de Andrade falou com a proficiência mariana e é citado com justiça. Mas, lembro aqui, porque não o vejo em ambos, que o estrume de vaca é muito utilizado para alvejar roupa, misturado com água. Para dar liga ao reboco, em construções de rancho de pau-a-pique melhorados. Depois, o cupim ataca o reboco e vai comendo os detritos vegetais e deixa o barro todo rendilhado. Leio em Júlio Ribeiro que também substituía o barro, com vantagem para o clareamento do açúcar, como já assinalara Mário de Andrade. Dessa capacidade alvejante talvez nasça o prestígio do chá-de-mil-ervas e o uso de estrume fresco sobre a pele para tratamento do fogo selvagem no sul motogrossense. A teia de aranha é hemostático e fel de boi abre furúnculo como lanceta. Sergio Buarque de Holanda transcreve uma informação de cura com urina e fumo, de um Francisco de Carvalho, encontrado "com bocas e narizes e feridas cheias de bichos". De certeza, a urina e o fumo ajudaram a matar as larvas de mosca. A cura rápida se deu pela secreção deixada na ferida pelas próprias larvas, assunto que foi estudado na Primeira Grande Guerra, e houve mesmo a preparação farmacêutica da secreção larvar para uso médico. O velho Roger, em sua *Introdução ao Estudo da Medicina* conta como se deu a descoberta do fato durante a guerra.

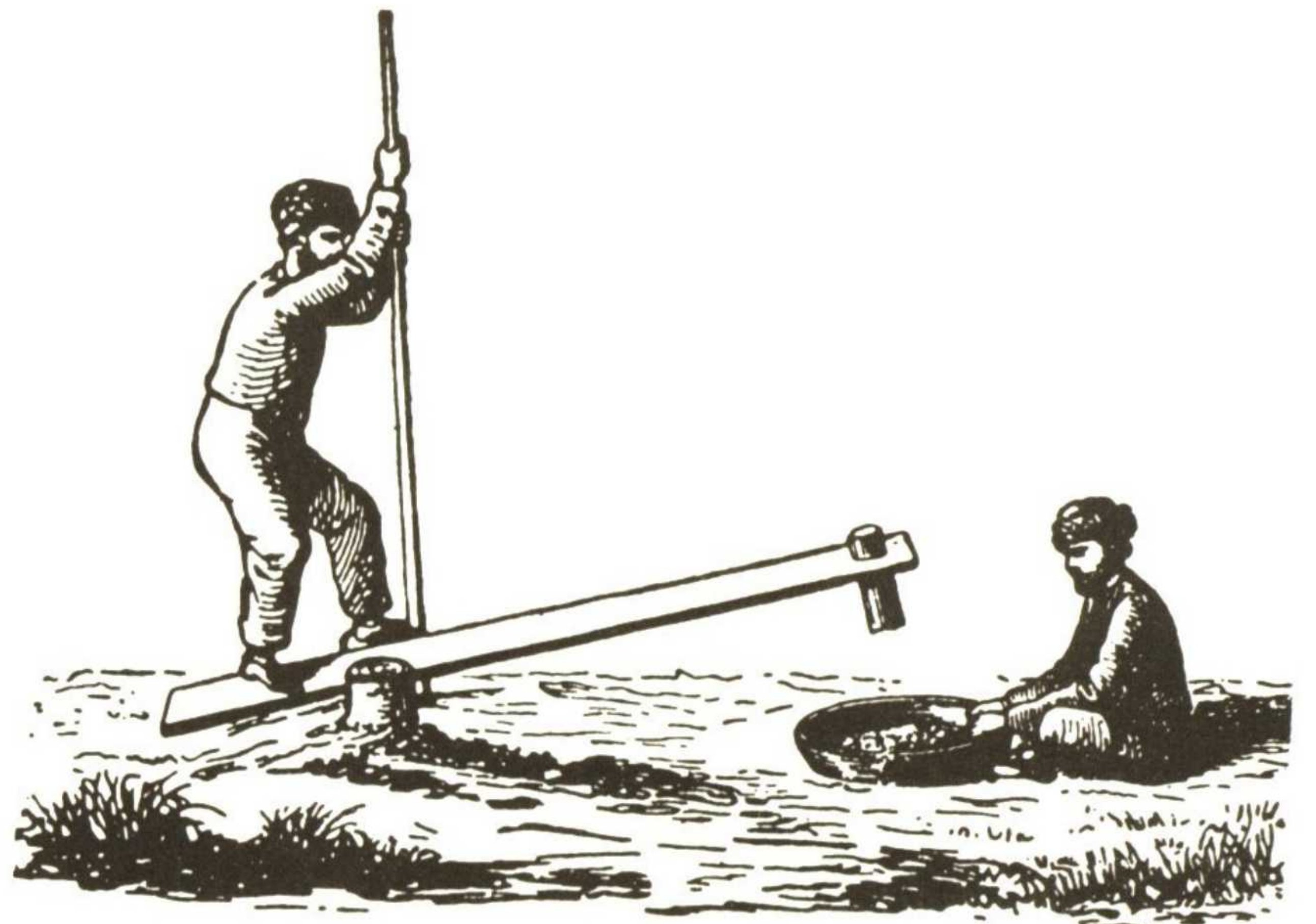
A pílula salvadora

Também as doenças mais freqüentes é que possuem terapêutica mais definida. Donana curandeira usava pólvora e limão para impingem e há quem contorne a parte afetada com tinta de escrever. Creio que tinta do antigo tempo. Hoje, com a evolução industrial do produto, ninguém pode garantir nada. Oração dentro de breve, além de a mulher soprar numa garrafa e pôr o chapéu do marido na cabeça, resolvia partos encrocados, mesmo porque havia o cuidado de amarrar um cordão na barriga, a fim de evitar que a criança subisse para o peito. Se o filho morria, logo nascido, e o leite engorgitava o seio, convinha cortar um talo de folha de mamoeiro, fazer um coar e pôr no pescoço. Eram os anéis de talo murchando e o leite secando. Orações infalíveis de S. Marcos, resa braba como a que deu um conto de Guimarães Rosa, em *Sagarana*.

E ainda havia a medicina heróica para doenças que têm pouco remédio. Para o maculo ou currução, disenteria maligna da zona de Vila Bela, que foi capital e deu

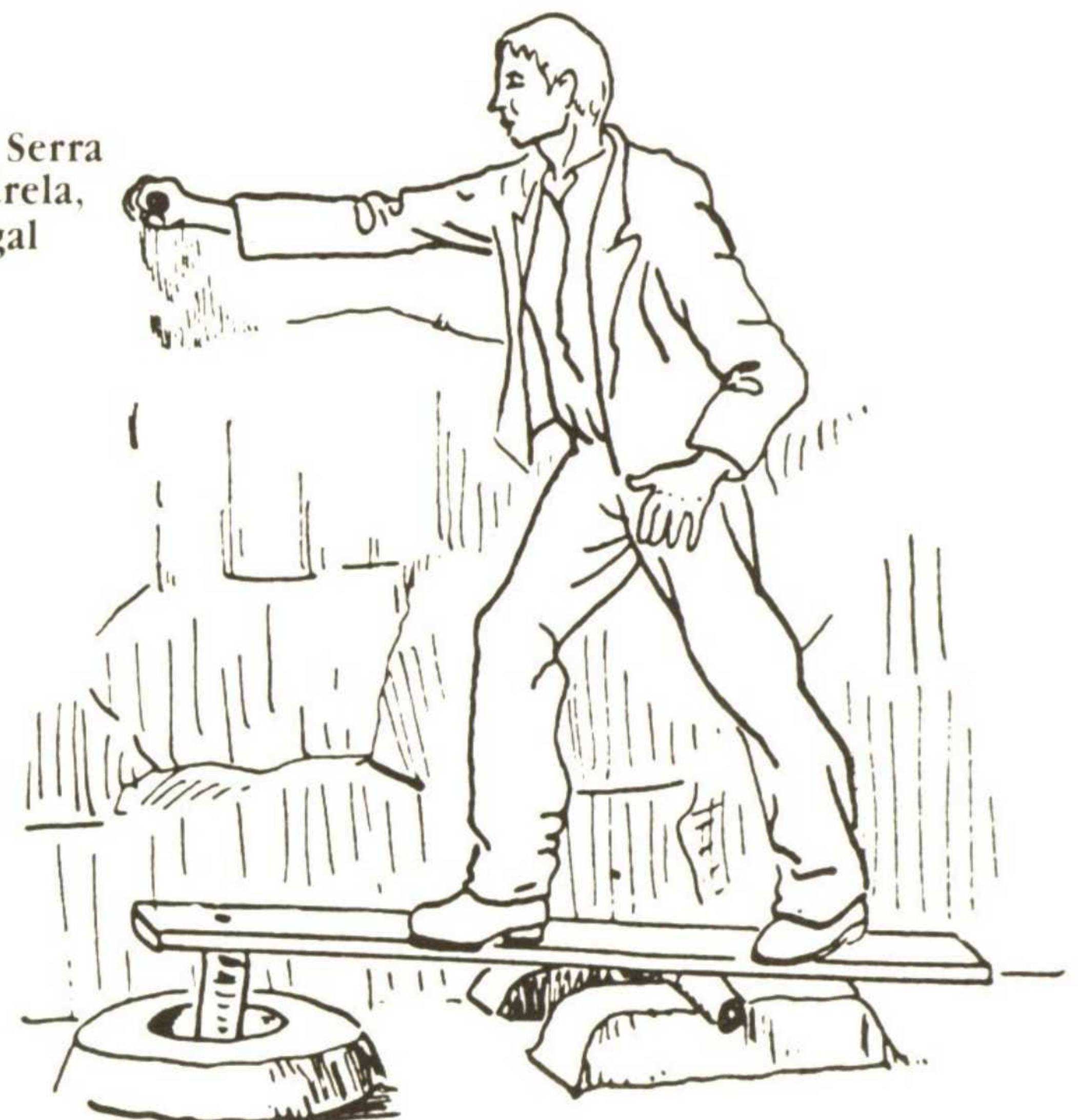


Monjolo de pé do Japão

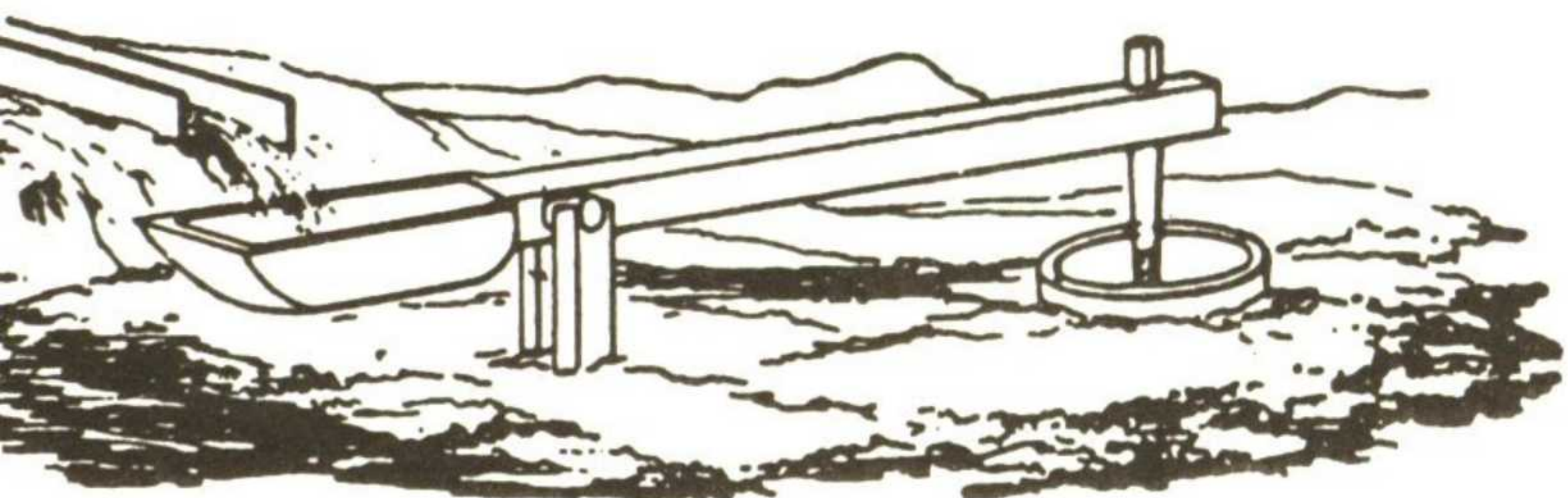


Monjolo de pé da Transcaucásia

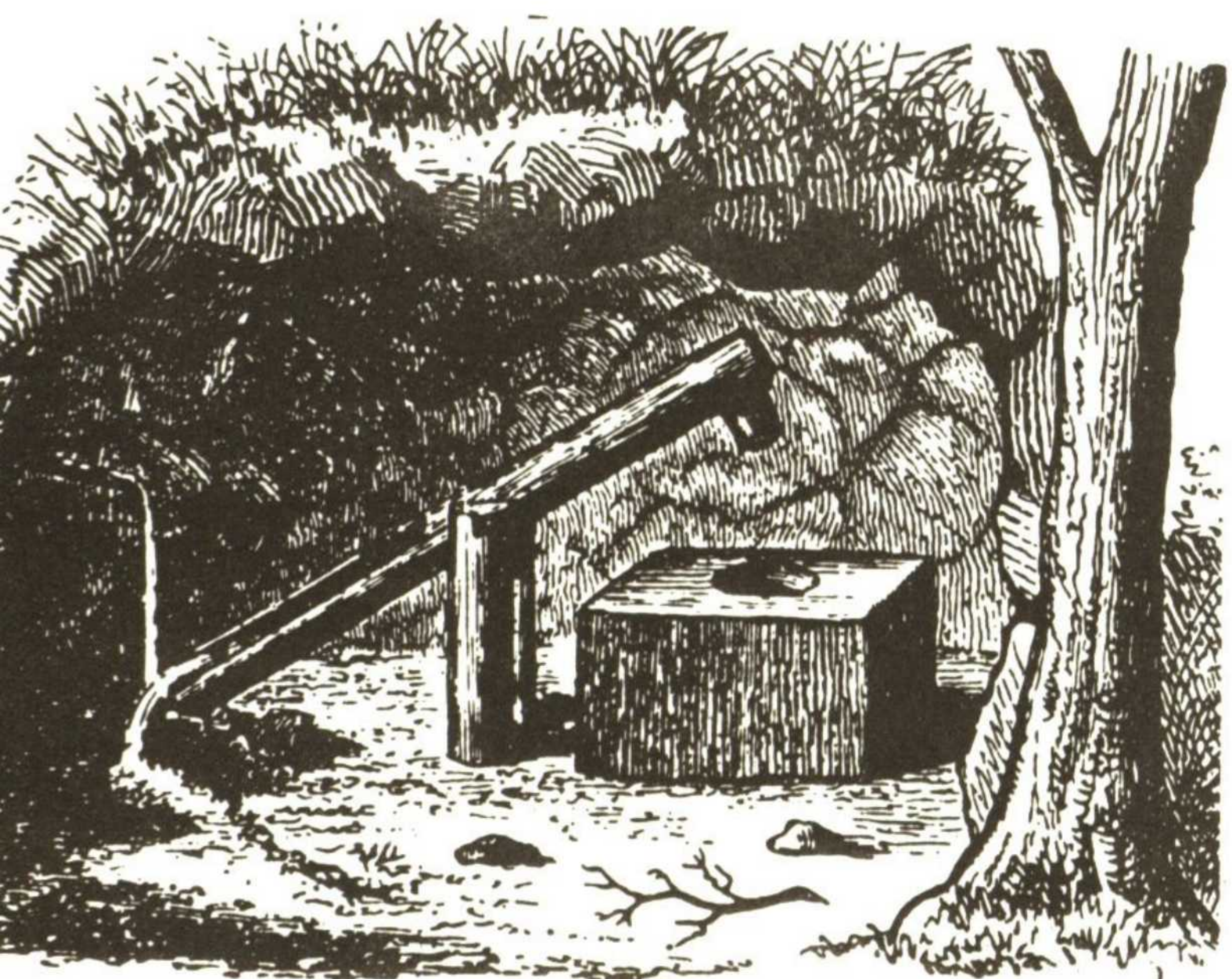
Pio da Serra de Padrela, Portugal



De certeza, a urina e o fumo ajudaram a matar as larvas de mosca

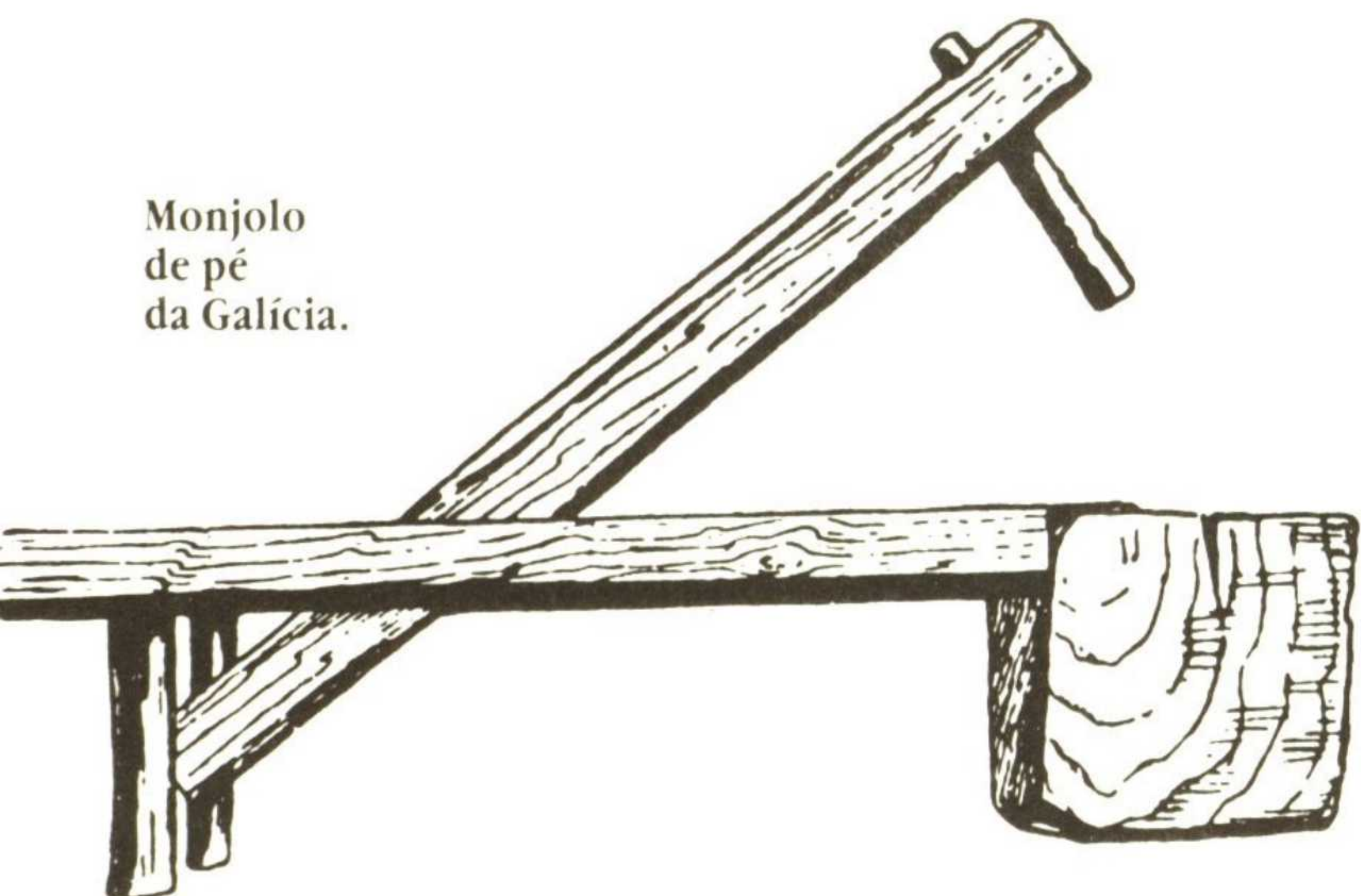


Monjolo hidráulico do Japão



Monjolo hidráulico da Transcaucásia

Monjolo de pé da Galícia.



nome a província de Mato Grosso, era a pilula célebre. Pilula mesmo, sem acento no *i* — mistura de pólvora, limão, pimenta, embebendo supositório de estopa. Pois, deu até causa a um primor de bajulação. Certo capitão-general, contam, logo de chegada avisou: “Se eu tiver o maculo e alguém tiver a coragem de me aplicar a *pilula*, não queira que eu fique bom; hei de condenar a morte o atrevido”.

Pois teve a currução, febrão comatoso, e aplicaram a pilula. Curado, chamou o atrevido e indagou se não sabia da promessa e, caso soubesse, por que lhe aplicara a pilula? A resposta veio embrulhada em mel: “Porque, a morrer Vossa Excelência que tanta falta havia de fazer à província, era preferível que morresse eu, homem sem preparo sem valia”.

Bichos-de-pé, tormento dos sertanistas

A onça tem lugar de primeiro, como é natural, na conquista do sertão, porém, praga muito menor, o bicho-de-pé era também temível. Sergio Buarque de Holanda consigna a opinião dos que lhe mencionaram a pátria na África; mas é preciso pensar em certos indícios que parecem justificar o seu autoctonismo. Primeiro, o nome *tung* que deu origem à designação do gênero da pulga, é voz tupi; segundo, a pulga do cão, vinha, sem qualquer dúvida, da Europa, recebeu, no guarani, o nome de tum-guaçu, ou a grande-pulga.

Também a praga dos mosquitos era terrível e ainda o é.

O sargento-mor Juzarte foi estupendo ao descrever-lhes as proezas no caminho de Iguatemi. Se um sujeito gritava, ao entardecer, de uma canoa para outra, logo se engasgava com a boca cheia de baratas, nuvens de mosquitos; cavalos entravam de casa a dentro para se chegar ao fogo, aflitos com a mosquitama. Ainda hoje é assim em margens do Paraná e nos campos do rio Paraguai. Cachorro dorme em caixão, com saco de estopa servindo de cortina; animal ferido que deita não levanta no dia seguinte; cavalos baguais se amansam nas fogueiras fumarentas de capim úmido, perseguidos pela praga. Corre entre vaqueiros a frase “quem tira o gado do mato é a mutuca”.

E verdade que os bichos-de-pé não são abundantes na terra do sertão, antes preferem chão limpo, de terra batida. Perseguem o porco doméstico, em cujo focinho se cravam, colados quase um ao outro. Assisti a uma colheita curiosa de bichos-de-pé. O coletor entrava no terreiro dos porcos, de calças arregaçadas até o joelho. Voltava com as pernas crivadas de pulgas. Então, pisava numa bacia, a meio de álcool, e banhava as pernas para fazer cair as pulgas. Repetiu a operação algumas vezes e colheu milhares de bichos-de-pé, ainda jovens, à espera de hospedador para completar o ciclo. Perigoso como o bicho-de-pé, que mal tirado deixa uma

ferida arruinada, é o carrapato: extraído sem técnica, deixa a armadura bucal encravada na pele e produz ferida feia. Para evitar o perigo, os cablocos, na hora do banho de rio, amarram em torno dele um fiapo de linha que vai sendo torcido, até arrochar o aparelho bucal que se fecha e larga a pele sem perigo. O método só serve para os carrapatos adultos, não para os pequenos, que no Estado do Rio se chamam micuim, diferentes do micuim de Mato Grosso que é uma larva de trombidídeo, pigmentada de vermelho vivo. Pois, para as larvas de carrapatos só mesmo a cânfora e a infusão de fumo de rolo, que também afugenta os “pioelhos” de galinha, pixilingue. E flambagem de roupa na fogueira se a multidão ainda não se cravou na totalidade. Simpatias há muitas para evitá-las, inclusive a do galho enfiado no cinturão ou no cano da bota. Só falha se, no galho eleito, já vierem os carrapatinhos.

Quanto à observação de que as mulheres são excluídas de qualquer intervenção em picada de cobra, com visível reminiscência bíblica, inclusive da periculosidade catamenial, lembro que, em ferroadada de arraia, é o contrário: a dor só passa — e dói vinte e quatro horas como garantem — se o doente conseguir que uma mulher se assente sobre a zona ofendida. Remédio seguro, mas perigoso, quando há homens que não têm a devida compreensão social das virtudes curativas de suas mulheres.

Do peão ao tropeiro

Como se vê, há multiplicidade de sugestões e de ensinamentos neste *Caminhos e Fronteiras*. Coisa muito de aprender a história do *escupil* “a modo de dalmáticas estofadas de algodão” e muito de meditar as razões que apresenta explicando a tolerância dos sertanejos para os crimes violentos, particularmente os de morte.

“Do Peão ao Tropeiro” estuda com brevidade, e desejaríamos desenvolvimento maior, a presença dos cavalos e muares na capitania e as implicações que esse fator determinou. Nestes comentários sem ordem, feitos ao estilo de conversa, como quem está a dizer — por falar nisso — não queremos tratar de tema que nos levaria mais longe do que longe estamos. Importantíssimas as tropas de burros, cuja madrinha Darwin descrevia como “figura muito importante, velha égua tranqüila com um cincero ao pescoço (...) a afeição dos animais pela madrinha nos evita muitas preocupações”. Afinal, prometemos não comentar.

Mas voltam as canseiras do sertão, perigos de índios, falta de experiência no conduzir mercadorias. E no caminho de Cuiabá, que é o caminho muitas vezes lembrado no livro, as *Crônicas do Cuiabá*, a cada momento se queixam dos “secos e molhados” que se esfragaram na viagem, a fome rondando, a ponto de se

trocar um mulatinho por um peixe. E a importância do proeiro, comandando e marcando a cadência dos remos, conhecendo os baixios e os fundos, remansos e rebojos, dono do rio e seu íntimo, como ainda hoje os pilotos de pequenos navios, enciclopédias fluviais especializadas, sem todavia conhecer sequer o mapa das águas que navegam com sol ou no escuro.

A fabricação de farinha continua atual, como temos visto para tanta coisa, e o auxílio que presta ao sertão continua justificando a frase: “Farinha esfria, aumenta e sustenta”, ou, mais desenvolvida: “esfria ou quente (feijão ou caldo) aumenta o pouco, sustenta a gente” (*dgente* na pronúncia de rio-a-baixo).

Parece que acabaram mesmo os bandos que saíam à rua com caixas rufando, corneta tocando, e logo que o povo se reunia, era para ouvir a leitura do edital em papel de pergaminho escrito à pena de pato. Última lembrança deles, já deformada, só me ocorre a do bando do Senhor-Divino, composto de mascarados a cavalo e que, parando pelas esquinas, lia o programa das festas, em versos que atucanavam sempre algum tipo conhecido na cidade. Já desapareceu em Cuiabá e não sei se sobrevive em outras cidades velhas.

O milho vem logo depois com a delimitação de sua área de influência ligada ao monjolo, a certos tipos de comida, como a jacuba, a pamonha, o curau (canjiquinha do nordeste), a canjica (com algumas diferenças) correspondendo ao mungunzá. Farinha de milho fermentada em cocho que, uma vez, já me valeu, no sertão do Paraná, na revolução de 1924, quando era cabo de um regimento de cavalaria.

A quirera e a canjiquinha, substituindo a escassez do arroz, milho pilado miúdo que, pelo aspecto, deu nome as larvas da lombriga solitária que infesta a carne do porco, outro dependente das áreas do milho. Pipoca é milho de brinquedo e não teve importância ao lado das outras variedades. Desejaria bem que o autor desenvolvesse o tema pelo aspecto agrícola, pois é ele bem parecido com o café, gostando do chão de mata recém-derrubada, esgotando a terra com avidez tremenda, causa remota de erosão, pelo desnudamento das encostas de morros florestados, que sua lavoura determina.

O fio e a teia

A história do arroz tem menos peripécia pois não foi coisa que se desenvolvesse com abundância logo no começo, mas prosperou afinal, e o monjolo ajudou a limpar os marinhoiros envoltos em palha. Para o índio não deve ter sido grande a novidade, a considerar a presença do arroz silvestre na mesma região matogrossense. Para doentes foi logo prescrito e a receita ainda executa os seus benefícios para as doenças digestivas. Ei-la, como colhi: uma xícara das de café cheia de arroz, uma

Não basta obter uma rêde, é preciso saber usá-la e dormir atravessado para não se fechar em cima

garrafa de água. Cozinhar lentamente, até obter uma água engrossada com o arroz que se desmanchou. Pode usar-se com açúcar, conforme o caso.

O livro termina em "O Fio e a Teia", capítulo que trata dos teares de pano e de rede. Serviço de mulher, os teares de pano vieram de Portugal e o algodão era da terra. Modificações de técnica vão surgindo pelo aproveitamento de elementos locais em substituição ao que vem importando. Ainda hoje os barqueiros da Amazônia tingem as velas com anil para evitar o mofo; também as há em maior número, avermelhadas, pelo emprego do "mangue" de resultados idênticos. De buriti, pecíolo e nervura dos folíolos, foi que via teares no sertão fronteiro de Goiás e Bahia, o que convém acrescentar às virtude da paineira, que pode competir com a carnaúba, há muito tempo célebre. Aqui, porém, se abre desvio e vamos voltar às redes, muito mais acolhedoras para um descanso deste artigo muito estirado.

Importância da rêde

Conheço-as desde menino da Várzea Grande, hoje município, arrabalde de Cuiabá no meu tempo. Sergio Buarque de Holanda parou na Várzea Grande, trouxe de lá um tear, um descaroçador de algodão, fusos, bodoque de cardar, e tudo está no Museu Paulista, onde se devem sentir superiores aos outros utensílios que ainda trabalham, como se sentirá altaneiro um escritor na Academia de Letras. E os estudiosos ficam a contemplá-los reverentes, recebendo a mensagem que nos enviam do passado. Duvido que Siá Lola, redeira mestra, não sorria, ao vê-los assim respeitadas, lembrando o "eu te conheço, meu pau de laranjeiras". Sergio Buarque de Holanda foi minucioso na descrição das peças do tear, da técnica de tecelagem. Mas antes havia falado da xerga rude ou bechara. Não será melhor pronúncia bechará? O nome parece o mesmo bichará do Rio Grande, poncho de tecido grosseiro de lã, que Luís Carlos de Moraes registra no seu *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*. Pergunto.

O uso da rede não mereceu o mesmo carinho que, a meu parecer, estava merecendo. Pois não é o mesmo nó que serve para armar rede em árvore ou esteio roliço e em armador ou escápula? Para o primeiro, a corda é passada em nó especial que não permite escorregar a corda ao longo do esteio. O mesmo nó feito de clina

é usado para fechar a incisão do flame sobre a jugular do cavalo depois da sangria. No armador o nó é próprio para desarmar sem esforço. Desatar o punho da rede. Hoje muita tecedeira compra linha para o seu ofício. Mas a velha maneira é escaroçar o algodão, fofar com o bodoque e fiar no fuso de mão ou de pé, sendo que o de mão dá fio mais apertado. Alvejado o fio com sabão, o trabalho seguinte é armar o urdume na grade do tear. Rede, lisa ou lavrada, exige maior ou menor quantidade de liços. Conforme o lavor, assim o número de liços. Figuras de aves da beira do rio, cores misturadas valorizam a rêde. Para o azul, o genipapo verde; amarelo-vermelho, o urucum; amarelo-claro, açafraão; e preto, bonito mesmo, é com tijuco. Palmo e meio por dia de trabalho em rede simples, que de casal demora mais. Pode ser de linha de "novelinho" ou francesa, melhorias modernas. Mas as varandas são adornos antigos. Rede de pobre tem mesmo é franja, feita separadamente e costurada; gente de posses escolhe varanda de puçá, se não houver lavor, pois a rede lavrada exige varanda de ponto de abrolhos.

Não basta obter uma rede, é preciso saber usá-la e dormir de atravessado para não se fechar em cima, dando um jeito no corpo para esticá-la como é obrigação do temperê ainda no tear. E embalar também tem a sua ciência, primeiro uma perna pendurada que toca o chão com a ponta do pé e o galeio do corpo aproveitando o impulso ao máximo. Mãe de filho pequeno põe a criança na rede e amarra um cordão em cada punho. Todos vêm até perto da rede materna. Alta noite um se vira e choraminga. O cordão puxado embala e o menino sossega. Mãe de família aprende a distinguir choro de filho, de longe, e a tatear o cordão certo, no escuro. Há gente que usa corrente em vez de corda no punho da rede, dura a vida inteira. De um que vivia em casa se embalançando, contam que firmava o pé na parede de adobe e foi abrindo um buraco. Certa manhã, o vizinho parede-meia levou um susto, quando o pé do vizinho apareceu de sopetão na sua varanda, porque a parede se furou. Mandou consertar e botar uma chapa de ferro no ponto de firmar o pé para o embalo.

E, com esta, desato o punho da rede, dobro-a na mala de garupa e me despeço do livro de Sergio Buarque de Holanda que me ensinou tanta lição e me deu tanta saudade.

Visão do Paraíso

Na sua coluna do Correio da Manhã, RJ, 9.12.1961, Augusto Meyer chamou a atenção do leitor para a importância dos mitos levantados por Sergio Buarque de Holanda, em Visão do Paraíso, livro que classificou como uma obra-prima de nossa literatura.

COM referência ao descobrimento e colonização do Brasil, o grande tema dos motivos edênicos sugeriu a Sergio Buarque de Holanda essa obra-prima que é *Visão do paraíso*. Falta acrescentar, em complemento à sua tese, que o índio, o *selvagem* bom do colonizador ocidental, também cultivava a sua idade áurea e a nostalgia do Paraíso Perdido. Sentia-se, como aqueles soberbos cristãos adoradores do ouro, em pleno rebaixamento de uma condição anterior privilegiada, por efeito de alguma ruptura, *in illo tempore*.

Os mitos do Paraíso Perdido podem variar com as formas culturais, mas impressionante é a concordância que apresentam quanto a dois fatores: a origem concebida como perda e a necessidade de um retorno a essa origem, pela lembrança obrigatória na repetição periódica de um ritual, uma espécie de *anamnese*. Naquele tempo — rezam as variantes edênicas mais conhecidas — o Homem era imortal, não trabalhava e podia manter comércio direto com Deus; uma escada ligada a Terra ao Céu; uma árvore maternal dava sombra e fruto ao mundo inteiro. Mas o Homem decaiu desse primor, tornando-se mortal, dividido pelo sexo e obrigado a trabalhar.

Para dar a entender o trabalho e mais tarde o jornal do seu ganho, só dispunha o nosso índio de uma palavra: *caneóngüé*, fadiga. Mas logo sentimos que o verdadeiro significado, o conteúdo intencional da pa-

lavra é uma alusão às suas condições de exilado, ou decaído. Numa das variantes do ócio paradisíaco, instrumentos agrícolas trabalham para o Homem, como autômatos. Vamos encontrar o mesmo traço em carta de Nóbrega, ao descrever a cerimônia de visitação e exortação do pajé. No discurso mágico, parece evidente a alusão a um arroubamento edênico, de enlevo e refrigério; aos ouvidos do padre, tudo aquilo soa a lengalenga, ou madraçaria: “Em chegando o feiticeiro com muita festa ao lugar, lhes diz que não curem de trabalhar, nem vão à roça, que o mantimento por si crescerá, e que nunca lhes faltará que comer, e que por si virá à casa, e que as enxadas irão cavar e as frechas irão ao mato por caça para seu senhor”.

O incitamento à preguiça na mitologia dos nossos índios

O advento de uma idéia do ouro, entre os Tupinambá da costa e os Guarani do Paraguai, se distingue quase sempre pela imortalidade ou longevidade prometida aos crentes, e pela abundância de matimentos, sem que isso os obrigue ao amanho da terra, à caça e à pesca. Egon Schaden, com apoio nas pesquisas de Curt Nimuendaju, Herbert Baldus, Alfred Métraux e muitos outros, foi o primeiro entre nós a desenvolver o tema, no seu *Ensaio Etnos sociológico sobre a mito-*



Adão e Eva numa das gravuras existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro da coleção de Alberto Dürer, cortesia da diretora da Biblioteca Nacional, Maria Alice Barroso.

logia heróica de algumas tribos indígenas do Brasil. Reproduz um trecho de Fernão Cardim, nos *Tratados*, em quase tudo coincidente com as palavras de Nóbrega. Dizia o Caraíba aos índios que “não rocem nem plantem seus legumes, e mantimentos, nem cavem, nem trabalhem, etc., porque com sua vinda é chegado o tempo em que as enxadas por si hão de cavar, e os *panicus* ir à roças e trazer os mantimentos”. Quem não pensará logo no *Schlaraffenland*, no *Pays de Cocagne* dos fabulários clássicos? Ou no Paraíso Prometido de todas as religiões? O padre, todavia, em seu fervoroso mais limitado zelo apostólico, só podia ver na pregação do rival americano a traça demoníaca e o incitamento à preguiça.

A saudade do céu e a busca da Terra sem males

Mostra-nos Egon Schaden que a idade de ouro chegava a assumir feição escatológica, se a miragem do Paraíso era situada num outro mundo, como no mito do *Yuy-marãey*, a Terra sem Males, dos Apapokuva, situada no nascente, além do oceano; ou mais particularmente messiânica, se era concebida como querência ideal, terra da promessa, ao alcance de movimentos migratórios. Em certos casos, a mudança de cultura, ao contato com os brancos, veio dar novo alento a esses vagos surtos messiânicos. Mas houve também pelo menos um notável exemplo de migração provocada por crise de fundo escatológico. Assim, nos princípios do século XIX, os Apapokuva, conhecidos principalmente através daquela horda guarani que adotou Curt Nimuendaju, tangidos de um lado pelo desespero e do outro pela esperança, foram deixando em levas sucessivas a região que habitavam e empreenderam longa e penosa marcha em busca do Paraíso. Era, sem dúvida alguma, a “saudade do céu”, a que se refere o clássico.

Os primitivos serão primitivos quando os imaginamos sem história, nascidos do nada e carecidos de uma profundidade humana, que também se impregnou de vivência no tempo. Os *Naturvolkern* só existem na ilusão dos sábios, como termo comparativo de uma hipótese. Eles também se revelam a seu modo civilizados e evoluídos; na sua grande maioria, também se consideram decaídos de um primor ancestral. No momento da expansão transatlântica do europeu, até o homem americano de alguma estratificação cultural, embora de modo rudimentar, já havia criado para seu uso valores de exemplaridade, vivendo na ilusão de uma decadência voltada para a perfeição das origens. O filho da Natureza, o selvagem bom, o índio que os cronistas viam todo redourado pelo clarão amanhecendo da Idade Áurea, já sofria desse mal crepuscular: a saudade do Paraíso.

O paraíso, buscado um dia nestas terras

“Tese ou livro, uma coisa é certa: Visão do Paraíso já nasceu com as qualidades de um clássico” — escreveu Maria Yedda Linhares em Gazeta Mercantil, SP, 28.11.1977.

Dezoito anos medeiam entre a primeira e a terceira edição que ora se apresenta ao leitor. Quando, em 1958, Sergio Buarque de Holanda submeteu a *Visão do Paraíso* como tese para a conquista da cátedra de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia da USP, houve um examinador que criticou na feitura, atribuindo-lhe, antes, a qualificação de ensaio, “por não esgotar a respectiva matéria”, e na interpretação do mito e sua função nos móveis da expansão marítima-mercantil portuguesa.

Tratava-se, na realidade, de uma tese magistral, concebida com notável inteligência, realizada com erudição ímpar, sem precedentes na historiografia brasileira — fatos irrefutáveis, que não escaparam nem mesmo àquele examinador que se negava a reconhecer na história a força do econômico. Tese ou ensaio, uma coisa

é certa: a *Visão do Paraíso* já nasceu com as qualidades de um clássico, irretocável, portanto, algo assim como o legado do humanismo às gerações brasileiras. Livro extremamente rico, de inesgotável beleza e perene unidade, pela concepção, pelo estilo e saber que nele se encerra. Daí, a impossibilidade de resumi-lo sem correr o risco de trair o autor e apoucar-lhe a grandeza.

Se fosse o caso de classificá-lo, diríamos que se situa como história das mentalidades, ao procurar reconstituir o universo intelectual do fim da Idade Média ocidental em contato com o novo mundo do Renascimento, levando o leitor a penetrar na imaginação daqueles homens que registraram a sua maneira de ver, sentir, apreender e explicar o que se desvendava aos seus olhos.

Os dois limites aí se encontram — a experiência e a fantasia. No primeiro, como um “retrocesso” — ou, ainda, expressão de uma mentalidade “já arcaizante” —, situam-se os portugueses, cujos escritos quinhentistas sobre o Novo Mundo traduzem adesão ao real e ao tangível, gosto do pormenor e do episódico, com atiladas descrições que traem interesses pragmáticos, diversos dos padrões humanistas em ascenso e mais próximos do “pedestre realismo” de fins da Idade Média. Penetrar no mundo do Renascimento é bem mais difícil e complexo do que faz supor a leitura de manuais inspiradores na visão de Burckhardt.

Mestre Sergio a ele nos conduz, à “primavera da Idade Moderna, quando a tradição medieval árabe e cristã se alia à do mundo clássico, agora ressuscitada, povoando o céu de imagens”, citando Pico della Mirandola, “onde se transfiguram, ganhando nova forças, as crenças mitológicas da Antiguidade”. Ganharão viço disciplinas hoje desacreditadas, a retórica, a magia, a astrologia, a alquimia, em contradição com a noção de um Renascimento voltado para a ciência e a observação da natureza. É para a fantasia que ele nos leva, com mão firme. O conhecimento, a idéias, a arte também se desenvolvem de forma desigual, por vias tortuosas.

Mas às “delirantes imaginações”, tão à moda dos outros conquistadores, contrapõem-se “nossos velhos cronistas portugueses” que, de tanta experiência acumulada e tantos mares navegados, perdem o gosto da maravilha, depojam-se dos mistérios, descobrem um mundo real capaz de gerar riquezas e mercados para os seus comerciantes, glória e grandeza de Lisboa e seu soberano. São céticos como Alviano, otimistas como Brandônio ou irônicos como Frei Vicente do Salvador, numa visão singela daquele primeiro Brasil que complementa no seu mundo agrário a hipertrofia urbana de Lisboa e Porto: colônia e metrópole, ambas vivendo “a mesma espécie de extroversão econômica e social”. Se por um lado a *Visão do Paraíso* foi aqui atenuada no primeiro século, por outro, é a partir daí que se inicia a “procissão dos milagres”, na expectativa dos Eldorados. Mas isso, seria outro livro.

A criação do Instituto de Estudos Brasileiros

Uma das iniciativas mais importantes de Sergio Buarque de Holanda, como titular da cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo foi a criação do IEB. A sugestão foi apresentada a 5 de outubro de 1962 à Divisão de Difusão Cultural da Universidade de São Paulo e logo aceita pelo Magnífico Reitor, Professor Antônio de Barros Ulhoa Cintra.

A consideração das dificuldades que se oferecem de modo cada vez mais sensível à ampliação e intensificação, em nível superior, dos cursos de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mostrou-me desde há longo tempo, que não é tarefa simples o querer superá-las dentro da simples órbita da cadeira sob minha responsabilidade. Tanto as perspectivas de aplicação e desenvolvimento, segundo critérios científicos, de métodos de abordagem de fontes inéditas ou pouco acessíveis, como ainda, e principalmente, as de estímulo, escolha e melhor aproveitamento dos alunos e ex-alunos que revelem mais decidido pendor para a pesquisa histórica referente ao Brasil, escapam, em grande parte, às finalidades estritas e aos recursos próprios de uma cátedra como a da História da Civilização Brasileira.

Presentemente o estudante que conclui o seu curso de História do Brasil, mormente quando não deseje devotar-se unicamente ao exercício do magistério secundário, tende a ignorar ou a desaprender, mais cedo ou mais tarde, a utilização das fontes, a localização do documentário conservado em arquivos de São Paulo ou fora de São Paulo — e neste caso há de consumir muito tempo e dinheiro para obter microfílmicos ou cópias fotostáticas — assim como o bom aproveitamento desse material. É inútil esperar que os cursos regulares ou mesmo os de especialização que possa ministrar a cadeira de História da Civilização Brasileira se achem ou possam achar-se com o tempo em condições de preencher todas essas lacunas. Ou ainda que os es-

tudantes, uma vez terminado o curso, estejam sempre em condições de guiar-se por si sós entre o emaranhado das questões que envolveria uma investigação histórica acurada.

Por outro lado parece inevitável julgar que o desenvolvimento, entre nós, dos estudos de História do Brasil, deve estar largamente condicionado, no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a um contacto mais assíduo com as cadeiras e disciplinas que se orientam de modo direto para um melhor conhecimento do Brasil nos seus diferentes aspectos. E creio que a recíproca também deve ser verdadeira. Entre essas cadeiras e disciplinas podem desde já inscrever-se as de Geografia do Brasil, Literatura Brasileira, Antropologia, Política, Sociologia (além da Introdução aos Estudos Históricos, abrangendo naturalmente a Paleografia) e possivelmente de outras que possam ganhar alguma coisa da articulação e cooperação dos seus esforços e recursos em proveito dos estudos brasileiros. A cooperação, nesse sentido, não servirá apenas para se realizarem, quando e se necessários, trabalhos de equipe e de conjunto, como facilitará a estudiosos e estudantes das matérias nomeadas o acesso às fontes de pesquisa, muitas vezes coincidentes ou limítrofes.

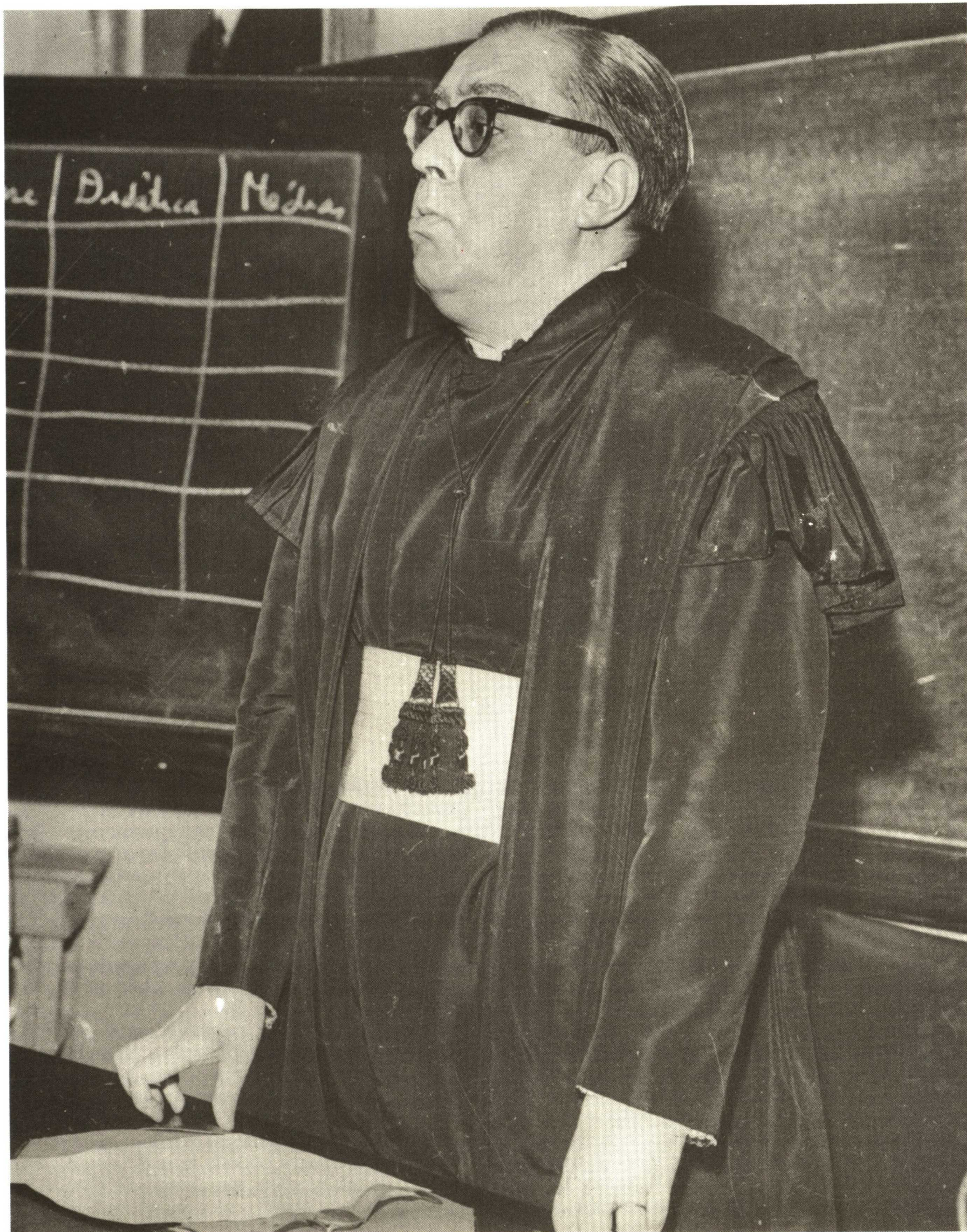
A proposta que tomo a liberdade de apresentar parece-me plenamente justificada e necessária depois das considerações acima e visaria a criação, anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, de um Instituto de Estudos Brasileiros, abrangendo, em igualdade de condições, todas as seções acima referidas, e outras que tenham especificamente em mira tais estudos, segundo suas várias especificações.

Desde já não julgo imoderado pretender que, no instituto projetado, seja garantida perfeita autonomia e equivalência de participação de responsabilidades e de oportunidades às seções que se façam representar em sua organização. Para tanto deveria o Instituto de Estudos Brasileiros ser dirigido por um Conselho de Administração que incluía na qualidade de membros natos, os catedráticos das seções representadas, e por um Diretor, incumbido de programar suas atividades, depois de aprovadas pelo Conselho, e apresentar relatório anual de sua gestão.

O Diretor, com mandato anual improrrogável, seria obrigatoriamente um desses catedráticos participantes que se sucederão em rodízio no cargo.

É esta, senhor Diretor, em linhas gerais a sugestão que venho trazer a presença de V.S.^a Prontificome, no caso de ser ela aprovada em princípio, entrar em contacto com os meus colegas para a elaboração do projeto.

Na expectativa que ela possa merecer seu interesse e patrocínio, subscrevo-me com alto apreço e consideração.



Sergio,
com a beca
de professor
catedrático.

O senso do passado

Sergio Buarque de Holanda dizia sempre que não era um antiquário, apegado a velharias e falsas concepções do arrivismo dos colecionadores de antiguidades. A missão do historiador era outra, bem diferente: transportar a verdade do passado para a verdade do presente. Dissertando sobre o barroco, com a lucidez que sempre marcou as suas intervenções, mesmo de improviso, lembrava em uma conferência que não havia nenhuma incompatibilidade entre o estudo de determinada época com fatos e problemas dos nossos dias. Para ele, as duas tendências não se contradiziam, antes se completavam o historiador deve ter pela frente em primeiro lugar o presente e jamais se deixar levar por sentimentalismo que põe em risco a imagem que deseja fixar, sob pena de transformá-la num pastiche. O senso do passado é fundamental para quem estuda e escreve a história e o objetivo de quem procura fixá-lo é de não faltar à realidade do próprio passado, não falseá-lo nem desfigurá-lo. Esta é uma das maiores lições do mestre de Visão do Paraíso.

Convidado, não há muitos dias, para dizer duas palavras na inauguração do curso organizado pelo Clube dos Artistas e Amigos da Arte sobre a história do barroco no Brasil, fui ontem surpreendido com a notícia, nos jornais, de que deveria pronunciar nada menos do que uma conferência inaugural sobre esses assuntos. A notícia colheu-me de todo desprevenido e sem preparo para abordar um tema de que o verdadeiro conferencista, professor Lourival Gomes Machado, vos entreterá com sua constante e segura competência.

Ficarei, pois, tanto quanto possível nos termos do convite inicial. Não irei fazer uma conferência, nem precisarei tentar o elogio, de quem me seguirá neste curso. O zeloso devotamento com que ele se vem entregando ao estudo dos vários aspectos do problema do barroco e, além disso, aos da arte moderna, asseguram desde já a eficácia e o valor das suas palestras. E é bem de caso pensado que associo aqui ao interesse que lhe inspira a arte dos nossos dias a atenção nada menor que

despertam nele, as expressões estéticas de há dois anos ou de há três séculos.

Deixarei de referir-me à essa aproximação inúmeras vezes sugerida entre o espírito dos tempos atuais e o da era barroca. Mesmo porque ela se apóia, a meu ver, numa interpretação mal fundada de certas aparências. Penso apenas nessa espécie de ilusão desastrada que trata de ver uma contrariedade e incompatibilidade fundamentais entre a evocação ou o estudo do passado e o interesse permanente pelos fatos e problemas dos nossos dias.

Historiador, ao menos por inclinação intelectual e também por profissão, tenho sido muitas vezes abordado acerca do paradoxo que haveria no estimar-se e apreciar-se com o mesmo fervor as manifestações artísticas — e não somente artísticas — do passado e as do presente. Não existiria flagrante incongruência entre as duas atitudes: uma presa às formas transatas, estabilizadas e estabilizadoras; outra atenta a expressões ainda instáveis e em muitos casos revolucionárias?

Minha resposta inevitável é de que não existe um



Na fazenda de José Luís Pasin, em Roseira, SP, Sergio Buarque de Holanda autografa *Velhas Fazendas do Vale do Paraíba*, 1975.

tal paradoxo pois, para o verdadeiro historiador, as duas tendências não se contradizem, antes se enlaçam e se completam. A evocação de tempos idos reclama, sem dúvida, um sentimento vivo daqueles tempos, bastante vivo para criar entre o observador e observado, entre o historiador e o objeto da história, essa corrente de simpatia que há de animar toda verdadeira compreensão.

Mas o sentimento que comandará a inteligência e boa interpretação do passado é, por si mesmo, sereno e inclusivo. Fixando determinada era, ele não cuida de destacá-la das demais, em particular da era presente, para colocá-lo sobre um pedestal perene. Busca, ao contrário, situá-la na corrente móvel dos acontecimentos, inseri-la no curso da História, justamente da História que se alimenta da diversidade dos tempos e das coisas.

Estamos aqui nos antípodas do sentimentalismo, que, este sim, é naturalmente exclusivo e não tolera partilhas. Quando queremos sentimentalmente uma coisa ou uma época, queremos-la com exclusividade e ciúme, contra as outras coisas e contra as outras épocas. Por is-

so repito que o sentimentalismo histórico é o que há de mais avesso ao senso do passado. Não é próprio do historiador, mas do mau antiquário.

O próprio do historiador não está em querer ver e enaltecer o passado no presente ou vice-versa, mas em reconhecer e estimar as formas diferentes que se sucedem através dos tempos. Conservar, restaurar, procurar entender o patrimônio histórico de cada povo é, sem dúvida, uma das grandes e gratas missões do historiador. Refazer, porém, o presente, nos moldes do passado, de um passado que escolhemos e arbitrariamente isolamos para convertê-lo em norma insistente, é contrariar e é trair essa missão. Assim, quando mandamos fabricar algum traste segundo as linhas que prevaleceram no Renascimento, no Barroco, no Rococó, estamos provocando um simples pastiche. Ao historiador cumpre denunciar tais falsificações, a fim de que possam valorizar-se as formas puras e autênticas. As de ontem como as de hoje.

Ninguém menos apto, em realidade, para conhecer e valorizar o passado do que aquele que volunta-

riamente fecha os olhos à sua época, às solicitações e aos estímulos do mundo que o cerca. De um dos maiores historiadores dos últimos tempos — Henri Pirenne — refere-nos seu amigo e companheiro Marc Bloch que chegando ambos, certa vez, a Estocolmo, ouviu-o dizer, mal se instalaram no hotel:

— Que faremos agora? Parece-me que acabaram de construir um magnífico prédio para servir de paço municipal. Vamos vê-lo antes de mais nada.

E logo depois, como se quisesse prevenir algum movimento de surpresa, tratou de acrescentar:

— Se eu fosse um antiquário, só me interessariam as casas e as coisas antigas. Mas eu sou um historiador.

Nessa faculdade de apreender em tudo a vida presente, o mundo presente, está, com efeito, uma das qualidades dominantes no historiador.

É claro que uma solidariedade fundamental associa, uns aos outros, os diversos momentos da história. Mas essa solidariedade não se pode forçar nem anular impunemente. Ela prevalece mesmo onde nos parece mais remota e é ela quem, muitas vezes, preside as mais audaciosas renovações. O senso do passado é uma necessidade. Não é um dever. Ele pode estar em nossas veias, não se acha certamente em nosso cérebro. É um cego engano pensar que estamos mais perto de nossos avós quando escolhemos, para nela residir, uma casa de arquitetura neo-colonial, como se diz, ou neo-barroca, e nos rodeamos de perfeitos fac-símiles do áustero mundo que os rodeara. Só a cegueira pode esconder-nos que nesse caso estamos suscitando um ambiente feito de contrafações e pastiches, bem ao contrário dos nossos modelos, que viviam em sua realidade sempre presente e viva.

Esse tradicionalismo caprichoso não é um produto; é, sim, um substituto, substituto inadequado, da legítima tradição. Nada lembra melhor esse empenho dos que querem ressuscitar um passado já morto, empenho em que se inspiram tantos artifícios neo-clássicos ou neo-barrocos de nossos dias, do que o afã dos homens sem passado que buscam nobilitar-se a qualquer preço mandando forjar para si linhagens imponentes e brasões pomposos. Não é a sua uma arte inspirada na tradição, mas no ressentimento e no desejo de compensação. Arte de novo-rico, que na falta de um passado real, trata de oferecer-nos uma simulação do passado.

Tudo isso cai a propósito quando assistimos, hoje, a um renascer do interesse pelo Barroco, que facilmente pode degenerar numa espécie de sentimentalismo do Barroco. E é bom que esse estilo de arte e de vida, tão vinculado às nossas origens, seja elucidado aqui e agora por historiadores verdadeiros. Ou seja, por homens que procuram bem conhecer o nosso tempo e que, desse modo, conquistaram os melhores títulos para conhecer, interpretar e valorizar o passado.



A casa da rua Buri, onde Sergio viveu em São Paulo, mais de 20 anos

Singularidade e multiplicidade de Sergio

Quando Sergio Buarque de Holanda completou 50 anos, em 11.06.1962, era crítico literário do Diário Carioca e Pompeu de Sousa, secretário do jornal, resolveu prestar-lhe uma homenagem, convocando os amigos para que escrevessem sobre o evento. Colaboraram no suplemento dominical — que estava em voga na época — alguns escritores; Prudente de Moraes, neto, Rodrigo M.F. de Andrade, Manuel Bandeira, Otávio Tarquínio de Sousa e o próprio Pompeu.

Em tudo que Sergio Buarque de Holanda escreve desponta logo, com força, a originalidade de sua inteligência. Por muito familiarizado que se esteja com qualquer matéria, a posição em que, para considerá-la, ele se situa, com a maior espontaneidade, surpreende sempre pelo imprevisto. Essa qualidade singular de seu espírito se revela também, naturalmente no estilo em que Sergio exprime o pensamento: a forma se afasta invariavelmente do comum pela força simples do movimento de sua inteligência.

Semelhante atributo tornava a princípio obscuros certos textos da mocidade do escritor. Para isso contribuía, ainda, a própria complexidade de seu pensamento. Assim, o início de um dos artigos que elaborou para *Estética*, em 1925, sob o título de "Perspectivas", deu motivo a impugnação porfiada durante noites a fio: "As palavras depositaram tamanha confiança no espírito crédulo dos homens, que estes acabaram por lhes voltar as costas".

— "Foram os homens, meu velho, que depositaram tanta confiança nas palavras", objetava Prudente de Moraes, neto.

— "Não é isso"...

Sergio aludia aos resíduos de preconceitos de toda espécie que a torrente das literaturas, desde as suas formas tabulares e lapidares, tem depositado no espírito dos homens.

Aquelas obscuridades desapareceram, entretanto, rapidamente. Hoje, a limpidez de sua forma permite ao leitor alcançar sem esforço a maior profundidade de seu pensamento e seguir-lhe o movimento mais sutil.

Com a maturidade, porém, a capacidade de apreender os múltiplos aspectos dos fatos sociais, históricos ou literários tem tornado estranhamente cautelosa a expressão desse pensamento:

"Pode-se quase dizer que"...; "nada impede de acreditar que"...; "pode-se crer que terá sido"...; "talvez não exagerasse muito ao dizer que"...; "não seria um caso isolado"...; "não havará absurdo em supor"...; são todas asserções atenuadas extraídas de algumas páginas apenas de seu livro *Monções*. Até Sergio chegar ao seguinte exagero de prudência: "O que não significa, é certo exclusão obrigatória de"... E, por fim, a este cúmulo de cautela na referência a um fato histórico: "Não se pode dizer que durante o século XVIII, quando foi mais intenso o comércio fluvial de Cuiabá, os serviços a bordo das canoas despertassem vocações numerosas"...

De tal prudência, entretanto, o escritor tira partido excelente, como se vê de outro trecho ainda de *Monções*, a propósito de uma viagem de D. Antônio Rolim de Moura pelo sertão em 1754:

"A limpeza corporal não era certamente um atributo das classes nobres por essa época, mas à gente mais humilde, habituada de longa data, senão ao banho diário, pelo menos ao tradicional lava-pés, exigência mínima da higiene em terra tropical, não passaria talvez despercebido o suntuoso desasseio do general emboada".

A expressão de Sergio Buarque de Holanda é antipertentória, por excelência.

Movido pela mais intensa curiosidade intelectual ele se tem dedicado, sucessiva ou simultaneamente, a estudos e trabalhos em campos distanciadíssimos. Passa do domínio dos antigos caminhos e fronteiras do país às questões de técnica literária, ou trata ao mesmo tempo de problemas de etnologia e de história econômica. Mas, como assinala lucidamente aqui mesmo um de seus amigos diletos, na versatilidade de espírito de Sergio não há pendor para o diletantismo. Sua espantosa capacidade para adquirir conhecimentos habilita-o a prestar contribuição séria e importante em relação às matérias mais diversas.



Cícero Dias,
Gilberto Freyre,
Sergio Buarque
de Holanda,
Ademar Vidal em pé,
Rodrigo M. E.
de Andrade,
Antônio Bento,
sentados (numa
foto lambe-lambe).

O homem Sergio é igualmente múltiplo e genuíno na sua variedade. No exercício da chefia de serviço público ou na mesa de bar, como patriarca entre a esposa e os sete filhos ou como delegado a conferências internacionais, ele é perfeitamente ajustado a cada função.

Assim foi sempre, desde muitos anos: diverso e autêntico. Há quem o recorde ao chegar ao Rio, adolescente louro e monarquista maurrasiano, de monóculo. Depois, já de óculos, prócer destacado do movimento modernista, gêmeo de Prudente, caminhando ao lado de Graça Aranha ou sentado com Alberto Faria à mesa do Café Papagaio. Em seguida, em Cachoeiro do Irapemirim, a redigir *O Progresso*, órgão comercial e político, a par do semanário mundano *O Jaú* (“porque estaria a Senhorita X. tão melancólica, domingo último, quando saiu do cinema?”). Mais tarde,

em Berlim, de *smocking*, representando no *trailer* do *Anjo Azul*, com Marlene Dietrich; participando indiferentemente de comícios de propaganda nazista ou de reuniões de comunistas; entrevistando Thomas Mann e freqüentando um clube nudista. De volta ao Brasil, nas sucursais da Associated e da United Press, a traduzir telegramas em ritmo vertiginoso. Finalmente, pai de família circunspecto, diretor de Divisão da Biblioteca Nacional, pouco antes de readquirir a nacionalidade paulista. Tais foram alguns Holandas diferentes, posto que no fundo iguais ao atual.

O quinquagenário Sergio não acumulou apenas erudição durante o tempo decorrido desde que anunciava a publicação de *O Automóvel adormecido no bosque*. Conservou intatas todas as virtualidades dos Sergios anteriores.

Cinqüentenário do mestre

Segundo Otávio Tarquínio de Sousa, Sergio Buarque de Holanda era o menos livresco dos homens, e paradoxalmente um de nossos maiores eruditos e conhecedores da história do Brasil

A Sergio Buarque de Holanda, velho pernambucano do apogeu do açúcar, paulista mais recente do surto do café e do desenvolvimento industrial, ajustam-se as palavras de Eduardo Prado em louvor do barão do Rio Branco: “A erudição que conseguiu ter a respeito do Brasil é por assim dizer, salomônica. O rei de Judá conhecia, segundo a Bíblia, desde o hissopo, ou musgo apegado às pedras das muralhas, até o cedro do Líbano, desde o inseto que se esconde nas relvas até o leviatã do mares. O que o barão do Rio Branco sabe do Brasil é coisa vertiginosa. É capaz de escrever, sem esquecer uma minúcia, como eram feitas as naus de Pedro Álvares Cabral, de que tecido vinham vestidos os seus marinheiros e os nomes das plantas mais vulgares na praia de Porto Seguro, onde ancoraram aquelas naus. Leu tudo

quanto há impresso, copiou ou fez copiar todos os manuscritos (...)”. O saber de Sergio Buarque de Holanda tem sem dúvida alguma esse caráter salomônico que Eduardo Prado atribuiu ao de Rio Branco. Mas o fabuloso acervo de informações que permitia a este escrever em quinze dias a *Esquisse de l’Histoire du Brésil* diria, de preferência, respeito à matéria histórica e geográfica e proviria mais do gosto meticuloso de tornar claros, pontos omissos, de corrigir enganos, de dissipar dúvidas, do que do pendor para os riscos da grande interpretação do passado e do ânimo para devassar o segredo da origem dos povos e instituições.

Muito mais diversos e exigentes são os impulsos que movem a inquieta curiosidade de Sergio Buarque de Holanda. Porque a *Acta Sanctorum* desse remoto discípulo de João de Bolland, desse escrupuloso bollandista, segundo a referência de Rodrigo M.F. de Andrade, não se limita na ordem do calendário às efemérides da vida de cada santo. Não só os santos o interessam, senão também tudo o que é divino e humano, terreno ou extraterrestre, daquém ou dalém mar, passado, presente ou futuro, sólido, líquido ou gasoso. Alguém o aponta como grande historiador e está certo: poucas pessoas terão entre nós conhecimento mais seguro e visão mais clara da história brasileira. Mas é um historiador que figura também entre os sociólogos. Aí está *Raízes do Brasil*, um dos livros mais originais, mais finamente pensados da nossa magra bibliografia. Que dizer de *Monções*, pequena obra-prima nos seus seis capítulos em que a mais correta informação científica coincide com a melhor forma, o mais perfeito estilo? Esse trabalho de 250 páginas elucida mais a história das monções setecentistas do que muitos pesadíssimos cartapácios, e toma por vezes no movimento e na luz de sua narrativa a técnica do cinema. Quem duvidar que releia o capítulo “As estradas móveis”.

É na crítica literária entretanto que Sergio Buarque de Holanda deixa melhor transparecer os tesouros de cultura de que é possuidor. Seus artigos, ordinariamente dispostos em série sobre determinado assunto, são ensaios do que há de melhor no gênero. Mais do que em outra oportunidade é então possível admirar-lhe a prodigiosa versatilidade, despojada esta palavra do significado trivial e banida a menor eiva de diletantismo. Com efeito, há quatro ou cinco artigos polpudos acerca de um estudo histórico e sociológico sobre a pequena cidade paulista de Cunha, artigos escritos com a naturalidade e o desembaraço de quem versa tema predileto, seguem-se, com o mesmo desembaraço e naturalidade, outros quatro ou cinco, sobre as mais raras e requintadas técnicas de poesia, a arrancarem de mestre Manuel Bandeira exclamações de entusiasmo. Do volume massudo, compacto, por vezes de indigesta erudição, Sergio Buarque de Holanda desliza airoso, como no airoso minueto, para o li-



Foto de Caio Prado Júnior, da dir. para a esq.: Francisco de Assis Barbosa, Sergio Buarque de Holanda, Otávio Tarquínio de Sousa e Lúcia Miguel Pereira.

vro de poemas e, seja da autoria de um dos grandes poetas consagrados, seja da de algum dos novos ou novíssimos da geração de 45, estabelece para logo contato, descobre e aponta o que não poderia escapar à sua argúcia e ao seu bom gosto. Não lhe falta jamais disposição para ler e, com o dom de interessar-se pelos mais opostos assuntos, não receia o que a outros mais tímidos ou de menor apetite intelectual parece enfado ou aventura.

Mas esse leitor incansável, esse artiloso caçador de livros é o menos livresco dos homens. A literatura não o deformou de maneira alguma, salvo talvez numa tal ou qual incapacidade para o que o vulgo chama de vida prática. Isso será porém antes uma escolha deliberada, uma prova de vigilante espírito crítico. Espírito crítico que não esteriliza nada do que há de es-

pontâneo e generoso na sua natureza. O amigo dos livros é o amigo da vida, jovial, franco, disponível. Quem tanto tempo dedica a estudos e leitura tem sempre tempo para grandes, intermináveis conversas. Quem está sempre a par da mais recente doutrina filosófica ou da mais moderna corrente literária, encontra lazer para deleitar-se com a última piada. Os que o conhecem mais de perto não terão jamais surpresa com atitudes suas. Fiel a si mesmo, suas reações são invariavelmente as da consciência mais delicada, do pundonor mais alerta. E como supremo encanto, nesse homem que hoje completa meio século de vida, subsistem, intocadas, largas zonas de infância. Assim se lhe explicará a capacidade de interessar-se ao mesmo tempo por muitas coisas e de não gastar jamais o interesse que algumas delas particularmente lhe despertam. O riso que lhe provoca.

Sergio, anticafajeste

O artigo de Manuel Bandeira, estampado no número já referido do suplemento dominical do Diário Carioca, dedicado a Sergio Buarque de Holanda, é um dos flagrantes mais sugestivos do autor de Raízes do Brasil.

Ha' uns poucos, muito poucos, escritores nossos, cuja formação nos dão uma impressão de milagre. Como terá sido possível que chegassem a tamanha força e tamanha disciplina mental dentro do nosso atraso e da nossa desordem? Três sobretudo me espantam: Machado de Assis, João Ribeiro e Sergio Buarque de Holanda. No entanto, são todos três bem brasileiros e até bem de suas províncias: Machado, bem carioca; João Ribeiro, bem nordestino; Sergio, bem paulista. O enxerto de cultura estrangeira em gleba nacional de tão generoso teor não será bastante para explicar a superioridade deles, já que em outros autores, muito estimáveis de certo, os mesmos elementos não puderam gerar a robusta originalidade daqueles três mestres, cada um dos quais verdadeiramente sem par em sua geração.

Por diferente que pareçam há um traço a irmaná-los: não sei como chamá-lo senão pelo que possa ser o antônimo de cafajestismo. O meio carioca é cafajeste, e creio que sempre foi assim pelo menos desde os tempos de Pedro I. Pois Machado, nascido e criado aqui, João Ribeiro e Sergio vivendo aqui desde os vinte ou vinte e poucos anos, não apresentam a menor tísna de

cafajestismo. Sergio é o anticafajeste por excelência. Bem, Sergio é paulista, e todo paulista tem os seus defeitos, mas é raro que seja cafajeste.

A classe de Sergio! Foi a primeira qualidade que me chamou a atenção para ele há uns trinta anos. Nunca me esqueci de sua figura certo dia em pleno Largo da Carioca, com um livro de baixo do braço, e no olho direito o monóculo que o obrigava a um ar de seriedade. Naquele tempo não fazia senão ler. Estava sempre com o nariz metido num livro ou numa revista — nos bondes, nos cafés, nas livrarias. Tanta eterna leitura me fazia recear que Sergio soçobrasse num cerebralismo cuja única utilidade seria ensinar a escritores europeus de passagem pelo Rio a existência, desconhecida por eles, de livros e revistas de seus respectivos países. Sergio talvez não tivesse lido ainda a *Ilíada* ou a *Divina Comédia*, mas lia todas as novidades das leituras francesa, inglesa, alemã, italiana e espanhola. Sergio não soçobrou: curou-se do cerebralismo caindo na farra. Dispersou a biblioteca, como se já a trouxesse de cor (e trazia mesmo de memória a dele) e acabou emigrando para Cachoeiro de Itapemirim. As suas andanças por lá só podem ser contadas pelo príncipe dos cronistas bra-



Grupo na Ass. dos Artistas Brasileiros, no dia da inauguração de uma exposição de Lasar Segall, onde aparecem entre outros o artista e sua mulher, Sergio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira, Eugênia e Álvaro Moreira.

sileiros, o velho Braga, que naquele tempo era ainda menino e suspeito que fez parte das badernas que acompanhavam em assuadas os passos malseguros do dr. Progresso.

Por um triz que Sergio se perde, e foi quando pretendeu ser professor no Ginásio de Vitória. O Estado do Espírito Santo até hoje não sabe a oportunidade que botou fora quando o seu governador de então voltou atrás de ato que nomeava professor de História Universal e História do Brasil o futuro autor de *Raízes do Brasil*. Benditos porres de Cachoeiro de Itapemirim! Eles nos valeram a devolução em perfeito estado, de Sergio, enfim descerebralizado, pronto para a aventura na Alemanha, de volta da qual já era a figura sem par a que me referi no começo destas linhas.

Sergio já não lia mais nos cafés, desinteressara-se bastante da poesia e da ficção, apaixonara-se pelos estudos de história e sociologia, escrevia *Raízes do Brasil* e *Monções*. Entrementes casara-se. Quem diria que desse um marido exemplar? Pois deu. Verdade seja que o bom marido depende muito da boa esposa. Nesse capítulo Sergio acertou no pleno. E graças aos muitos filhos que vieram vindo devemos a volta de Sergio à crí-

tica literária. Ninguém diria também que voltasse de ponto em branco, a par de tudo o que se passara no mundo das letras. Tomou pé da noite para o dia. Se não vejam, ninguém melhor do que ele tem escrito sobre a chamada geração de 45. (Saibam todos que Sergio versejou antes dos vinte anos, e sabia fazer versos no duro).

O estilo de Sergio, na sua atual clareza e lógica, foi uma conquista. Há hoje um certo casticismo na sua prosa, mas não é o dos clássicos portugueses. Tirou-o, suspeito, das atas da Câmara da Vila de São Paulo, das ordens régias e dos testamentos quinhentistas.

Agora tudo o que ele escreve tem no mais alto grau aquela qualidade que já assinalei — a classe: até relatando fuxicos do modernismo não se lhe nota nem sombra de cafajestismo. Insisto nisso, porque o Brasil, valhanos Deus! cada vez mais está para os cafajestes.

Cinqüenta anos de Raízes do Brasil

José Sebastião Witter, professor da Universidade de São Paulo, escreveu especialmente para este número, o artigo sobre Raízes do Brasil, depoimento de confrade e amigo, que testemunha a importância de uma obra constantemente consultada por professores e alunos.

Quando uma obra chega aos 50 anos com toda sua vitalidade e atualidade, alguém muito singular deve tê-la produzido. Um autor que o consegue isto por sua visão do mundo e que transfere para um livro essa contemporaneidade, é, quando menos, diferenciado. É assim que vejo Sergio Buarque de Holanda, autor da cinquentenária *Raízes do Brasil*.

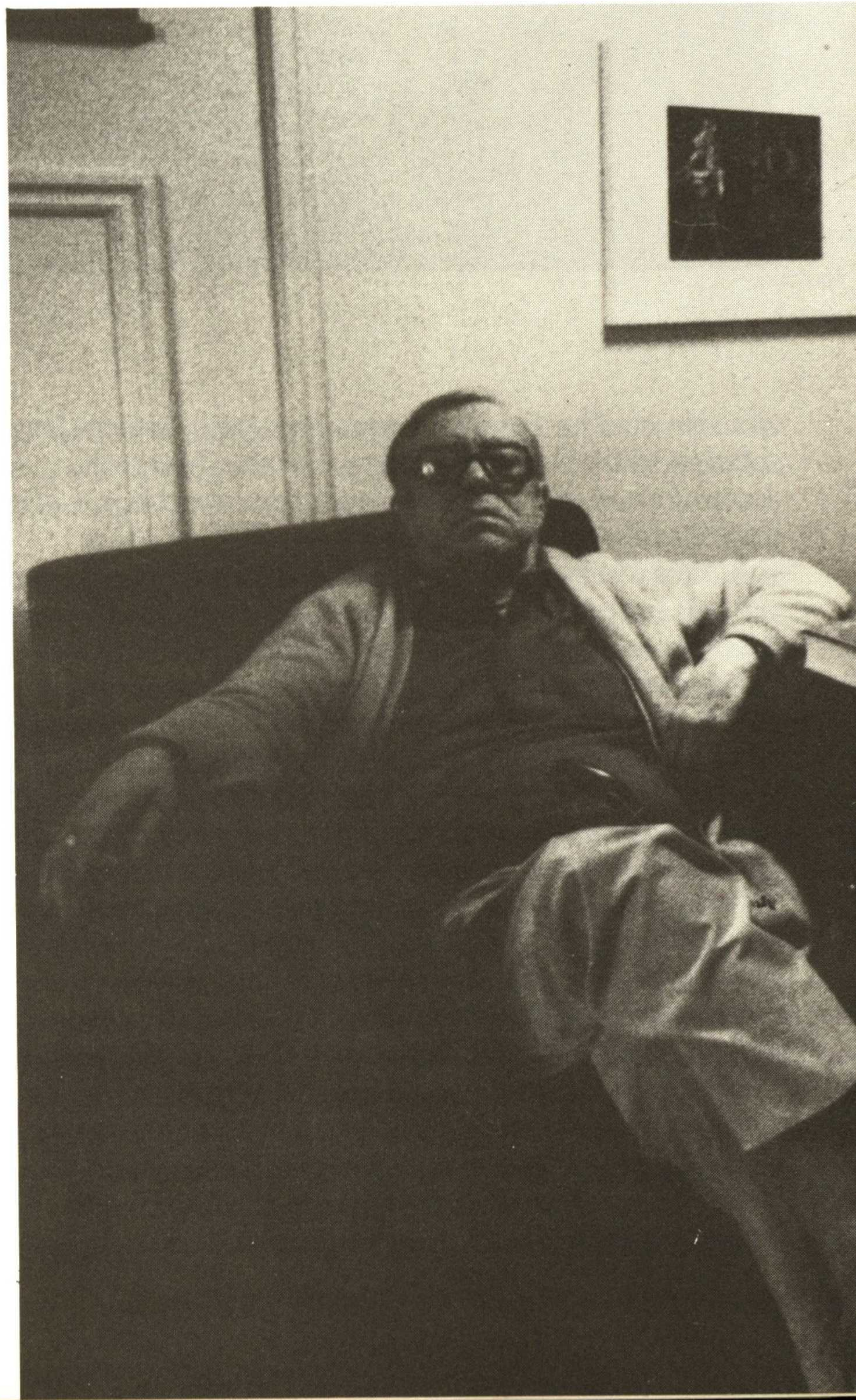
Em outubro de 1936 surgiu *Raízes do Brasil* como um livro a inaugurar a Coleção "Documentos Brasileiros", da Livraria José Olympio. Gilberto Freyre, como coordenador da Coleção, que também nascia vitoriosa, foi o primeiro a afiançar a importância da obra e o aparecimento de um novo autor profundo e vigoroso.

Raízes do Brasil foi um livro cujo "êxito de qualidade foi imediato e ele se tornou um clássico de nascença", assim o vê Antonio Candido em seu prefácio à 5.^a edição desde então, por sua excelência, parte inseparável da obra.

Neste ano ela atinge 18 edições nacionais, além das inúmeras versões para outros idiomas, dentre eles o japonês.

"Sergio Buarque de Holanda analisa os fundamentos do nosso destino histórico, as 'raízes' aludidas pela metáfora do título, mostrando a sua manifestação nos aspectos mais diversos, a que somos levados pela maneira ambulante da composição, que não recusa as deixas para uma digressão ou um parêntese, apesar da concatenação geral ser tão rigorosa". (Antônio Cândido, p. XV).

Esta característica do Sergio divagador, que seu



prefaciador registra, talvez seja o que mais encanta os seus leitores e o que embeveceu seus alunos. As digressões eruditas e belas, que dificultam aos menos preparados acompanhar seu raciocínio, eram verdadeiras aulas dentro da aula. Sendo uma árvore de galhos frondosos ela tinha necessidade de muitas ramificações para o sustento do tronco. Nesse sentido, as digressões e parênteses de Sérgio não se faziam e não se fazem apesar, mas para a concatenação geral vigorosa. Assim a riqueza do pensamento de Sérgio, ramificando-se em muitas áreas — da Arte à História, da vida à Academia — derivava-se da diversificação de “raízes” que alimentavam e davam força e altura à seiva criativa... Essas raízes correspondem a vários campos do conhecimento e da vivência e ao invés de representar um conservadorismo concatenador e seguro, mas estreito, facilitaram, na sua força, a criatividade inovadora.

Uma conversa-entrevista entre Sérgio Buarque de Holanda e o historiador norte-americano Richard Graham, publicada na *Hispanic American Historical Re-*

view originalmente, e traduzida para a *Ciência e Cultura*, revista da SBPC, pode ajudar a encontrar as “raízes” do autor. Respondendo a uma das muitas perguntas de Graham, Sérgio disse:

“— Fui moldado por tantas pessoas e em tantos lugares, não apenas por instituições educacionais e encontros formais, mas também por amizades tão importantes para nós brasileiros. Meu pai nasceu em Pernambuco, mas ainda jovem veio para o sul, para estudar medicina; ele nunca terminou o curso, mas tornou-se administrador de uma repartição de saúde pública em São Paulo. Lá, ele casou em 1901 e eu nasci no ano seguinte. Moramos em Higienópolis, um bairro residencial moderno. Meu jardim de infância foi dirigido por uma senhora norte-americana, uma Mrs. Bagby; e, então, depois de cursar uma escola primária modelo, estudei no Colégio São Bento, dirigido por padres alemães. Minha matéria favorita era história, ensinada lá por Afonso d’Escragnole Taunay... Com a ajuda de Taunay, publiquei o meu primeiro artigo no *Correio Paulistano*,



Sérgio Buarque de Holanda na sua casa da rua Buri, na sala onde recebia os amigos.

quando tinha dezoito anos. Comecei então a escrever com freqüência em suas colunas literárias e conheci muitos líderes do nascente Movimento Modernista, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Sérgio Milliet, Menotti del Picchia e Rubens Borda de Moraes. Naquele tempo encontrei Monteiro Lobato e Yan (J.F.) de Almeida Prado”.

O Brasil não é fácil de entender

Sergio também nessa entrevista conta sua vida no Rio de Janeiro, para onde a família mudou depois da aposentadoria do pai, no ano de 1921. Lá, entrou para a Faculdade de Direito, onde se formou, “sem muito estudar”, mas muito viver.

Então, era o representante da *Klaxon*, a revista modernista de São Paulo. Em 1924, junto com Prudente de Moraes Neto, Sergio fundou uma revista sucessora de curta existência, chamada *Estética*.

Pai pernambucano, mãe paulista, infância paulistana, adolescência e maturidade cariocas, Sergio Buarque de Holanda casou-se com Maria Amélia, no Rio de Janeiro, mas acabou por fixar suas “raízes” em São Paulo, para onde voltou em 1946 para dirigir o Museu do Ipiranga. Vivendo na capital, onde residiu até sua morte, continuou a ampliar seus horizontes e a aprofundar seus conhecimentos, através de seu amor aos livros e de seu contato com o mundo, realizado, em grande parte, por suas viagens à Europa e aos EE.UU. Sua obra, como historiador, registra sua universalidade. E desta, um dos produtos mais significantes é *Raízes do Brasil*.

Raízes do Brasil é, sem dúvida, uma busca das nossas mais profundas origens. É, de fato, o seu primeiro trabalho histórico, mormente se ficarmos nos primeiros capítulos. *Raízes do Brasil* teve sua origem nos artigos que Sergio escrevia para uma revista bilíngüe alemã. Nela o historiador brasileiro precisava “explicar o Brasil”. E Sergio afirmou muitas vezes e registrou em entrevistas que “é só quando você está longe que começa a ver sua terra integralmente. E o Brasil não é fácil de entender: é difícil”.

Quando voltou ao Brasil, em 1930, com “um caderno de notas de 400 páginas” para um livro que tencionava “fosse chamado *Teoria da América*”, nele estavam contidos pelo menos dois dos capítulos de *Raízes do Brasil*, “dele extraídos quase intactos, apesar das páginas desordenadas”.

Pois é este *Raízes do Brasil*, que nasceu em 1936, clássico e polêmico, que chega aos seus cinquenta anos ainda nos suscitando reflexões, tanto sobre nossas origens ibéricas quanto à nossa atualidade. É essa obra, em busca de nossas “raízes”, que faz aflorar, lado a lado, as “raízes” históricas do Brasil e as “raízes” fortes e profundas de seu autor.

Raízes do Brasil é construído sobre uma admirável metodologia dos contrários, que alarga e aprofunda a velha dicotomia da reflexão latino-americana”. (Antônio Cândido). E isto fica evidente neste trecho do autor:

“...Colocando no pólo oposto à despersonalização democrática, o caudilhismo muitas vezes se encontra no mesmo círculo de idéias a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa da tese liberal, o seu surto é compreensível se nos lembrarmos de que a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação — negação essa que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito. Assim, Rousseau, o pai do contrato social, pertence à família de Hobbes, o primeiro do Estado Leviatã; um e outro vêm da mesma ninhada. A negação do liberalismo, inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, um Porfírio Dias, afirma-se hoje como uma crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo. Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo” (p.134/5).

Em trechos, onde analisa o liberalismo, talvez estejam momentos significativos a revelar o Sergio Buarque de Holanda, homem/historiador, na simbiose gostosa daquele que sabe usufruir a vida e, ao mesmo tempo, é rigoroso na execução de seu labor. A boa dose do aventureiro e trabalhador, a compor a personalidade do intelectual que sabe o quanto é importante não sufocar o boêmio, pois está na sua existência a necessária revitalização. Do quanto precisa o *autor/trabalhador*, do *boêmio/aventureiro* para lhe inspirar a nova fase produtiva?

Renovação de uma seiva criativa

“Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e a harmonia falsa...”

A busca incessante e a pesquisa apurada vão, de certa forma, de encontro ao espírito irrequieto e inovador. Na procura do cotidiano, do “homem do povo” vai encontrar em autores ingleses uma imagem diferente daquela que nós incorporamos e divulgamos sobre os britânicos, ou seja, o de serem pessoas de bom senso, pontuais e industriais. É do autor inglês, “bom conhecedor e historiador do caráter inglês”, William R. Inge, esta afirmação, que parece fazê-lo vibrar: “A indolência é vício que partilhamos com os naturais de al-

***A busca incessante e a pesquisa
apurada vão, de certa forma,
de encontro ao espírito
irrequieto e inovador***

gumas terras quentes, mas não com qualquer outro povo do norte da Europa. (William Ralph Inge — *England*, Londres, 1933, p. 160).

É como encontrar-se... É ter a alegria de uma companhia prazerosa de todo um povo respeitado pela sua obstinação e trabalho. Mais uma vez o encontro entre o trabalhador e o aventureiro dentro do mesmo espírito criativo, mas laborioso, que é traduzido na sua entrevista a Richard Graham. São suas estas expressões:

“O que consegui fazer, bem ou mal, não veio como dádiva milagrosa. Veio como uma conquista gradual, que foi sendo conseguida após trabalhoso reescrever, quando procurava a palavra correta, não a floreada — ou frondosa — mas a exata e incisiva...”

Mas, para conseguir limitar-se e escrever seus trabalhos era-lhe vital o viver e o conviver, o que fazia com alegria envolvente e com inegável maestria.

Ao conviver com intelectuais ou com alunos iniciantes, com seus amigos de todas as origens, entendia

a necessidade de buscar as explicações no dia-a-dia do homem comum. Nessa busca do homem comum, do cotidiano, do “espírito do povo”, nas diferentes latitudes e longitudes, Sergio Buarque de Holanda foi fortalecendo as suas “raízes” sempre seguras, que permitiram florescer outras árvores frondosas como “*Visão do Paraíso*”, “*Caminhos e fronteiras*”, “*Monções*”, “*O Extremo Oeste*”, além do livro *Da Monarquia à República* da sua coleção “*História Geral da Civilização Brasileira*”.

Não teve medo das mudanças e tentou ser agente delas, sendo sempre um homem do seu tempo. Buscava nele compreender a história e com ela se libertar das tradições que cerceiam o amadurecimento individual.

Renovava-se como se renovam, todos os anos, as árvores frondosas sustentadas em raízes profundas, produtora da seiva criativa.

À margem da obra de Sergio Buarque de Holanda

No suplemento literário do Estado de São Paulo, SP, 39.5.1964, o amigo e companheiro de geração Sérgio Milliet rememora os primeiros encontros com Sergio Buarque de Holanda. O outro Sérgio tinha formação européia, estudou em universidade suíça, mas ficou surpreendido com a erudição do jovem escritor que até então sempre vivera e estudara no Brasil.

Conheci Sergio Buarque de Holanda nos anos remotos de 1920 a 1922. Formávamos um grupo endiabrado, constituído por uma espécie de *jeunesse dorée* dessa cidade provinciana que era São Paulo. E como não nos faltasse tempo, líamos muito, líamos tudo, ele em particular que nos trazia as notícias mais recentes da vida intelectual e artística de ultramar. Por ele soubemos de alguns franceses ilustres, mas, principalmente, das revoluções que se processavam nas letras inglesas e alemãs. Reviam-se as técnicas da poesia e de ensaio, renovavam-se os métodos de interpretação da história. Ele era, já nessa época, sem ter ainda completado seus estudos universitários, um erudito. Essa erudição, que nos humilhava um pouco, ele a disfarçava, entretanto, com boa dose de humor e foi como humorista que fingiu de uma feita acreditar na existência de S.O. Grant, autor da "Cidade difícilima"... Dizia que o andava procurando nos sebos britânicos, quando sabia muito bem que a brincadeira nascera no apartamento de Guilherme de Almeida em noitada divertida, na companhia de Oswald de Andrade, Rubens Borba de Moraes e Tácito de Almeida.

Nessa altura de sua vida, ao trocar nossa aldeia pelo Rio de Janeiro, não o atraía ainda a história em que tão douto se tornou. O que sua curiosidade devassava de preferência era a poesia, era o romance, mas eram também as idéias, a filosofia, os métodos de trabalho.

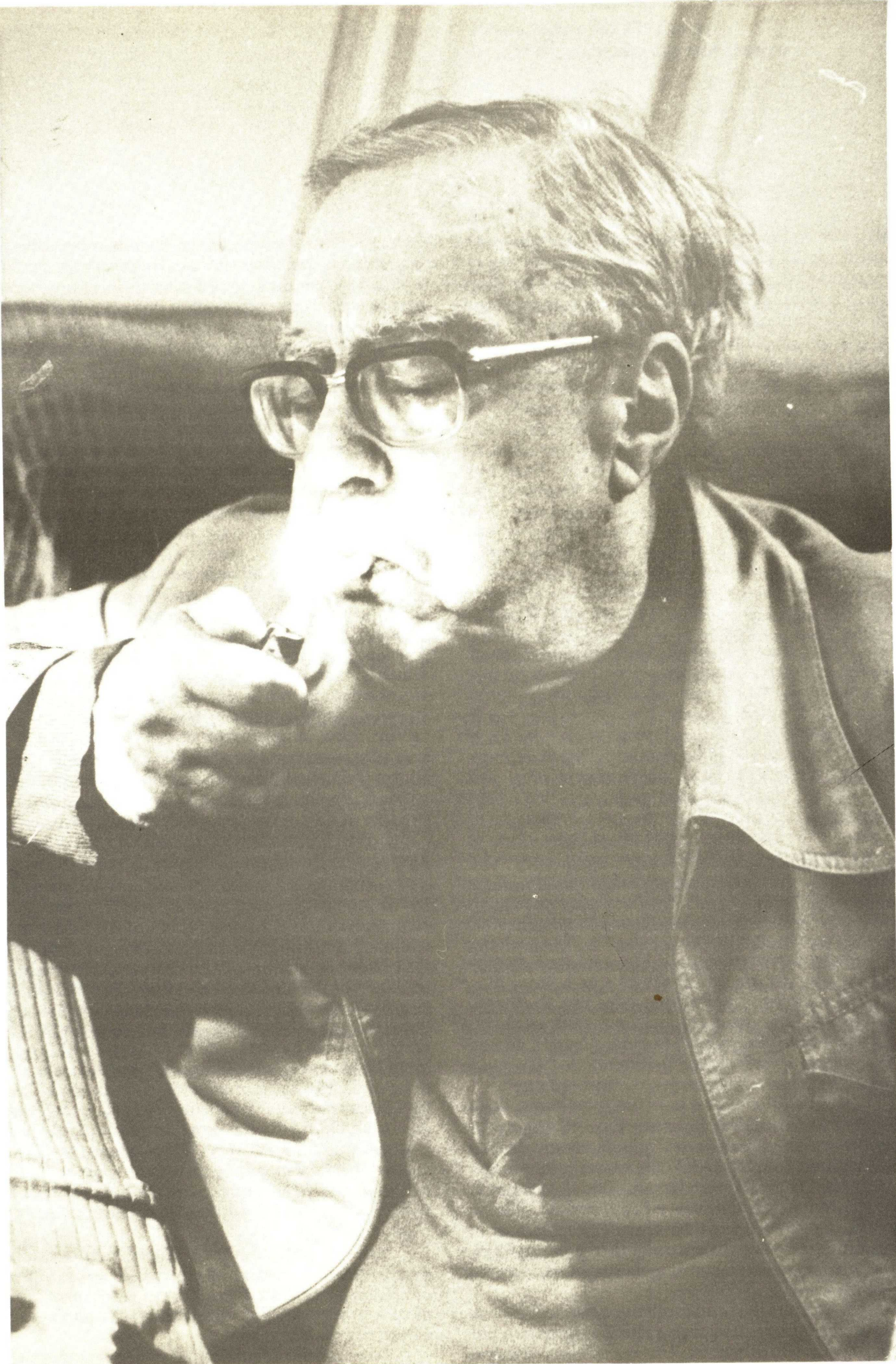
Frequentávamos-nos pouco nessa ocasião. Eu cultivava o mundo boêmio e o jornal já me tentava, enquanto ele só bem mais tarde trilharia o caminho da imprensa. Alimentava-se de sábias leituras e medita-

va sobre a quintessência das artes da escrita. Para nós, os menores de 22, ele pertencia ao grupo dos grandes, dos sérios, embora fosse dos mais jovens.

Não recordarei em seus pormenores esses tempos em que eu mesmo corri muito e o perdi por vezes de vista. Não pensávamos em academias, éramos iconoclastas, não raro pelo simples prazer da polêmica, e nunca nos houvera passado pela cabeça que acabaríamos em alguma Academia.

Homem ponte entre duas gerações

Houve por bem, certa vez, o jovem e já acatado crítico Antonio Candido definir-me como um homem ponte entre a geração de 22 e a chamada geração de "Clima". E' a Sergio Buarque em verdade que cabe a classificação. Já tinha ele em nossos tempos heróicos as características que seriam mais tarde as do "chato-boys", na expressão de Oswald de Andrade: a seriedade, o pudor, o ardoroso desejo de entender o nosso País, e explicá-lo, a fim de que um dia alguém o pudesse consertar. Os estudos áridos que o interessavam pareciam-nos indignos de revolucionários. E enquanto nos preocupávamos com demolir poetas de segundo time, ele acumulava um fundo de conhecimento invejável. Já era um universitário num momento em que aos jovens a palavra soava rebarbativamente. E por quê? Porque, na realidade, não sabíamos nada. Éramos deliciosamente ignorantes - foi com Sergio Buarque e com Mário de Andrade que aprendemos, não sem alguma relutância, a meditar. "E' preciso saber ler Homero", berrava



O cigarro
predileto
era *Gitanes*

Mário de Andrade; e Sergio gritava: “é preciso saber sociologia”. Creio mesmo que foi ele um dos primeiros entre nós a dedicar-se a essa disciplina, o que só viemos a fazer após o malogro de 1932, conscientes da fragilidade de nossos quadros.

Sergio Buarque já se preparava para a empreitada de *Raízes do Brasil* que iria merecer de Gilberto Freyre o louvor de considerá-lo como tomado por “essa ânsia de introspecção social, que é um dos traços mais vivos da inteligência brasileira contemporânea”. Foi um pioneiro nesse campo e foi essa mesma ânsia que, em dadas circunstâncias, fez dele um crítico. Sua concepção da história diferia da de seus antecessores, ia além da fixação de datas e fatos, interpretava-os e, interpretando-os, buscava abrir um caminho para uma política construtiva e realista. Era uma grande história que iniciava, ao lado de Paulo Prado e Capistrano de Abreu, num desbravamento que tivera também, em Alcântara Machado, um exemplo de método e compreensão.

Que o levou à História? Creio que foi seu espanto ante o milagre da transplantação de uma cultura européia para os trópicos, isso cuja possibilidade orgulhosos sábios de outras latitudes haviam negado. A realidade desmentia as teorias. E como explicá-la? Sergio encontrou a explicação no domínio “brando e mole” do português, na sua faculdade de adaptação ao meio. Não tinha ainda notícia de certas cartas jesuítas em que se apontam caminhos inteligentes para a integração das tribos do sul na civilização lusitana, mas descobria pela observação e a análise dos fatos as razões do êxito português nas qualidades humanas do colonizador.

Tais penetrações em profundidade de nossa história poderiam tê-lo conduzido a uma posição tradicionalista sectária e portanto perigosa. Não a adotou. A tradição pareceu-lhe desde logo estática e de sabor reacionário. Contra a hierarquia, erguia-se no Novo Mundo o espírito da aventura, valorizava-se o prestígio pessoal. E também, evitando os malefícios de uma possível estratificação, na base do dinheiro e da posição política, a cordialidade decorrente de “um fundo emocional extremamente rico e transbordante”.

Raízes do Brasil é hoje um livro básico de interpretação da realidade brasileira. Em certa página dessa obra capital, denuncia-se o grande pecado do século XIX, pecado que não foi o de nossos primeiros povoadores, “ter feito preceder o mundo das formas vivas do mundo das fórmulas e dos conceitos”. Efetivamente, a essa espécie de bovarysismo escaparam os lusitanos. Estes, como diz em outro livro precioso *Visão do Paraíso*, caracterizam-se pela sua adesão “ao real e ao imediato”.

A “inspiração prosaicamente utilitária” dos cronistas portugueses não os impeliu a se deixarem empolgar pela visão do paraíso recuperado. Uma constante

preocupação de tirar partido da terra descoberta obviou as aventuras que não evitaram, os espanhóis. Por isso, enquanto estes ainda se aplicam a destruir e converter, criando ressentimentos e ódios, já os nossos colonizadores vão alcançando resultados positivos na assimilação do gênio e na exploração das riquezas brasileiras.

Aversão ao formalismo

Essa mentalidade prática que se manifesta desde os primeiros anos, e melhor se evidencia com o correr do tempo, tanto na organização das estatísticas da colônia — precisas e conduzidas em vista do aproveitamento econômico e sociológico dos dados — como nas cartas dos missionários, essa mentalidade que dá Camões, um narrador, e não Cervantes, um sonhador, é que faz do Brasil o milagre sul-americano.

Foi o que Sergio Buarque soube compreender, não sendo ele próprio afetado pela adesão aos formalismos. O panorama mudou bastante no século passado. Mas graças a esse alicerce de nossa formação espiritual e sentimental, não nos afetaram muito as diversas doutrinas que desposamos sucessivamente. Deram-nos idéias que instintivamente moldamos ao sabor de nosso *way of life*, nossa inconfundível maneira de sentir e viver.

E’ pois com motivos justificáveis que seu primeiro livro ficou na bibliografia brasileira no mesmo nível de importância e necessidade que os de um Paulo Prado e os de um Capistrano de Abreu.

Continuando as pesquisas de documentos úteis à interpretação de nossa existência histórica, Sergio Buarque publica a seguir *Monções*, estudo dos “aspectos significativos da implantação e expansão de uma civilização adventícia em terras brasileiras”. A linha de explicações e justificações é a mesma: “Os portugueses aqui ficaram” diz, “com a consistência do couro, não do ferro ou do bronze, mas do couro, dobrando-se ajustando-se, amoldando-se à todas as asperezas do meio”. O que se buscou e se encontrou foi a harmonia entre o homem e a terra, e entre o homem de lá e o homem de cá, o que se traduziu, não apenas na aceitação e utilização das técnicas indígenas como ainda na conciliação entre a arquitetura e o clima, coisa observável e admirada até em nossos dias na solução das construções coloniais no Rio e no Norte sobretudo. Sem ar condicionado, sem geladeira, sem os recursos da técnica moderna, nelas ainda se vive melhor, mais funcionalmente, do que nos cortiços de cimento armado de Copacabana.

Esses estudos, em que a abundância dos documentos disputa a primazia à penetração do historiador e à clareza do estilista, foram continuados com *Caminhos e fronteiras*, livro que assinalou mais um êxito na carreira do historiador.

Sua curiosidade intelectual impediu-o, entretan-

to, de se deter definitivamente na História, de se confinar na pesquisa e na documentação. Ela induziu-o a prosseguir na convivência da literatura que fizera a felicidade de sua adolescência. Com seu espírito de análise e sua capacidade de meditação, era fatal que, ao lado do historiador, se desenvolvesse o crítico. Assinando rodapés no *Diário de Notícias*, no *Diário Carioca* e na *Folha da Manhã*, escreveu ele então alguns lucidos comentários e que se realçaram pela imparcialidade de julgamento tanto quanto pela inteligência da observação e a leveza da linguagem. Em verdade, essa crítica aparenta-se menos a um juízo de valor — que ele bem sabe ser temerário, o mais das vezes — do que a uma série de considerações à margem de textos interessantes. Ela sempre foi para ele um pretexto, ponto de partida, como o foi para os críticos do passado que ainda conseguimos ler sem tédio e sem escândalo: um Remy de Gourmont, na quase totalidade de sua obra, um André Suarès em boa parte de seus escritos, um Valéry, um Alain principalmente. E' nessa companhia que o coloco, e não na de um Sainte-Beuve incompreensível não raro e pretensioso amiúde.

De Cobra de vidro a Visão do Paraíso

Cobra de vidro, em que se reuniu um punhado desses artigos, é livro que permaneceu vivo, em que mais de uma idéia luminosa se colhe, mais de um ponto de vista de simpatia e clarividência se depara. Cito, como exemplo, as páginas excelentes em que analisa a poesia de Manuel Bandeira e a compara com a de Ronald de Carvalho e a de Guilherme de Almeida. De Ronald, em particular, diz o crítico com agudeza que “nos intervalos de uma poesia que se quer matinal e inocente deparamos com meditações requintadas de uma sabedoria sentenciosa e asiática”. E enquanto vê nessa poesia sobretudo uma estilização da natureza, “de uma natureza já domesticada”, em Bandeira o que aponta como característico é o lirismo que vem “de fontes misteriosas e íntimas”.

Outros poderão estranhar — eu me cinjo a admi-

rar — que tenha tão sutilmente tratado dos segredos da poesia quem parecia unicamente atento aos arcanos da história. E' que Sergio Buarque não é apenas um homem culto, é também um sensível e um imaginoso. Por isso, assim como se compraz no terreno dos fatos sociológicos, deleita-se com as coisas da filosofia e da estética. E do mesmo modo que encontra uma explicação engenhosa para a formação histórica do Brasil, define o humor de Machado de Assis, baseando-o na concepção de “um mundo absurdo, não trágico, mas absurdo” e percebe a qualidade da prosa “cortante e ágil que Antônio de Alcântara Machado inventou para uso próprio”.

Essa excursão pela crítica literária, que eu lamento não ter durado mais tempo, foi importante na vida de Sergio Buarque. Realizava em suma, uma aspiração da juventude da época em que, leitor infatigável e leitor perspicaz, nós o recebíamos na redação de *Klaxon* ou na Confeitaria Vienense para longas e proveitosas discussões. Creio que, se não houvesse feito essa experiência, não teria atingido a leveza de explanação, a limpeza de linguagem, a capacidade de seleção que são o apanágio dos que souberam especializar-se sem se algemarem como escravos à especialização. E assim puderam dispensar o descolorido jargão técnico-científico, sem nada perder em profundidade. A crítica literária e a prática do ensaio fizeram de Sergio Buarque um escritor. E' o que é, acima de tudo, e é o que dá a seus livros áridos um encanto que entre os historiadores não se vislumbra comumente.

Referi-me à *Visão do Paraíso*. Chegou ele nesta última obra a uma elegância de expressão que impressiona tanto quanto o saber e o descortino. As qualidades lusitanas do colonizador são as dele, domínio que escolheu, na sua “colônia” da literatura e da história: audácia e prudência, capacidade de fitar o céu, sem tirar os pés do chão. São essas que André Gide considerava essenciais e as atribuía a Teseu: ir até o coração do labirinto, de espada na mão direita para matar o Minotauro, mas com uma ponta do fio de Ariana na esquerda.

Novas cartas chilenas

Em 1963 recebi do Chile uma carta volumosa. Abro o envelope, era nada menos que uma obra em versos intitulada *Novas Cartas Chilenas*. Não trazia nome do autor. Quem seria? Eu sabia que o poeta Thiago de Melo era nosso adido cultural no Chile. Mas Thiago não sabe alemão, e os versos abriam com epígrafe em alemão. Sergio Buarque de Holanda andava então pelo Chile, sabe alemão, fez versos na primeira mocidade (uma vez me recitou um soneto seu, mas não quis me dar cópia para eu o incluir na primeira edição desta antologia...) Seria Sergio o novo Critilo? Mas quando lhe perguntei se as *Novas Cartas Chilenas* eram dele, não me respondeu sim nem não. Pareceu-me que ele gostaria de criar um segundo caso de autoria controversa nos anais da literatura brasileira. Como quer que seja, para mim o novo Critilo é ele.

Manuel Bandeira

Ach mein Gott!
H. Von Keist,
Erdbeben im Chili.

“Fanfarron Minetius immer
estreibt das ging ihm unter der
Hand verlorem. Chili war nicht auf
seine Weise in der Lage gewesen die
grosse Bewegung der Aufklaerung
zu leiten, er war nicht imstande sie
voellig zu vernichten. Es war ihm
nicht gelungen die Chilianen
seinem Macht dienstbar gelungen
ihre Macht zu zerstoeren. Der
Spieler gab seine Spiel auf, er legte
still, die Karten aus der Hand. Die
Lage Chilis wurde dadurch
hoffnungsvoller auch das Leben des
Minetius verloschte wie ein
Meteor...”

Gustav Freytag,
Bilder aus der
Chilianen Vergangenheit, III, 5.

INTRÓITO

Não cuides, Doroteu, que neste Reino
Aonde alado batel me trouxe um dia
Após largo adejar por sobre nuvens
E altaneiras montanhas, a memória
De amigos tão diletos se apagara
Num terno coração. Ainda agora,
Olhando da janela o casario
Bem arrumado entre alamedas que
Retilíneas se cruzam, e o perfil
De airosa e encanecida cordilheira,
A mim me perguntei: quanto não dera
Por tê-los a meu lado nesta casa
Entre os elmos e os choupos do Mapocho!

.....
Mas oh! Que vejo? Um sortilégio raro
Vos traz até aqui! E já vos sinto



O repórter dos *Diários Associados*, Manuel Bandeira, Maria Antonieta de Alkimin, Oswald de Andrade, Sergio Buarque de Holanda e Paulo Mendes de Almeida, no Aeroporto de Congonhas, quando da chegada do poeta a São Paulo, a 12.7.1949, para a estréia da peça de Schiller, *Maria Stuart*, traduzida por Bandeira, e estrelada por Cacilda Becker.

Charlando alacremenente com bons vinhos,
Mariscos, empanadas, cazuelas,
Cerejas, mozartlescas chirimoyas
Num doce enlevo d'alma, alerta e ledô
Que cuidados terrenos não corrompem.
Nem já o espectro do tirano atroz
Que esta terra oprimiu em longes eras
Mais que o fero Mapuche ou o Araucano
Pode turvar a cena que contemplo
Gerado nos refolhos da Saudade.
Como encontrar-te, ô déspota maligno,
Minésio fanfarrão, onde te escondes?
Não sei dizer que gênio benfazejo
Ou que sublime herói e venerando
Borrou até teu nome das memórias:
Caupolican on Pero de Valdívia?
Assim me vai levando a Fantasia,
Assim vos vejo, assim vos vi agora

Longe e perto de mim, num desafio
Ao espaço cruel que nos separa
E à barreira das serras espantadas!
Por ora paro aqui. Assaz prolixo
Haveria de ser, se as mil bondades
Deste reino de Chile eu vos dissesse.
Algum dia, Deus queira que mui cedo,
Retomarei o fio desta história,
Se a tanto me levar o engenho e a arte.

Critilo.

Em esta Cidade de Santiago do Novo Extremo
do Reino do Chile nas Índias de Castela, aos 10 dias
do mês de dezembro do Ano de Nosso Senhor Je-
sus Cristo de 1763.

Uma entrevista

Na famosa The Hispanic American Review, Richard Graham entrevistou Sergio Buarque de Holanda sobre a sua formação, influências e sua obra de historiador, na qual declara que sua maior satisfação foi a de ter formado um grupo de verdadeiros historiadores durante os anos em que exerceu a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo. A obra que deixou inconclusa sobre o Segundo Reinado estava planejada para dois volumes: O Pássaro e a sombra e A fronda pretoriana. “O historiador sempre escreve com uma visão da sua época. Está dentro da história. A função do historiador é fazer esquecer o passado, libertando-nos dele. No Brasil o passado é tão triste, que o melhor é esquecê-lo”. Richard Graham é professor da Universidade do Texas, Austin.

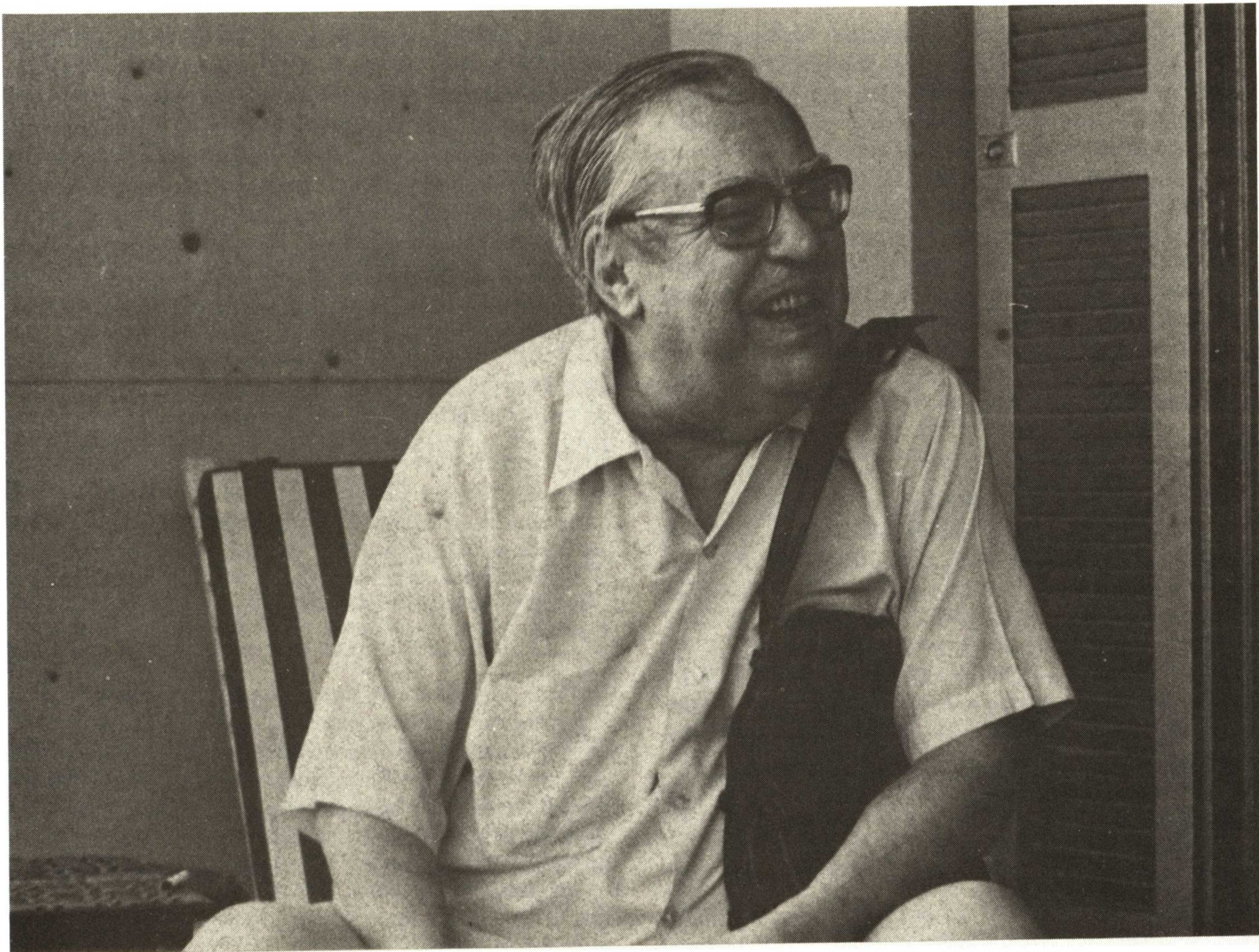
Richard Graham. O editor da *The Hispanic American Historical Review* pediu-me que o entrevistasse para fazer parte de uma série que a *Review* publicará sobre historiadores famosos das Américas.

Sergio Buarque de Holanda: Conheço bem a revista. Eu já fui membro do conselho consultivo internacional juntamente com outros colegas de vários países da América Latina. Mas parece que eles desistiram, e com isto acabou minha subscrição da revista.

RG: Nós estamos interessados em explorar sua formação como historiador, sua educação, ambiente familiar, e desenvolvimento profissional.

SBH: Eu me formei, como várias pessoas, em várias épocas e em diversos lugares, não apenas em instituições educacionais e encontros formais, mas também através das amizades — muito importante para nós brasileiros. Meu pai nasceu em Pernambuco, mas ainda jovem veio para o Sul estudar medicina; ele nunca aca-

Sergio Buarque
de Holanda
em 1975

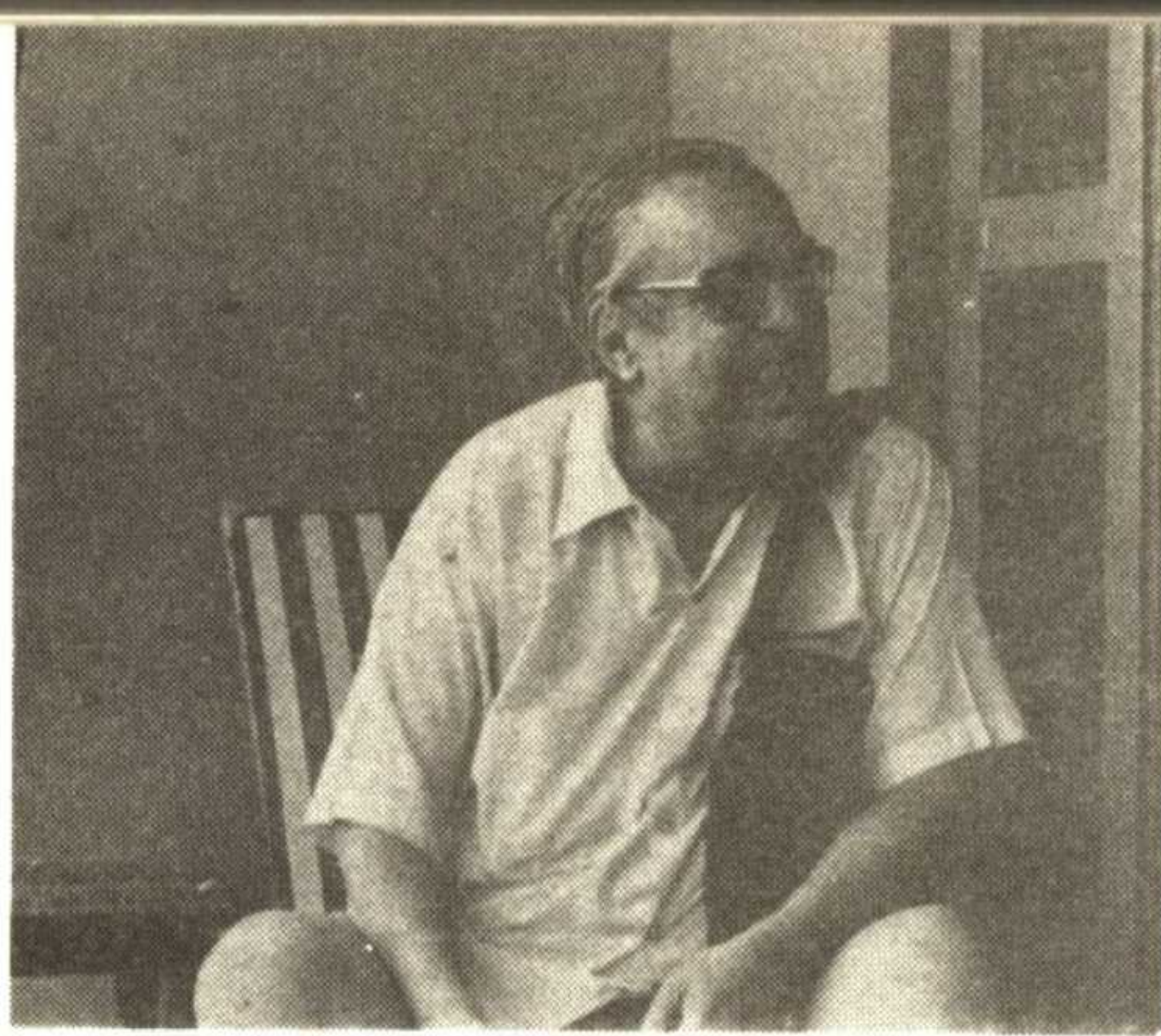


bou o curso, mas se tornou um administrador de uma secretaria de saúde pública em São Paulo. Lá ele se casou em 1901, e eu nasci no ano seguinte. Nós moramos em Higienópolis, um distrito residencial moderno. Meu jardim de infância era dirigido por uma senhora americana, Mrs. Bagby; e, depois de completar meus estudos numa escola primária modelo, estudei no ginásio São Bento (escola secundária), dirigida por padres alemães. Minha matéria favorita era História, cujo professor era Afonso d'Escagnolle Taunay. Eu lia crônicas do século quinze, como as de Fernão Lopes. Pulava páginas de vez em quando, mas copiava capítulos inteiros no caderno da escola, que ainda possuo. No entanto, eu não percebo, pelas minhas anotações, nenhum embrião de historiador. Eu estava mais interessado no estilo dos cronistas. Eu ficava perplexo pela maneira singular de dizer as coisas e, ocasionalmente, pelas palavras indecorosas, contrastando com os textos dos livros escolares. E, é claro, no ginásio eu me lembro dos encontros desagradáveis com os encarregados da disciplina, um deles chamado Vassourinha, por causa do cor-

te do seu cabelo. Naquela época, nós aprendíamos francês e alemão, a partir do primeiro ano (quinta série aproximadamente); só no terceiro ano estudávamos inglês. Com a ajuda de Taunay, publiquei meu primeiro artigo no *Correio Paulistano*, quando eu tinha dezoito anos. A partir daí comecei a escrever frequentemente para suas colunas literárias, conhecendo vários dos líderes do movimento modernista, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Sérgio Milliet, Menotti del Picchia e Rubens Borba de Moraes. Naquela época eu conheci também Monteiro Lobato e Yan (J. F.) de Almeida Prado.

RG: Eu pensei que suas atividades modernistas tivessem se concentrado no Rio de Janeiro.

SBH: Nós mudamos para o Rio quando meu pai se aposentou, em 1921. Eu entrei para a escola de Direito lá, mas pouco estudei. Levei uma vida boêmia, cheia de conversas animadas nas calçadas de cafés, bares, livrarias e redações de jornal. Conversávamos sobre política, arte, literatura, eventos internacionais, e nossa vi-



da privada. Eu era o representante no Rio da *Klaxon*, revista modernista de São Paulo e, em 1924, junto com Prudente de Moraes Neto, fundei uma sucessora dela, que teve vida curta, chamada *Estética*. Isto se deu quando conheci Graça Aranha e Manuel Bandeira.

Eu me sustentei escrevendo, regularmente, artigos para a imprensa diária: entrevistas de todos os tipos, comentários políticos e literários, resenhas de livros. Trabalhei, especialmente, para o *O Jornal*, primeiro jornal de Assis Chateaubriand (que breve se tornou um magnata da imprensa), e também em agências telegráficas estrangeiras: Havas, United Press e, posteriormente, Associated Press. Para o *Jornal do Brasil*, fazia cobertura das reuniões do Senado.

RG: Quanto tempo você ficou no Rio?

SBH: Até 1929, com exceção de um período de seis meses de experiência como editor de um jornal numa cidadezinha no Espírito Santo. Minha melhor recordação daqueles meses foi quando substituí o promotor da comarca de uma cidadezinha ainda menor, que para chegar lá, levava uma seis horas montado numa mula. Eles precisavam de alguém com conhecimento de direito, e eu era a única pessoa disponível. Cheguei lá morto de cansaço, mas mesmo assim consegui forças para dançar.

Não é necessário dizer, meu caso foi apresentado tão superficialmente, que no dia seguinte o juri dispensou o acusado.

RG: O que aconteceu em 1929?

SBH: Foi quando Chateaubriand propôs que eu fosse para a Alemanha para *O Jornal*. O plano era para eu ir a Polônia e Rússia, mas eu achei o frio na Polônia terrível e decidi ficar em Berlim. Lá eu fui contratado para trabalhar numa revista bilingüe sobre relações comerciais Alemanha-Brasil. Também traduzi vários manuscritos de filmes, inclusive *O Anjo Azul* de Marlene Dietrich.

RG: Isto se deu durante aquele período que você estava sob influência da historiografia alemã?

SBH: Eu estava sob influência da historiografia alemã?

RG: Assim eu ouvi dizer.

SBH: Isto é tudo uma justaposição conjectural e acidental.

Eu vivi na Alemanha, mas isto não é suficiente para dizer que eu era influenciado pelos historiadores alemães; eu também vivi na Itália, na França, nos Estados Unidos. Aqui está um exemplo de casos como este: Florestan Fernandes, o editor de uma série de antologias, sabia que eu lia alemão e pediu-me que escolhesse um historiador alemão, qualquer um que eu quisesse, e selecionasse alguns textos da sua obra.

Decidi por Leopold von Ranke. Burkhardt foi outra possibilidade, mas ele se dedicou principalmente à arte, História da Renascença e cultura grega. Assim eu escolhi Ranke, fiz algumas leituras, selecionei os textos, e escrevi uma introdução de 55 páginas para eles.

RG: Mas você não foi influenciado pela obra de Ranke.

SBH: É claro, nós todos fomos influenciados por ele. Pelo seu método de pesquisa. Pelo seu exemplo de pesquisa histórica através dos documentos. Mas não influência direta.

RG: Quer dizer que não há nenhuma influência alemã no seu trabalho?

SBH: Em Berlim eu frequentei, de maneira assistemática, as aulas de Friedrich Meinecke. Elas apresentavam novos caminhos. Li Ernst Kantorowicz, a história de Frederico III, depois Sombart, e através dele cheguei a Weber. Ainda tenho, aqui em minhas prateleiras, livros de Weber que comprei naquela época.

RG: Estas leituras deixaram marcas no seu trabalho?

SBH: Sim, deixaram; eu devo ter sido o primeiro brasileiro a citar Weber numa publicação. Mas o efeito principal e imediato eu descartei: a filosofia mística e o irracionalismo. Minhas melhores lembranças ainda são aquelas de euforia boêmia e mundana dos últimos dias da República Weimar. Também me lembro das entrevistas com Thomas Mann, e com figuras literárias de vanguarda.

RG: Então, quando você se tornou um historiador?

SBH: Para a revista bilingüe eu escrevi artigos tentando explicar o Brasil para os alemães. Só quando você está longe é que consegue ver seu próprio país como um todo. Você o encara sob uma perspectiva diferente. E o Brasil não é fácil de se entender; é difícil. Quando eles pararam de publicar a revista, e eu voltei para o Brasil em fins de 1930, trouxe comigo um caderno de anotações antigo, de mais ou menos 400 páginas, que eu pretendia transformar em livro, e o título seria *Teoria da América*. Eu nunca o publiquei, mas dois capítulos que, eventualmente, deram origem a *Raízes do Brasil* (1936), foram tirados praticamente sem modificações daquelas páginas em desordem.

RG: Quando você ensinou História pela primeira vez?

SBH: Em 1936 tornei-me assistente de Henri Hauser na Universidade do Distrito Federal, no Rio, recentemente criada. Hauser estava entre os professores franceses recrutados e trazidos para o Brasil por Anísio Teixeira, primeiro reitor daquela efêmera universidade.

RG: Como foi que Hauser escolheu você para ser seu assistente?

Só quando você está longe é que consegue ver seu próprio país como um todo. Você o encara sob uma perspectiva diferente.

SBH: Ele não me escolheu: eu o escolhi. Ele não me conhecia.

O diretor da Faculdade de Filosofia e Letras era um velho amigo de Prudente de Moraes Neto. Ele pensou que todos os professores franceses iam precisar de assistentes e Prudente me perguntou com qual deles eu gostaria de trabalhar. A cadeira era de História Moderna e Econômica. Assim como Pirenne, Hauser era um dos grandes historiadores da época. Ele tinha uma barba branca. Ele já estava no final de sua carreira, o que não o impedia de viajar em pé no estribo do bonde, segurando apenas com uma das mãos. Com Hauser eu aprendi muito e comecei a aplicar seu critério ao meu conhecimento de estudos brasileiros aos quais, de fato, eu sempre havia me dedicado, mesmo como curiosidade dispersa e mal dirigida.

RG: Quanto tempo ele ficou no Brasil?

SBH: Mais ou menos um ano e meio. Quando ele saiu eu me tornei professor de História da América, mas a universidade fechou em 1939, e eu não lecionei durante muitos anos.

RG: Que outras coisas você fez?

SBH: Durante este período eu continuei com minhas atividades jornalísticas e tornei-me o editor-chefe local da Associated Press, de 1937 a 1939. Escrevi para várias revistas e jornais. Você pode dizer que eu acomodei: casei em 1936 e mudei para uma casa na praia do Leme, com varandas nos dois andares de frente para o mar. De 1939 e 1943, supervisionei a seção de publicação do Instituto Nacional do Livro. Um número de intelectuais ativos, como Mário de Andrade, Chico (Francisco de Assis) Barbosa, Eneida (de Moraes), e José Honório Rodrigues, trabalhavam no Instituto. Nesta época, tornei-me amigo íntimo do historiador Otávio Tarquínio de Sousa.

RG: Como você se lembra daqueles últimos anos de Vargas?

SBH: Depois de 1943, eu trabalhei na Biblioteca Nacional, no Rio, junto com Rubens Borba de Moraes. Rumores circulavam, constantemente, nos cafés da vizinhança ou durante os almoços, no prédio da Associação Brasileira de Imprensa, no quarteirão ao lado. Assinei a Declaração de Princípios redigida no início de 1945, no Congresso de Escritores, realizado em São Paulo (onde tornei-me o presidente da seção do Rio) e integrei-me, como membro fundador, da Esquerda Democrática, que, posteriormente, passou a ser o Partido Socialista.

RG: Quando você deixou o Rio?

SBH: Deixar o Rio foi difícil por causa dos amigos que

deixei, das memórias daqueles que morreram quando eu ainda morava lá.

Durante aqueles vinte e cinco anos tornei-me íntimo de Rodrigo M.F. de Andrade, Prudente de Moraes Neto, Afonso Arinos de Melo Franco, Chico Barbosa, Manuel Bandeira, Vinícius de Moraes, Cândido Portinari, Otávio Tarquínio de Sousa, Otto Maria Carpeaux, Rquel de Queirós, e muitos outros. Mas em 1946 fui convidado para dirigir o Museu Paulista, posto que ocupei durante dez anos. Talvez minha publicação de *Monções*, no ano anterior, tenha ajudado minha volta espiritual, bem como física, a São Paulo.

RG: Isto se deu quando você começou a lecionar também na Universidade de São Paulo?

SBH: Não exatamente. Realmente, logo eu voltei a dar aulas novamente, mas na Escola de Sociologia e Política. Só em 1957 eu deixei o Museu Paulista para assumir a cátedra de História da Civilização Brasileira, na Universidade de São Paulo. Lecionei lá por pouco tempo, como professor contratado, quando Alfredo Ellis sofreu um enfarte e, dolorosamente, aposentou-se. Quando foi aberto concurso para a cátedra, apresentei *Visão do Paraíso* como minha tese. Os examinadores eram Eurípedes Simões de Paula, Eduardo d'Oliveira, Hélio Viana, Afonso Arinos de Melo Franco e Wanderley Pinho.

RG: O que você considera ter sido sua maior contribuição para a universidade?

SBH: Bem, eu fundei o Instituto de Estudos Brasileiros no começo dos anos 60. Reunia professores de vários departamentos — das Faculdades de Ciências Econômicas, de Arquitetura, e de Filosofia e Letras — e tinha como ponto central uma grande biblioteca, criada com a doação da biblioteca particular de Almeida Prado. Você a visitou?

RG: Sim.

SBH: Ele tinha a melhor biblioteca particular do Brasil. O melhor que havia. Os americanos queriam comprá-la, mas eu briguei aqui para conseguir o capital necessário. Então, contratei um excelente bibliotecário para organizá-la e ajudar na aquisição de material adicional.

RG: O que você considera ter sido sua maior satisfação como historiador?

SBH: Minha satisfação foi ter conseguido formar um grupo de verdadeiros historiadores. Ano passado, cinco dos meus primeiros assistentes reuniram-se aqui. Eu formei um grupo, mas cada um seguiu seu próprio caminho.

RG: Qual foi sua maior influência sobre seus alunos?



SBH: Eu não sei se devo falar de influência. Mas eu estava sempre perto deles. No Chile, por exemplo, onde eu lecionei durante um semestre em 1963, eu perguntei aos alunos: “Onde tem um bom restaurante onde todos possamos ir? Eles me olharam espantados. “O que é isto, professor? Juntos? Isto é impossível”. Eu tinha muito contato pessoal com os estudantes.

RG: Se você tivesse que apontar seu livro mais importante, qual escolheria?

SBH: O que estou escrevendo agora.

RG: O que significa isto?

SBH: Já tenho aproximadamente 450 páginas datilografadas. Terá dois volumes.

RG: Qual é o assunto?

SBH: O segundo volume é sobre a tradição autoritária — militar no Brasil. O trabalho, como um todo, é uma reelaboração do livro que escrevi sobre o fim do Império. Este foi um outro acidente.

RG: O que você quer dizer?

SBH: Quando tornei-me professor da Universidade de São Paulo, Jean Paul Monteil, um francês que dirigia a Difusão Européia do Livro, me procurou. Ele estava publicando livros traduzidos do francês e endereçados, especialmente, ao público universitário. Entre estes estava a *Histoire Générale des Civilisations* editado por Maurice Crouzet. Mas ele gostaria de publicar a História Geral da Civilização Brasileira e perguntou se eu não poderia editá-la. Talvez por causa da minha cátedra ser História de Civilização Brasileira, a idéia agradou-me. Não havia nenhum texto adequado, a nível universitário, que resumisse nosso conhecimento sobre a história do nosso país.

A coleção consiste, como você sabe, de vários capítulos curtos, escritos por vários autores, sobre tópicos específicos, geralmente sem notas de pé de página, destinados a orientar o aluno sobre um problema. Originalmente era para ser em três volumes, mas só o período colonial ocupou dois. Finalmente, ficou planejado que haveria mais quatro para o período até o fim do Império, em 1889. Como eu já havia pedido a quase todos os que conhecia para dar sua contribuição, especialmente na área de história política, eu decidi escrever o último capítulo sobre a queda do Império.

RG: Este foi seu primeiro trabalho sobre o século XIX, correto?

SBH: Não, eu já havia escrito uma longa introdução para a minha tradução de Thomas Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil*, um dos poucos trabalhos que temos do período, do ponto de vista do trabalhador. E, de qualquer maneira, como eu havia previsto, este ia ser apenas um pequeno capítulo sobre a queda do

Império. Mas ele cresceu e cresceu. Entusiasmei-me e descobri que vários tópicos precisavam ser melhor desenvolvidos. Comecei a pesquisar em documentos primários: quase toda a correspondência dos autores políticos. Viajei para a Europa e descobri mais material. Finalmente, fui ver Monteil e disse-lhe que ia precisar começar a escrever o capítulo novamente, porque o que estava pronto já era um livro. Ele respondeu; “Não! Não! Este será o volume 7 da série”; e, assim, ficou sendo. Com exceção da bibliografia geral, todo o volume constituiu-se do meu “capítulo”.

RG: E agora você o está complementando?

SBH: Estou reescrevendo-o, e duplicando sua extensão. É um período fascinante. O primeiro volume chamar-se-á *O Pássaro e a sombra*. Esta é uma referência à observação feita por um político conservador, então no poder, que, atormentado pelos ataques da oposição, disse que eles deveriam mirar o pássaro e não a sombra, quer dizer, D. Pedro II e não o Ministério, que é seu mandado.

RG: E o outro volume?

SBH: Será intitulado *A fronda pretoriana*, e tratará da ascensão dos militares e suas conseqüências hoje. Também analisará o poder do governo central, e o controle por ele exercido. É um trabalho só, mesmo porque, Pedro II exerceu muito mais controle do que preconizava. Não diretamente, mas indiretamente. Ele não era um homem particularmente inteligente. Ele mesmo disse que “em questão de inteligência, eu estou abaixo daqueles que admiro, e não posso imitá-los”. Ele se preocupava com todos os detalhes; era um homem minucioso.

Mas o estilo de governo, baseado em controle rígido sobre todos os cidadãos, não começou com ele, é claro. Foi assim na Colônia; foi assim com D. Pedro I. E continuou depois de Pedro II. O *slogan* da República bem o demonstra: “Ordem e Progresso”, mas os republicanos perderam o “Amor”.

Agora estou escrevendo o capítulo sobre a Guerra do Paraguai. Acaba de sair um livro sobre o assunto, criticando o papel do Brasil na guerra.

RG: E o que você pensa?

SBH: O trabalho é um pouco jornalístico. Mas o autor tem uma posição. Lopes, eu continuo a achar, foi, de certa forma, um aventureiro; pensou que podia ser um outro Napoleão. Mas o Brasil errou, sem dúvida. E seu maior erro foi intervir no Uruguai injustamente.

RG: Quer dizer que este é o seu livro mais importante? O que você está escrevendo?

SBH: Para mim é. Não sei se os outros também o con-

Pedro II exerceu muito mais controle do que preconizava: não diretamente, mas indiretamente.

siderarão assim. *Raízes do Brasil* foi o que teve maior repercussão internacional. Aqui está a edição japonesa: eu não conferi sua exatidão! Há também edição em italiano e espanhol. É apenas uma coleção de artigos, como o é *Caminhos e Fronteiras*, embora o último tenha mais unidade.

Eu tenho a edição espanhola de *Visão do Paraíso*. Angel Rama, um uruguaio no exílio, queria publicar uma antologia da minha obra na Venezuela; mas, Darcy Ribeiro, também no exílio naquele país — ele foi meu aluno na Escola de Sociologia e Política — persuadiu Rama a publicar *Visão do Paraíso*. Se realmente foi publicado, eu não sei.

Há três edições em português. A primeira e a segunda são bem diferentes uma da outra, mas a terceira apenas acrescenta em apêndice parte de um manuscrito do jesuíta Simão de Vasconcelos, do século XVII. Este trecho foi retirado da edição original do seu livro, pela Inquisição, porque ele diz que o Paraíso localizava-se aqui no Brasil. Descobri a referência deste manuscrito num artigo de Serafim Leite e escrevi para a Biblioteca Nacional Victorio Emanuele em Roma. Enviaram-me o pedido errado; mas quando meu filho Chico esteve lá, ele o encontrou. O número que eu indiquei referia-se a um código, e o manuscrito que eu estava procurando estava enterrado no meio de vários outros. Eu não pude encaixá-lo no texto da terceira edição, porque esta seria uma reprodução fotográfica da segunda edição, e modificar o texto implicaria em altos custos. Assim, anexei-o como um apêndice. Mas eu usei o manuscrito — juntamente com outros documentos novos — na edição espanhola. Faço referências a pinturas de mestres europeus, retratando o Paraíso com papagaios brasileiros. Desta forma, a edição venezuelana será melhor do que a brasileira; melhor, ou pelo menos, mais completa.

RG: Parece-me que existe uma grande diferença entre *Visão do Paraíso* e *Raízes do Brasil*.

SBH: *Visão do Paraíso* deveria ser a introdução de um estudo do barroco no pensamento luso-brasileiro. Mas a introdução ficou maior do que o tema central. E eu precisava apresentar uma tese na universidade. Procurei, então, dar uma forma acadêmica ao trabalho, buscando as fontes onde eu havia encontrado esta ou aquela referência sobre o tema Paraíso.

RG: Quais os principais problemas históricos que você considera devam ser abordados em seguida?

SBH: Em que sentido?

RG: No sentido braudeliano.

SBH: O quê?

RG: Como Fernand Braudel os apresentaria.

SBH: Oh, Braudel. Encontrei-me com ele várias vezes. Aqui em São Paulo, onde ele lecionou por uns tempos, e em Paris. De fato, foi graças a uma carta dele e uma de Lucien Febvre, que eu consegui uma licença de afastamento daqui. Ele é muito simpático.

RG: Bem, Braudel fala de *histoire problème*.

SBH: Sim, e de longa duração. Mas seus discípulos trabalham mais com problemas do que ele. Ele é um grande historiador. Especialmente em seu livro *Mediterranean in the Age of Phillip II (O Mediterrâneo na Época de Felipe II)*.

RG: Nós ainda não falamos sobre *Monções*. Quais as origens desta obra?

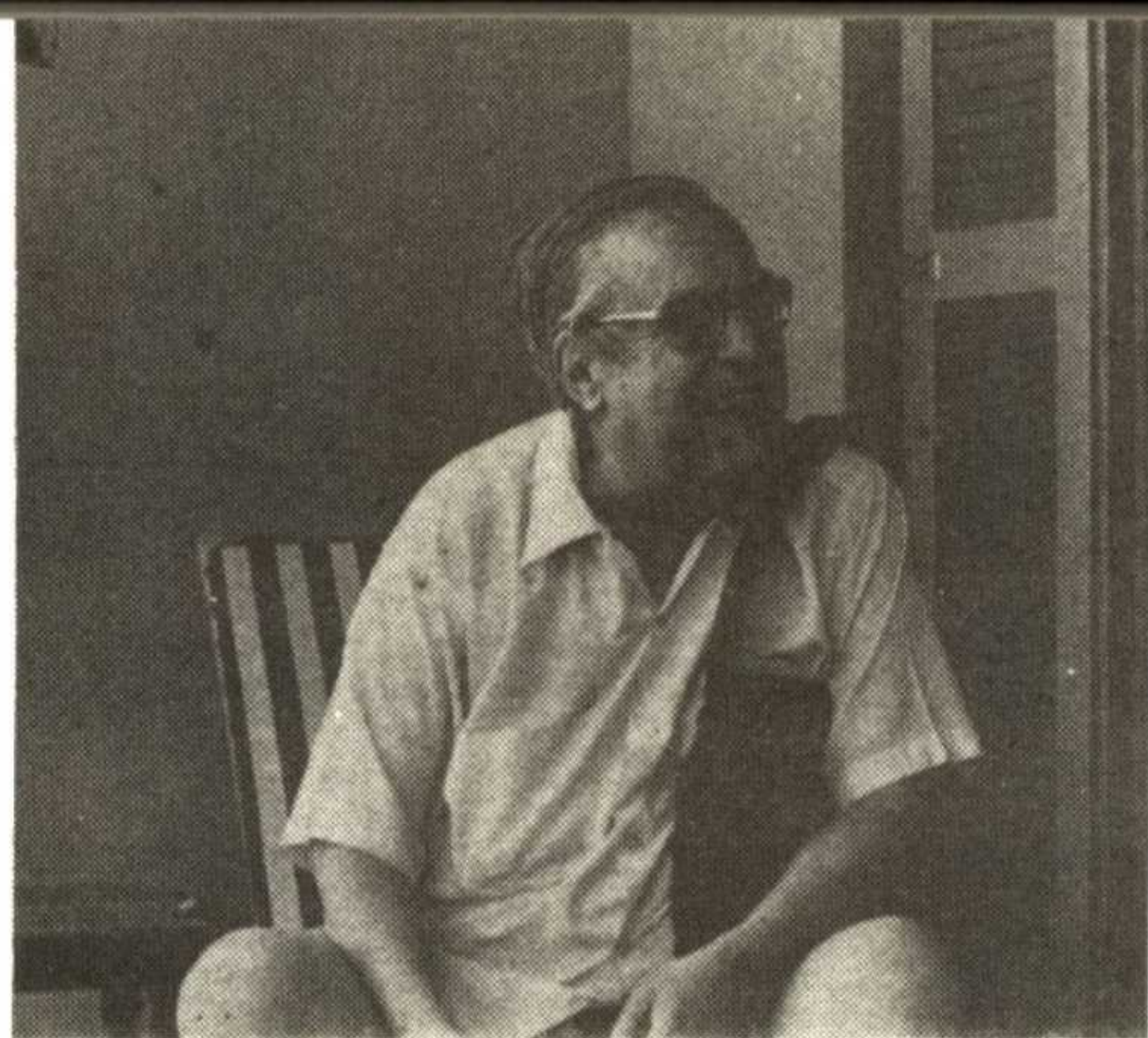
SBH: Eu precisava submeter um trabalho num concurso internacional. Poderia ser poesia, ficção, qualquer coisa. Decidi apresentar alguma coisa sobre história. Já havia começado a escrever alguns artigos no gênero *Casa Grande e Senzala*, mas de cabeça para baixo. Este livro faz com que o Brasil pareça estático; dominado pelo açúcar; voltado para o Atlântico; parado. Eu queria algo mais dinâmico, voltado para as minas, para o interior. Brasil em movimento. O livro recebeu uma menção, mas o vencedor do prêmio, naquele ano, foi um peruano, Ciro Alegria.

Eu planejei desenvolver mais o tema. Nos *Anais* do Museu Paulista publiquei dois outros artigos sobre temas correlatos, um sobre a expansão paulista em geral, e o outro sobre os índios e mamelucos. Espero fazer alguma coisa a mais com isto. Tenho muito material coletado. Fui várias vezes a Cuiabá, Mato Grosso, pesquisar em seu arquivo. Uma vez encontrei David Davidson — nunca pude escapar dos americanos.

De lá fui para o Paraguai, Assunção. Estavam mudando o arquivo, mas o arquivista não sabia muito bem o que havia lá. Eles fizeram uma classificação das obras da seguinte maneira: os manuscritos que tinham o mesmo tamanho encadernados juntos; documentos do século XVI estavam, freqüentemente, misturados com os do século XIX. Você tem de passar sua vida toda lá para descobrir o que eles possuem.

RG: Se você estivesse orientando um historiador jovem na escolha de um tema, o que você sugeriria?

SBH: O militar é um tópico importante e pouco estudado. É sobre isto que estou trabalhando, mas há vários aspectos que estão para ser investigados. As pessoas falam de estamento militar. Estamento é uma palavra que não gosto. Além de ser pedante, é enganadora. Aqueles que a usam, tomaram-na emprestado da tradução espanhola de Weber, *estamiento* por *Stand*. Mas *Stand*, como no português estado, tem vários significados, desde Estado até estado, como no caso dos três estados, ou ordens, da sociedade européia antes da Re-



volução Francesa. Não há, realmente, nenhum mistério no que Weber disse. Não acredito que precisemos de uma palavra nova para *Stand*.

De qualquer maneira, o tema militar precisa ser estudado. No final do Império os oficiais do exército brasileiro eram muito mal remunerados. Era uma reclamação legítima. Mas muitas coisas aconteceram desde então, finalizando com eventos, como os do ano passado, quando Dalmo Dalari foi seqüestrado e espancado. Dalari foi um líder na tentativa de proteger os direitos de prisioneiros políticos. E existe inúmeros casos como este.

RG: Como você vê a conexão entre o trabalho do historiador e a evolução de seu país?

SBH: Como Croce disse, toda história é história contemporânea. O historiador sempre escreve com uma visão de sua época. O historiador está dentro da história. Mas o passado não é o presente e o bom historiador sabe disso. O passado, é claro, leva ao presente e ajuda a explicá-lo. A função do historiador, no entanto, é nos fazer esquecer do passado, nos libertar dele. No caso do Brasil, nosso passado é tão triste que o melhor é esquecê-lo.

Há um homem aqui — general Golbery do Couto e Silva — que tem mais influência que seus colegas, mais até que o presidente. Ele é maquiavélico e muito influenciado pelas leituras de (Francisco José de) Oliveira Viana. Oliveira Viana argumenta que o Brasil carece de uma herança democrática, não tem raízes democráticas. O povo brasileiro quer ser dirigido, ser dominado, ser governado. E ele afirma que, em contraste, os Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha têm raízes democráticas há mais de mil anos. Ele não conhece a história européia e da América do Norte, e ele interpretou mal muito do que ele conhece sobre o Brasil. Suas idéias racistas — interessantes especialmente devido a sua fisionomia que revela ancestrais africanos — obscurecem mais ainda seu conhecimento. Golbery agora fala de abertura, mas é uma abertura a seu modo de ver. Como vocês dizem abertura em inglês?

RG: *Opening*. Mas não tem o mesmo sentido.

SBH: Não, porque vocês não têm um fechamento. Mas nós tivemos sucessivamente aberturas e fechamentos. Quando Pedro II foi coroado (em 1840), esta mudança foi o resultado de um desejo popular. Mas o controle aristocrático foi rapidamente reestabelecido. Não houve outra demonstração da vontade do povo até a revolta do vintém, em 1880. Mas dizer que o povo era dominado não é a mesma coisa que dizer que era isto que ele queria.

RG: O golpe de 1964 teve algum efeito sobre os trabalhos de História do Brasil?

SBH: Um efeito negativo. E ainda estamos sob este efeito. Em 1969, alguns dos nossos melhores professores foram sumariamente demitidos de seus postos. Se eles tivessem permanecido nas suas funções, a expansão dos cursos de graduação nos anos 70 teria sido muito mais fecunda do que foi. Eu me demiti no dia seguinte, em protesto. Não que isto tivesse me custado alguma coisa; não foi um ato heróico. Mas eu queria que as atas do departamento servissem de testemunho dos atos arbitrários que estavam sendo praticados, já que não havia liberdade de imprensa, onde eu pudesse me manifestar. Assim, eu firmei minha posição, fazendo meu protesto ali.

RG: Qual a ligação entre modernismo e seus trabalhos históricos?

SBH: Modernismo significou, acima de tudo, a quebra do formalismo das velhas tradições. Em estudos de folclore, os modernistas dirigiram sua atenção para o interior do Brasil, longe das cidades europeizadas. Tornando os negros o objeto de sua arte, eles declaram que não somente os brancos eram brasileiros. Eu trouxe estas preocupações para dentro do meu trabalho histórico, bem como para todos os demais. *Raízes do Brasil* foi uma tentativa de fazer alguma coisa nova, para quebrar com a glorificação patriótica de heróis do passado, para ser crítico. Contra a sugestão de Oliveira Viana de que nosso passado e nosso futuro são arianos, eu considero nossa herança vinda do índio e do mameluco. Em vez de glorificar os bandeirantes, eu os descrevo como traficantes de escravos ocupados, dia após dia, em ganhar dinheiro: enfrentando dificuldades, certamente, mas comprando, vendendo, comerciando. Eles não tinham intenção de fundar um império. Num artigo sobre movimentos populacionais do século XVI ao XVIII (publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*), notei a importância do índio em determinar as rotas da colonização, em descobrir os recursos naturais, e mesmo nas práticas coloniais da medicina. Jaime Cortesão e eu nos envolvemos numa longa polêmica (posteriormente publicada em *Tentativas de Mitologia*) onde ele argumentava que o português havia delineado previamente as fronteiras do Brasil moderno, ocupando-o, e era visto como uma enorme ilha; chamei a atenção para o fato de que mesmo Frei Vicente do Salvador, historiador do século XVII, descreveu os portugueses como caranguejos vivendo ao longo da costa brasileira, enquanto outros escritores os chamavam de “limpadores de praia”. Brasileiros não eram apenas os colonizadores portugueses. O Brasil estava ocupado por vários outros elementos.

Eu não fui o único membro da geração modernista a se interessar por História. Basta citar, por exemplo, a *Paulística* de Paulo Prado ou a compilação de cartas

***O historiador sempre escreve
com uma visão de sua época.
O historiador está dentro da história.***

do Padre Anchieta feita por Antônio de Alcântara Machado.

RG: Qual seria para você a melhor maneira de incentivar uma cooperação entre os historiadores americanos e brasileiros, caso você ache que esta deva ser incentivada?

SBH: Eu estive em contato com historiadores norte-americanos durante muito tempo. Em 1941, recebi um convite do Departamento de Estado, e visitei os Estados Unidos. Naquela época, Lewis Hanke me perguntou “Você escreverá um livro sobre este país?”, ao que respondi que só passaria lá três meses. Hanke retorquiu, “Está perfeito. Se você pretende escrever um livro sobre um país, três meses é o tempo ideal. Ou isto, ou você tem que viver no país durante dez anos. Se você ficar aqui seis meses, não será mais capaz de fazê-lo.” E ele estava certo. Há o choque da novidade, e depois perde-se isto.

RG: Onde você esteve nos Estados Unidos?

SBH: Hanke planejou para que eu falasse num curso intensivo de verão de português, que estava sendo ministrado em Laramie, Wyoming. Depois fui para Chicago, em agosto. Eu estava preocupado porque não falava muito bem inglês, mas eu fui encontrado na estação de trem por uma senhora que disse, “Doutor de Holanda?”. Eu fiquei espantado. “Como você me reconheceu?” perguntei. “Porque”, disse ela, “você está carregando um guarda-chuva.

Lá eles programaram para que eu fizesse parte na discussão de uma mesa-redonda, na Universidade de Chicago, sobre economia da América Latina. Participavam um chileno, um mexicano, e eu não sei dos demais. Eu lhes disse que não sabia nada de economia moderna, mas eles responderam, “Está certo; nós apenas precisamos de um brasileiro para completar o setor latino-americano”.

No entanto, na sessão da manhã, um participante falando sobre o provável papel da América Latina na guerra que estava por vir, abordou o tema da borracha, que, como ele disse, o Brasil já havia exportado grandes quantidades do produto, e não o fazia mais. E acrescentou que, como haveria um brasileiro participando do painel da tarde, ele iria esperar até então, para retomar o assunto. Sentado ao meu lado estava Franklin Frazier, um sociólogo americano negro, e eu lhe perguntei o que o orador havia falado sobre o Brasil — eu só sabia que ele havia se referido a minha presença no painel. Frazier respondeu, “Borracha”.

Assim, na hora do almoço, eu corri para o Consulado brasileiro e copiei tudo que eles tinham sobre a produção brasileira de borracha. Naquela tarde, com alguma dificuldade, eu enchi os ouvidos da platéia com aqueles dados. Desta forma, não precisei responder a nenhuma pergunta sobre o assunto.

Num churrasco, eu comecei a cantar uma cantiga africana da Bahia. (Buarque de Holanda também a canta. Não tem palavras em português). Neste momento, alguém voltou-se para mim e gritou, “Você é brasileiro?” Era Melvin Herskovits. Assim, Xangô identificou-me como brasileiro.

RG: Qual foi o principal efeito desta visita sobre você?

SBH: O principal resultado desta minha primeira viagem aos Estados Unidos foi trazer de volta ao Brasil trabalhos de ciências sociais, especialmente da “Escola de Sociologia de Chicago”, e obras sobre a chamada Nova Crítica. Nesta época, eu estava preparado para dar um curso rápido e surpreender meus amigos com o que eu sabia. Tudo isto graças à relativa facilidade com que eu me atualizei. Eu digo relativa porque eu trabalhei bastante, durante as noites, lendo e relendo freneticamente; mas parte do desafio era não deixar que ninguém soubesse como eu cheguei lá. Portanto, eu evitava sobrecarregar o que escrevia com nomes e citações de autores pouco conhecidos, sabendo que eles serviriam apenas para fortalecer os inseguros e os impressionáveis.

RG: Que conselho você daria aos historiadores jovens?

SBH: O que eu consegui realizar — mal ou bem — não se deu como um presente milagroso. Foi uma conquista gradual sobre minha fraqueza, não sei se assumida ou congênita: eu falava ou escrevia como se fosse apenas para mim, sem pensar na pessoa a quem estava me dirigindo ou no leitor eventual. Disto resultam as obscuridades freqüentes com que me deparo, ainda hoje, quando leio alguma coisa que escrevi algum tempo atrás, obscuridades que eu não percebia, apesar das advertências de meus amigos. Lentamente, tomei consciência da necessidade de moldar e dar forma a minha linguagem, cuidadosamente. Tentei fazer isto de maneira precisa e expressiva, ao invés de escrever bonito. Eu procurava a palavra certa, não uma florida — ou “folhuda” — mas uma exata e incisiva. Isto demandava, às vezes, longa e cuidadosa pesquisa, e eu precisava estar vigilante e atento. Atento para eliminar palavras desnecessárias, decorativas, redundantes. Você precisa ser conciso, senão o leitor, por não outra razão, cansa de você. Alguns escritores, bem dotados, podem dispensar este tipo de exercício e continuar a escrever bem, mas estes são exceções. Quando falo em escrever bem não significa, necessariamente, usar a gramática corretamente.

Obras podem ser impecáveis quanto à sintaxe, mas difíceis de ler e entender; e vice-versa. Eu acredito que foi Lucien Febvre que disse que “o historiador perfeito deve ser um grande escritor”. Nenhum historiador sensato pode reivindicar sucesso, mas nenhum historiador pode deixar de tentar alcançá-lo.

A despedida

Sergio Buarque de Holanda parte e permanece presente ali onde mais ele nos ensinou a admirá-lo e a apreendê-lo: em nossos corações. Sabemos, pela fé, que agora ele está no Senhor, porque toda a sua vida foi o esforço constante para vivenciar isto em que se resume a religião: o amor feito causa de justiça e de liberdade.

Para um homem anticonvencional como este querido amigo e pai, façamos esta oração anticonvencional. Nessa despedida, fica tudo aquilo que ele representou e representa: sua firmeza, sua fidelidade, sua coragem, sua permanente juventude.

Uma árvore, diz o Evangelho, se conhece por seus frutos. As sementes plantadas por Sergio germinaram no talento de seus filhos e no valor de sua obra. Enquanto tantos insistem em olhar os fatos históricos pelos olhos do opressor, da historiografia oficial, Sergio nos ensinou a ler a história pela ótica dos oprimidos, dos pequenos e dos humilhados.

Dele, guardamos agora uma lembrança feliz: a fina ironia, sua vontade de contar e de recontar casos, a capacidade de acolher as pessoas com os olhos e com o coração, o dom de ser amigo de infância após cinco minutos de conversa.

Fardas e fardões nunca o preocuparam. Este trabalhador da cultura viveu entre seus livros e amigos. Agora, a seu pedido, seu corpo será cremado, suas cinzas tornar-se-ão sementes de vida nova. Sergio será comunhão e nós o encontraremos sempre na brisa que sopra, na beleza das flores, no sol que brilha pela manhã.

Assim noticiou o Jornal da Tarde a cerimônia fúnebre

Mais de 200 admiradores do patriarca Sergio Buarque de Holanda e do seu filho, Chico Buarque de Holanda, movimentaram ontem pela manhã o cemitério da Vila Alpina, onde o historiador e escritor recebia as últimas homenagens pela sua morte, ocorrida no sábado às 9h30 da manhã.

Dona Maria Amélia e os filhos Sérgio, Maria do Carmo, Maria Cristina, Álvaro, Chico, Ana Maria, Miúcha e a neta Bebel permaneceram juntos na cerimônia encomendada pelo frei Beto, enquanto do lado de fora da sala de vidro, velhos, jovens, crianças e mulheres observavam atentamente a tristeza da família Buarque de Holanda e o discurso de frei Beto:

“Os mansos terão o reino do céu, os aflitos serão consolados... Para um homem anticonvencional como foi nosso querido amigo e pai, uma oração anticonvencional. Hoje nos despedimos dele pelo coração, pelo que ele representou e representa. Sua firmeza, sua fidelidade, sua coragem, sua permanente juventude”.

Dona Maria Amélia, com as mãos entrelaçadas



Desenho de
Flávio
de Carvalho

próximas do coração, em oração, ouvia frei Beto:

“Conhecemos os frutos, as sementes, seus filhos, sua obra. Mais do que ninguém ele nos ensinou a ler a história do Brasil com uma leitura pela ótica dos pequenos, dos humilhados”.

Um velho admirador de Sergio Buarque de Holanda, Ramón Dias, um anônimo que foi até o cemitério, sabia do que frei Beto estava falando. Ele mesmo já havia presenteado o seu livro *Raízes do Brasil* a cinco amigos.

Como ele, os que foram render homenagens, conheciam sua obra: Severo Gomes, Mário Schemberg, Clara Maringuela, Antônio Cândido, Paulo Vanzolini, Darcy Ribeiro, Carlinhos Vergueiro, Eduardo Suplicy, Perseu Abramo.

O escritor e antropólogo Darcy Ribeiro dizia emocionado: “Ele falava com sabedoria do Brasil, não com discursos didáticos, mas dizia com intimidade de cada coisa que acontecia no Brasil. Ele foi uma pessoa linda, vai fazer muita falta”.

O professor e compositor Paulo Vanzolini que desde os anos 40 freqüentou a casa dos Buarque de Holanda comentou sobre a influência intelectual de Sergio B. de Holanda sobre todos e de como ele gostava de uma “cantoria”. Afinal Vanzolini como Vinícius de Moraes tinham na casa de Sergio Buarque de Holanda um lugar de encontro para música, para as conversas e debates.

Na sexta-feira, antes de ser acometido por um colapso cardíaco, agravado pela pneumonia que o mantinha enfermo há 15 dias, ele ainda se preocupava com essa história do Brasil, tão íntima dele, ao almoçar com frei Beto e Luís Inácio da Silva, o Lula. Sergio Buarque de Holanda, segundo o deputado Eduardo Suplicy, foi um dos principais intelectuais do PT.

Para quem não pôde entrar no salão de cerimônia da Vila Alpina, que antecede a cremação, um aperto de mão do ídolo Chico Buarque de Holanda, que agradecia. E que confidenciava na véspera do enterro: “perdi um grande amigo.”

O mestre, o crítico, o pensador

Leo Gilson Ribeiro, Jornal da Tarde, 24.04.1982, escreveu o mais lúcido dos necrológicos sobre Sergio Buarque de Holanda publicado na imprensa brasileira, no dia das exéquias do grande historiador. O scholar de renome internacional era um homem de uma encantadora informalidade que a todos conquistava pela ausência completa de pose: amável, brincalhão, em contraste com os títulos pomposos de catedrático que participava em reuniões internacionais com os nomes mais prestigiosos das universidades européias e americanas. A tudo isso Sergio preferia ser chamado “o pai do Chico”, compositor de músicas populares, tal o espírito bonachão daquele que era uma das figuras mais respeitadas e eruditas da nossa vida intelectual.

Aquele que teve todos os títulos para ser um *scholar* de renome internacional, o historiador paulista Sergio Buarque de Holanda, era de uma falta de pompa e uma informalidade encantadora, que o fazia apresentar-se brincalhão como “o pai de Chico Buarque, compositor” às pessoas mais desavisadas. Nenhum de seus títulos imponentes — Professor de História das Américas e Civilização Luso-Brasileira na Universidade do então Distrito Federal (hoje Rio de Janeiro); Professor de Estudos Brasileiros na *Università di Roma*; Professor de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia na Universidade de São Paulo — tirava-lhe o tom cordial, brincalhão, amável com que acolhia todos os interlocutores em conversas restritas a poucas pessoas. Sua morte prematura o encontra-o em meio à elaboração acele-

rada de uma vasta História do Brasil que se detém, por ora, no período monárquico brasileiro.

Mestre de profunda erudição de várias disciplinas que formavam o mosaico da sua História, nela se incluíam a sociologia, as vicissitudes econômicas, as leis, as tradições e a psicologia das raças que de outros continentes vieram formar o Brasil. Crítico literário improvisado, dedicou noites e noites de afínco para atualizar-se e ler a literatura que lhe era dada para resenha, reservando, ao lado da sua lucidez cristalina, uma saudável recusa em aceitar *in toto* os da “nova crítica” que Afrânio Coutinho garimpava um tanto afoitamente nos Estados Unidos e quisera transplantar, pesadamente, para o terreno da análise da nossa literatura. Essa sábia tendência fica claramente enunciada, por exemplo, em *Tentativas de mitologia* quando, entre outros te-



Sergio Buarque
de Holanda
em Berlim,
foto de 1929

mas, ele alude ao erro freqüente dos que esperam tanto da História como da Literatura um desdobramento regular, previsível, planejado. Seu horror a toda esquematização rígida, dogmática, o leva a temer os “excessos de análise, os excessos de simplificação e de aplicação... (que) constituem a patologia de todas as técnicas convertidas em métodos, de todos os métodos convertidos em metodologias”. É o “pecado” parte fraca do *new criticism* importado dos EUA para combater o impressionismo das conclusões “gostei, não gostei de tal obra”.

Contra a tradição e o saudosismo

O resultado é que o excesso de métodos rigorosos não impede uma abordagem tão impressionista quanto o subjetivismo do mero “impressionismo” anterior, da

“impressão” individual que um crítico por ventura tenha tido de uma obra.

Além disso, Sergio Buarque de Holanda, co-partícipe da Semana do Modernismo de 1922, é um finíssimo selecionador, comentarista exímio e organizador da *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*, ocasião que tem para ressaltar não só o sentimento nativista de Gregório de Matos Guerra, o “Boca do Inferno”, com suas sátiras contra as mazelas da Bahia colonial e sua defesa, inédita, dos colonizados contra a Metrôpole lusa, ao lado das Academias borrocas e rococós que se formavam na Bahia e em Minas Gerais, da Inconfidência Mineira abortada, com seus membros dando às suas agremiações títulos elaborados por lamentosos marginalizados das sociedades cultas congêneres de Portugal: “Academia dos Esquecidos”

e já com um nascente espírito de independência da tutela portuguesa e laivos de um romantismo que só mais tarde se aclimatará plenamente no Brasil independente de 1822.

Duas obras ressaltam pela pujança e importância de sua colocação ou, diríamos melhor, ordenação da sociedade brasileira que as inspira, na visão sumamente aguda de Sergio Buarque de Holanda. Felizmente e com argumentação irrefutável, Sergio Buarque de Holanda, sem ser esse o seu propósito, ajudou a enterrar

a visão niilista que tinha da formação do Brasil um historiador como Paulo Prado e seu terrível: *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928). Com "*Raízes do Brasil*", de 1936, o autor dá mais importância a fatores como os propostos pela Semana de 22 e que, em suma, visavam todos a "voltar a atenção do brasileiro para os problemas vitais do presente brasileiro". Ao denunciar os brasileiros saudosistas de "tradições" rígidas européias e de um "passado glorioso europeu" que nós, brasileiros de origem européia,



Cabe ao historiador voltar a atenção do brasileiro para os problemas vitais do presente

perdemos, ao sermos transplantados para o Novo Mundo, Sergio Buarque de Holanda não crê, com razão, na racionalidade fria, calculista, matemática, da colonização portuguesa do Brasil — ela foi-se fazendo um pouco ao acaso e redundou não num choque das raças que compõem o Brasil moderno: ao contrário abrandou-lhe as arestas, envolveu-nos todos em um “*você*” igualitário, íntimo, familiar; ao mesmo tempo que, em relação a outras sociedades mais modernas, o Brasil pagava o preço de ter uma urbanização atrasa-

da, com o predomínio das relações entre pessoas e não entre abstrações como a firma e o Estado. Mais tarde, recentemente, ele renegaria sua famosa teoria de que o brasileiro é o “homem cordial”, expressão que tomara emprestada ao poeta Ribeiro Couto. A fase atual da sociedade exige uma hierarquização de postos na máquina produtora que eclipsa as relações pessoais, incute nas relações antes orientadas pelo difuso emocionalismo brasileiro o padrão da produtividade, da impessoalidade das relações entre empregados e patrões e facili-



O escritório de Sergio Buarque de Holanda, na sua casa da rua Buri, em desordem, mas onde ele encontrava tudo que procurava.

ta as lutas sindicais de grupos contra grupos, como na Europa e nos EUA. Essa modificação vem pôr abaixo também a visão fidalga que os brasileiros tinham do trabalho manual e que até hoje faz algumas camadas da sociedade brasileira usarem a unha do dedo mínimo da mão esquerda exageradamente longa, como que a denotar que seu proprietário não trabalha na gleba, não faz trabalho vil, de "gentio".

Daí a certa preguiça *à la* Macunaíma de um povo que não tem a ética protestante de enriquecer-se e prefere gozar a vida plenamente, equação que o brasileiro subverteu, criando uma civilização em que o trabalho não é a única ética constituída e antecipando-se já à instituição do lazer dentro da mecânica rotineira dos relógios de ponto, dos horários, da produtividade cronometrada.

O legado cultural europeu

Seria, de passagem, importante citar também "*Visões do Paraíso — Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*", em que, em meio a uma diversidade de temas, Sergio Buarque de Holanda documentava solidamente a procura dos descobridores portugueses e depois espanhóis e italianos e um Reino místico, o Eldorado, o Paraíso, nas terras da América e o contraste entre a intenção, no Norte da América, de lá se criar uma nova sociedade mais justa, mais livre, e, no Brasil, ao contrário, lançar-se mão apenas dos recursos materiais e humanos da terra recém-descoberta para explorá-la sem jamais sonhar com a sua autonomia e futura individualidade nacional.

De ambos os livros ressalta um mesmo retrato do Brasil: se somos os "desterrados" de nosso legado cultural e intelectual da Europa, não há via mais saudável do que a de nos despojarmos voluntariamente do peso excessivo, do peso morto que parte desse passado europeu representava para nós. A mais duradoura lição do historiador permanece inalterável: para sermos independentes em todos os sentidos é indispensável que nos voltemos para o presente. Que apresentemos soluções brasileiras e pioneiras para a nossa problemática. Será inútil e simiesco macaquearmos sempre o que vem de fora — seja, ontem, da Europa, hoje, dos EUA — :única maneira de forjarmos uma nacionalidade, um *ethos*, uma identidade, é sermos nós mesmos, tomando o passado como mera base mas com os olhos voltados para aquilo que em filosofia se chama *divenire*, mas em ciências sociais, política, economia, psicologia, história e cultura quer dizer simplesmente: ousar sermos originais, independentes de fontes externas; em substância: ousarmos inaugurar, de forma inédita, o que nunca se fez nestas latitudes. Aí, sim, as raízes darão frutos que não serão meras e grotescas imitações do Velho Mundo ou do avassalador e remoto irmão do Norte...



Gilberto Freyre, desenho de Nicole de Garo, 1924

Sergio, mestre de mestres

Scholar, não apenas erudito de gabinete, é como Gilberto Freyre vê o seu colega da mesma geração, Sergio Buarque de Holanda, em artigo publicado logo após a morte do autor de Visão do Paraíso.

Sergio, mestre de mestres. Mas também meu amigo de dias boêmios de nossa mocidade no Rio de Janeiro. Três amigos desses dias, sempre muito juntos, fomos ele, Prudente de Moraes, neto, e eu.

Boêmios pelo gosto da música popular brasileira. Da afro-brasileira. Da carioca. Daí, mais de uma vez amanhecemos, bebendo chope, em bares tradicionalmente cariocas, ouvindo os para nós brasileiríssimos e como que nossos mestres, além de amigos, de cultura brasileira, Donga, Patrício e Pixinguinha. Fontes, para nós três, de uma cultura autenticamente popular e extra-européia, nas suas bases, que estava, em grande parte, na música de que eles eram mestres.

Nenhum de nós três, musicólogos. Mas dos três, o que, nessas noites inesquecíveis, sentava-se a pianos boêmios e tocava músicas saudosas, que ele sabia de cor, era Sergio: o depois mestre de mestres de Ciências Sociais. Nessa época, modernistas, os três, a nosso modo. Mas também saudosistas. Afinidades desse modernismo — o de estética — com o “regionalismo” irradiado do Recife.

Fortes as minhas afinidades com Sergio. Nele, eu,

vindo de estudos universitários pós-graduados no estrangeiro, encontrei, no Brasil da remota década 20, um raro exemplo de *scholar* autêntico. Ninguém é capaz de definir o que é exatamente um *scholar*, como ninguém é capaz de definir o que é *sense of humour* ou o que é um *gentleman*. Anglicismos. E os três éramos muito da literatura e da filosofia de vida britânicas. Lembro-me de que Prudente deu a um cãozinho muito de sua estima o nome de *Sense of humor*. Talvez fosse Prudente, dos três, o maior mestre dessa espécie de sabedoria — o humor — que, entretanto, não faltava ao saber — ou dos saberes, no plural — de Sergio.

Um como que nosso tio intelectual — o avô era o velho João Ribeiro — o poeta quase *scholar* Manuel Bandeira teve a idéia, certa vez, de, em Santa Tereza, provocar uma competição entre nós dois, Prudente também presente, para saber quem, se Sergio, se eu, mais conhecia literatura em língua inglesa. Cada um que fizesse uma pergunta ao outro. Isto? Aquilo? Manuel Bandeira, juiz.

Sucedeu que não me faltava iniciação sistemática no assunto, sendo, talvez, o único brasileiro que já estudara anglo-saxão com *scholar* de Oxford. Que chegara a escrever em anglo-saxão. Que conhecia, nas raízes, desde os Brownings a um William Butler Yeats, que me iniciara, ele próprio, em irlandesesismos, e a uma Amy Lovell, que, também, ela própria, me iniciara em imagismo. Com tal competidor defrontou-se Sergio Buarque de Holanda, de modo o mais brilhante.

Até que nos defrontaríamos, taco a taco, noutra competição: quem, dos dois, mais sociólogo da História na interpretação de passados sociais do Brasil. Se eu emergia com *Casa-Grande e Senzala*, Sergio não tardaria a aparecer, de início, com *Raízes do Brasil*; depois, com outros ensaios magnificamente perceptivos, eruditos, *scholarly*; e, afinal, dirigindo toda uma coletiva ou plural nova *História Geral da Civilização Brasileira*, ele regendo sábia e sabedoramente uma orquestra de sabedores ilustres.

Ele, sabedor dos máximos, a quem nunca faltou, além de sensibilidade literária ou artística, generalismo não só do bom como do melhor. Nada de especialismo Ph. Deste que fizesse dos seus saberes um só e estreito saber. *Scholar*. Mas um *scholar* não apenas erudito de gabinete, porém sensível, como naqueles nossos dias de mocidade boêmia no Rio de Janeiro, ao que lhe chegasse aos ouvidos de música popular brasileira ou à memória, do que fora sua infância.

De modo que na base de triunfos magníficos na música, de Chico Buarque de Holanda, creio estarem seus pais. Sua mãe, Maria Amélia, tão castiçamente brasileira. E seu pai, Sergio Buarque de Holanda, de quem sempre recordo o êxtase com que, em pianos de bares boêmios, deliciava-se ele, o modernista de *Estética*, em tocar músicas saudosamente também brasileiras.

No limiar dos cruzamentos

Tristão de Athayde foi o nome com que Alceu Amoroso Lima ficou conhecido como escritor. Durante os anos 20, tornar-se-ia o mais importante crítico literário que atuou na imprensa brasileira. Espírito aberto, não se subordinava às tendências que lhe parecessem contrárias a uma firme determinação de servir a literatura pela literatura. De repente, começou a mudar. Nessa virada, é que intervém Sergio Buarque de Holanda, que já em 1924, na revista Estética, apontou os primeiros sinais da inclinação do crítico para o catolicismo. O artigo "Salvação pelo Angélico" era sintomático. Sergio continuou a provocá-lo até que desferiu um ultimato que motivou a carta de Alceu, "Adeus a disponibilidade". "No limiar dos cruzamentos", Folha de S. Paulo, SP, 18.04.1982, e "Para além dos cruzamentos", Jornal do Brasil, RJ, 25.06.82, são dois artigos que recordam a polêmica.

Há um belo soneto de um medíocre poeta francês, Josephin Souлары, em que dois cortejos se cruzam na porta de uma igreja. O de uma criança morta com o de outra levada ao batismo. A mãe da criança morta sorri para a da que vai ser batizada, enquanto a desta chora pela que levam ao túmulo.

Esse cruzamento, no limiar da eternidade é que mais uma vez me aproxima de Sergio Buarque de Holanda, no decorrer de nossas duas existências. Há seis meses passados voltei desse limiar implacável, onde fui deixar, nas mãos de Deus, o que de mais precioso havia em minha vida terrena. E agora cruzo com a passagem de Sergio, nessa mesma soleira, onde foi levar para a memória da posteridade uma das obras e das personalidades mais autênticas de nossa história intelectual.

Nosso primeiro cruzamento ocorreu em 1928. Esse ano marcava o fim da primeira geração modernista. À fanfarra carnavalesca e eufórica da descoberta da liberdade estética, com a vitória dos ritmos sincopados à brasileira, sobre os compassos medidos das regras e harmonias da gramática lusitana, sucedia um descanso nostálgico na redescoberta da Lua. A volta ao romantismo dos poemas de Augusto Frederico Schmidt. A troca de Portugal pela África, por um Jorge de Lima. Enquanto os nordestinos desciam com suas tropilhas famélicas de retirantes esfarrapados e de sua concepção

trágica da vida. À poesia sucedia a prosa. Ao poema desvaído ou satírico, o estudo de um Brasil que caía em si e olhava perplexo para as suas mazelas, mais do que para seus vidrilhos. Ao descaso pela política, como apenas convidada marginal, sucedia o debate entre extremos que exibiam suas contradições. E, particularmente, sucedia à indiferença filosófica e religiosa uma busca apaixonada das razões de viver ou de morrer, por Causas que valessem a pena de entregar a própria vida.

Opção pelo Brasil, com suas utopias e mazelas

Foi precisamente nessa passagem da revolução literária à revolução política, econômica ou espiritual, com o fim dos 20 e o início dos 30, que ocorreu o primeiro cruzamento de nossas vidas. Na tensão há muito existente entre cariocas e paulistas, dos dois extremos do eixo inicial do modernismo, Sérgio se colocou nitidamente ao lado dos paulistas, já então subterraneamente divididos pela hostilidade temperamental entre Mário e Oswald de Andrade. O próprio título (*Klaxon*) da revista ultramoderna de São Paulo que Sergio vinha representar no Rio bem mostra suas raízes compostas entre a herança nordestina, a vivência carioca e a coincidência literária com a ala paulista mais avançada da revolução intelectual. Acontece, porém, que esse mesmo conjunto de características sentimen-



O acadêmico Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde)

tais e sociais sulistas, com raízes nortistas, iria fazer do futuro autor de *Raízes do Brasil* um desvendador das sementes profundas dos nossos movimentos culturais de 1922, até então mantidos à superfície, com lutas acidentais e cutâneas. A vocação natural de Sergio era outra. Era a de passar da superfície, que fora o território escolhido pela primeira geração modernista, para o subsolo da verdade brasileira. Para as raízes da floresta e não apenas para seus galhos, flores e frutos.

Acontece que, fora de São Paulo, onde a revolução modernista lançara suas hostes de combate iniciais (com outras contribuições como um Graça Aranha, um Ronald de Carvalho, um Raul Bopp, para só falar dos capitães da tropa e não dos milicianos) — acontece que fora de São Paulo e da fanfarrinha de vanguardistas, outros movimentos redescobridores iam aparecendo ao Norte, em Minas e no Rio Grande do Sul. E, com eles, um movimento de tomada de consciência profunda da gravidade e não apenas da gratuidade do movimento de 1922. Figuras como Jackson de Figueiredo, no Rio mas descido do Norte, ou mesmo em São Paulo, como um Plínio Salgado, tomavam posições radicais em face dos problemas políticos e filosóficos, que coincidiam com um novo surto verbal do movimento de 1922.

Foi aí que ocorreu nosso primeiro cruzamento. Sergio Buarque de Holanda, à luz do seu antidogmatismo religioso, de seu existencialismo filosófico e de suas inclinações sociais revolucionárias, viu na dispo-

nibilidade gídiana não uma forma de elitismo mental, mas uma libertação do espírito de gratuidade, para um trabalho de penetração socioliterária nas raízes da brasilidade, como fonte de um novo modernismo, não destruidor como o da primeira geração, mas construtor como pretendia ser o da segunda.

Ora, houvera no próprio âmago da primeira geração modernista uma corrente que optara por uma revolução espiritual e não simplesmente intelectual. Foi a corrente a que pertenceu aquela personalidade, solitária mas agremiadora, como Jackson de Figueiredo. Ou se destacou pelo movimento paranaense da revista *Festa*, com Cecília Meireles, Tasso da Silveira, Barreto Filho, Andrade Muricy e tantos outros. Mesmo sem me filiar a ela, fui um dos que por ela optaram. Ainda me lembro do longo debate que travei, na inesquecível residência de Mário de Andrade em São Paulo com ele e Antônio de Alcântara Machado, em torno do problema dessa “primazia do espiritual”. Daí nasceria o meu “Adeus à disponibilidade”. E o primeiro cruzamento de rumo com Sergio Buarque de Holanda. De um lado, a defesa de Maritain e sua *primauté du spirituel*. Estavam lançados os dados. Enquanto Sergio deixava a Igreja de seus antepassados e de suas primeiras crenças, outros a ela voltavam ou nela ingressavam, em defesa de uma Causa não só brasileira ou intelectual, mas universal.

Os “dois cortejos” se cruzavam na porta da igreja. Dois amigos co-modernistas da primeira geração se separavam ou, antes, se cruzavam em um limiar. Cada um seguia seu rumo próprio, segundo seu temperamento e suas convicções. Sérgio trocava o superficialismo dos modernistas iniciais, mais preocupados com a expressão do que com as essências das coisas. Mais com o estilo do que com o homem. Optava pelo Brasil, com suas raízes, suas utopias e suas mazelas. Enquanto outros se voltavam para o Alto, pregando a primazia do Eterno sobre o Moderno.

De um lado, a fé e as letras, do outro a ciência e a história

Assim permanecemos por longos anos. Ele de um lado, eu de outro. Mas com as mais cordiais relações de um para o outro lado. Um nos domínios da Fé e das Letras. Outro no domínio da Ciência e da História.

Esse cruzamento de rumos, na soleira da Fé (guardadas as devidas proporções, especialmente no que diz respeito a um dos contendores, egressos ambos da simples gratuidade intelectual modernista) nos faz lembrar o que ocorreu no Velho Mundo, no ano de 1835. Enquanto, nesse mesmo ano, em França, Renan deixava a Igreja Católica, na Inglaterra, Newman nela ingressava. Duas figuras máximas, da cultura francesa ou inglesa, cruzavam-se nesse limiar da Eternidade, já que

a Fé é sempre uma opção entre a primazia da transcendência, isto é, de Deus em face do mundo, e a primazia da Imanência, com o primado do mundo sobre Deus. Ou sua confusão com Este.

Em nosso modesto cruzamento, sem discutir o valor intrínseco da verdade quanto a esse debate fundamental, traziam ambos uma pureza de intenções, que mostra como o convívio fraterno, no plano da honestidade, supera as mais radicais divergências no plano dos últimos fins e dos primeiros princípios. A unidade da cultura e a sinceridade de convicções devem superar todo conflito e manter a unidade final dos destinos na diversidade dos caminhos. Esse nosso cruzamento de rumos, em 1928, comprova a necessidade de todos lutarmos contra um inimigo comum: o fanatismo, a intolerância, o desprezo pelo outro, o esquecimento daquela grande palavra de Kant, ao sustentar o valor supremo do respeito como sendo uma das condições do verdadeiro convívio humano. Costumo dizer que a passagem da coexistência, isto é, da existência de um ao lado dos outros, à convivência, isto é, à vida de um com os outros, é um dos sinais mais autênticos da verdadeira civilização.

Embora naquele cruzamento de rumos estivesse eu convencido, como até hoje crescentemente o estou, de que seguira o rumo verdadeiro, muito tive, pela vida afora, de aprender com o amigo e mestre que escolhera um rumo diverso. Assim como acredito ter sido ele beneficiado do caminho por mim seguido, embora convicto da veracidade do seu. Quando há reta intenção e respeito recíproco, aprendemos sempre com os nossos adversários ou simples dissidentes e com eles participamos de nossas próprias convicções profundas. Pois em última análise “tudo é graça”, como dizia Bernanos, como tudo é mistério nos insondáveis caminhos da Providência.

Quem falou na presença dos restos mortais de Sergio Buarque de Holanda, assim como lhe fez vibrante necrológio durante a missa da ressurreição, foi um religioso dominicano e seu grande amigo, o famoso Frei Beto. Por isso mesmo, e por tudo o mais que pontilhou nossa longa amizade, depois do primeiro até o segundo cruzamento de soleira, é que hoje lhe posso dizer, do fundo do coração e inspirado pela imortal Esperança, não apenas um simples adeus, mas um autêntico e irreversível A DEUS.

Para lá dos cruzamentos

Como tive ocasião de escrever há uma semana, a propósito da morte de um dos meus mais queridos companheiros de viagem, cruzamos de rumos em 1928 para, porventura, mais nos unirmos na posteridade.

Eis por que tomo a liberdade de resumir a “Carta a Sergio Buarque de Holanda” que em 1929 lhe escrevi e hoje tanto nos aproxima no plano do Espírito.

“Não vou fazer a você nenhuma dessas narrativas íntimas, que nos primeiros anos da adolescência tanto lisonjeiam nossas vaidades, quando julgamos que os homens realmente se interessam por aquilo que para nós é um problema de vida ou morte. Quero apenas dizer-lhe que não ignoro o que há de irresistível na engrenagem sutil das demissões de nosso próprio eu. Da mesma forma que não ignoro quanto há de delicioso e de confortável na eterna recusa aos compromissos. E quanto a beleza foge aos gestos precisos. E quanto a verdade parece ganhar com a ilimitação. E quanto a vida é mais mansa ao sabor dos ventos. E quanto... Mas chega o momento em que sentimos, como você bem sabe, o que excede de nós e não apenas a necessidade do que excede de nós. Vemos então, com outros olhos, os anos de luta para mantermos a disponibilidade gídiana, para guardarmos, não apenas a serenidade mas ao menos a

irresponsabilidade do diletantismo ou da incessante evanescência de todos os contrários pelos semelhantes, de todos os semelhantes pelos contrários...

O necessário, porém, creio eu, é compreender que o mal é esperar por algum sistema. O erro é pensar que a realidade se prende a qualquer sistema humano ou em qualquer ausência sistemática de um sistema. Pois o amor da evasão pela evasão é a pior das servidões. Nunca nos sentimos tão presos como ao pretendermos forçar as portas. Nunca somos tão limitados como quando nos limitamos à extratabilização (sic.) A recusa incessante é um orgulho, que se reduz a uma subordinação tácita e sucessiva. E você, que possui no fundo o verdadeiro sentido cristão da vida, precisaria apenas, creio eu, um pouco menos de desespero do homem para alcançar também o senso católico que outra coisa não é senão a plenitude cristã. Não haverá uma ilusão ou uma ponta de orgulho em julgar que existe ‘uma censura, uma disjunção fundamental entre o Espírito e a Terra’ (palavras de Sergio), quando um e outro estão indissolúvelmente unidos na mesma unidade fundamental? E que a única cisão que existe, e essa mesma nunca absoluta e sempre resolúvel, é a que se dá entre a Transcendência e a Imanência, entre o que está subordinado às condições de espaço, tempo, espaço-tempo ou outras quaisquer que venham a descobrir e aquilo

que se exime, por sua própria natureza, às limitações das coisas criadas, dos espaços finitos, dos tempos limitados?...

Descartes, Kant e em geral toda a filosofia moderna fundaram sobre o Homem o que o bom senso nos leva a fundar em princípios impessoais e ultrahumanos. Toda a evolução do pensamento moderno, desde o século XVII, se tem feito no sentido de antropomorfizar o universo, reduzir a verdade ao nosso espírito... No momento em que a ciência mostrava que era necessário arrancar quanto possível de nossas concepções o erro geocêntrico, a filosofia nos arrastava toda ela a construir os nossos sistemas sobre um erro homocêntrico. De modo que hoje chegamos a dissociações terríveis e inevitáveis, que vão lentamente conduzindo o nosso mundo a uma rebarbarização coletiva. Perdendo o senso da universalidade, perdendo o sentido das hierarquias do real, perdendo a intuição do equilíbrio essencial a todas as coisas criadas e incriadas, o homem de nossos dias está preparando para o futuro uma desumanização crescente, uma crescente desculturação. Por excesso de orgulho está caminhando para a humilhação do gregarismo. Por excesso de libertarismo, para a servidão. Separando o Espírito da Terra, como você tão bem o exprime, o homem de nossos dias divinizou talvez sem querer seu próprio espírito. É esse o resultado de quatro séculos de inversão sistemática do caminho normal da inteligência das coisas e do conhecimento que o homem pode ter de si próprio. É desse espírito de autodivinização, meu amigo, que vejo impregnado todo o seu pensamento.

Optando pela Verdade eu bem sei que arranco de mim mesmo as últimas veleidades de influir sobre “a nossa geração e o nosso momento”, que só amam a ilusão. Sei que me coloco, ao menos na estrutura fundamental de minhas condições, em oposição ao espírito do tempo, à inclinação invencível do momento e mesmo a tudo aquilo que, no fundo de nossas almas, se inclina a aceitar tudo isso, com o carinho e a saudade dos estados de espírito longamente cultivados. As novas gerações adoram o vir-a-ser, quando eu creio que deve existir uma opção necessária pelo ser. Adoram as coisas no tempo, quando sustento o dever de não nos deixarmos vencer pelo tempo. Optam pela subordinação do indivíduo à massa, quando vejo a necessidade de salvar o indivíduo. E, se combatem o aniquilamento do indivíduo, é para libertá-lo incondicionalmente, quando devemos todos livremente restabelecer as fronteiras de nossas próprias indistinções. Amam apenas os estados instintivos do espírito, quando a verdade se encontra depois dos estados de intuição intelectual. Cultivam o subconsciente, quando ela está no supraconsciente.

Tudo isso indica claramente, a quem quiser ver, que havia apenas uma lógica no abandono da ‘posi-

ção teórica insustentável e antinatural’, que você viu perfeitamente em mim com a lucidez de sua penetração de crítico e de amigo. Você acha que muito mais heróica é a posição de se ‘importar com a verdade sem nenhuma consideração pelas conveniências’, na frase sibilina que eu não quero interpretar. Eu bem sei que não há heroísmo algum na violência de certas opções necessárias. Mas posso lhe assegurar que, para vencer toda a imensa perplexidade que você percebeu perfeitamente naquele livrinho (*Tentativa de Itinerário*, 1929), para abafar no fundo da alma todas as vozes de sereias que convidavam ao repouso, ao sibaritismo estético, à entrega ao curso das águas do nosso tempo, para machucar todas as veleidades de carregar alegremente sobre os ombros irresponsáveis o peso leve de lisonjeador de negações e de diletantismo, para renunciar categoricamente a toda popularidade entre os novos, para quebrar enfim a intimidade de idéias e de atitudes com tantos amigos e companheiros de sempre, — para fazer tudo isso eu bem sei que não é necessário heroísmo algum, mas certamente alguma resignação à vontade de Quem nos arrasta, certa ironia consigo mesmo e um pouco de amor à verdade.

Até onde vai a sombra da cruz

Você escolheu o caminho da inopção. Você extralimitou todos os seus limites. E é possível que para fazê-lo tenha tido de vencer em si próprio muralhas tão intransponíveis, desertos tão áridos e tão martirizadores, como os daqueles que seguiam o caminho contrário. E a vitória tem de ser incessante, pois a cada minuto recomeça em nós a virginalidade da vida. Para aqueles, como você, que vieram do alto das torres para as planícies, haverá seguramente um dilaceramento tão fundo na alma, como para aqueles que sentiram em si, dia-a-dia, a ruptura das limitações naturais.

Mas os caminhos da vida não nos separam (nem os cruzamentos da morte. Nota de 1982.) E eu confio profundamente no sentido que você tem, do que há de trágico na Verdade, ou, como você escreveu no seu ensaio sobre Thomas Hardy: ‘Somente o caminho do Mal e a experiência da Dor podem nos transferir para um mundo mais elevado. A dor é um enriquecimento, uma simples escada, um elemento indispensável para a nossa ascensão. É esse o sentido fundamental da tragédia cristã’. Quem escreveu essas linhas é que compreendeu até onde vai a sombra da Cruz. E é por lá que nos encontraremos’. (1929.)

Se transcrevo, em resumo, essa página escrita no próprio calor de nossa troca de rumos em 1929, é só para mostrar como a experiência das Alegrias e dos Sofrimentos da vida, por caminhos opostos, pode levar-nos à Fonte comum, que supera “a sombra da Cruz”, pela luz da Ressurreição e da Vida.

Evocação de Sergio Buarque de Holanda

Francisco Iglésias em Minas Gerais, Sergio Buarque de Holanda, em São Paulo, formavam entre os mais atualizados e agudos representantes das novas correntes do pensamento historicista do Brasil. Daí a importância do depoimento do escritor mineiro de História e Ideologia.

Sergio Buarque de Holanda, falecido dia 17 de abril de 1982, às vésperas de completar 80 anos, deixa uma obra de muitos títulos e que fica entre as principais do seu país e do seu tempo. Crítico literário, culto e de refinado gosto, escreveu estudos que o colocam entre os melhores críticos e historiadores da literatura brasileira. A maior parte de suas atenções foi dedicada à História, sobre a qual escreveu vários livros, assinaláveis pela erudição, pela temática e pela interpretação quase sempre feliz. Estará aí sua principal contribuição ao pensamento, pois marcou a historiografia. Seus livros, além de informativos e esclarecedores de assuntos, distinguem-se também pela excelência de forma, como um escritor forte, de linguagem original; querendo ser enfático, mas sem cometer injustiça, pode-se afirmar ser um dos poucos historiadores brasileiros, de ontem e de hoje, também grande escritor. Infelizmente, nossa historiografia não se distingue pelo estilo: autores importantes expressam-se mal, constroem sem harmonia seus textos às vezes valendo pela pesquisa ou interpretação, mas nada ou quase nada pela forma literária. Não era o caso de Sergio, escrevendo excelentemente, como poucos, ensaístas ou ficcionistas, já escreveram. Os únicos nomes de historiadores a serem lembrados na mesma linha são os de Joaquim Nabuco, autor de um dos monumentos de nossa historiografia, *Um estadista do Império* (1897-98). Nabuco era correto e elegante, construía com rigor seus livros, escrevia-os muito bem, mas sem perder certo acento oratório, que lhe retirava às vezes um pouco de beleza. Ou o nome de João Ribeiro, com a *História do Brasil* (1900).

No autor agora considerado tem-se um dos raros

exemplos na história intelectual do país de verdadeiro *clerc*: exerceu algumas funções públicas, na Biblioteca Nacional, no Instituto Nacional do Livro, na direção do Museu Paulista; foi professor em escolas do Rio e de São Paulo (Universidade do Distrito Federal e Escola de Sociologia e Política — História Econômica do Brasil) e depois catedrático da Faculdade de Filosofia da USP, de 1956 a 1969 (História do Brasil). O que de mais importante fez aí foi a fundação do Instituto de Estudos Brasileiros. Esteve em missões de magistério no exterior, ou em congressos da Unesco e outros. Lecionou em Roma dois anos; em várias Universidades norte-americanas (Indiana e Nova York, por exemplo), ou latino-americanas, no Chile. Participou de dezenas de Congressos na Europa e por toda a América. Nasceu na cidade de São Paulo, aí fez os cursos primário e de segundo grau. Já o superior foi seguido na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, formando-se em 1925. Dedicou-se ainda ao jornalismo, como representante de periódicos brasileiros na Alemanha — em 29 e 30, época singular e fecunda da República de Weimar —, ou como crítico literário no Rio de Janeiro, no *Diário de Notícias* e no *Diário Carioca*, ou em São Paulo, atividade exercida superiormente, da qual entretanto não gostava. Transferiu-se de modo definitivo para São Paulo em 1946, mas vinha sempre ao Rio, por deveres profissionais, pelo amor à cidade e aos amigos.

Exerceu intensamente o jornalismo: jovem de dezitoito anos, teve seu primeiro artigo publicado no *Correio Paulistano*, por indicação de Afonso d'E. Taunay. Não mais parou: no mesmo jornal, na *Revista do Brasil*, de Monteiro Lobato, em *A Cigarra*, de gênero leve. Ao longo dos anos 20 escreveu dezenas de arti-



gos, sobre os mais variados temas. Devia-se fazer um levantamento dessa produção, atestado de conhecimento vivo e dinâmico do que havia de mais vivo e dinâmico em sua época, no Brasil e no mundo. A permanência na Alemanha levou-o à ciência do movimento intelectual do país, em fase de plenitude criativa seja nas artes — na literatura, no teatro, no cinema, nas artes plásticas, ou nas ciências sociais (de lá trouxe Max Weber, que foi talvez o primeiro a citar e empregar em seus estudos entre nós). Viveu intensamente o período, por sua extrema vitalidade e gosto do prazer. Em Berlim, de modo assistemático, como era de seu feitio, assiste a cursos de Friedrich Meinecke. Lê muito os historiadores, como Sombart; conhece Max Weber; começaria a adquirir então a cultura que lhe permitiria escrever mais tarde admirável estudo sobre Ranke e a historiografia alemã. Lá, poderia ter ido até a Polônia e Rússia, mas não vai por causa do frio. Para completar seu magro salário, possivelmente, traduz filmes da UFA, fazendo-lhes a legenda, como se dá com o célebre *O anjo azul*, de Marlene Dietrich, clássico do cinema alemão. Entre outras amenidades, chega a fazer ponta em um filme: aparece como garçom que fala uma língua desconhecida e exótica — o português, naturalmente. Mais ainda, já no plano literário: deve ter conhecido Bertold Brecht, Thomas Mann, como outros grandes ficcionistas, poetas e ensaístas, ainda ignorados aqui. É preciso conhecer melhor essa atividade, atestado de curiosidade intelectual e abrangência de estudos: tem-se primeira mostra de sua riqueza e seu nível na recente conferência de Alexandre Eulálio — “Sergio Buarque de Holanda escritor” —, na Universidade de Campinas, em agosto de 86. O número e a qualidade desses

artigos atestam a operosidade e a lucidez do autor, o menos promocional dos homens: não reunia em livros os artigos, não fazia citações da própria obra (alguns de seus contemporâneos citam-se a cada página ou reivindicam prioridade em tal idéia, assunto ou autor, em exibicionismo ingênuo ou pretensioso). Como jornalista, trabalhou na Associated Press. E curiosidade maior: passou alguns meses no interior do Espírito Santo, em Cachoeiro de Itapemirim, terra de alguns brasileiros famosos como escritores e cantores, dirigindo um jornal.

Boêmio que teve uma capacidade constante e renovada pelo estudo

O período em que esteve no Rio, como estudante e depois, coincidiu com a efervescência do Modernismo. Participou com entusiasmo do movimento, pois havia perfeita identificação entre o intento de renovação da arte e suas convicções pessoais. Demais, como desejo de sacudir a mornidão e o convencionalismo, os modernistas apelavam para a iconoclastia, a fim de destruir supostos falsos valores. Daí o uso da piada, do espetáculo chocante, do gosto de *épater*. Reunindo gente muito diversa, Sergio era dos que melhor representavam o anseio renovador, pela sua crítica permanente e certo gosto de piada, exercício constante do humor, irreverência, falta de convencionalismo. Assim foi toda a vida, marcada pelo lúdico. Ainda nos últimos anos, já idoso, não perdia oportunidade de brincadeira; ele tem um verdadeiro folclore particular, que deve ser recolhido, para que não se perca, pois é inteligente e fino e às vezes de benéfico papel desmistificador. Muita

gente se espantava com esse traço naquele homem imenso, alto e gordo (o diretor de teatro Augusto Boal pensou em fazê-lo representar *Galileu*, de Brecht; se insistisse teria talvez o assentimento do escritor, pois o espetáculo o seduzia, apesar de sua má dicção). Boêmio entranhado, gostava de conversar, de noitadas, de beber, de fumar, de comer, de cantar. Soube fruir a vida no que ela tem para dar, esse homem que trabalhou tanto, acumulando uma cultura que terá sido a maior de sua geração: amplo domínio de História, Literatura, Etnologia, Antropologia, Sociologia. Viajou muito. Só não teve gosto pela Economia, ciência que teria dado mais rigor a seus escritos. O boêmio que não pôde realizar-se melhor pelas ocupações, mas gostaria de sair pelo mundo, como cantor ou artista, realizou-se em alguns filhos. A carreira cada vez mais vitoriosa de Chico, grande compositor — um dos maiores da história da música nativa —, enchia-o de alegria, pois se concretizava aí uma de suas aspirações e virtualidades. E outros de seus filhos, como Heloísa e Cristina, vão afirmando-se como cantores. Realizam a vocação do pai.

Boêmio, teve a capacidade infinita de estudo. Na década de 20 representou no Rio revistas modernistas (*Klaxon*) e dirigiu, com Prudente de Moraes Neto (Pedro Dantas), um de seus maiores amigos, a revista *Estética*, uma das principais na pregação das novas idéias. Começara o escritor, com artigos, comentários, críticas, notas, bem antes, como se viu, ainda colegial. As grandes figuras do Modernismo foram seus amigos. Só quem teve a ventura de conhecer pessoalmente Sergio Buarque de Holanda sabe dos vários aspectos de sua personalidade, sua cultura, simplicidade, tolerância, aspectos boêmios e bem-humorados. Nunca pensou em ganhar dinheiro — embora constituísse família numerosa, com essa admirável Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda: pensou mais em divertir-se, instruir-se e instruir. Jovem, já era culto a ponto de chamar a atenção, como se vê em um artigo de Tristão de Athayde, dos anos 20, dando-lhe o nome de “menino caso sério”. Bom, com um sentido profundo de igualdade, interessou-se permanentemente pela política. Foi candidato a vereador pelo Partido Socialista, do qual foi fundador, estrondosamente derrotado. Assinou todos os manifestos contra o arbítrio e a prepotência dos últimos governos. Pertenceu à Esquerda Democrática, ao Partido Socialista e ajudou a fundar o PT, a cujos quadros pertencia. Aposentou-se em protesto contra os afastamentos ilegais de seus colegas, provocados pelo famigerado AI-5. Simples, dava-se com todos, alunos e professores. Cremos não gostasse do magistério, pois não tinha boa comunicação oral quem teve tão soberba comunicação escrita. A universidade foi um acidente em sua vida, não a parte principal — que foi a de escritor. Com obra valiosa não falava de seus livros, embora lhes reconhecesse importância, defendendo-os contra qualquer crítica.

Nesta terra de autores vaidosos, velhos e jovens supondo-se mestres, era uma exceção. Não tinha ressentimento da glória alheia, fato também não incomum entre velhos e jovens intelectuais. Pode-se dizer, pois, que era um homem feliz, quem tanto amou e tanto se fez amado. Com sua morte o país se vê empobrecido, pois perde um grande cidadão, um escritor de primeira grandeza e talvez o historiador máximo de sua geração.

História do cotidiano, original e inovadora

A obra historiográfica de Sergio distingue-se mais pela qualidade que pela quantidade. Não é muito grande, pois escreveu poucos livros. Poderia, no entanto, não fosse sua modéstia, editar vários mais, reunindo os prefácios para volumes de outros, as conferências, os artigos divulgados. O mesmo poderia fazer com a obra de crítica literária, pois de sua colaboração, toda ela de alto nível, poderia organizar vários volumes: só organizou dois. É pena matéria de tal qualidade permanecer em páginas de jornal. Demais, sabemos que nos últimos anos trabalhava intensamente em pelo menos dois alentados livros, dos quais não temos notícia. Pesquisou longamente em arquivos do Rio e São Paulo, bem como em outros, menos conhecidos, do Mato Grosso, com vistas a uma nova edição de *Monções*. Pelo que dizia, este seria completamente novo, duas ou três vezes maior. Tinha gosto especial pelo tema de caminhos e devassamento do território. Escreveu muito na revisão, deve ter feito capítulos novos, mas não concluiu a obra. Em edição póstuma, apareceu em 1985 *O Extremo Oeste*: devia ser parte do texto previsto. *Monções* é de 1945; em 1976 teve segunda edição, mas sem alteração do texto. O anunciado e esperado livro não foi concluído, não será publicado. É pena, pois *O Extremo Oeste* mostra o que seria tal obra refundida e ampliada. Note-se aqui lúcida visão do devassamento do território, capaz de dar à bibliografia sobre as bandeiras abrangência e profundidade que em geral não tem, perdendo-se em polémicas sobre pioneirismo de nomes, datas e roteiros. Nota-se nele empenho em temas fundamentais, em linha geral de etnografia, como acontecera em *Caminhos e Fronteiras*. A hoje tão propagada história do cotidiano — novo modismo — ele a fazia então, revelando-se original e inovador.

Além do citado, Sergio preparava outros volumes como *A era do barroco no Brasil*, ou *Literatura colonial brasileira*, até anunciados como de próximo aparecimento. Publicou partes, como conferências ou artigos de extrema erudição e fina interpretação no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*. Não concluiu os textos, a promessa não será cumprida, para infelicidade do pensamento nacional, que teria aí

obras exemplares, por quanto dominava o assunto. Lembre-se a *Antologia dos poetas brasileiros na fase colonial*, de 1952, tratamento anterior de temas de estudo permanente.

Pensou também em uma *História do Brasil*, obra de síntese. Ninguém mais indicado que ele para fazê-la. Como falava em conversa, aceitou dirigir a *História geral da civilização brasileira*, de muitos colaboradores, exatamente com vistas a escrever tal síntese. Pena não o fizesse, pois faz falta obra do gênero. Há muitas, mas em geral frágeis. Apesar de tudo, a síntese ainda mais válida é a de Varnhagen — *História Geral do Brasil*, de 1854-57, tão carente de interpretação, mera reconstituição factual, já deficiente quando escrita e agora superada pela ciência e pelo tempo. Detém-se em 1820, já se vão mais de 160 anos.

Veja-se sua obra histórica. Depois de publicar muitos artigos em revistas e jornais, na campanha modernista, animou-se a livro. Era um texto de História, que marcaria gerações, dando rumos à historiografia: *Raízes do Brasil*, em 1936. Muitas de suas páginas são anteriores, como o capítulo final “Nossa revolução” (“redigidas e primeira vez publicadas em 1934”). Na Europa, em 29 e 30, começou a pensar em síntese do processo nacional. De volta, pensou elaborar uma *Teoria da América*, da qual fizera esboços na Alemanha. Não a termina, mas de suas páginas, enxugadas e aprimoradas, retira um texto a ser divulgado em 1935 na revista *Espelho*, com o título “Corpo e alma do Brasil (embora não muito feliz, a nosso ver, seria usado para dar nome a uma coleção de volumes à maneira de Brasileira, na então Difusão Européia do Livro, coleção dirigida por Fernando Henrique Cardoso). No livro de 36, estréia ecoante de Sergio, a obra seria superiormente chamada *Raízes do Brasil*.

Cuidado com as tendências elitistas e deformadoras da realidade

O mundo vivia o clima complexo de entregueras, com a ascensão da direita e as lutas então mais frágeis da esquerda, enquanto o Brasil não saíra ainda do quadro em que o mergulhara a Revolução de 1930, com o liberalismo oficial, mas débil, da Constituição de 1934, com os choques da direita e da esquerda (Ação Integralista e Partido Comunista dão cor a debate ideológico intenso, enquanto Vargas pensa no continuísmo). A perplexidade se manifesta nos escritores. Sergio, em dois capítulos finais (“Novos tempos” e “Nossa revolução”), trata do perigo da direita no País: “não seria difícil prever o que poderia ser o quadro de um Brasil fascista. Desde já podemos sentir que não existe quase mais nada de agressivo no incipiente mussolinismo indígena. [...] Faz falta aquela truculência desabrida e

exasperada [...] A energia sobranceira destes transformou-se aqui em pobres lamentações de intelectuais neurastênicos” (p. 141, da 8ª ed., de 1975).

Não está nos capítulos políticos, porém, a grandeza do livro, mas nos cinco primeiros. poucas vezes se escrevera com tanta agudeza e criatividade sobre a história do Brasil. O gênero parecia outro em suas mãos. Tanto que é difícil classificá-lo, pois pode ser visto como de História, de Sociologia, de Etnologia, de Psicologia Social. Autor sutil, requintado e metafórico, requer muito do leitor e não é entendido por aqueles sem hábito de ler e não conhecem ampla bibliografia ou só textos lineares: este é para quem tem iniciação em ciência social e domínio da história factual, implícita ao longo do volume. É interpretativo, não didático-expositivo. Se é possível discutir alguma passagem, por certo os acentos são fortes e corretos. Alguns capítulos são excepcionalmente brilhantes, como “O semeador e o ladrilhador”, belo exemplo de história comparada, com a análise da colonização portuguesa e da colonização espanhola em matéria de vida urbana. Importante ainda a assinalar é não se fazer aí a idealização do passado, ruralismo construído e mantido pelas oligarquias, como se vê em muito na historiografia de então (lembre-se Oliveira Viana e *Populações meridionais do Brasil*, de 1920). Sergio critica o presente, quer superá-lo; não se apega ao passado, mas pensa no futuro, como se dá com os grandes historiadores, imbuídos de forte consciência das temporalidades: aí, na captação das mudanças, está a verdadeira sensibilidade histórica, como a praticaram os melhores autores e como a preconiza Marc Bloch em *Apologie pour l'Histoire*.

Na impossibilidade de comentar todos os capítulos, diga-se alguma coisa sobre “O homem cordial”, o mais debatido. Muito se escreveu sobre o assunto e já na segunda edição (1948) o autor fez algumas alterações. Manteve o trecho controvertido — “Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade — daremos ao mundo o homem cordial” (p. 106). A expressão é de Ribeiro Couto, sabe-se, mas pelo presente texto adquiriu conhecimento geral. Gerou-se uma polêmica, sobretudo pela crítica de Cassiano Ricardo, publicada na revista *Colégio*, n.º 2, de São Paulo (julho 1948), transcrita na 3ª edição de *Raízes do Brasil* (1956, p. 283-310), com resposta de Sergio Buarque de Holanda (p. 311-14), e depois com várias alterações de forma cujo alcance não percebemos, no livro *O homem cordial*, de Cassiano Ricardo (Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1959). O principal são certas distinções, às vezes sibilinas: “a inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, visto que uma e outra nascem do coração” (p. 283). De fato, as razões de Cassiano Ricardo não se afastam radicalmente do texto criticado (p. 293-4). Na resposta, Sergio Buarque de Holanda (Co-

légio, nº 3, São Paulo, setembro de 1948) diz não estar “muito à vontade em esgrimas literárias: sou capaz de largá-las no meio do caminho por impontualidade, por preguiça ou por inépcia”. Mais: “devo dizer que não me agarro com unhas e dentes à expressão cordial” (p. 311). Vê na disputa mais uma questão de palavras. Importante: “Cabe-me dizer-lhe ainda que também não creio muito na tal bondade fundamental dos brasileiros. Não pretendo que sejamos melhores, ou piores, do que outros povos”. Bem mais importante: “Por fim quero frisar, ainda uma vez, que a própria cordialidade não me parece virtude definitiva e cabal que tenha de prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis de nossa existência” (p. 313). O trecho é definitivo para repor a questão de caráter nacional ou regional em seu devido lugar. O autor não se aferra a seu texto, admite revê-lo, diz que não o reescreve, “pois está superado e plenamente datado”, como confessa em entrevista à *Veja*, de 28 de janeiro de 1976.

Influência sensível de Weber sem esquecer as peculiaridades nacionais

Quer enterrar o assunto, mas o certo é que em seu livro a idéia de “homem cordial” tem a conotação que lhe atribuem, pelo menos em algumas passagens. No último capítulo fala na “doçura de nosso gênio” (p. 131), ou “não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas” (p. 132). Em outra passagem, diz que “a noção de bondade natural combina singularmente com o nosso já assinalado “cordialismo”, (p.139). Sabe, porém, que a idéia é apenas relativa, pois “com a simples cordialidade não se criam os bons princípios” (p. 140). Criticou a idéia muitas vezes. Trata-se, pois, de autor de funda sensibilidade para o social, ciente de que em História não há traços fixos, mas tudo vive em processo, em permanente mudança, como escreveu na citação feita antes, da p. 313 da 3ª edição. As mudanças na sociedade alteram as linhas psicológicas, derrubando-se a ficção de prender o autor nas malhas dos que exigem uma psicologia estática, como princípio explicativo. Seu entendimento evitou-lhe o desvio e o perigo psicologizante. Como bom historiador, reconheceu a categoria de processo, de modo que a idéia de cordialidade, como fundamento da vida brasileira, permanente, não procede, a não ser como combate fácil e ligeiro.

Tem-se, por certo, hipertrofiado a passagem, por simples gosto de ataque e falta de outros argumentos, deixando-se de lado a excelência do resto do volume. A aceitar alguns desses autores, já fora das medidas, a história do Brasil é mais cruenta que a dos Estados Unidos, como o nosso racismo é pior que o da União Sul-Africana. É o furor revisionista. Chamam assim a aten-

ção para seus textos — deles, críticos — , quanto ao mais às vezes excessivamente pálidos. Em síntese, *Raízes do Brasil* é um ensaio histórico, impressionista mais que documentado, brilhante, criativo. Usam-se aí, pela primeira vez, certas categorias de Max Weber, depois comuns. Era a estréia feliz de um autor que faria carreira, seguindo embora outras direções, agora antes fruto de pesquisas e análises. O historiador afirmar-se-ia mais. Curiosamente, a estréia é com um texto de síntese, como é da natureza do ensaio. Depois escreve análises mais detidas, fundadas em pesquisas. Inverte-se assim a ordem natural de carreira dos estudiosos, que começam com análises para terminar em sínteses. Em Sergio estas nunca são dissociadas, pois o autor é conciso e tem justo entendimento do caráter de totalidade da ciência social. *Raízes do Brasil* está agora, em 1986 — cinquentenário do aparecimento — , na 18ª edição.

Desejaríamos fazer o retrato completo da obra do escritor — pelo menos do historiador — , mas o espaço é insuficiente. Assim, daremos apenas os seus títulos, com algum eventual comentário. Em 1944 publicou volume didático de *História do Brasil*, para curso de segundo grau, em colaboração com o amigo Otávio Tarquínio de Sousa. Voltaria aos textos didáticos, em 72-74, orientando a *História do Brasil* redigida por Carla de Queirós, Sílvia Barbosa Ferraz e Virgílio Nova Pinto. Nos anos seguintes ocupou-se do tema das bandeiras, em seus aspectos menos conhecidos, em escritos distantes do convencionalismo do assunto: em 1945, o admirável *Monções*, pequeno grande livro, dos mais importantes dessa bibliografia. Não deixou mais o tema, dedicando-lhe anos de pesquisa em Portugal, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso: preparou segunda edição que seria outro estudo, duas ou três vezes maior, como já se lembrou. Não foi acabado. Editou em 1948 *A expansão paulista no século XVI e começo do século XVII*, e, no ano seguinte, *Índios e mamelucos na expansão paulista*, amplos e originais, que qualquer outro autor reuniria em livro, de êxito e influência.

Escritor avesso às promoções, sem banda de música

De 1957 é um de seus escritos mais notáveis e que lhe distinguem a fisionomia: *Caminhos e fronteiras*. É estudo de História e Etnologia, em atividade interdisciplinar sempre fecunda e rara no Brasil. Liga-se a *Monções*, de certa maneira, na análise de técnicas primitivas e adaptação do homem — índio ou branco — a situações novas. É a história econômica e social compreendida em seu sentido mais alto, pregado por Marx em *Ideologia alemã*. O texto supõe pesquisa ampla, leituras, viagens, conversas, um observador atento e vol-

tado para o essencial do cotidiano. Se *Raízes do Brasil* é ensaio que só ele poderia escrever, pela lucidez e pureza da forma, *Caminhos e fronteiras* também só poderia ser concebido e realizado pelo historiador paulista, pois supõe grande historiador. Está em segunda edição.

Segue-se *Visão do paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil, de 1958. Inicialmente tese para a Faculdade de Filosofia da USP, teve ampla repercussão. Será a tese mais culta já apresentada no país; como se disse dos dois livros anteriores, só ele poderia escrevê-lo, pois supõe erudição em Literatura, Filosofia, Sociologia e tudo mais que no Brasil dificilmente se encontra em uma pessoa. Saber erudito culto, para usar a distinção de Max Scheler. É dos poucos livros nativos merecedores de tradução para todas as línguas. É o estudo mais elaborado do autor, de mais vastidão de conhecimentos, como é talvez o seu texto mais extenso (disputa com *Do Império à República*, 1972). O tema está expresso no título e subtítulo: a visão idealizada do mundo americano, como nos primeiros séculos, mais no universo espanhol que no português. Seu comentário devido exigiria espaço bem maior, motivo pelo qual deixamos de fazê-lo. Será editado em português e muitas outras línguas mesmo daqui a décadas. É dos poucos livros brasileiros com as características de grandes obras universais. Honraria qualquer bibliografia. Está na quarta edição.

Sergio dedica-se então a dirigir a *História Geral da Civilização Brasileira*, para a Difusão Européia do Livro, na qual ficou com as partes colonial e imperial. Devia ser uma obra orgânica, como a das civilizações, dirigida por Maurice Crouzet, na *Presses Universitaires de France*, inspiradora da nossa. Convocou, como aquele, um grupo de colaboradores, mas em número excessivo, de modo que a obra ficou muito fragmentada. Tem capítulos fracos, tem capítulos notáveis. O principal colaborador é o próprio diretor, redigindo as melhores páginas. Todos os seus capítulos são bons, alguns ótimos. O primeiro volume trata do descobrimento à expansão territorial (1960). É o menos bom, por mais fragmentado. O diretor escreveu nove capítulos, em 24, com a convocação de 13 autores. O 2º é também de 1960 e reuniu 16 autores para 22 capítulos. O diretor escreveu dois admiráveis, sobre mineração, “Antecedentes luso-brasileiros” e “Metais e pedras preciosas” (este é um dos títulos mais importantes da bibliografia sobre Minas Gerais). Perfazem mais de 80 páginas. O 3º é sobre a emancipação (1962). Reuniu 12 autores para 15 capítulos. Sergio escreveu apenas o primeiro — notável, sobre “A herança colonial — sua desagregação”, que faz lembrar, pela altitude, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior. O 4º é sobre o declínio e queda do Império. É o único em que o diretor não colabora; escreve-

ria, só, o último volume, intimamente ligado a este. Reuniu 16 autores para 17 capítulos. Depois do 1º, é o mais fraco da série, embora apresente alguns bons capítulos e um estudo que é dos pontos altos da obra, “A grande lavoura”, de Alice Canabrava.

O 5º volume chama-se “*Do Império à República*” (1972), tem 19 capítulos e foi todo escrito por Sergio. É obra primorosa, confirmadora do grande historiador, na pesquisa e na interpretação. Nada de tão importante se escreveu sobre fase já inspiradora de muitos textos. Deverá ser reeditado, pois o autor trabalhava nele, com o título *O pássaro e a sombra* (já usado para a 2ª parte do presente volume). Curioso é que um livro de tal altitude, como se publica só a longos intervalos, não tenha recebido nenhuma atenção. Não saiu uma crítica, nem mesmo uma notícia de jornal, quando textos insignificantes de autores em voga ou com controle de jornais e revistas provocam um chorrilho de artigos. O autor, modesto, não organizava sua banda de música. Exercerá influência, contudo, pois é texto básico da moderna historiografia. Como todo exame da época, como sobre o Império em geral, deixa transparecer por vezes certa nostalgia do período monárquico, fruto do contraste entre a ordem forçada daquele e o relativo desgoverno da República quando de sua implantação. Depois deste volume o diretor da coleção abandonou-a, passando a outro a fase republicana — o jovem historiador Bóris Fausto. Sérgio disse-nos certa vez ter dirigido a obra para, terminando-a, tentar uma *História do Brasil*, em síntese, como já se lembrou. A idéia não passou da intenção, ele não a fez. E foi pena, pois tinha sentido de síntese, apesar de seu tom digressivo — um de seus encantos.

O atual e o inatual em Leopold Von Ranke

Para a coleção Grandes Cientistas Sociais, dirigida por Florestan Fernandes, preparou o volume sobre Ranke, com a seleção de textos do historiador alemão e longo prefácio: “O atual e o inatual em L. Von Ranke”, de suas páginas mais agudas, digno de ser traduzido pela penetração em uma linha densa da historiografia mundial. O domínio dos grandes mestres revela a solidez de sua formação, base da magnitude de quanto produziu.

Escreveu ainda inúmeros prefácios, que deviam ser unidos em livro. O principal foi o denso e admirável para Thomas Davatz, *Memórias de um colono no Brasil* (1941). Outros ainda dariam material para um conjunto qualificado de estudos, como o de Wilhelm Schmidt, *Etnologia sul-americana* (1952). Sem falar em dezenas de outros prefácios de livros brasileiros, como alguns resultantes de muitas teses por ele orientadas ou examinadas. Mais um pre-

fácio precioso, verdadeiro livro, é o das *Obras Econômicas*, de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho, de 1966. Outro digno de lembrança: o da reedição de *Suspiros poéticos e saudades*, de 1936, de Gonçalves de Magalhães, com panorama sólido dos inícios do movimento romântico no país.

Seria o caso de lembrar ainda dois livros, reunião de artigos críticos: *Cobra de vidro* (1944), de matéria sobretudo literária, embora alguns textos tratem de obras de História, e, sobretudo, *Tentativas de Mitologia* (1979), crítica a obras mais de História. É fundamental para a historiografia. Tem análise definitivas, como a sobre *Instituições políticas brasileiras*, de Oliveira Viana, ou a sobre *Ingleses no Brasil*, de Gilberto Freyre, modelos superiores de crítica a textos de história.

Já nos alongamos demais para um artigo. A matéria é para ensaio ou mesmo livro. Que não deixa de ser tentação para um estudioso de História. A primeira tentativa, sem a necessária abrangência e limitada pelas características da série na qual se inscreve, é a de Maria Odila Leite da Silva Dias, na coleção *Grandes Cientistas Sociais*, coordenada por Florestan Fernandes para a Editora Ática (1985). É bem feita, dentro das dimensões determinadas, escrita por assistente e discípula diletta do professor de História do Brasil da USP. Outras virão, certamente, mais minuciosas e de diversas perspectivas. Assinale-se aí a criteriosa antologia, feita pela autora.

Em livro sobre Sergio, marco de referência na historiografia, o autor pode e deve fazer biografia, evocar o folclore sobre o homem e intelectual, estudar todas as obras, expondo-as e criticando-as. Tentar descobrir suas fontes e avaliar sua influência na presente e nas próximas gerações.

Quem escrever um bom e alentado texto sobre Sergio Buarque de Holanda produzirá texto sério e útil sobre a historiografia brasileira: no destaque de suas técnicas de trabalho revelará o que é o bom historiador, raro no País, e, por contraste, o panorama geral da produção nativa, quase sempre deficiente. Ver-se-á, então, a insuficiência da História, bem como os problemas ainda hoje apresentados ao desafio da solução. Sergio foi autor excepcional, mais próximo dos mestres de historiografia universal que de seus patrícios, em regra pouco criativos. Na melhor das hipóteses pesquisadores honestos, faltou-lhes ou ainda lhes falta a formação superior que só a convivência com os grandes autores dá. Fato raro aqui, foi a prática comum do autor paulista. Daí a posição de relevo e singularidade no pensamento de sua terra. Um dia ele será redescoberto em seu exato valor, passando a exercer influência maior. Então a nossa historiografia será superior e vai ficar comprovado o seu pioneirismo, seu papel de verdadeiro abridor de caminhos.

Meu amigo Sergio

Entre os brasilianistas, Richard M. Morse é dos que possuíam maiores afinidades com Sergio. Bem mais moço, esteve no Brasil pela primeira vez quando começou a preparar o seu trabalho clássico, Formação Histórica de São Paulo. Este artigo não é apenas um necrológico no qual lamenta a perda de um amigo, mas um retrato psicológico do historiador e do espírito lúdico do seu temperamento, traço fascinante da personalidade do escritor de Caminhos e Fronteiras.

Sergio Buarque de Holanda faleceu em paz em sua casa, em Pacaembu, na cidade de São Paulo, em 24 de abril de 1982. Se ele tivesse vivido até 11 de julho, teria completado 80 anos de idade. Enquanto sua carreira madura (prudente) lhe trouxe um reconhecimento internacional como historiador, a União Brasileira dos Escritores caracterizou sua obra de maneira mais compreensiva quando em 1980 nomeou-o "Intelectual do Ano".

Quando ainda estava na escola secundária o interesse de Sergio por História foi despertado por seu professor, Afonso d'E. Taunay, que o ajudou a publicar seu primeiro artigo em jornal quando tinha 18 anos¹. Mas suas primeiras inclinações eram de caráter mais literário ou cultural, no sentido mais amplo, do que historiográfico. Em São Paulo e, depois de 1921, no Rio, ele participou do movimento dos modernistas de redescoberta iconoclástica do Brasil. Dando pouca atenção para seus estudos de Direito, ele mergulhou na litera-

tura, jornalismo e na vida boêmia. Então, a pedido de Assis Chateaubriand, ele foi para a Alemanha em 1929-30 pelo *O Jornal*, onde ele complementava sua modesta renda entrevistando escritores (inclusive Thomas Mann) e colocando legendas em português para *O Anjo Azul* e outros filmes. O Rio preparou-o bem para o que ele chamou de "euforia boêmia mundial" da última República Weimar. Por esta época ele estava pronto para absorver História e Sociologia de Meinecke (cujas aulas ele frequentou) e o trabalho de Kantorowicz, Sombart e Weber. Como Mariatégui na Itália, há menos de uma década atrás, Sergio pôde ver seu país de origem numa perspectiva mais abrangente, e que orientou todo o seu trabalho futuro. Ele retornou ao Brasil com 400 páginas escritas para a publicação de um livro intitulado *Teoria da América*. Embora nunca tenha sido publicado, dois capítulos foram publicados no *Raízes do Brasil*, e seu tema provavelmente serviu para a realização de um trabalho da UNESCO, publicado em 1955 com o título de *Le Brésil dans la vie américaine*.

O primeiro trabalho de peso de Sergio, e também o livro mais lido, foi *Raízes do Brasil* (1936), já na 14.^a edição. Em seu prefácio à 5.^a edição, Antonio Candido comparou-o com outras duas interpretações sobre o Brasil que iluminaram os horizontes intelectuais da sua própria geração pós-modernista ao preparar a passagem do movimento incandescente de 1922 para uma agenda mais crítica e sóbria. Primeiro veio *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, que abriu caminho do "naturalismo" do fim do século para a sociologia moderna, cuja visão de entropia de mudança social implicou num *saudosismo* que o próprio Antonio Candido criticou no início da década de 1940. O outro livro foi a *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Júnior, que construiu o passado do Brasil como um produto da expansão das funções econômicas, sem sentimentos, interpretação transparente que iria favorecer durante os anos 60 e 70 quando facilitou regularizar a ligação iníqua entre o empirismo anglo-americano e o marxismo subequatorial.

Dos três livros só *Raízes* escapou da versão para o inglês, embora tenha aparecido em italiano, espanhol e japonês. Por ser um livro complexo, inteligente, e ter o raro mérito de assimilar a sensibilidade cultural à compreensão analítica, é uma obra difícil de "vender" para um editor acadêmico americano, como descobri em duas ocasiões, com um intervalo de vinte anos uma da outra. A influência weberiana é clara e, numa época

1. Sergio fez uma retrospectiva de sua vida e formação intelectual numa entrevista dada a Richard Graham em 17 de maio de 1981, e publicada juntamente com uma bibliografia parcial na *HAHR* 62, 1 (1982): 3-17. Menos estruturado mas uma reminiscência mais íntegra (correta) é o prólogo de sua coletânea, *Tentativas de mitologia* (São Paulo, 1979).

em que Weber era um nome bem pouco conhecido nos meios acadêmicos da América Latina e do Norte, utilizou estudos sobre burocracia e cidades bem como a mais óbvia *Ética Protestante*. De qualquer maneira Sergio não era um weberiano ao pé da letra. Mais uma vez Antonio Candido nos coloca em posição de notar que enquanto Weber combina múltiplas tipologias, Sergio constrói com base numa série de antinomias que ampliam e aprofundam “a velha dicotomia do pensamento latino-americano”; esta dicotomia se converte em dialética, nenhum termo da qual ele se dispõe a suprimir.

A cordialidade não se confunde com delicadeza e bons princípios

O que *Raízes* consegue é relatar o processo institucional do *ethos* cultural. Sergio sempre interpretou mal o “homem cordial”, não é o padrão amável que lubrifica a engrenagem da opressão com interesse à acomodação pacífica. Ao contrário, ele se opõe à transgressão da racionalização weberiana e “desencantamento”. Ele não é uma barreira contra a violência ou tirania mas um obstáculo à democracia liberal. “Cordialidade”, argumenta Sergio, necessariamente dita preferências. Amor ou afeto, desafia as pretensões neutras, jurídicas, do liberalismo. Benevolência democrática, uma mera forma de polidez, é comportamento na procura de meios para equilibrar egoísmos. Seu ideal humanitário é impessoal porque ao proclamar que o maior amor envolve o maior número, ele subordina a qualidade à quantidade. Por outro lado, uma “cordialidade” que perde força fora de um círculo reduzido nunca sedimentará extensas formas de organização social. Não é cordialidade *per se* uma fonte de bons princípios. Por “cristalização social” requer-se “um elemento normativo sólido, inato à pessoa ou mesmo implantado pela tirania”. Esta tirania não alcança mudanças duradouras, acredita Sérgio, é uma outra ilusão do liberalismo, embora nem por isso desacredite o liberalismo nem exclua recursos a não ser a tirania para consolidar uma sociedade nacional.

Resumi a justificativa porque está de acordo com algumas correntes de vanguarda do pensamento social no Brasil contemporâneo. Só agora, depois das lições dos anos 60 e 70, pode a visão de Sergio e a nuance toquevilliana ser devidamente apreciada, embora implicações políticas explícitas do seu pensamento estivessem claras há muito tempo. Em 1945 ele foi membro fundador do Partido Socialista Brasileiro e, em 1980, do Partido dos Trabalhadores dirigido por Luís Inácio da Silva (“Lula”).

Depois de *Raízes*, Sergio agiu em várias frentes para institucionalizar e internacionalizar a vida acadêmica e cultural brasileira. Em 1936-39 ele foi assisten-

te de Henri Hauser na Universidade do Distrito Federal, e depois indicado para professor de História das Américas. Ele ocupou posições no Instituto Nacional do Livro e na Biblioteca Nacional. Sua crítica literária de 1940-41 está reunida em *Cobra de Vidro* (1944; 2 ed. aumentada, 1978). Em 1945 ele se tornou presidente da Associação Brasileira de Escritores do Rio e publicou *Monções*, seu primeiro trabalho documentado sobre história colonial que, com outros estudos subseqüentes, contrabalançou uma imagem de Brasil pobre, expansionista, *mameluco*, àquela de Brasil litorâneo e senhorial. Em 1946, quando seus interesses centravam na história paulista, ele foi nomeado diretor do Museu Paulista; aí, como descobri durante visitas em 1947-48, ele rapidamente profissionalizou as exposições e publicações. Logo em seguida ele estava lecionando na Escola Livre de Sociologia e Política e, em 1957, saiu do Museu para ocupar a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo, a qual renunciou em 1969 em protesto às demissões em massa da faculdade pelo governo.

O universo vasto e múltiplo do historiador e sociólogo

Estes anos como os anteriores foram bastante diversificados para ele: participou de reuniões da UNESCO (1949, 1963-64); deu aulas na Itália (1952-54), Chile (1963), e Estados Unidos (1955-61); foi vice-presidente do Museu de Arte de São Paulo (1955-61); fundou e dirigiu (1962-64) o Instituto de Estudos Brasileiros na USP. Mas, apesar de todo este desdobramento de energia, Sergio continuou a aprofundar e particularizar seus conhecimentos sobre História do Brasil. Em *Caminhos e Fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1959) ele examinou a sociologia do contato cultural durante a expansão para o interior e o estilo “barroco” dos exploradores e colonizadores portugueses. Sua introdução às *Obras* de Azeredo Coutinho (1966) levou-o a rever antecedentes econômicos da independência do Brasil. Sua editoração dos primeiros sete volumes da *História Geral da Civilização Brasileira* (1960-72) permitiu-lhe organizar uma versão composta da História do Brasil das origens ibéricas e ameríndias ao advento da República. O volume, *Do Império à República*, foi escrito por ele, e no final de sua vida ele estava aumentando-o, um trabalho para dois volumes sobre o final do Império e a ascensão do Brasil moderno e militar. Seria, disse ele a Richard Graham, seu trabalho “mais importante”, provavelmente porque ele estaria agora dando evidências às conjecturas do já antigo *Raízes*. Havia outros projetos também: outro livro sobre *Segundo Império*, uma edição aumentada das *Monções*, e, o que mais o intrigava (embora não tenha sido mais do que idéias em sua mente), a “História do Brasil sob o pris-



Sergio gostava de conversar

ma das classes baixas'. Com paciência, sua viúva, Dona Maria Amélia, escreveu-me que algumas partes de seu trabalho em desenvolvimento talvez possa ser salvo para publicação.

Por fatos e sugestões vindas de cima pode-se conjecturar sobre a personalidade de Sergio. Por acidente de cronologia e dádiva de caráter ele foi providencialmente colocado para navegar a coerente transição entre o violento Modernismo e a serenidade intelectual. Eu penso no Sergio como rabelaisiano, com seu gosto pela vida e seus absurdos, sua curiosidade tumultuada, seu prazer pelo fato puro (completo) — e a seriedade tão profunda que permite a solenidade. Diz-se que Flaubert (que com seu jeito obstinado aspirou a ser uma enciclopédia rabelaisiana no seu tempo e lugar) que ele gostava de repetir a mesma brincadeira (graça) vinte vezes por dia, durante várias semanas. Sergio também tinha um vasto repertório de anedotas que ele

contava com uma freqüência similar, geralmente nas ocasiões mais impróprias. Eu me lembro de uma que se originou durante um passeio na cidade de Greenwich, em 1950, quando Sergio, surpreso com os armazéns e *delicatessens* ubíquos, perguntou, “O que é que tem esta cidade com tanta grosseria e delicadeza?”

Ou, anos depois chegou o momento em que uma idosa faxineira entrou numa sala de visita em Yale e recuou de horror ao encontrar um eminente historiador vindo de uma terra exótica que, para introduzir a “cultura da rede” tropical à Nova Inglaterra puritana, examinava minuciosamente um volume ilustrado enquanto esticava-se em completo relaxamento. Daqueles que partem nós dizemos piedosamente que eles se prolongam através de seus trabalhos e na nossa memória. De Sergio sente-se que ele deixou uma impressão viva de sua pessoa, assim como seu humor, sua compaixão, sua humanidade pura.

Amizade com Sergio

Numa sessão em homenagem a Sergio Buarque de Holanda, no salão nobre da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que contou com a presença de tantos amigos e colaboradores do historiador que acabava de desaparecer, o depoimento de Antonio Candido, mestre da geração posterior a dos modernistas, dá uma nota muito peculiar ao recordar o seu relacionamento com o amigo mais velho, que era, a seu ver, “o mais despretenso dos homens de estudo e o mais ameno dos mestres”.

Creio que já me pronunciei umas cinco vezes sobre este ou aquele aspecto da obra de Sergio Buarque de Holanda. Hoje, peço licença para ficar num plano pessoal e assistemático, lembrando informalmente alguns pontos de cruzamento das nossas vidas, durante uma convivência na qual eu sempre me coloquei como me sentia, isto é, um amigo mais moço que via nele um mestre incomparável. As suas raras qualidades humanas e intelectuais formavam uma personalidade contraditória e cheia de encanto, que pude sentir numa amizade extremamente cordial de quase quarenta anos.

Conheci Sergio em 1943, ao mesmo tempo que conheci Maria Amélia. Mas tivemos mais oportunidade de convívio a partir de uma circunstância interessante: a inauguração da Livraria e Editora Brasiliense, sob a égide de Caio Prado Júnior, associado a Monteiro Lobato, Artur Neves e outros. O ano era 1944 e o marco foi o lançamento do primeiro livro editado, da autoria de Hermes Lima. Vieram alguns intelectuais do Rio, entre os quais Sergio, e os jovens como eu tiveram

a oportunidade de conhecê-los. Sergio aproveitou para autografar exemplares de seu livro *Cobra de vidro*, editado pelo nosso amigo José de Barros Martins na bonita coleção Mosaico, onde no ano seguinte sairia também o meu primeiro livro. Sobre *Cobra de vidro* escrevi uma resenha no número 13 da nossa revista *Clima*, em agosto de 44. Na resenha eu falava da capacidade de Sergio tratar as matérias de modo não dogmático, no tom de ensaio que já vinha de *Raízes do Brasil*; falava também na elegância da escrita de um “pensador erudito”, “*avis rara no Brasil*” e mencionava que era “o mais despretenso dos homens de estudo e o mais ameno dos mestres”.

Por aí se vê que o jovem de 26 anos que eu era tinha guardado do contacto rápido com Sergio uma impressão forte da sua maneira de ser; que tinha ficado impressionado pela sua naturalidade, despretenção, ausência de dogmatismo. E como já conhecia de muitos anos *Raízes do Brasil*, via nele um ensaísta que era também pensador.

Meses depois o revi, em janeiro de 1945, no memorável Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, que foi uma experiência incrível para todos nós, jovens e maduros, pela unidade obtida sobre tantas divergências na arregimentação dos intelectuais contra o Estado Novo. Aliás, nesse Congresso conheci um jovem magro de Belo Horizonte, que teria seus 21 anos e ficaria meu amigo para sempre, — o nosso provento Professor Francisco Iglésias, aqui presente.

Esse decênio de 1940 foi para mim cheio de Sergio Buarque de Holanda. Em 1945 saiu o admirável *Monções*, que mostrava outro lado dele, apenas entrevisto em alguns artigos de *Cobra de Vidro*: o historiador apaixonado pela cultura material, sabendo tirar do detalhe o alimento para uma visão integrada e iluminadora da cultura. Em 1946 ele veio morar em São Paulo como diretor do Museu Paulista, depois de ter vivido vinte e tantos anos longe da cidade natal. Foi então que começou a nossa verdadeira intimidade, na casa da rua Haddock Lobo, quase esquina de Estados Unidos, que Maria Amélia tornou tão hospitaleira e aberta quanto todas as outras onde moraram.

Essa convivência foi para mim, além de uma grande experiência afetiva, uma experiência intelectual decisiva. Ambos estávamos interessados na literatura colonial brasileira, — ele, porque preparava um volume sobre este assunto para a monumental História da nossa literatura em 15 volumes, projetada por Álvaro Lins, de que afinal só saíram dois; o dele ficou em notas e rendeu alguns escritos isolados. Do meu lado, eu estava escrevendo um livro sobre o arcadismo e o romantismo. Noites e noites sem fim conversamos sobre Gregório de Matos, os árcades, teoria literária, que naquele momento sofria a influência do *new criticism*, de que ele se tornou grande conhecedor, inclusive reunindo



Antonio Candido

uma biblioteca de crítica moderna, que depois me deu de presente. Achando que a dádiva era importante demais, transferei a maior parte para formar o núcleo da nossa biblioteca de Teoria nesta Faculdade.

Mas se com uma das mãos eu preparava o dito livro, com outra preparava um estudo sobre o caipira paulista, e neste campo recebi como impacto iluminador a influência do seu estudo magistral “Índios e mameucos na expansão paulista”, publicado em 1949 na *Revista do Museu Paulista*. Ao lado de *Monções*, ele me pareceu um exemplo e uma chave para estudar o grupo e sua cultura em correlação estreita com a ocupação do espaço e as técnicas materiais; e por este rumo orientei o meu trabalho, num sentido que vinha realizar preocupações que a geografia humana nos havia incutido nesta Faculdade, — pois a geografia humana foi na minha geração uma grande inspiradora em trabalhos de sociologia e antropologia. Ora, geografia humana e antropologia pareciam se fundir nesses estudos de Sergio na própria modulação da análise histórica.

A este propósito lembro uma iniciativa minha de que tenho grande ufania. Nos anos 50, lamentando que este e outros notáveis estudos de Sergio ficassem pouco acessíveis, em publicações especializadas, sugeri a um grande amigo dele e meu, Otávio Tarquínio de Sousa, que o estimulasse a compor com alguns deles um volume para a famosa Coleção Documentos Brasileiros, que Otávio dirigia. Este falou com José Olympio, que convidou Sergio, e assim nasceu *Caminhos e Fronteiras* (1956), que forma com *Monções* um par admirável dentro da orientação a que aludi, de estudos históricos vinculados pela cultura material e a ocupação do espaço.

A essa altura, decênio de 50, a nossa amizade já estava consolidada e a nossa convivência era constante, como foi até sua morte. Mencionarei para terminar um fato pitoresco para mostrar como nos divertíamos, porque inventávamos diários apócrifos de figurões, elaborávamos biografias imaginárias, fazíamos longos exercícios com a Gnomonia de Jaime Ovalle, — de acordo com aquele enorme senso de humor que era uma das suas constantes. O caso foi que estando ele ensinando na Itália, onde ficou de 1952 a 1954, eu resolvi lhe escrever uma carta como se fosse de trezentos anos antes, mas dando notícia de coisas presentes. A linguagem era aquela tosca e irregular das Atas da Câmara, Autos de Visitação, etc. Havia problemas difíceis de resolver, como, por exemplo, dar uma notícia sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade, nosso grande amigo, que era mineiro, mas Minas ainda não existia... Então inventei a fórmula: “natural de Cappitania das Minas que estão pera se achar”. Anoto isto para contar a grande inventividade dele na resposta. Esta veio em mãos, trazida por um amigo comum que viajava de avião. De que maneira relatar este fato no século XVII? Sergio escreveu: “He portador desta Dom Paulo Mendes Dalmeida que se passa a esa Comquista na máquina Passarola, que ha de inuentar a seo tempo o Padre Berto Lameu de Guzman da villa de Santos nessa marinha”.

Daí se desenvolveu uma correspondência que, devo dizer, era bastante picante. Mas a certa altura eu não agüentei o tranco, porque, estando em Nova Iorque, creio que em 1966, ele me respondeu em inglês do século XVII! De outra feita, quando estava no Chile, mandou em versos uma admirável Carta Chilena, que Manuel Bandeira publicou, porque ele lhe mandou cópia (é a única divulgada). E mais tarde, chegou a mandar uma em latim, desnortando completamente a minha capacidade que parava no português de Piratininga seiscentista.

Lembro isto para terminar com uma nota alegre as referências sobre a minha amizade com esse homem genial, irreverente, profundamente inventivo, que cultivava a alegria e tinha horror da circunspeção e da tristeza.

Antes de tudo um escritor

Discurso inaugural da Biblioteca Sergio Buarque de Holanda na Universidade de Campinas, UNICAMP, em 12 de agosto de 1986. Além dos familiares, compareceram Jorge Cunha Lima, secretário de Cultura do Estado de São Paulo; professor Paulo Renato da Costa e Silva, reitor da UNICAMP; professor José Sebastião Witter, supervisor da Divisão do Arquivo Público de São Paulo; Antônio Candido de Melo e Sousa, professor emérito da Universidade de São Paulo; professor J.R. Amaral Lapa, diretor do Centro de Memória da UNICAMP; Florestan Fernandes, professor emérito da Universidade de São Paulo; Francisco de Assis Barbosa, diretor do Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa; Adélia Bezerra de Meneses, Sueli Reis Robles de Quirós, Laima Mesgravis, Gilda de Melo e Sousa, Rosemarie Horch, Geraldina Witter, Odilon Nogueira de Matos, discípulos e colaboradores de Sergio. Na antesala do gabinete do Reitor, o maestro Almeida Prado executou ao piano uma seleção de músicas de Chico Buarque de Holanda. No auditório da UNICAMP, o maestro Benito Juarez regeu um concerto com a Orquestra Sinfônica da Universidade, que inicia com uma música de Chico.

Sergio Buarque de Holanda — antes de tudo escritor. O escritor denso e sugestivo de *Monções*, de *Caminhos e Fronteiras*, de *Raízes do Brasil*, de *Tentativas de Mitologia*, de *Do Império à República*, de *Viagem a Nápoles*, de *Visão do Paraíso*, de *Cobra de Vidro*, desse *O Extremo Oeste*, fragmentado mas não menos iluminante, desses tantos outros textos expressivos ainda disseminados pela imprensa. Uma obra que se espraia pela Literatura, pela História, pelas Ciências Sociais com uma segurança que bem indica a dimensão do intelectual que de todo dominava o seu meio expressivo e que nele podia realizar o que quer que fosse. Mas esse escritor maior fez-se aos poucos, vencendo primeiro a própria facilidade, impaciente de brilhar, que se afirma ainda na infância, bem servida por um espírito curioso e alerta, que tudo

esmiuçava. Esta primeira atitude é posta à prova com o amadurecimento crítico do estudante de Direito boêmio cujo visceral anticonformismo logo sente uma necessidade efetiva de coerência. A insatisfação de Sergio durante o período polêmico do Modernismo, do qual ele participa com destaque durante todo o decênio de '20, vai ser seduzida pela vontade de absoluto do Surrealismo bretoniano, que enriquece de modo decisivo a sua exigência de escritor. Finalmente, uma temporada no estrangeiro, vivida nas circunstâncias muito especiais da Alemanha dos últimos anos da República de Weimar, obriga-o a considerar o Brasil além das fronteiras do País, convidando-o a analisá-lo e a interpretá-lo na forma abrangente da sua totalidade histórica. De agora em diante, sem abdicar dos interesses anteriores, que, nesse tecido intelectual todo plasticidade, encon-



Sergio Buarque de Holanda e a edição fac-similar da primeira revista do Modernismo.



O último número de *Klaxon*: morreu do mal dos sete números.

trarão lugar, o ensaísta maduro vai estabelecer o seu caminho definitivo, realizando-se como um dos grandes autores do Século XX brasileiro.

Essa vocação ensaísta afirma-se ainda na adolescência, poder-se-ia dizer mesmo, ainda no tempo de colégio. E logo esboça os primeiros vôos na grande imprensa em abril de 1920, quando Afonso Taunay — professor dele no Ginásio de São Bento da capital do Estado e amigo do pai, Cristóvão Buarque de Holanda, docente de Botânica na Escola de Odontologia e Farmácia de São Paulo — leva o primeiro artigo desse moço para o *Correio Paulistano*, onde então passa a colaborar. Aí, e em seguida na sisuda *Revista do Brasil*, de Monteiro Lobato, a mais importante do País, mas também em *A Cigarra*, semanário ilustrado, nos moldes do *Fon-fon* carioca, publica os escritos inaugurais.

Escritos todos de reflexão e comentários, desde os primeiros deles. Artigos onde já aponta, ao lado de um espírito abrangente, de marcada tendência interpretativa, certa erudição de todo inesperada em rapaz que ainda não completou dezoito anos e que manipula com surpreendente a-propósito tais conhecimentos. É este bem o caso do artigo "Ariel", que aparece em maio de '20, na letra miúda da secção "Resenha do Mez", praticamente abrindo a parte final do n.º 53 da *Revista do Brasil*. No estilo sóbrio, contido, que não parece de adolescente, relampeja achados irônicos, às vezes de veemência mordaz: "No Brasil o hábito de macaquear tudo quanto é estrangeiro é, pode-se dizer, o único que não tomamos de nenhuma outra nação. É, pois, o único traço característico que já se pode perceber nessa sociedade em formação que se chama o povo brasileiro". A argumentação concatena-se com fluência cheia de naturalidade, exprimindo-se sem nenhum esforço. O estilo evita a pompa retórica mesmo durante o fecho idealista que cita Rodó ("recentemente falecido") e trata da nociva imitação dos Estados Unidos pelos nossos conterrâneos. Outros artigos aparecem até setembro do ano seguinte em *A Cigarra*, num total de dezesseis, segundo o levantamento feito pela pesquisadora Rosemarie Horsch. Parecendo mais ingênuos, não o são menos ambiciosos aqueles que constituem o tríptico "Os Poetas e a Felicidade", esboço de análise temática dessa questão, assim como a mesma aparece proposta nos versos do Oitocentismo brasileiro; na última das três notas, divulgada em fevereiro de '21, o comentador trata da sintonia expressiva de Francisco Otaviano e Hebbel, exemplo sintomático de ambição comparatista que se está levando a sério. O tema será retomado de modo ainda mais vigoroso num ensaio bem mais longo, "Plágio e Plagiários", *Revista do Brasil*, setembro de 1921.

Iniciação e modernismo

De corte erudito, com inúmeras notas de pé-de-página, faz citações de textos poéticos em cinco línguas diferentes; passeia, com volubilidade muito consciente, pela doutrina filológica contemporânea, citando Carolina Michaëlis, Farinelli, João Ribeiro, Beyeschdorff, Brandes, De Latour, Feis, Alberto Faria... Tudo isto porém mobilizado de modo funcional, avesso a qualquer exibicionismo simplório, que procurasse valer por si mesmo. Assumindo um ponto de vista extremamente liberal na consideração do problema, encaminha a discussão do plágio antes para a área de uma imitação legítima, consagrada através do tempo cultural do Ocidente, e que só deveria ser coibida como fato doloso quando houvesse dissimulado estrita e inequívoca identidade formal. Vale a pena notar que a argumentação é enriquecida com exemplos nacionais recolhidos pelo articulista, alguns de fontes esparsas, de difícil loca-

lização, como certo artigo de Luís Murat, de julho de 1886, aparecido em *A vida Moderna*, da Corte, no qual "o ilustre poeta das *Ondas* identifica Jean Richepin como fonte de certa poesia de Raimundo Correia endereçada 'A Aretino', até então tida como original". A forte impressão que o artigo deve ter causado aos redatores da *Revista do Brasil* está evidenciada no destaque com que o ensaio aparece no corpo do número 69: em terceiro lugar e ornado com duas das agora habituais vinhetas de J. Prado. Por uma coincidência irônica, foi encartado no artigo de Sergio uma tricomia, imprensa em papel acetinado por Klabin, Irmão & Cia., do Biotônico Fontoura.

Numa sala que se abre para a rua ensolarada um menino de blusa marinheira escreve, na ponta dos pés, num quadro de aviso afixado à parede: "Si sou um menino gordo e corado devo tudo ao Biotonico Font...". O menino parou no *t*, cuja haste está cortando a respiração presa pelo esforço despendido. Impossível que esse acaso na colagem da propaganda não tenha provocado o bom-humor dos amigos do precoce Sergio, que no mesmo mês aparecia também em *A Cigarra* com um outro artigo, "O Gênio do Século". Mais ocasional, pelas dimensões, pelo assunto e pelo lugar onde aparecia, é no entanto expressivo por documentar a adesão do jovem escritor aos ideais de inquietação e reforma literárias que estavam, mais do que no ar, aparecendo com insistência na imprensa da época. O artigo versa sobre o espírito do novo século, a propósito da novela de Aldo Palazzeschi, *Il Codice di Perelà*, publicado em 1911, mas decerto só agora lido pelo articulista. Oportunidade que permite ao jovem autor exarar considerações muito pertinentes sobre a modernidade, os desafios das vanguardas e, em especial, o posicionamento do Futurismo italiano. A escrita já se revela tensa e inquieta, começando a abandonar o decoro convencional dos primeiros textos; em breve, ela aderirá a maneirismos e modos expressivos bem distantes do repertório bem comportado daqueles outros artigos, como "O Homem-Máquina" e "A Decadência do Romance", de março último. Atitude que já se percebe em "Os Futuristas Paulistas", do *Fon-fon* de dezembro, notícia dos novos da Paulicéia para os leitores cariocas, e que foi precedida, na mesma revista, por duas outras sobre Manuel Bandeira e Ribeiro Couto. Naturalmente a transferência de Sergio para o Rio de Janeiro, acompanhando a família, e a entrada do jovem para a Faculdade de Direito, ali, sem comprometerem a curiosidade erudita e o pendor dele para a pesquisa minuciosa e continuada, fará com que o comentarista se volte mais para os acontecimentos contemporâneos e para o espírito moderno. Antes da mudança ele já entrara em contacto com os novos escritores paulistanos — Guilherme e Tácito de Almeida, Rubens Borba de Moraes, Couto de Barros, Menotti, (este na redação do

Correio Paulistano), Sérgio Milliet, que está começando a voltar definitivamente ao Brasil, Mário e Oswald de Andrade. Assim trata de acompanhar a repercussão, relativamente limitada, que a Semana de Arte Moderna alcança na imprensa do Rio em fevereiro seguinte. Reforçando contactos com os revolucionários estéticos paulistanos, torna-se representante da revista *Klaxon*, cujos oito números, de março de '22 a janeiro de '23, divulga entre os jovens intelectuais do Rio com os quais se relacionou. Não se concretizando a edição de uma segunda revista paulistana do Movimento (que deveria ter-se denominado, provocadoramente, *Knock-out*), Sergio e o seu amigo mais próximo, Prudente de Moraes, neto, projetam uma outra, agora com sede no Rio de Janeiro. Esta acabaria por receber o nome de batismo do polêmico e constestado prócer dos novos, Graça Aranha, que, invadindo a cerimônia meio intimidade dos jovens redatores diante da sua patriarcal celebridade, torna-se-á o padrinho meio incômodo de *Estética*. No pensamento de Graça Aranha o título — que ele sugere quase impondo — devia aludir ao espírito triunfante e instaurador da luminosidade meridiana da juventude, motor da alegria cósmica, que, no sistema filosófico por ele defendido, expulsava de uma vez por todas o terror que ainda vem da nossa antiga memória animal de ex-primatas. Para Sergio e Prudente o título interessava antes pela concisa conotação filosófica e englobante, que, sem afastar o espírito constatatário, irreverente e sardônico, da proposta modernista/modernizante, dispensava o apelo pitoresco, incomodamente vistoso, de tantos títulos de publicações e mesmo obras do Movimento. Por isto o nome vinha grafado pela ortografia simplificada, sem *th* e com o segundo *e* acentuado. O difícil — embora fascinantes — relacionamento Graça Aranha-Estética foi registrado pelo próprio Sergio num texto notável que hoje integra *Tentativas de Mitologia*; texto notável tanto pelo caráter da ressurreição memorialística quanto pela aguda análise ideológica que ali é efetuada. Se se juntar a este o escrito de Prudente, neto: "A vida de 'Estética' e não 'A Estética da Vida' " (título mordaz de um texto afinal amável), recuperaremos com grande eficácia a crônica interna desse momento literário decisivo. Um mergulho extremamente esclarecedor na nossa história cultural dos Anos '20 que — com exceção do agudo ensaio de Maria Célia de Moraes Leonel, *Estética, revista trimensal e Modernismo*, publicado apenas em 1984 —, até agora vinha merecendo mais juízos peremptórios do que estudos pormenorizados e questionadores da sua intrincada trama cultural.

Em *Estética*, ao lado de Prudente, ou sozinho, Sergio persegue uma seriedade de reflexão muito dele. Isto sem abandonar as componentes de humorismo ou de sarcasmo, manejados de modo sutil, dentro do espírito de valorização escrita da fala brasileira, que ade-

re, sem maior estridência, aos modismos postos em circulação por Mário de Andrade. São dois os fragmentos de reflexão estética sergianos que aparecem na revista: "Um Homem Essencial", editado no primeiro número, trata do pensamento do autor de *O Espírito Moderno*; "Perspectivas", que consta do último, discute as limitações da escrita convencional, propondo a abolição das fronteiras do imaginário. Ambos documentam a qualificação intelectual do ensaísta de 22 anos e o domínio que este possui sobre a prosa de ensaio, extremamente dúctil e instigante mesmo quando algumas ambigüidades conceituais obscureçam o discurso. Em *Estética* Sergio publicará ainda resenhas breves, mas sempre penetrantes, sobre obras recém-aparecidas de Ribeiro Couto, Rubens Borba, Blaise Cendrars, Panaït Istrati e Alfred Droin. Divide a autoria de outras, de maior extensão e responsabilidade, com Prudente. Uma delas, sobre a primeira série dos *Estudos Brasileiros*, de Ronald de Carvalho, vai causar grande desagrado ao autor, do livro, além de certa comoção nos arraiais modernistas, devido à franqueza das restrições levantadas. Duas novas avaliações, estas a respeito das oswaldianas *Memórias Sentimentais de João Miramar* e das *Poesias* de Manuel Bandeira, são redigidas com a maior acuidade e trazem diversas perspectivas de análise originais. Embora *Estética* não chegasse ao quarto número, a seriedade e a ambição intelectual com que foi realizada fazem dela um dos momentos fortes do nosso Modernismo.

Papel de Estética

A pregação do Movimento continuaria a ser feita nos periódicos da sua ala mais radical, que tentaram suceder à malograda revista carioca. Se em *Terra roxa e outras Terras*, quinzenário que começa a aparecer em São Paulo em janeiro de '26 e, já sem regularidade, alcança o sétimo número em setembro, Sergio divulga apenas uma crítica sobre *Pathé Baby*, de Antônio de Alcântara Machado, já na segunda fase da *Revista do Brasil*, que é contemporânea a *Terra roxa*, ele colabora com maior constância. Assis Chateaubriand comprou o título de Monteiro Lobato e transferiu a redação para o Rio de Janeiro; pretende, nesta fase bimensal, em que adota o formato de tablóide, continuar animado convívio de velhos e novíssimos no mesmo espaço jornalístico. Um pouco como havia conseguido fazer Paulo Prado, ao injetar novas forças, em 1923, ao mensário de Lobato, cuja existência então perigava; situação que, graças ao autor de *Paulística*, fora possível evitar até o primeiro semestre de 1925. Garantindo a liberdade e o tom desabusado, caro aos modernistas, em resenhas, artigos e matérias avulsas firmadas por iniciais, Assis Chateaubriand confia a redação a Rodrigo M.F. de Andrade, o qual, com o seu ma-

licioso bom senso, recruta, ao lado de decorosos nomes consagrados, a tropa de choque do Movimento. Sergio, além de resenhas, aí estampa “O lado oposto e os outros lados”, artigo de análise polêmica onde são discutidas diversas questões candentes do ideário vanguardista — a intensificação do debate intelectual em virtude da “guerrilha dos semanários”, o academicismo indisfarçável de certos modernistas, as questões propostas por uma arte de expressão nacional; isto com a franqueza de sempre, que não deixa de criar novas mossas na sensibilidade dos visados. Depois de um rápido eclipse pessoal, em que tenta uma aventura interiorana, aceitando dirigir a folha *O Progresso*, em Cachoeiro do Itapemirim (Espírito Santo), Sergio regressava ao Rio, aí se integra na redação de *O Jornal*, que outra vez Rodrigo M.F. de Andrade secretaria. Nesse 1927, entrevista com muita garra, para a folha de Chatô, escritores de prestígio internacional de passagem pelo Rio de Janeiro, como Luigi Pirandello e Blaise Cendrars. Este último havia-o incluído não apenas na dedicatória grupal do seu livro de poemas viajantes, *Le Formose*, lançado em '24 pela editora vanguardista parisiense Au Sans Pareil e longamente resenhado em *Estética* por Mário de Andrade, mas ainda o fizera comparecer no interior de um dos poemas *plaque* como um *jeune poète sympathique* que não bebia nem conhaque. O interesse de Sergio pelo Movimento Surrealista na França era intensamente compartilhado por Prudente, e não será esquecido na entrevista obtida de Cendrars para *O Jornal*; tal simpatia enriquecera de modo decisivo a experiência criadora dos dois amigos, facultando, a um e outro, Prudente e Sergio, alguns experimentos de escrita automática, praticada por eles nos moldes levados avante pelo grupo de Breton. Tais investidas, pioneiras no Brasil, permanecem singulares pelo interesse estético e psicológico que encerram; aparentemente são as únicas de que se tem notícia em nosso meio até o final da segunda grande guerra, se se excetuam certas sondagens de Jorge de Lima, que não possuem exatamente o mesmo teor e foram ensaiadas nos últimos Anos '30. Nesse contexto é possível entender o vivo interesse que Sergio e Prudente demonstram pela figura dramática de Febrônio Índio do Brasil, que então irrompe pelos jornais e a atenção que lhes mereceu as *Revelações do Príncipe do Fogo*, o folheto iniciático redigido pelo criminoso iluminado e então recolhido e destruído pela Polícia carioca. Até o momento Maria Célia Leonel parece ter sido a única estudiosa que dedicou atenção às relações intelectuais dos nossos dois escritores com o Surrealismo, empreendendo, no seu já citado *Estética, revista trimestral e Modernismo*, uma primeira abordagem sistemática da questão. Pouco importa que em 1940 Sergio considerasse esgotada a função do Movimento Surrealista e insistisse, mais tarde, no seu repúdio aos elementos irracionistas (além

dos místicos) de certa sociologia alemã, cuja influência não o tocou. A experiência de processos de motivação e pesquisa do Inconsciente contribuíram de modo decisivo para o amadurecimento da sua personalidade criadora, mesmo quando esta atuava em campos aparentemente alheios àquele domínio.

O intelectual em ação

Em 1929 Assis Chateaubriand oferece a Sergio o posto de correspondente de *O Jornal* com sede em Berlim e raio de ação pela Alemanha, Polônia e União Soviética. Percebendo a oportunidade de uma proveitosa experiência formadora no estrangeiro, ele aceita cumprir essa prática no animadíssimo hospital das letras alemão, então em plena efervescência política e intelectual; o momento mesmo em que o movimento expressionista inflete para a nova objetividade e a radicalização política atinge o ápice, com o resultado que viria modificar radicalmente a história do Século XX. Ainda recentemente, por ocasião do desaparecimento do escritor de *Monções*, Francisco de Assis Barbosa e Antonio Candido, além de outros estudiosos, alguns ex-alunos, dele, evocaram o significado profundo desta experiência que, nas palavras de Antonio Candido, abriram de par em par, mais do que as portas do “domínio alemão”, as mesmas virtualidades intelectuais do jovem escritor que chegava aos trinta anos. Uma experiência que lhe proporcionaria um mergulho definitivo, definidor, no campo da Antropologia, da Teoria e da Filosofia da História, da Sociologia e dos Estudos Sociais, e amadureceram nele o Sergio Buarque de Holanda “homem essencial” da cultura brasileira. Além de lhe proporcionar uma visão direta da cultura germânica, — vivida no seu mesmo contexto, e desnudada por uma crise decisiva que expunha ao vivo as lancinantes contradições daquele mundo todo complexidade, — a experiência berlinense de Sergio, por isso mesmo de ser aberta e sistemática, permitiu-lhe livremente o acesso a formas abrangentes de erudição e de conhecimento que completaram a sua visão do mundo e do homem. A consciência ingênua do adolescente precoce, em que o espírito de contradição ao *status quo* conciliava-se de modo inevitável com atitudes bem-pensantes que lhe eram simétricas, depois de substancialmente transformadas pela experimentação intelectual radicalizante, ética e estética, da agitação modernista, atingia agora uma nova fase, em que o escritor maduro iria tratar de conseguir a maneira de orquestrar uma nova compreensão do todo. O tecido elástico da História, que, no depoimento de Maria Odila da Silva Dias, Sergio gostava de afirmar ser “o elo primordial das ciências humanas”, e, “como tudo que apresentava movimento não se deixa amarrar por conceitos rígidos”, então se revela a matéria-prima, o denso barro

*A história, como estrutura
que se faz e desfaz a cada instante*



Sérgio Buarque de Holanda e Maria Amélia entre amigos: Brasil Bandecchi, Antônio Callado, Francisco de Assis Barbosa e Leonardo Arroio.

humano, em que ele progressivamente vai enfiar as mãos, aí aplicando inteira a sua inventividade de criador autêntico. Assim a História, tecido vivo e musical, "estrutura movediça que se desmancha e refaz a cada instante... na medida das forças de quem pretende captá-las", tornar-se-á a realidade que há de ocupar e há de dar vida à obra da maturidade dele.

Ao regressar em 1931 ao Brasil, Sérgio retoma o jornalismo paralelamente do trabalho literário regular. Divulga então, na *Revista Nova*, de Paulo Prado, a narrativa "Viagem a Nápoles", fascinante conto de atmosfera onírica onde certa ambiência pressaga de pesadelo, vazada embora em tons humorísticos, possui ex-

cepcional qualidade literária e absoluta verossimilhança ficcional. A minuciosa elaboração do discurso, o imprevisível da ação alucinante, o ritmo absorvente do narrado permite que os episódios grotescos da escrita se encadeiem de modo vertiginoso, revelando a alta qualidade poética dessa ficção, tão pouco rotineira em nossas letras, e que Graciliano Ramos, com o gosto certo dele, faria integrar no panorama da história curta brasileira que organizou em 1944. Mais do que um acaso feliz ou um pasticho caprichoso, percebe-se neste texto a presença de certo oficial aplicado ao ofício, que se deve ter experimentado pacientemente no gênero (a partir de 1921, sabemos agora) ainda que sem se deci-

dir a publicar as suas experimentações senão de modo saltuário e esporádico. Dos ensaios de ficção no gênero, sobre os quais ele falava de tanto em tanto aos amigos, ficaram diversos títulos como “O automóvel adormecido no bosque” e outros no gênero. Era vezo da época enumerar essas obras *à paraître*; Blaise Cendrars, por exemplo, o Blaise-Brésil que nesses Anos ‘20, sempre se volta *à la Fazenda* no primeiro transatlântico em que houvesse lugar, tinha uma verdadeira lista, sempre renovada, destas obras que apenas esboçou ou mesmo jamais escreveria. Agripino Grieco ironizava tal seqüência improvável de inéditos, sugerindo que a coletânea hipotética de Sergio viesse a se chamar *Títulos ao Portador*.

A criação do IEB

Mas é o campo da reflexão crítica, histórica e literária, que o interessa agora; sem esquecer a possibilidade de alguma polêmica intelectual que sempre seduz o seu temperamento. Nos anos que sucedem a volta da Europa, Sergio procura elaborar a maciça *Teoria da América* que, a partir de antigas conversas com Prudente, foi rascunhado num grosso caderno de Deves-Haver e desenvolveria em parte na Alemanha; dele vai desentranhar aos poucos a obra esbelta e provocante que viria a se chamar *Raízes do Brasil*. Sem muita pressa, mas com paixão crescente, adianta o projeto em meio às atividades jornalísticas que retomou, podendo, em 1935, divulgar, na revista *Espelho*, um esboço geral do trabalho, que intitula “Corpo e Alma do Brasil”. Com a criação da Universidade do Distrito Federal, em 1936, é convidado para ser ao mesmo tempo, duplicidade expressiva — assistente (de História Econômica e de Literatura Comparada) dos Professores Hauser e Tronchon, respectivamente. *Raízes* aparece neste ano como o volume inaugural da Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Gilberto Freyre e que a Livraria José Olympio lança; pela sua originalidade e audácia provoca as mais diversas reações críticas. Sem prejuízo de intensa colaboração ensaística e crítica na imprensa, a atividade docente agora vai absorvê-lo sempre mais. No entanto a existência da Universidade do Distrito Federal é breve, e vai se encerrar melancolicamente, em 1939, ao colidir de um vez por todas com o encaminhamento fascistóide, sempre mais autoritário, do Estado Novo. Convocado para integrar a equipe do Instituto Nacional do Livro, criado faz pouco e dirigido por Augusto Meyer, amigo e confrade das lides modernistas, Sergio aceita tornar-se diretor da Seção de Publicações. No INL permanece até 1943, quando se transfere para a Biblioteca Nacional, onde assessora primeiro Rodolfo Garcia e depois Rubens Borba de Moraes. Publica no ano seguinte *Cobra de Vidro*, primeira breve coletânea dos inúmeros ensaios aparecidos na imprensa desde

o seu regresso ao País. Em ‘46 (ano em que aparece *Monções*) regressa a São Paulo, após 25 anos de ausência, a fim de assumir a direção do Museu Paulista, à frente do qual permanecerá um decênio, até ‘57; este período inclui o interregno 1953-1955, quando ocupa a cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma, então criada. 1957, data da publicação de *Caminhos e Fronteiras*, é também o ano em que assume a cátedra de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo, onde, no seguinte, prestará concurso para a cátedra. Apresenta, aí como tese, *Visão do Paraíso*, trabalho de erudição, pensamento e de escrita elaborada ao qual se podem aplicar as palavras certas de Maria Odila da Silva Dias: “Nele são discerníveis as tensões e virtualidades que definem as obras-primas. Nele configura-se um jogo de alternância, de qualidades necessárias, aliadas a um estilo peculiar, próprio de grande escritor, e que de raro em raro convergem na obra de um mesmo indivíduo”. Era de certa forma o coroamento do trabalho intelectual do seu autor, que, no entanto, considerava o estudo posterior, *Do Império à República*, de 1972, o seu trabalho mais completo. Por seu lado Antonio Candido assim sintetizaria o itinerário excepcional do historiador. “De todos os livros de Sergio, *Raízes do Brasil* é o único do qual se pode dizer meio ‘alemão’, contrastando com os estudos históricos seguintes, *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*. Estes foram concebidos e executados em fase posterior ao seu magistério na Universidade do Distrito Federal, onde se iniciaria sob a orientação de Henri Hauser nas técnicas da pesquisa sistemática, transpondo para a investigação documentária o gosto que sempre teve pela erudição. Associada aos seus conhecimentos antropológicos, esta atividade o levou ao interesse pela cultura material, de que brotavam aqueles livros notáveis. Nunca se tinha visto no Brasil uma corrente hermenêutica de tanta intensidade ligar o esclarecimento das relações sociais à aparente insignificância do gesto, do instrumento, do artefato. Depois viria uma outra fase: a de *Visão do Paraíso* e *Do Império à República*, onde a análise e a síntese se combinaram para gerar as suas obras mais poderosas. Disso tudo *Raízes do Brasil* é o prelúdio, apesar do seu tom de ensaio interpretativo e a sua técnica de generalização por meio de tipos, ao gosto de alguns alemães que ele estudou a partir da estada berlinense”.

Crítico literário de 1940 a 1960

À margem dos estudos especificamente históricos de Sergio, mas complementares a eles, e banhados pelo mesmo espírito abrangente, os ensaios literários breves, que ele continuará a compor pelos decênios de ‘40, ‘50 e ‘60, não podem ser esquecidos. Publicados na grande imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo

e na sua maioria ainda dispersos, podem ser divididos em três grupos. O primeiro consta de textos de pesquisa erudita ao nível da história intelectual luso-brasileira dos nossos primeiros quatro séculos, em que aprofunda, revê e atualiza, a relação dialética entre as matrizes européias e a cultura das terras conquistadas. O segundo é formado de estudos diversos seja sobre a teoria do Barroco ou do Neo-clássico, seja sobre obras e autores desses períodos, mas que se estendem sobre as ideologias dominantes no primeiro século e considerações que adentram pelo Oitocentos. O terceiro abrange as considerações sobre o ofício da crítica e atualização dos critérios de análise especificamente literária que têm lugar nos decênios 1940-60; abordagens de autores e problemas de literatura internacional contemporânea ou moderna, e o exame crítico, específico, de obras e autores brasileiros do momento, avaliados na circunstância do seu aparecimento. Sem esquecer os artigos avulsos publicados com alguma freqüência nos Anos '30, nem ainda um primeiro momento de colaboração regular no *Diário de Notícias* carioca, que vai de '40 a '41, o seu período de colaboração mais constante em rodapés e suplementos abrange aquele em que freqüenta a *Folha da Manhã* paulistana, entre '47 e '53, outra vez o *Diário de Notícias*, entre '48 e '50, no *Diário Carioca* entre '50 e '55, período que não se interrompe com a estada romana, pois continua a remeter colaborações da Itália. Depois da criação do Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo* ele aí passou a colaborar em freqüência até o final da fase Décio de Almeida Prado. E ainda em '79 escreveu com regularidade no efêmero *Jornal da República* paulistano, de Mino Carta, onde podem ser encontradas novas contribuições, como, por exemplo, a breve série sobre a instauração titubeante da nova República entre os dias 15 e 17 de novembro daquele 1889.

Missão e profissão

Limitado embora pelas dimensões e finalidades da resenha jornalística, Sergio aborda com o mesmo interesse, nesses artigos, obras de poesia, narrativa e ensaio. Com empatia e curiosidade de erudito, que por tudo se interessa, procura situar o livro posto em causa dentro do sistema de cultura a que este pertence, para, em seguida, definir o caráter próprio do autor e a posição que a obra realizada viria a ocupar num balanço geral de valores daquela determinada tradição. Conforme declarava num artigo de setembro de 1948, ao retomar a atividade crítica regular no *Diário de Notícias*, assumia tal posição "não como um profeta, não como um monitor ou exortador, nem mesmo como um juiz sempre atento a leis rígidas e inflexíveis, mas antes como uma testemunha de boa-fé, empenhadas em bem compreender e bem interpretar" ("Missão e Pro-

fissão"). A formação filosófica e o intenso interesse pessoal pela matéria, permitir-lhe-iam melhor que ninguém acompanhar e desenvolver o tipo de discussão hermenêutica que tinha lugar naquele momento. Quando estiver reunido em volume esse material, vai nos ser revelado, em situação, um ensaísta atento, que maneja como poucos a arte de escrever e a arte de argumentar, e se mostra em todas as circunstâncias atento e receptivo seja à complexidade psicológica seja à pesquisa formal inovadora. Pensando com abrangência filosófica, dono de expressão precisa e densa, senhor de invejável coragem intelectual, Sergio era servido por um espírito dialético que buscava na ironia a base de um distanciamento que devia desaguar antes de mais nada na objetividade do juízo crítico. Em suas variadíssimas colaborações abordou com equanimidade a obra de já então veteranos modernistas, como Jorge de Lima e Augusto Frederico Schmidt, ou de poetas novos como João Cabral de Melo Neto e os seus companheiros de geração, formalmente tão afastados dele; interessou-se pelo talhe tradicional do romance cíclico de Erico Veríssimo como pelas pesquisas narrativas inovadoras de Clarice Lispector, tratando, com o mesmo conhecimento interior, a poesia de Henriqueta Lisboa e a ficção de Lima Barreto; da mesma forma, abordava, com intimidade e segurança a problemática de autores diversos como Melville, Rilke, Eliot, Drummond ou Kafka. Tudo isto sem cair em generalidades, fazer concessões às modas do dia ou assumir maciçamente os próprios preconceitos, que se voltavam de modo particular contra a efetação e a superficialidade. Havia decidido, levado pelas circunstâncias do meio e da hora, tornar-se um crítico que ocupasse a posição de intermediário fidedigno entre a obra e o público; para isso se preparava uma segunda vez, nos anos '40, pondo-se em dia, não sem pequeno esforço, com as teorias mais recentes no campo literário, área que ele iluminava de modo personalíssimo com aquele ideal de abrangência cultural que era seu. Pois, como havia indicado Antonio Candido, existia em Sergio "uma combinação bastante rara de investigador sistemático, pensador criativo e analista de mais penetrante sensibilidade". No estilo terso do ensaio sergiano, tanto naquele totalizante como naquele fragmentário, flexibilidade inventiva e a erudição permeada de sensibilidade do artista autêntico faziam um só o historiador preciso e o ensaísta de vôo livre. E isso se tornava possível por ser ele um autêntico escritor, dono de cada um dos segredos do ofício e tocado pelo dom secreto da poesia — um escritor maior. Um dos sete ou oito nomes cimeiros do nosso tempo, no Novecentos brasileiro.

*À memória do Sílvio Felício dos Santos (1908-1986) que me abriu todos os caminhos, e de quem ouvi falar em 1946 pela primeira vez de **Raízes do Brasil**.*

Universalidade de Sergio e alguns amigos

Sergio viveu intensamente sua bela aventura intelectual. Dos 19 aos 79 anos, sempre com alegria e bom humor, no Rio e em São Paulo, em Roma, Paris, Santiago do Chile e nos Estados Unidos da América. Escritor, homem de pensamento e ação, professor de renome internacional, deixou apenas por completar a forma definitiva da obra Do Império à República, que desejava tornar mais harmoniosa em dois volumes que chamariam O Pássaro e a sombra (sobre o reinado de D. Pedro II) e A Fronda pretoriana (sobre o militarismo). Participou de numerosas reuniões e conferências no Brasil e no exterior, debatendo problemas de cultura que eram a sua paixão. Queria o seu país conhecido e compreendido em todo o mundo e procurou fazê-lo em uma obra das mais importantes, de Raízes do Brasil, 1936, a Tentativas de mitologia, 1979. Daí o sentido do projeto de um convênio entre a Universidade de Campinas, Unicamp, que abriga a sua biblioteca de 10.000 volumes, e a Universidade de Oxford, na Inglaterra, uma das mais prestigiosas do mundo, através do seu Centro Latino-Americano. Será criada a Cadeira de Sergio Buarque de Holanda, com o objetivo de incentivar os estudos brasileiros. Uma grande universidade de 700 anos se une assim a uma jovem e dinâmica universidade de apenas 21 anos, em torno da figura do mestre brasileiro da geração modernista de 1922, que marcou a sua prodigiosa aventura intelectual pelo espírito de renovação e pelo amor do Brasil e de seu povo.



Arnaldo Pedrosa Horta era um amigo sempre muito querido na roda de intelectuais que frequentavam a rua Buri, em que SBH morou muitos anos em São Paulo. Grande jornalista, prematuramente desaparecido, era um conversador fascinante, bem ao gosto de Sergio.



Sergio selecionou os poemas e prefaciou o último livro de Vinicius de Moraes, *O Operário em construção*, 1979. "O bem amado", assim se intitula o ensaio de SBH que abre o volume, que bem demonstra o afeto e a admiração de convívio sem pausa por mais de 40 anos.



Três amigos em Roma: Paulo Mendes de Almeida, Roque Javier Laurenza e SBH. Paulo é o grande crítico de artes plásticas. Laurenza, poeta do mais alto valor, serviu no Brasil como diplomata nos anos 40 e participou do I Congresso Brasileiro de Escritores.

Carioca, que se ambientou em São Paulo, Luis Martins era outro *habitué* da casa da rua Buri. Boêmio, o autor de *O Patriarca* e *o bacharel* possuía uma verve que encantava a todos, comentando fatos da vida literária, política, história e artes plásticas.



“Sergio, um dos nossos maiores em qualquer tempo”, recorda Afonso Arinos de Melo Franco, que dirige a coleção Documentos Brasileiros, da José Olímpio. Com Prudente de Moraes, neto e SBH completava a trinca de jovens escritores que, em 1924, fundou *Estética*.

Gente de São Paulo



Intelectuais, professores, artistas, companheiros e amigos em torno de Sergio Buarque de Holanda, ao pé do monumento das bandeiras, concepção de Victor Brecheret, o grande escultor do Modernismo. Da esquerda para direita: Aldemir Martins (pintor), Diogo Pacheco (maestro), Jorge Andrade (escritor), Jorge Zalszupin (arquiteto), Ligia Fagundes Teles (escritora), Luís Lopes Coelho (escritor) Miguel Reale (jurista), Iolanda Mohaly (pintora), Fernando Lemos (pintor), Luís Saia (arquiteto), P. M. Bardi (crítico de arte), Flávio de Carvalho (arquiteto), Marisa Portinari (pintora), Walter Hugo Khoury (cineasta), Sergio Cardoso (ator), Anselmo Duarte (cineasta), Bibi Ferreira (atriz), José Aires Neto (médico), Sergio Buarque de Holanda (historiador), Florestan Fernandes (sociólogo), Marcelo Damy (cientista), Luís Martins (escritor), Euricles de Jesus Zerbini (cirurgião), Nathan Scharzman (violinista) e Manabu Mabe (pintor). Cortesia de *Manchete*, Rio de Janeiro.



Bibliografia de Sergio Buarque de Holanda



Principais obras em ordem cronológica:

Livros

- Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.
17. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
- Cobra de Vidro*. São Paulo, Martins, 1944.
2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- Monções*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante, 1945.
2. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- Visão do Paraíso; os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, 1958. Tese apresentada ao concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
1. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
3. ed. São Paulo, Nacional, 1977 (Brasiliana, 333).
- Do Império à República*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972 (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 5).

Antologia de poetas brasileira da fase colonial. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1952—3.

2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1979.

História geral da civilização brasileira. Em colaboração com Pedro Moacyr Campos. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960-72.

t. 1 — *A época colonial*

v. 1 — *Do descobrimento à expansão colonial*. Contém os seguintes ensaios de sua autoria: O descobrimento do Brasil; As primeiras expedições; A instituição do governo geral; Conquista da costa leste-oeste; Os franceses no Maranhão; As monções; A colônia do Sacramento e a expansão do extremo sul; As etapas dos descobrimentos portugueses (em colaboração com Pedro Moacyr Campos); Franceses, holandeses e ingleses (em colaboração com Olga Pantaleão).

v. 2 — *Administração, economia, sociedade*. Contém os seguintes ensaios de sua autoria: A mineração: antecedentes luso-brasileiros; Metais e pedras preciosas.

t.2 — *O Brasil monárquico*

v. 1 — *O processo de emancipação*. Contém o seguinte ensaio de sua autoria: A herança colonial — sua desagregação.

v. 2 — *Dispersão e unidade*. Contém o seguinte ensaio de sua autoria: São Paulo.

v. 3 — *Reações e transações*. Contém o seguinte ensaio de sua autoria: As colônias de parceria.

v. 5 — *Do Império à República*. Este volume foi totalmente escrito por Sergio Buarque de Holanda.

Ranke, Intr. de Sergio Buarque de Holanda. São Paulo, Ática, 1979 (antologia, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 8).

Tentativas de mitologia. São Paulo, Perspectiva, 1979.

Traduções

Memórias de um colono no Brasil. DAVATZ, Thomas. Intr. de Sergio Buarque de Holanda. São Paulo, Martins, 1941.

3. ed. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

Etnologia sul-americana; círculos culturais e estratos culturais na América do Sul. SCHMIDT, Wilhelm. São Paulo, Nacional, 1942.

Ensaio e artigos

Corpo e alma do Brasil. Revista *Espelho*, Rio de Janeiro, 1935.

Monções. Curso de Bandeirologia, São Paulo, 1946.

A expansão paulista do século XVI e começo do século

XVII. São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo, 1948.

Índios e mamelucos na expansão paulista. *Anais do Museu Paulista*, 1949.

Mel e cera. *Annales*, 1950.

As técnicas rurais. In: *Proceedings of the International Colloquium of Luso-Brazilian Studies*, org. por Lewis Hanke. Nashville, Vanderbilt Press, 1953.

Apporto italiano nella formazione del Brasile. *Revista Ansonia*, 1954.

Le Brésil dans la vie américaine. In: *Rencontres Internationales de Genève*, 9. Neuchâtel, Ed. de la Balconnière, 1954. p. 55-74.

Caminhos do sertão. *Revista De História* (57): 69-111, jan/mar., 1964.

Movimentos de população em São Paulo no século XVII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (1): 55-111, 1966.

Lección inaugural. In: *Tres Lecciones inaugurales* por Buarque, Romano y Savelle. Santiago do Chile, Centro de Investigaciones de Historia Americana, 1964.

O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. *Revista de História*, 2 (100): 431, 1974.

Geschichte eines halbes Kontinents. In: *Brasilien*. Zurich, Atlantis, 1969.

Gosto arcádico. In: *Esboço da figura* (homenagem a Antonio Candido). São Paulo, Duas Cidades. 1979, p. 327.

Introduções e prefácios

Em memória de Antônio de Alcântara Machado. São Paulo, Elvino Pocai, 1936.

Suspiros poéticos e saudades. MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.

Diários de viagem. ALMEIDA, Francisco José de M. Lacerda e. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.

Poesias de Américo Elíseo. SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1945.

— *Obras completas*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1946.

Fausto. GOETHE. Rio de Janeiro, Instituto de Progresso Editorial, 1949.

Der Deutsche Beitrag zum Aufbau der Brasilianischen Nation. OBERACKER, Karl. São Paulo, Herder, 1955.

História de Nicolas I, rey del Paraguay. Santiago do Chile, Centro de Investigaciones de Historia Americana, 1964.

Obras econômicas. COUTINHO, J. A. de Azeredo. São Paulo, Nacional, 1966.

Relação dos manuscritos da coleção J.F. de Almeida Prado. HORCH, Rosemarie E. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1966.

Poesia e prosa de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro, J. Aguilar, 1967.

A Amazônia para o negro norte-americano. LUZ, Níxia Vilela. Rio de Janeiro, Saga, 1968.

Cristãos-novos, jesuítas, inquisição. SALVADOR, José Gonçalves. São Paulo, Pioneira, 1969.

O fardo do homem branco (Robert Southey, historiador do Brasil). DIAS, Maria Odila da Silva. São Paulo, Nacional, 1974 (Brasiliana, 344).

Vale do Paraíba — Velhas fazendas. Ilustrações de Tom Maia. São Paulo, Nacional, 1975.

A escravidão africana no Brasil. GOULART, Maurício. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

O barão de Iguape. PETRONE, Maria Teresa S. Paulo, Nacional, 1976 (Brasiliana, 361).

Tudo em cor de rosa. PENTEADO, Yolanda. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976.

A escravidão negra em São Paulo. QUEIROZ, Suelly R. Reis de. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.

A milícia ccidadã; a guarda nacional de 1831 a 1850. CASTRO, Jeanne Berene de. São Paulo, Nacional, 1977 (Brasiliana, 359).

Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). SILVA, Maria Beatriz Nizza da. São Paulo, Nacional, 1977 (Brasiliana, 363).

Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento em São Paulo.

O operário em construção e outros poemas. MORAIS, Vinícius de. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.

Toda poesia (1950-1980). GULLAR, Ferreira. 4ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.

Composição e arte
FORMATUM ESTÚDIO GRÁFICO
Rua Riachuelo, 109 — 3º andar
Rio de Janeiro, RJ

Fotolitos, impressão e acabamento
GRAPHOS Industrial Gráfico
Rua Santo Cristo, 70-78
Rio de Janeiro



